

JOÃO VICTOR LANNA DE FREITAS

**“MAIS FELIZ QUE AUGUSTO, MELHOR QUE TRAJANO”
(EUTRÓPIO, *BREVIÁRIO*, VIII. 5. 3): A CONSTRUÇÃO DO IDEAL
DE *OPTIMUS PRINCEPS* EM TÁCITO E PLÍNIO, O JOVEM.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Ouro
Preto – Instituto de Ciências
Humanas e Sociais para obtenção
do Título de Mestre em História.

MARIANA

DEZEMBRO DE 2015

JOÃO VICTOR LANNA DE FREITAS

**“MAIS FELIZ QUE AUGUSTO, MELHOR QUE TRAJANO”
(EUTRÓPIO, *BREVIÁRIO*, VIII. 5. 3): A CONSTRUÇÃO DO IDEAL
DE *OPTIMUS PRINCEPS* EM TÁCITO E PLÍNIO, O JOVEM.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Ouro
Preto – Instituto de Ciências
Humanas e Sociais para obtenção
do Título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Faversani.

MARIANA

DEZEMBRO DE 2015



João Victor Lanna de Freitas

“Mais Feliz que Augusto, melhor que Trajano (Eutrópio, Breviário, VIII. 5.3): a construção do ideal de Optimus Princeps em Tácito e Plínio o Jovem”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Fábio Faversoni
Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly
Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello
Departamento de História/ USP

L292c

Lanna, João Victor.

A construção do ideal de Optimus Princeps em Tácito e Plínio o Jovem
[manuscrito] / João Victor Lanna. - 2015.

193f.: il.: color; mapas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Faversani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós
Graduação em História.

Área de Concentração: História Antiga e Medieval.

1. Roma. 2. Tácito, Cornélio. 3. Plínio, o Jovem. 4. Imagem. I. Faversani,
Fábio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(37)

DEDICATÓRIA

Aos meus avós, Antônio e Regina, pela luz natural e o amor incondicional.

Agradecimentos

Agradecer é um ato de escolha, mas também é uma ação dependente da memória e quando se tem uma memória humana e, portanto, falha, o agradecimento pode se tornar um pedido de desculpas. Por isso, já de antemão me desculpo por possíveis esquecimentos. Dito isso, agradeço ao meu orientador, Fábio Faversoni, e àqueles que posso chamar de co-orientadores, Fábio Duarte Joly e Alexandre Agnolon, principalmente pela paciência, mas também, por acreditarem em mim e contribuírem imensamente na minha formação acadêmica. Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, pelo apoio institucional e pelo serviço público de qualidade; á todos os funcionários que fazem esta Instituição de ensino, pelo seu trabalho que em muito me auxiliou nessa trajetória; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, que foi essencial ao desenvolvimento do projeto.

Estendo esse momento para agradecer o apoio fraterno e pela ajuda constante de grandes amigos durante essa caminhada. Alguns merecem destaque: Felipe Alves Pinheiro de Souza, Vitor Martins Fóis, Eduardo Moreira Chaves, Thales Murilo Lopes, Helena Providelli de Moraes, Júlia Providelli de Moraes, José Donizetti de Moraes e Clara Providelli de Moraes, Sr. Atílio e Dna Maria. Junto a eles a gloriosa República Kome Keto, por se mostrar sempre um lar e a todos os komeketianos pela irmandade.

Não posso deixar aqui de agradecer aos componentes do LEIR – UFOP, especialmente a Sarah Fernandes Lino de Azevedo, Ygor Klain Belchior, Willian Mancini Vieira, Mamede Queiroz Dias, Thiago Paschoal Perpétuo, Ana Paula Scarpa Pinto de Carvalho, Caroline Morato, Caroline Coelho Fernandes, Stephanie Martins de Sousa, Paulo Cavalheiro e Marice Gonçalves, que através das inúmeras experiências compartilhadas e debates estabelecidos, dotaram essa pesquisa de contornos muito mais sólidos. Por fim, agradeço também àqueles que mais me apoiaram e melhor cuidaram de mim, com tanto amor, nessa caminhada; em primeiro lugar à minha mãe, Martha, mar também aos meus avós, Antônio e Regina, tios, Mauro e Luiza e a minha irmã Clara.

“... nobis in arto et inglorius labor ...”
(Tac. Ann. IV, 32, 2).

Resumo

Lanna, João Victor. “Mais feliz que Augusto, melhor que Trajano” (*Eutrópio, Breviário, VIII.5.3*): a construção do ideal de *Optimus Princeps* em Tácito e Plínio, o Jovem. João Victor Lanna de Freitas. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. Mariana, 2015.

A presente dissertação trata da idealização do *Optimus Princeps* sob o principado de Trajano através das obras de Tácito e Plínio, o Jovem. Entendemos que o principado trajanino foi marcado ideologicamente pela tentativa por parte desse governante em estabelecer uma postura equilibrada entre o poder do *princeps* e a posição social da ordem senatorial. Em nossa concepção a reprodução e aceitação da imagem de Trajano, por parte da aristocracia senatorial, apoiou-se em diversas ferramentas retóricas, responsáveis por indicar os valores morais pelos quais se orientava a sociedade romana daquela época. Diante de uma análise das obras de Tácito e Plínio, o Jovem, procuramos destacar duas dessas ferramentas, especificamente, ambas baseadas no caráter topologicamente exemplar da literatura romana: a contraposição com seu passado mais recente, ilustrada pela tirania de um Domiciano e a emulação do passado mais remoto, que tinha Augusto como modelo de virtude já estabelecido.

Palavras Chave: Tácito, Plínio, o Jovem, *Imago*, Império Romano, Trajano.

Abstract

This dissertation deals with the idealization of *Optimus Princeps* under the Trajan's principate, through the works of Tacitus and Pliny the Younger. Understanding the principate as ideologically marked by the trying of this governor in established a equilibrated posture under the power of the *princeps* and the social position of the senatorial order. In our conception the reproduction and conception of the Trajan's image for the senatorial aristocracy was supported in different rhetorical appliances, responsables to indicated the morals values of the roman society for this time guided himself. Before the study of Tacitus and Pliny the Younger works, we detach two of this appliances, specifically, both based in the topologically character of the roman literacy: the contraposition of the more recent past, illustrated by the tyranny of the Domitian and the emulation of the most remote past, that had Augustus with a virtue model already established.

Keywords: Tacitus, Pliny the Younger, *Imago*, Roman Empire, Trajan.

Introdução.....	1
1. Trajano, Tácito e Plínio: Repensando a atuação aristocrática no Alto Império.....	4
1.1. Tácito e o Principado.....	20
1.2. Plínio e o Principado.....	32
1.3. Conclusão do Capítulo.....	46
2. Tácito es an Plinius? Tradição e exemplaridade sob o principado de Trajano.....	48
2.1. Tácito e as tradições taciteanas.....	54
2.2. Um retrato vivo da aristocracia: moral, tradição e exemplaridade nas obras de Plínio, o Jovem.....	75
2.2.1. <i>Pater et praeceptor et patronus</i> : as cartas plinianas.....	77
2.2.2. O imperador como modelo: Plínio, o Jovem e o <i>Panegírico a Trajano</i>	88
2.3. Conclusão do Capítulo.....	92
3. A idealização do bom governante nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem..	100
3.1. <i>Aemulatio e Antithesis</i>	101
3.2. <i>Imagines adversas: Dominus an Princeps</i>	106
3.3. <i>Felicio Augustus, melior Traianus</i> : Augusto, Trajano e a construção do <i>Optimus Princeps</i>	125
3.4. Conclusão do Capítulo e Geral.....	154
4. Anexos.....	164
4.1. Mapas.....	164
4.2. Imagens.....	171
5. Referências Bibliográficas.....	174

Introdução: Trajano e a historiografia.

No prólogo de sua obra, *Trajan, Optimus Princeps*, Julian Bennett¹, afirmou que Trajano foi muito admirado em sua própria vida e muito afortunado na condução do poder. Após sua morte, ele foi considerado o “melhor dos *principes*” e sua memória permaneceu incólume durante toda a história do Império Romano. Alguns anos antes, Eugen Cizek também destacou a importância desse governante para o desenvolvimento do regime, conhecido por nós como Principado. Cizek caracterizou, dentro da grande unidade histórico-temporal que compreendeu a dinastia dos Antoninos, uma realidade temporalmente destacada, o *saeculum Traiani* – tal como o *saeculum Augusti* – que indica a recepção positiva desse principado pela historiografia ocidental².

Em um retorno ao último terço do século XIX, o romanista alemão Theodor Mommsen foi responsável por contestar parcialmente as intenções de Trajano quanto ao exercício do poder, qualificando-as como fruto da ambição pessoal desse *princeps*³. Entretanto, na maior parte do tempo Mommsen admite que sob o governo trajanino o Império Romano construiu a maior força militar e magnificência arquitetônica até então vistas⁴. Ele ainda afirmou que graças ao caráter de Trajano, Roma havia recuperado seu prestígio militar e voltado a amedrontar as nações bárbaras⁵. Edward Gibbon, que escrevera um século antes de Mommsen, setenciou, na célebre obra *A História do Declínio e Queda do Império Romano*, que o governo de Trajano inaugurou a Era de Ouro do Império Romano, onde os governantes exerciam uma espécie de despotismo esclarecido⁶.

Essa visão, em grande medida, positiva - ou positivada - da *imago Traiani* foi consolidada ainda na Idade Média, principalmente sob a égide da *clementia* e da *iustitia* - virtudes bastante valorizadas pela Igreja Católica - desse governante. Nesse contexto,

¹ BENNETT, p. XVII.

² CIZEK, 1983, p.22.

³ MOMMSEN, 1999, p. 21.

⁴ MOMMSEN, *loc. cit.* Cf. Anexos: Mapa 1.

⁵ *Ibidem*, p. 267.

⁶ GIBBON, 1997. Cap. III. As ideias de Gibbon, bem como aquelas de Theodor Mommsen, apesar de largamente contaminadas pelo contexto político de suas épocas, trazem um aspecto teórico importante para entendermos a história do Principado Romano e sua legitimação, bem como as mudanças implantadas sob Trajano e aprimoradas durante os imperadores da dinastia Antonina.

São Tomás de Aquino qualificou Trajano sob o estereótipo de “pagão virtuoso”⁷. Sob essa mesma perspectiva, a obra *Fiore di Filosofi*, de autoria – não comprovada – de Brunetto Latini, ilustrou uma *imago Traiani*, através do arquétipo do governante justo, tendo a alma absolvida do inferno pelas orações de São Gregório⁸. Também *A Divina Comédia*, um dos poemas mais importantes do Medievo, escrito no século XIV por Dante Alighieri, trouxe no seu segundo livro, intitulado *Purgatório*, a escultura de Trajano, dentre as três que indicavam exemplos de humildade e justiça; juntamente com a Virgem Maria e o Rei Davi⁹. Alighieri baseou-se largamente na história de São Clemente para perpetuar a imagem positiva de Trajano, mesmo em face da antipatia da maioria das fontes cristãs para com os imperadores pagãos. Sentimento esse que não era sem fundamento, já que foi durante os governos desses *principes* que Jesus Cristo e grande parte dos mártires da Igreja foram mortos.

Ainda em retrospectiva, se pensarmos nos mais de 460 anos entre a morte de Trajano e a queda do último imperador romano do Ocidente, Rômulo Augusto, veremos que a imagem positiva desse *princeps* foi solidificada ainda durante a dinastia Antonina - a mais longa do Império -, e constantemente emulada por diversos imperadores do Baixo Império Romano, como Diocleciano, Constantino, Constâncio II e Valentiniano. Dião Cássio, no século III d.C, através da monumental *História de Roma*, afirmou que Trajano era conhecido por sua bravura militar, a simplicidade de seus atos e a capacidade de administrar a justiça¹⁰. Ao final da Antiguidade Tardia esse *exemplum* já estava enraizado sob a imagem do governante ideal. Isso pode ser visto claramente na obra de Eutrópio, *Breviário de História Romana*, escrito no século IV d.C, na qual o autor afirmou que os imperadores daquele tempo eram saudados com a frase *felicior*

⁷ *In Sent.* IV, 45. q. 2 a. 2. 1-5.

⁸ Essa lenda foi bastante disseminada em obras históricas do Medievo. Conta-se que São Gregório mandou abrir o túmulo de Trajano e percebeu que tudo havia se transformado em cinzas, exceto seus ossos e sua língua, que estava intocada. O Santo interpretou esse acontecimento como uma prova da justiça do imperador, pois era através da fala que ele havia exercido o poder. Assim, São Gregório rezou pela absolvição da alma de Trajano, elevando-a ao Paraíso. (1865, p. 60). Cf. Anexos: Imagem 1. Cf. WHATLEY, 1984, p. 25–63.

⁹ ALIGHIERI. *Purgatório*, X, 73

¹⁰ Dio. 68, 6, 2.

*Augusto, melior Traiano*¹¹. É evidente que a personalidade de Trajano recebeu críticas inerentes ao seu temperamento, comportamento e por algumas atitudes isoladas¹², mas nada que pudesse competir com as inúmeras representações positivas que chegaram até o nosso tempo.

Seguindo essa breve retrospectiva, nosso trabalho procurou entender como se deu a construção da imagem de Trajano, considerando a aceitação e legitimação desta por grande parte da aristocracia senatorial da época¹³. No cerne dessa discussão, consideramos às obras de Cornélio Tácito e Plínio, o Jovem, membros ativos dessa aristocracia, para compreendermos a idealização desses autores quanto à postura necessária ao bom governante - ou *Optimus Princeps*. Para esse fim, buscamos examinar a *imago Traiani* através dois pontos analíticos: contexto político e tradição literária.

Nesse sentido os dois primeiros capítulos desse trabalho foram divididos tendo em consideração a atuação política de Tácito e Plínio, o Jovem e a tradição literária incorporada por eles para a construção de suas obras. O primeiro capítulo, especificamente, foi construído para discutir, ainda que brevemente, como esses autores interagiram com o processo de centralização - e personificação - do Principado e as principais mudanças ocorridas na atuação política do Alto Império, entre os séculos I e II d.C. Inserimos uma análise biográfica de Tácito e Plínio, o Jovem nesse contexto, repleto de ambiguidades, na tentativa de “humanizá-los” e compreendê-los como sujeitos históricos do contexto político sob o qual dissertaram.

¹¹ “*Que sejas mais afortunado que Augusto e melhor que Trajano*”. Eut. Brev. VIII.5.3. Abro aqui um parêntese para explicitar que as traduções são sempre nossas, exceto quando houver menção indicando autoria de terceiros.

¹² O gosto de Trajano pelo vinho era bastante conhecido, tanto que de acordo com Aurélio Victor o próprio imperador tinha consciência de seu destempero com a bebida e ordenou que parassem de servi-lo quando já estivesse embriagado (Vict. *Caes.*13.10). Em referência a possíveis práticas homossexuais de Trajano, o Imperador Juliano vai afirmar que o próprio Zeus deveria ter cuidado com Ganimedes quando Trajano estava na vizinhança (Jul. *Caes.*311). Houve também algumas referências à avareza de Trajano ao distribuir o *donatiuum* e o *congiarium* à plebe e aos exércitos, respectivamente (H.A Avid. 8.5). Ver também: Dio. 68.7.4

¹³ Estamos conscientes – algo que vamos procurar trabalhar no decorrer do texto – que o termo “aristocracia senatorial” é vago para definirmos a multiplicidade de grupos políticos e sociais que compunham o Senado, bem como outros grupos emergentes.

Já o capítulo II traz uma análise de algumas das principais topologias e tradições incorporadas ao cotidiano literário da elite intelectual sob o principado de Trajano. Procuramos pensar em Tácito e Plínio, o Jovem como herdeiros de uma rica tradição retórica, que buscava constantemente o diálogo e a emulação de autores do passado, através da manipulação – e perpetuação - de diversos *topoi*. Um desses lugares comuns em especial nos chamou a atenção: a utilização de *exempla* para construção de arquétipos morais. Apesar do decoro literário ser largamente dependente da tradição ancestral, procuramos pelas especificidades de ambos os autores dentro desse contexto - por sua vez bastante singular - no qual se inseriam.

No terceiro e último capítulo abordamos diretamente a idealização do bom governante na *persona* de Trajano dentro das obras de Tácito e Plínio, o Jovem. Para isso, partimos de duas estratégias retóricas distintas, utilizadas por esses autores – a *aemulatio* e *antithesis*. Essas ferramentas narrativas tinham o objetivo de evidenciar, mas também de atribuir elementos de verossimilhança ao discurso. Assim, nossa análise procurou compreender sob quais aspectos a imagem do bom governante, durante o principado trajanino, foi construída. Nesse sentido dois personagens, se mostraram extremamente importantes nas obras de Tácito e Plínio: Augusto, primeiro imperador romano, cujo *exemplum* iria se ligar à própria representação do principado como regime político; e Domiciano, governante assassinado dois anos antes da elevação de Trajano, e principal elemento antitético empregado na ideologia imperial do governo trajanino.

Capítulo I: Trajano, Tácito e Plínio: Repensando a atuação aristocrática no Alto Império.

De sua fundação, até o fim do domínio etrusco (de 753 a.C a 509 a.C), a cidade de Roma foi monárquica. Com o fim da Monarquia, houve um processo de instauração da *res publica*. Tal regime político ficou caracterizado pelo governo oligárquico, que com o passar dos séculos se concentrou cada vez mais nas mãos de um número reduzido de famílias¹⁴. Essa aristocracia foi responsável por montar um aparelho estatal que preservava o poder em suas mãos através de uma série de magistraturas temporárias.

¹⁴ SYME; 2002, p.10-28.

Na República, o exercício do poder obedecia a duas esferas. A esfera pública, que tratava dos assuntos comuns, nos quais as magistraturas temporárias assumiam um papel preponderante e a esfera privada, separada da *res publica*, tratava o cidadão como indivíduo privado, que governava dentro da sua *domus* com poderes praticamente invioláveis. A estratificação social causada por conta do domínio de uma minoria oligárquica levou à formação de uma hierarquia dentro desse mesmo grupo, fortemente conectada aos mecanismos políticos que cercavam o Estado, tornando cada vez mais evidente a conexão entre o público e o privado¹⁵.

A aristocracia/oligarquia romana objetivava evitar a monarquia, sem, no entanto deixar que o poder saísse das suas mãos. Durante quase quatro séculos esse modelo funcionou, mesmo atravessando diversas crises¹⁶. Apesar das constantes revoltas sociais, o modelo republicano se mostrava capaz de sustentar os assuntos do Estado romano, da *res publica*, e permitir que as casas paralelamente se tornassem cada vez mais ricas e poderosas, contemplando os interesses privados - e os privilégios - da aristocracia senatorial¹⁷.

As conquistas romanas durante os séculos, a influência da cultura helênica e o grande acúmulo de poder por parte de alguns aristocratas, levaram, durante o século I a.C a uma constante luta pela monopolização das forças militares de poder, que garantiam um acesso privilegiado aos recursos econômicos do Império. Tal processo culminou na absorção de diversas magistraturas e no controle total das legiões por um só homem, Augusto¹⁸.

Diante desse novo cenário, Theodor Mommsen afirmou, no século XIX, através de uma análise da Constituição Romana, que durante o Principado, Senado e Imperador dividiam o poder do Estado, formando um governo diárquico. Para Mommsen, o Senado mantinha a sua posição soberana, pois contava com a prerrogativa de escolher os magistrados que formariam a base do poder na *res publica*. Além disso, somente os

¹⁵ WINTERLING; 2012, p. 58-76.

¹⁶ Como exemplos, citaríamos as lutas da plebe, as crises agrárias envolvendo os irmãos Graco, as rebeliões servis, a Guerra Social, entre outras.

¹⁷ C.A.H; 1992, IX, 2.

¹⁸ ECK; 2007, p.137-148. Esse monopólio relativo do poder já havia sido experimentado antes de Augusto, por Pompeu Magno e Júlio César, sem, no entanto, adquirir a estabilidade necessária para a solidificação de um novo regime.

senadores poderiam ratificar a posição de um novo imperador. Este, por sua vez, tornava-se o responsável por intermediar as relações entre os senadores, impedindo que uma monarquia surgisse¹⁹. A teoria de Mommsen minimizou as transformações sociais do Império com o advento do Principado e ignorou - conscientemente - outros segmentos de análise, como as relações interpessoais e culturais.

Tendo isso em consideração, o historiador Ronald Syme, em *The Roman Revolution* (1939), apontou para a transformação do Estado e da sociedade romana durante esse tempo, definindo-o como um período que “testemunhou uma violenta transferência de poder e propriedade”²⁰. O esforço da historiografia vinculada ao pensamento de Syme estava voltado a explicar a interação e formação de uma nova oligarquia que foi fundamental para a criação e manutenção do Principado. De acordo com Syme, Augusto protagonizou um “golpe militar” contra a antiga aristocracia, inserindo novos indivíduos, que lhe eram favoráveis, no poder e exterminando aqueles que representavam a velha ordem política vigente por meio de proscricções. Dessa forma, uma nova ideologia, instrumentalizada pelos aristocratas emergentes desde o primeiro triunvirato surgia, suprimindo a força política de uma já reduzida aristocracia da capital²¹. Essa leitura parece ser compartilhada pelo historiador húngaro Géza Alföldy, que retomando tal discussão, afirmou que, em grande parte, a estabilidade do Principado no século I d.C foi garantida pela integração das elites municipais e provinciais à política imperial, através do concessão do direito de cidadania e de outros privilégios a esses *noui homines*²², que por sua vez se apresentaram receptivos ao regime²³.

Abro aqui um parêntese para deixar claro que não cabe nesse capítulo fazer um debate muito profundo sobre o principado de Augusto. No entanto, as ideias expostas por Syme são essenciais para compreendermos a aristocracia como um grupo não

¹⁹ SUÁREZ, 1942, pp. 17-20.

²⁰ SYME, 2002, p.165. Seguindo essa linha de análise, Rossi vai atestar para o crescente enfraquecimento da aristocracia tradicional romana desde o início do século I a.C (ROSSI, 1996, p. 89). Essa perspectiva é ainda maximizada pelo enriquecimento de municipais e provinciais, causado pelo trato comercial e agrário, que propiciará a ascensão dos homens novos na política romana.

²¹ Idem, 1939, p. 458.

²² Os *noui homines* eram homens que ascendiam ao status senatorial e não tinham antecedentes consulares.

²³ ALFÖDY, 1975, p. 88.

homogêneo, que apresentava comportamentos e posturas variáveis, de acordo com as ações do governante em exercício. A tese de Syme é pioneira ao discutir como se deu a ascensão de uma “nova aristocracia” - da qual não só literatos, como Plínio, o Jovem e Tácito, mas também imperadores com Vespasiano e Trajano faziam parte – e sua atuação dentro da política romana²⁴. É imprescindível compreender esses novos membros da aristocracia senatorial como parte importante do cenário político do Império durante os séculos I e II d.C. Sendo assim, algumas perguntas nos parecem pertinentes. Como esses novos homens foram recebidos pela mais tradicional aristocracia senatorial romana? Qual foi o papel deles na consolidação do Principado e do Império? Como interagiram com o governo dos *principes*?

Bem, ao que nos indicam as fontes, a discussão sobre a extensão da cidadania e a admissão de “novos homens”, de variadas origens, sempre foi algo delicado. Ainda sobre o século I a.C, Suetônio destacou em sua *Vida de Júlio César* que as decisões do ditador quanto à admissão de gauleses no Senado foram arbitrárias e ignoraram os costumes tradicionais²⁵. O biógrafo ainda disse que “quando foram admitidos estrangeiros no Senado, tornou-se pública a seguinte sátira: Pois bem! Que ninguém indique a um novo senador onde está a Cúria”²⁶ e que por todas as partes se cantavam os versos: “Os gauleses, César exhibe em seu triunfo, introduzindo-os em seguida na Cúria; os gauleses despem suas calças e tomam o laticlavo²⁷”.

²⁴ Antes da análise de Syme, no entanto, o historiador russo Mikhail Rostovtzeff, iria afirmar em sua obra *Social and Economic History of the Roman Empire* (1926), que o expansionismo militar romano conectou a elite política da pólis a diversas redes de clientela distantes de Roma. Essas redes, inicialmente, se resumiam a relações comerciais, tributárias e ao estabelecimento de postos militares, não apresentando, portanto, uma influência política evidente no centro de poder. Entretanto, com o estabelecimento do Principado e a solidificação da *pax augusta*, as províncias se tornaram cada vez mais influentes na manutenção do novo regime. Geza Alföldy, retomando essa discussão, vai afirmar que em grande parte, a estabilidade do principado foi garantida pela integração das elites municipais e provinciais à política imperial, e à concessão do direito de cidadania e de outros privilégios a esses *noui homines* (ALFÖDY, 1975, p. 88).

²⁵ *adem licentia spreto patrio more magistratus in pluris annos ordinavit,decem praetoriis viris consularia ornamenta tribuit, civitate donatos et quosdam e semibarbaris Gallorum recepit in curiam.* “Foi com a mesma leviandade que, desprezando os usos consagrados, atribuiu magistraturas para vários anos, concedeu os ornatos consulares a dez ex-pretore, acolheu no Senado indivíduos a quem ele próprio conferira o direito de cidade e gauleses semibárbaros”. Sue. *Ces.* 76, 4. (Tradução: Gilson César Cardos de Sousa, 2003).

²⁶ *Bonum factum: ne quis senatori novo curiam monstrare velit.* Sue. *Ces.* 80, 1-2.

²⁷ *Gallos Caesar in triumphum ducit, idem in curiam: Galli bracas deposuerunt, latum clavum sumpserunt.* Sue. *Ces.* 80, 2. Suetônio se refere aqui às *bracae*, calças tipicamente gaulesas que vão pouco abaixo dos joelhos, para ilustrar o escárnio à respeito dos costumes gauleses. Outras piadas comuns eram

Suetônio também retratou a reforma do Senado pelo sobrinho e sucessor de Júlio César, Otaviano Augusto. Entretanto, o biógrafo destacou que diferentemente do seu tio e pai adotivo, Augusto foi bastante rígido com a provincianização da dignidade senatorial, concedendo a cidadania romana “com imensa parcimônia²⁸”. O que não diminui as ações desse *princeps*, já que após o fim das Guerras Civis, procurou logo reformar o Senado, reduzindo-o “ao antigo número e honradez através de duas seleções: a primeira, a critério deles mesmos, em que um homem elege o outro; a segunda, a critério seu e de Agripa²⁹”. O *princeps*, além disso, aumentou o valor do censo senatorial, suprimindo essa quantia aos que não a tinham³⁰. Essas reformas dificultaram o acesso à Cúria, valorizando o status dos senadores existentes, mas também se mostraram decisões essenciais para que Augusto reduzisse a oposição que ainda restava³¹.

Podemos perceber que tanto Júlio César, como Augusto, buscaram de forma específica fundamentar sua posição através da manipulação do acesso à dignidade senatorial e com isso exercendo um controle sob as decisões da Cúria. César procurou, agindo como um *dux*, manipular o ingresso ao Senado, banalizando essa instituição e diminuindo gradativamente sua influência política. Isso aconteceu tanto pelo aumento exorbitante de seus componentes como pela inserção de novos membros, indignos aos olhos da aristocracia tradicional. Ronald Syme destacou que a política de César na condução dos senadores como meros lugares-tenentes ou como agentes subservientes do poder arbitrário se mostrou insatisfatória e levou ao seu assassinato³². No entanto, para Syme, Augusto não repetiu esse mesmo erro. O historiador neozelandês afirmou

o costume dos homens gauleses em deixar os cabelos longos, algo que para os romanos indicava feminilidade. O laticlavo era uma faixa larga de púrpura que cobria verticalmente a túnica dos senadores romanos. Era uma insígnia restrita à classe senatorial, um símbolo de status social e político.

²⁸ *parcissime dedit*. Cf. Sue. Aug. 40, 3.

²⁹ *ad modum pristinum et splendorem redegit duabus lectionibus: prima ipsorum arbitratu, quo vir virum legit, secunda suo et Agrippae*. (tradução de Matheus Trevizam, 2007). Sue. Aug. 35, 1.

³⁰ Sue. Aug. 41, 1.

³¹ Conta-nos Dião Cássio (Dio. L, 2, 6) que após Otaviano declarar M. Antônio inimigo público, nenhum senador se atreveu a contestá-lo. Os cônsules, não suportaram, no entanto a submissão e deixaram Roma em segredo para se juntar a Antônio, seguidos, segundo Dião, por muitos outros senadores. Parece-nos evidente supor que mesmo após Antônio ser derrotado, muitos senadores ainda haviam restado daqueles que o tinham apoiado, ou seja, homens que representavam uma clara oposição ao poder de Otaviano na Cúria.

³² SYME, 1939, p. 3.

que o governo augustano procurou restaurar o sistema, de uma forma favorável à opinião pública, através de instituições republicanas e sob o nome de *princeps*.

Essa posição vai ser compartilhada em parte por John Rich. Para Rich, o recenseamento, junto com a ideia de *res publicae restituta*, foi, assim, uma forma de retirar do Senado aqueles que eram socialmente (e politicamente) indesejáveis³³, sem, no entanto ferir diretamente as tradições republicanas. Isso pode ser visto quando analisamos a reação ao discurso de Otaviano “após ter inserido os seus amigos mais íntimos entre os senadores³⁴”. Dião Cássio deixa claro que, todos aqueles que duvidaram das palavras de Augusto sob a restauração da *res publica* ou foram obrigados a acreditar nele, ou então fingiram isso. Segundo Rich, Dião expõe o discurso de Augusto como uma peça teatral, pois considera as ações desse *princeps* ensaiadas, e sua recepção previsível, uma vez que o Senado era formado quase inteiramente por seus partidários³⁵. Essa postura ambígua, na qual *princeps* e senadores praticam ações incompatíveis com aquilo que pensam é algo que Tácito iria destacar nos *Anais* como *dissimulatio*, comportamento que teria seu ápice sob o sucessor de Augusto, Tibério³⁶.

O relato de Dião é extremamente vívido, mas dotado de diversos traços característicos de sua época, na qual o principado já havia se convertido completamente em um regime monárquico. Ao reproduzir um Senado homogêneo, sistematicamente dissimulado no modo como pensava e agia, Dião ignorou que grande parte desses homens podem ter realmente entendido as intenções de Augusto e visto nelas abertamente uma solução para as discórdias civis. Ignorou também possíveis focos de resistência política às decisões do *princeps*, algo que pode ser notado pelos diversos atentados - fracassados - contra sua vida. A perspicácia da narrativa de Dião Cássio, no entanto, está em reconhecer a importância das relações patronais estabelecidas entre o *princeps* e grande parte dos senadores que tinham sido mantidos após sua ascensão. Na própria *Res Gestae*, sua autobiografia política, Augusto irá afirmar:

³³ RICH, 2013, p. 48-49.

³⁴ Dio. LIII, 2.

³⁵ RICH, 2013.

³⁶ Diz Tácito em *Ann* 4.71.1, que Tibério possuía “em suas virtudes a capacidade de dissimulação”. *ex virtutibus suis quam dissimulationem diligebat*.

A Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-me comandante da guerra que venci em Ácio. Juraram de modo idêntico as províncias das Gálias, as Espanhas, a África, a Sicília e a Sardenha. Houve então mais de setecentos senadores a combaterem sob minhas insígnias. Dentre esses, os que antes ou depois se tornaram cônsules, até o dia em que essas linhas foram escritas, somam oitenta e três; além desses, cerca de cento e setenta sacerdotes³⁷.

Como podemos perceber as relações de patronato³⁸ entre Augusto e os senadores que o apoiaram em Ácio resultaram na elevação política desses homens. Assim, se durante o período republicano as relações entre *clientes-amici-patroni* contribuíram para o acúmulo de poder por parte de alguns aristocratas, no Principado elas se tornaram um meio importante de legitimação política da posição do *princeps*. É nesse sentido que Ronald Syme³⁹ expôs o governo de Augusto - em especial até a morte de Mecenas e Agripa - como o governo não de um só homem, mas de uma *factio*, e a história do Império Romano, independentemente do regime, como sendo sempre regida pelas elites.

No entanto, o Principado, no decorrer do século I d.C, foi progressivamente, cada vez mais, personificado pelos *principes* governantes. O *princeps*, em tese, atuava como um poder moderador distribuindo honras e magistraturas, se tornando assim o centro das relações sociais. Para Andrew Wallace-Hadrill⁴⁰, os imperadores passaram a controlar as relações de patronato mais importantes do Império e a aristocracia ficou com as relações menores, visando o acesso aos benefícios imperiais⁴¹. Isso pode ser evidenciado no epistolário pliniano, onde a proximidade de Plínio, o Jovem com

³⁷Cf. R.G. XXV. *Iuravit in mea verba tota Italia sponte sua, et me belli quo vici ad Actium ducem depoposcit; iuraverunt in eadem verba provinciae Galliae, Hispaniae, Africa, Sicilia, Sardinia. Qui sub signis meis tum militaverint fuerunt senatores plures quam DCC, in iis qui vel antea vel postea consules facti sunt ad eum diem quo scripta sunt haec LXXXIII, sacerdotes circiter CLXX.* (Tradução Antonio Martinez Rezende, 2007).

³⁸ Uma relação de patronato envolvia a troca de bens e serviços; *beneficium, officium, meritum* (SALLER, 1982, p. 15). O jovem Sêneca (Sen. *Ben.* I. 4.2) vai definir o patronato como uma relação de troca voluntária entre homens de poder e status desigual - quando o poder e o status eram equivalentes a relação era definida como *amicitia*. Ambas as relações tinham uma conotação de reciprocidade, entretanto, quando aplicada à escravidão da aristocracia perante o poder imperial, a relação *patronus/cliens* poderia ser tomada por indicação pejorativa.

³⁹ SYME, 1939, p. 7.

⁴⁰ WALLACE-HADRILL, 1996, pp. 285-305.

⁴¹ Sobre os benefícios imperiais: Cf. Sen. *Benef.* I.14-15.

Trajano garantia benefícios ao senador e aos seus clientes. Em *Ep. X, 4, 1-2* Plínio vai pedir ao imperador que conceda a um amigo, Volcônio Romano, a dignidade senatorial:

A tua indulgência, ó magnífico imperador, que sempre mui plena a reconheci, exorta-me que eu ouse a ti empenhar-me em favor de amigos; dentre estes, Vocônio Romano, desde tenra idade meu colega e companheiro, ocupa para si lugar especial. Por esses motivos, já solicitava de teu divino pai que o promovesse à ordem mais importante.⁴²

Ao final da carta Plínio, o Jovem faz algumas considerações importantes:

Rogo-te, então, senhor, que me faças merecedor de minha mui desejada felicitação e, assim o espero, intercedas em nome de minhas honestas intenções, a fim de que não somente eu possa me cobrir de glória por causa de teus juízos, mas também um amigo⁴³.

Quanto a isso, Richard Saller destacou que o acesso às magistraturas representou um ponto essencial de constituição da *auctoritas* dos membros da elite aristocrática sob a *res publica*. Durante o Principado, entretanto, o imperador monopolizou esse acesso através das *commendationes* e *adlectiones*. Nesse sentido, a aristocracia criava sua própria rede de *amicitia*, tendo em vista a proximidade com o poder imperial⁴⁴. Tal sistema não retirava a autonomia das relações aristocráticas, mas inseria o *princeps* como elemento regulador das mesmas. Este modelo foi apresentado por Wallace-Hadrill como o equivalente a um sistema solar, no qual o imperador seria o Sol e as *domus* aristocráticas corresponderiam a satélites, orbitando ao seu redor. Sem luz própria, tais satélites apenas refletiriam o brilho solar⁴⁵.

Fábio Favversani também propõe que o poder imperial é resultado das redes de clientela, mas que seu funcionamento e operacionalização dependiam em larga medida das relações sociais de produção e de relações sociais institucionalizadas⁴⁶. Um exemplo

⁴² *Indulgentia tua, imperator optime, quam plenissimam experior, hortatur me, ut audeam tibi etiam pro amicis obligari; inter quos sibi vel praecipuum locum vindicat Voconius Romanus, ab ineunte aetate condiscipulus et contubernalis. Quibus ex causis et a divo patre tuo petieram, ut illum in amplissimum ordinem promoveret.*

⁴³ *Rogo ergo, domine, ut me exoptatissimae mihi gratulationis compotem facias et honestis, ut spero, affectibus meis praestes, ut non in me tantum verum et in amico gloriari iudiciis tuis possim.*

⁴⁴ SALLER, 1982, p. 78.

⁴⁵ WALLACE-HADRILL; 2006, pp. 283-308.

⁴⁶ FAVERSANI; 2009, p. 42-65.

dessas relações institucionalizadas – nesse caso entre o *princeps* e os senadores – podem ser vistas através de um novo debate sobre a inserção de membros na Cúria, que, segundo Tácito, aconteceu durante o governo do imperador Cláudio. Segundo o historiador latino, nessa época as *gentes* mais antigas do Senado já se achavam quase extintas⁴⁷, tanto as que Rômulo havia denominado maiores, quanto as que L. Bruto havia dado o nome de menores⁴⁸, ou ainda aquelas aprovadas por Júlio César e Augusto, pelas Leis Cássia⁴⁹ e Sênia⁵⁰, respectivamente.

Diante desse cenário, os escritos taciteanos narram uma discussão sobre a concessão da dignidade senatorial a nobres da Gália Comata. Tácito vai destacar o conflito de opiniões: de um lado, aqueles que desconfiavam da elevação de uma nobreza estrangeira ao Senado, de outro os que eram a favor de concessão. O imperador, como é mostrado a seguir, fazia parte do segundo grupo. As palavras de Cláudio ao Senado foram:

Meus ancestrais, dentre os quais o antiquíssimo Clauso, de origem Sabina, que simultaneamente foi admitido em Roma e entre as famílias patrícias, exortaram-me que me servisse de seus justos conselhos na administração da República, transferindo-lhe o quanto houvesse de mais ilustre⁵¹.

Em seguida:

(...) todas estas coisas, ó padres conscritos, consideradas agora vetustíssimas, já em algum momento foram consideradas novas: aos patrícios sucederam os magistrados plebeus, depois destes seguiram-se Latinos, e depois dos latinos, magistrados

⁴⁷ Tac. *Ann.* XI, 25, 2

⁴⁸ Chamada *maiorum gentium* e *minorum gentium*, respectivamente. Segundo a lenda Rômulo, primeiro rei e fundador de Roma, quando criou o Senado, como conselho administrativo da cidade, nomeou os 100 homens mais distintos da pólis (*patres maiorum gentium*). Posteriormente, com a anexação de novos territórios e a influência etrusca houve reformulações do *corpus* senatorial nos governos de Tarquínio Prisco e Lúcio Bruto – este último já sob o advento da República – e um aumento do número de senadores para 300. Por isso houve a necessidade de anexar uma diferenciação às famílias mais antigas das novas (*patres minorum gentium*). Cf: Liv. I, 26, 5; II, 1-2.

⁴⁹ Lei aprovada em 44 a.C por Júlio César, permitia ao ditador adicionar novas famílias à *ordo* senatorial.

⁵⁰ Lei aprovada em 30 a.C que dava a Otaviano o poder de reestruturar a *ordo* senatorial, fragmentada após as guerras civis. A Lei foi aplicada no ano seguinte (29 a.C), incluindo a admissão de novas famílias ao Senado.

⁵¹ *maiores mei, quorum antiquissimus Clausus origine Sabina simul in civitatem Romanam et in familias patriciorum adscitus est, hortantur uti paribus consiliis in re publica capessenda, transferendo huc quod usquam egregium fuerit.* Tac. *Ann.* XI, 24, 1.

provenientes dos demais povos da Itália. Isto também envelhecerá, e aquilo que hoje examinamos através de exemplos, entre os exemplos um dia estará⁵².

O resultado desse conflito entre o Senado é decidido, no caso citado, pela atuação do imperador⁵³: os gauleses são aceitos na Cúria. Cabe salientar que pela narrativa taciteana o imperador respeita as discussões do Senado e emite sua opinião, sem uma imposição evidente. Cláudio destaca no primeiro trecho uma justificativa interessante à sua opinião favorável ao acréscimo desses gauleses no Senado. Segundo ele, seus antepassados – de origem Sabina – lhe ensinaram a escolher aqueles que eram “ilustres” - *egregium* - na administração da República, a despeito das suas origens. Ao procurar esses indivíduos fora de Roma, ou da Itália, Tácito, através das palavras de Cláudio, destaca uma crítica intrínseca à tradicional aristocracia romana que havia sobrevivido àqueles tempos. É essa aristocracia cidadina que a narrativa taciteana dos *Anais* criticou mais duramente, como adulara e servil⁵⁴.

Desde o final do século I a.C, devido a causas diversas - dentre as quais a baixa fertilidade, as inúmeras perseguições políticas e proscricções, além das guerras civis de 69 -, a aristocracia romana foi gradativamente cedendo espaço, primeiro para uma

⁵² *quae nunc vetustissima creduntur, nova fuere: plebeii magistratus post patricios, Latini post plebeios, ceterarum Italiae gentium post Latinos. inveterascet hoc quoque, et quod hodie exemplis tuemur, inter exempla erit.* Tac. *Ann.* XI, 24, 4.

⁵³ As fontes vão registrar que a autoridade do imperador raramente era contestada pela cúria senatorial, a maior incidência desses casos se dá justamente durante o principado de Augusto, no qual Suetônio e Plínio, o Jovem vão nos falar que ainda havia certa liberdade de ação. O julgamento de Grânio Marcelo (Tac. *Ann.* I, 74, 4) é interessante para ilustrarmos o peso da opinião do *princeps*. Nesse cenário é que Tácito narra o primeiro momento em que Tibério, rompeu a sua frieza e expressou sua vontade em opinar abertamente no Senado. Esse comportamento gerou inquietação nos senadores, retratada nas palavras de Cneio Pisão. Perguntou Pisão: “‘Em que posição’, disse, ‘votarás, César? Se primeiro, terei algo a que seguir; se depois de todos, temo que, imprudente, eu discorde’”. *quo' inquit 'loco censebis, Caesar? si primus, habebo quod sequar: si post omnis, vereor ne imprudens dissentiam.* Nesse caso, como o da votação sobre a inclusão de aristocratas da Gália Comata no Senado a palavra do imperador era ouvida como última instância antes da aprovação de um *senatus consultum*. O desacordo com o *princeps* além de ser em muitos casos perigoso, era extremamente interessante para qualquer aristocrata que pretende-se ter uma carreira política avançada.

⁵⁴ Segundo Marco Antônio Colares: “Na prática, Syme defendeu a ideia de que os agentes do novo regime instrumentalizaram concepções ideológicas moralizantes de regiões interioranas do Império para fins de manutenção dos privilégios econômicos da aristocracia da capital, mesmo na esteira da relativa perda de suas prerrogativas políticas diante da centralização do poder nas mãos de um de seus membros”. (COLARES, 2010, p. 36).

aristocracia municipal itálica e, depois, provincial⁵⁵. A dignidade senatorial, como vai nos mostrar Keith Hopkins, se abriu para novas *gentes* em uma velocidade de uma centena por geração. Isso era o suficiente para acomodar todos os filhos de procuradores equestres e outros indivíduos emergentes de *ordines* inferiores⁵⁶. Por outro lado, uma nova ordem equestre foi recrutada de novas famílias, provindas de aristocracias municipais e provinciais. O resultado desse contexto, para Saller, “pode ser visto na mudança da composição do Senado por região, de grande parte italiana no início da dinastia dos Flávios a apenas metade italiana até o final do segundo século⁵⁷”.

Saller ainda vai destacar que: “(...) o principado foi caracterizado pela unificação progressiva do Império por meio de processos complementares de mobilidade social e de difusão cultural - ou seja, a provincianização da aristocracia imperial em Roma, e a romanização das elites locais nas províncias”. Essa postura parece ser compartilhada por Norberto Luiz Guarinello. Em seu livro *História Antiga*, Guarinello vai afirmar que o séculos I e II d.C foram marcados pela porosidade das fronteiras romanas quanto à participação política e social. Para Guarinello, durante esses séculos o Império – principalmente em sua parte ocidental – foi se tornando, culturalmente, mais homogêneo⁵⁸. Isso se deu em grande parte pelo aumento da conectividade de pessoas e produtos nas margens do mar Mediterrâneo, mas também pelo estabelecimento de uma nova estrutura política, que impôs uma integração de elites provinciais através do poder

⁵⁵ Saller (2008, p. 837) vai afirmar que “O ritmo acelerado da mobilidade da elite em Roma foi definido pelo fracasso da ordem senatorial em reabastecer seus números com filhos e netos. A maioria das trinta e nove famílias patrícias conhecidas nos períodos de Vespasiano e Trajano desapareceu do registro existente em meados do século II. Mais amplamente, apenas de um quarto a um terço dos cônsules neste período teve filhos que atingiram o mesmo nível de eminência”. Já Pierre Grimal destaca que as diferenças entre as elites provincianas e as elites italianas vão diminuindo no decorrer do século I d.C, na medida em que os provincianos eram, progressivamente, agregados à sociedade romana (GRIMAL, 1984 p.56).

⁵⁶ HOPKINS, 1983, vol. 2, pp. 99-118.

⁵⁷ SALLER, 2002, p. 837. É através desse contexto ambivalente que a *gens* Ulpia, do imperador Trajano, vai se afirmar na política imperial. De acordo com Dião Cássio, a genealogia do imperador Trajano, era de origens Ibéricas, e o próprio Trajano, não era nem um italiano, nem um italiota (Dio. *Hist Rom.* LXVIII, 4, 1-2). Entretanto, Julián Bennett vai localizar as origens do nome Ulpus na Úmbria, região norte da Itália (BENNETT, *loc. cit*). Bennet confirma o nascimento espanhol de Trajano, mas nega a genealogia ibérica atestada por Dião Cássio. Para ele, as origens do nome Ulpus na Úmbria, região norte da Itália. O historiador ainda vai destacar que não se sabe ao certo quando a *gens* Ulpia migrou para Itálica, e atesta para a possibilidade de ter sido após a conquista da região por Scipião (206 a.C) e a sua ocupação como colônia militar, mas não exclui a possibilidade da migração civil, tendo em conta a prosperidade da região nas décadas posteriores a sua colonização (BENNETT, *loc. cit*).

⁵⁸ GUARINELLO, 2013, p. 139-148.

do imperador. Essa elite provincial, e municipalizada – já que, como Guarinello vai afirmar, provinha das cidades – estabelecia uma relação de patronato com o *princeps*, através de um apoio, mútuo, tanto político, como econômico e militar⁵⁹.

A República Romana nunca foi um regime sustentado pela igualdade (*aequabilitas*). Isso também vai se refletir também na competição política. Richard Saller vai afirmar que a classificação social romana por *ordines* era exclusivista, e marginalizava os grupos sociais devido ao nascimento e condição econômica. Aos grupos inferiores eram delegados trabalhos de menor dignidade, mas que contribuíam ativamente para o funcionamento da sociedade (*Scribae, viatores, lictores e praefones*)⁶⁰. Esse arranjo social se manteve após a Batalha de Ácio, quando, apesar de terem perdido grande parte de sua autonomia política, os senadores ainda representavam a elite administrativa do Império. Segundo Cizek, a presença de magistraturas republicanas sob o Principado representou a restauração de uma ordem conservadora que se apoiava em uma aristocracia oligárquica⁶¹.

No entanto, podemos observar que o novo contexto político instituído a partir do final do século I a.C foi responsável por modificar as relações sociais, interferindo diretamente na estrutura das *ordines* e elevando indivíduos de posição social inferior às dignidades recebidas⁶². Isso se deu, principalmente, devido à importância das relações patronais do *princeps* com os demais componentes da ordem social. Quanto maior a proximidade com o imperador, mais benefícios eram garantidos aos indivíduos. Richard Saller vai destacar a ambivalência dessa situação, pois o *princeps* também fundamentaria seu poder através da elevação de amigos e clientes, pessoas leais a ele, aos cargos mais importantes do Estado romano⁶³. Com isso, uma nova estratificação social se fazia dissonante, concorrente àquela tradicionalmente republicana.

Um exemplo dessa dissonância entre posição e status eram os libertos imperiais, principalmente sob os governos da dinastia Júlio-Cláudia. Enquanto esses libertos permanecem dependentes de acordo com suas origens servis, a ordem social não era contestada. Mas na sociedade romana do Principado, a mobilidade econômica e as

⁵⁹ *Ibidem*, p. 143.

⁶⁰ SALLER, 2008, p. 818.

⁶¹ CIZEK, 1990, p.145.

⁶² WALLACE-HADRILL, 1982, p. 14.

⁶³ SALLER, 1982, pp. 41-55.

relações com o imperador permitiram que alguns – indivíduos - mesmo que poucos - tivessem a oportunidade de adquirir um grande poder político e econômico: quatro dos dez homens mais ricos conhecidos do Principado foram libertos imperiais⁶⁴. Esses homens poderiam até certo ponto ser mantidos em posições que reconhecessem sua riqueza merecida e honrosa e que fossem adequadas ao seu nascimento – como, por exemplo, a criação e elevação da *ordo* dos Augustais. No entanto, alguns libertos não se mantiveram em uma posição subordinada e acabaram por inverter os papéis de superioridade e inferioridade nas posições de status⁶⁵.

Experiências amargas e humilhantes dos senadores com esses libertos poderosos deixaram uma marca indelével na memória coletiva da aristocracia. Duas gerações após o principado de Nero, Plínio, o Jovem ainda expressava sua indignação com as honras concedidas a Palas⁶⁶. Além disso, Tácito e Suetônio acusaram o imperador Cláudio p ser excessivamente tolerante com suas mulheres, libertos e escravos⁶⁷. Diante desse

⁶⁴ *Idem*, 2000, p. 831.

⁶⁵ Desde meados do século I a.C, as instituições tradicionais, como o Senado, apresentavam sinais de decadência. O golpe final a esse modelo político foi a personalização do poder na figura do Imperador. Concomitantemente a isso, a ascensão dos *novi homines* e dos *liberti* foi responsável por ampliar a máquina estatal e fazer com que a relação entre o *princeps* e os grupos políticos mais tradicionais, prejudicados pelo nova ordem política e social, entrasse em conflito (ROSSI & CINTRA, 2009, p. 115).

⁶⁶ Em carta a Montano, Plínio, o Jovem (*Ep.* VII, 29, 2) vai deixar clara a insatisfação da aristocracia de sua época com a posição inapropriada ocupada por libertos, citando o exemplo de Palas, liberto de Cláudio e Nero: “Rirás, em seguida, indignar-te-ás, depois rirás de novo, se leres aquilo que se não leres não serás capaz de crer. Há, na Via Tiburtina, no espaço entre o primeiro marco demarcatório – notei que era bem proximamente -, um monumento dedicado a Palas com a seguinte inscrição: 'A este homem, o senado por sua fidelidade e piedade para com seus patronos concedeu as insígnias pretorianas e a soma de quinze milhões de sestércios, por cuja homenagem contentou-se”. *Ridebis, deinde indignaberis, deinde ridebis, si legeris, quod nisi legeris non potes credere. Est via Tiburtina intra primum lapidem — proxime adnotavi — monimentum Pallantis ita inscriptum: 'Huic senatus ob fidem pietatemque erga patronos ornamenta praetoria decrevit et sestertium centies quinquagies, cuius honore contentus fuit.* Plínio vai repetir sua indignação em *Ep.* VIII, 6.

⁶⁷ Em *Ann.* XI, 28, 1 Tácito vai afirmar que : "O medo, sem dúvida, se insinuava naqueles que já atinavam para o fato de Cláudio ser indolente e sujeitado à esposa, bem como para as muitas mortes levadas a cabo por ordem de Messalina”. *metus reputantis hebetem Claudium et uxori devinctum multasque mortes iussu Messalinae patratas.* Já Suetônio, em *Cl.* XXVIII, 3, vai dizer que: “Acima de todos, porém, estavam o secretário Narciso e o superintendente Palas, aos quais Cláudio viu conceder com agrado, mediante senadoconsulta, não apenas enormes recompensas, como as insígnias de questor e pretor; além disso permitiu-lhes que amealhassem desonestamente grandes riquezas, e certa feita, lamentando a pobreza de sua bolsa, responderam-lhe bem a propósito que ‘teria dinheiro em abundância se seus dois libertos o tomassem para sócio’”. *sed ante omnis Narcissum ab epistulis et Pallantem a rationibus, quos decreto quoque senatus non praemiis modo ingentibus, sed et quaestoriis praetoriisque ornamentis honorari libens passus est; tantum praeterea acquirere et rapere, ut querente eo quondam de fisci exiguitate non absurde dictum sit, abundaturum, si a duobus libertis in consortium reciperetur* (Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa, 2003). Para um debate completo sobre a representação de Cláudio nas obras de Tácito e Suetônio: Cf. MANCINI, Willian, Vieira. *Imago Claudii: as*

contexto, tornava-se natural pensar que aos olhos da aristocracia senatorial o bom imperador era aquele que protegia a estratificação social por *ordines*, através da concessão de honras e magistraturas de acordo com os critérios aristocráticos tradicionais de nascimento, riqueza e excelência.

Segundo Theodor Mommsen, a história dos *principes* da casa Julio-Claudia é também a história da fase final do governo da *nobilitas* romana⁶⁸. Mommsen destaca que o governo dessa dinastia foi marcado por uma substituição gradual da aristocracia romana. Como já vimos, uma nova elite, originalmente itálica, foi promovida, em grande parte devido ao apoio imperial durante o principado de Augusto. Esses aristocratas, no entanto, não tinham uma longa linhagem ancestral para evidenciar em seus átrios⁶⁹ e nem conexões claras com as tradicionais famílias republicanas. Duas prerrogativas, nesse contexto, se firmam como fundamentais para a legitimação desses *noui homines*: a demonstração de virtudes e de riqueza. Aloys Winterling⁷⁰ vai destacar que a posição central do *princeps* monopolizava o acesso às *honores* e às principais magistraturas, não oferecendo incentivos ao florescimento de virtudes individuais. Mesmo assim, quando a nobreza era demonstrada em excesso, os virtuosos se tornavam rivais, desafiantes do prestígio imperial, que tinha o *princeps* como o cidadão mais valoroso da *res publica*.

Com isso, Richard Saller vai afirmar que a exibição de riqueza sob os autocratas se tornava a forma mais eficiente de demonstrar um alto status social⁷¹. A denúncia de Tácito de que sob a aristocracia senatorial vigente nos governos de Tibério a Nero o luxo e a servidão substituíram a honra e a virtude é pertinente nesse sentido:

Outrora, ricas famílias de nobre origem e insignes em dignidade deixavam-se levar por causa do zelo em ostentar magnificências. Pois, então, ainda era lícito cultivar o povo, os aliados e os reinos e, por eles, ser também cultivados; e que qualquer um,

representações de Sêneca, Tácito e Suetônio sobre o Imperador Cláudio e seu principado. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de PósGraduação em História, 2012.

⁶⁸ MOMMSEN, 1996, p. 179.

⁶⁹ O átrio era um salão aberto, localizado na maioria das casas de aristocratas romanos. Era nesse espaço onde ficavam expostos os espíritos ancestrais (no *lararium* mais especificamente). Além de ter um sentido religioso, o átrio também era um espaço onde as *gentes* romanas expunham sua nobreza e tradição através de antepassados proeminentes.

⁷⁰ WINTERLING, 2009, p.41.

⁷¹ SALLER, 1998, pp. 177-178.

pomposo em virtude do fasto das riquezas provindas de sua casa, era tido como mais ilustre por meio do nome e do número de clientes que ostentava. Depois dos cruéis assassinatos, a magnitude da fama era motivo de ruína, e tornaram os que restaram mais sensatos. Ao mesmo tempo os novos homens, provindos dos municípios, colônias e ainda das províncias, admitidos em número no Senado, levavam a parcimônia doméstica e, ainda que, fosse pela Fortuna, fosse pela astúcia, muitos alcançassem uma velhice opulenta, permaneciam sob a velha austeridade⁷².

Tácito, no trecho acima, vai evidenciar que as demonstrações exageradas de riqueza, assim como de virtude, vão se tornar nocivas ao regime devido ao caráter tirânico que o Principado assume, se transformando em *dominatio*, onde os governantes não admitiam, de forma alguma, aspirantes ao poder imperial. Esse cenário implica na necessidade novos comportamentos para os senadores em geral, mas que os escritos taciteanos qualificam como mais facilmente assimilado pelos homens provindos dos municípios coloniais e das províncias: a prudência (*prudentia*) e a constância (*constantia*). Esse elogio à *prudentia* e à *constantia* aliadas à *moderatio* (moderação) dessa nova elite emergente, em paralelo com o comportamento destemperado de uma aristocracia tradicionalmente romana e itálica, é uma marca registrada das obras de Tácito e Plínio, o Jovem.

A dinastia Flávia, considerando o trauma recente do governo de Nero, procurou diminuir consideravelmente a atuação dos libertos e escravos imperiais na política do Principado⁷³, mantendo certo grau de constância e disciplina no trato com luxo. Quanto a isso, o governo de Vespasiano foi marcado pela acentuada substituição da elite administrativa do Império; de itálicos por membros das elites provinciais, das antigas famílias senatoriais por membros equestres. Essa postura se repetiu nos governos

⁷² Tac. Ann. III, 55, 1-3. *dites olim familiae nobilium aut claritudine insignes studio magnificentiae prolabebantur. nam etiam tum plebem socios regna colere et coli licitum; ut quisque opibus domo paratu speciosus per nomen et clientelas inlustrior habebatur. postquam caedibus saevitum et magnitudo famae exitio erat, ceteri ad sapientiora convertere. simul novi homines e municipiis et coloniis atque etiam provinciis in senatum crebro adsumpti domesticam parsimoniam intulerunt, et quamquam fortuna vel industria plerique pecuniosam ad senectam pervenirent, mansit tamen prior animus.*

⁷³ Se sob os imperadores da dinastia Júlio-Claudiana o contato com a família imperial e seus libertos ultrapassou qualquer limite, em geral, os imperadores posteriores não receberam fortes críticas nesse sentido, embora as cartas de Fronto e outras evidências mostrem que os membros da *domus imperial* continuaram a ser valiosos como forma de acesso alternativo ao *princeps* (SALLER, 2000, p. 841).

posteriores de Tito e Domiciano. Segundo Julián Bennet “Domiciano reafirmou distinções sociais, o decoro público e militou ativamente para uma restauração da moralidade pública⁷⁴”. Por outro lado os Flávios monopolizaram as principais dignidades aristocráticas, reservando as principais magistraturas ao uso particular da *gens* e suprimindo, de forma arbitrária e violenta, qualquer vestígio de oposição por parte do Senado.

Através de um sistema de *beneficia* restrito, onde, salvo pouquíssimas exceções, somente membros da *gens* Flávia recebiam admissão ao consulado, Domiciano monopolizou os principais meios de acesso ao poder. Além disso, como vai atestar Aloys Winterling, tornou-se um dever para os senadores estar presente nas *salutationes* imperiais, e o mesmo valia para os banquetes promovidos para centenas de pessoas. Essa prática já era, em menor escala, um lugar-comum sob seus antecessores. Entretanto, enquanto sob *principes* anteriores ser convidado a banquetes e *salutationes* era algo que resultava do favor imperial, sob Domiciano o medo tomou conta tanto dos *amici principis*, como daqueles que haviam sido excluídos. Plínio, o Jovem vai relatar que o imperador apenas dissimulava compartilhar a mesa com os senadores enquanto os observava de forma agressiva⁷⁵. Já Tácito vai caracterizar Domiciano como a pior espécie de inimigo, “aquele que louva”⁷⁶.

A *amicitia* com o imperador se tornou algo indesejável e perigoso, uma espécie de mecanismo para o governante controlar os senadores. Segundo Juvenal, a aristocracia daquele tempo conheceu “o medo da grande e miserável amizade⁷⁷”. A necessidade por parte de Domiciano de monopolizar todos os símbolos de grandeza se fez presente tanto na negação de honras públicas a outros, como na repressão às grandes fortunas do Império. Segundo Suetônio:

Por toda a parte (Domiciano) confiscava os bens de vivos e mortos, qualquer que fosse o delator, qualquer que fosse a acusação, bastava ser acusado da menor infração, e da referência

⁷⁴ BENNETT, 1997, p. 29. Para Bennett a crítica manifestada pela aristocracia não veio pelo favor imperial em si, mas porque esse favor estar sendo direcionado às pessoas erradas, especialmente mulheres e libertos, desrespeitando a hierarquia das *ordines*. As pessoas certas, na opinião dos nossos autores de elite, foram *amici* senatoriais e equestres do imperador. Cf: Plin. *Ep.* IX, 5, 3.

⁷⁵ Plin. *Pan.* 49, 6.

⁷⁶ Tac. *Agr.* 41, 1

⁷⁷ Juv. IV, 74. *facie miserae magnaue sedebat pallor amicitiae.*

mais insignificante contra a majestade do *princeps*. Confiscava para ele as heranças mais estranhas, contanto que uma só pessoa assegurasse haver ouvido alguém dizer em vida que o César era seu herdeiro⁷⁸.

As acusações e condenações de personagens próximos ao imperador sem motivos aparentes isolaram o governante e fragilizaram a lealdade de seus principais administradores. Tanto Plínio quanto Tácito deixam implícito que, durante esse governo, o imperador não garantia a lealdade através de *beneficia*, mas por sua crueldade extrema, que gerava o medo em todos ao seu redor⁷⁹. Nesse ponto, a insegurança foi, talvez, a principal razão da queda de Domiciano. Diante desse cenário, a aristocracia senatorial reagia de forma variada, como vão nos mostrar Fábio Duarte Joly e Fábio Favversani:

(...) não há unidade nessa aristocracia e, ainda menos, se trata de um grupo estático. Percebe-se que posturas adquiridas mudam apenas lentamente (quer para adotar a parcimônia, no caso dos que vivem em Roma, quer para passar à ostentação autodestrutiva, para os que vieram de outras partes da Itália e das províncias), mesmo que o comportamento possa mudar mais rapidamente (a cada novo príncipe, os adutores mudariam de pronto seu comportamento, embora a postura não se alterasse). As mudanças, assim, não são sempre rápidas ou lentas, não são uniformes e, sobretudo, não são universais⁸⁰.

O contexto apresentado é marcado pela grande competição aristocrática, sendo a aristocracia senatorial pouco homogênea e marcada por uma postura maleável frente aos interesses imperiais, que por sua vez, tinham atuado durante grande parte do século I d.C. como um aparelho repressivo às estruturas sociais republicanas. É diante desses problemas que Nerva e Trajano vão governar. É também em diálogo com esse contexto, que Plínio, o Jovem e Tácito vão escrever suas obras. Essas obras são, sim, literárias, mas em um mundo como o romano dos séculos I e II d.C a literatura não era meramente um lazer, mas assumia uma postura politicamente direcionada, pela atuação e posição

⁷⁸ Sue. *Dom.12.2. Satis erat obici quaecumque factum dictumve adversus maiestatem principis. Confiscabantur alienissimae hereditates vel uno existente, qui diceret audisse se ex defuncto, cum viveret, heredem sibi Caesarem esse.*

⁷⁹ Plínio, o Jovem vai relatar que seu nome foi um daqueles encontrados na lista de morte do Imperador.

⁸⁰ FAVERSANI & JOLY, 2013, p. 140.

social de seus autores. É justamente isso que procuraremos discutir através de uma análise da vida política de Tácito e Plínio.

1.1. Tácito e o Principado.

“O historiador político não pode ser entendido de forma isolada”⁸¹. Com essas palavras, o neozelandês Ronald Syme apresenta uma importante chave de leitura no prefácio de sua obra *Tacitus*, publicada em 1958, pela *Oxford University Press*. O que Syme propôs foi justamente uma releitura das obras taciteanas, tendo em vista o contexto de produção, as tradições historiográficas e a experiência individual de seu autor. Perguntas como: quem era Tácito?⁸² “Com quem ele dialogava?”⁸³ “Como suas obras refletiam o momento em que ele escrevia?”⁸⁴ foram respondidas por Syme, e passaram a preocupar qualquer historiador interessado em estudar os escritos taciteanos.

Ronald Syme qualificou o historiador latino como “um orador magnífico”, que “escreveu sob uma tradição elevada. Mas ele não foi um mero expositor eloquente. Ele foi um senador romano, cônsul e Procônsul na Ásia”⁸⁵. Diante dessas mesmas perspectivas Edward Gibbon, afirmou que Tácito foi “o primeiro dos historiadores que aplicaram a ciência da filosofia ao estudo dos fatos”⁸⁶. Gibbon acreditava que a historiografia ideal deveria ser escrita por “historiador-filósofo”. A posição do historiador como agente social na antiguidade também é destacada por Arnaldo Momigliano. O pesquisador italiano afirmara que Tácito “escreveu como um homem que estava dentro do processo da corrupção tirânica que descrevia”⁸⁷, e que por isso “desenvolveu um interesse por homens e mulheres individualmente”⁸⁸. Ignorar a posição de Tácito dentro da sociedade romana é rejeitar que sua escrita tivesse um objetivo social e político além da mera preocupação retórica. Para esses autores, a narrativa taciteana se destacava, tanto na sua preocupação em analisar o contexto político como em seu notável interesse pelas motivações humanas.

⁸¹ SYME, 1958, p. 1.

⁸² *Ibidem*, p.59-74; p. 534-584.

⁸³ *Ibidem*, p. 130-203; p. 263-364.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 86-99; p. 217-253; p. 585-611.

⁸⁵ SYME, *op. cit.*, p. 1.

⁸⁶ GIBBON, 1909, IX, p. 230.

⁸⁷ MOMIGLIANO, 2004, p. 185.

⁸⁸ MOMIGLIANO, 2004, p. 185.

É justamente isso que o inglês Dylan Sailor, em seu trabalho *Writing and Empire in Tacitus*, buscou discutir. Para Sailor, as obras taciteanas, buscaram influenciar – mesmo que indiretamente – o comportamento político e social de sua época, mas ao mesmo tempo também sofreram uma indissociável influência pela posição política ocupada por seu autor. Segundo Sailor:

(...) saber que ele (Tácito) era um senador e cônsul é importante, pois justifica a nossa confiança em seu domínio, e por consequência do trato, da arte política; sabendo que ele foi um advogado brilhante ilumina o seu virtuosismo linguístico; sabendo o seu lugar de origem pode-se explicar a orientação e os interesses da sua narrativa; sabendo quando ele morreu poderia nos dizer se podemos ler partes do seu último trabalho, *Anais*, como sendo do principado de Adriano. Poucos valorizam essas informações para os seus próprios resultados; nós necessitamos delas porque elas nos ajudam a interpretar o que ele [Tácito] escreveu ⁸⁹.

Fica evidente nessa passagem que a contextualização de Tácito e a vinculação de sua vida pública – ou política – com o seu *cursus* literário são importantes para compreendermos com maior profundidade a obra taciteana. Nesse sentido, algumas questões devem ser esclarecidas para apreendermos melhor aquilo que será desenvolvido no decorrer dessa dissertação: quem foi Tácito? Como ele interagiu com seu contexto social? Como a sua vida pública influenciou na sua escrita política? Começemos então pela primeira pergunta: quem era Tácito?

Caio (Publius⁹⁰) Cornélio Tácito foi um político e historiador romano que viveu entre 56 (ou 57)⁹¹ a 120. Suas origens são obscuras e pouco se sabe a respeito de sua

⁸⁹ SAILOR, 2008, p. I.

⁹⁰ Não se sabe ao certo se seu prenome foi “Publius” ou “Gaius”. Segundo Syme (SYME, 1958, 59), Sidônio Apolinário se refere a ele duas vezes como “Gaius”. Entretanto, o *Codex Mediceus*, encontrado na época da Renascença, tem referido ‘P.Corneli’ no topo das primeiras páginas dos livros I e III dos *Anais*. Sobre o verdadeiro nome de Tácito outra dúvida surgiu recentemente. Geza Alföldy revisou algumas descobertas arqueológicas catalogadas por W. Hazen. Alföldy atribuiu um monumento funerário (CIL. VI, 1574) encontrado na Gália a Tácito. Essa descoberta possibilitou problematizarmos uma série de novas questões sobre a sua carreira política. Anthony Birley, em um artigo intitulado *The Life and Death of Cornelius Tacitus* (2009), afirma que o historiador latino também tinha o nome gentílico de *Caecina Paeto*. Sua hipótese parte das descobertas de Alföldy que alertaram para um C.A., encontrado na parte inicial da inscrição, junto ao resto do nome de Tácito. Birley baseia suas suposições no fato dessa inscrição funerária ter sido encontrada próxima a outras, pertencentes a homens com o nome *Caecina* e por existirem, no terceiro século, diversos membros dessa família com o cognome *Tacitus*.

família. Algumas fontes lhe atribuem origens itálicas⁹² e outras dizem que nasceu em algum lugar da Gália Narbonense⁹³. Também sobre a sua família, Plínio, o Velho nos conta sobre certo Cornélio Tácito, cidadão de classe equestre e procurador da Gália Belga⁹⁴. Esse provavelmente seria o pai ou o tio⁹⁵ do nosso historiador. Ao que nos parece, Tácito era certamente um componente de uma nova aristocracia – provincial e municipal - que surgira em regiões periféricas a Roma, o centro político do Império. A Bélgica era uma província muito próspera na época, e o estatuto de equestre⁹⁶ e o cargo ocupado por seu pai ou tio provavelmente facilitou a ascensão de Tácito na vida política romana⁹⁷.

Nada se sabe sobre a infância de Tácito ou sobre sua vida e de sua família durante os principados de Nero, Oto, Galba e Vitélio. Apesar de termos poucas fontes sobre suas origens, o próprio historiador nos conta que é durante o principado de Vespasiano que entra na vida política: “A mim, Galba, Oto e Vitélio não concederam benefícios nem injúrias. Nossa dignidade começou com Vespasiano, com Tito ela aumentou e com Domiciano avançou muito mais, não nego⁹⁸”.

De acordo com Ronald Syme, Tácito chegou a Roma no ano de 75, já sob o principado de Vespasiano, muito provavelmente para terminar seus estudos de

⁹¹ Segundo Syme, Borghesi sugere 55 ou 56 como seu nascimento. Syme contesta essa data baseando-se no *cursus honorum* e nos diversos cargos ocupados por Tácito durante a sua carreira política. SYME, 1958, p. 64.

⁹² Plin. *Ep.* IX, 23, 2. Cf: Mapa do Império Romano na Época de Tácito (Mapas 2 e 3).

⁹³ Plin. *NH.* VII, 75.

⁹⁴ *equitis Romani Belgicae Galliae rationes procurantis.* Plin. *NH.* VII. 76.

⁹⁵ SYME, 1958, p. 60.

⁹⁶ Apesar disso temos a consciência que a ordem equestre apresentava características muito mais móveis do que a ordem senatorial. Segundo Géza Alföldy a ordem equestre no período do Principado, que denomina Alto Império, “[...] não era composta por uma aristocracia de nascimento, mas por uma aristocracia de indivíduos. Na prática, era frequente o filho de um cavaleiro ser também incluído na ordem equestre; falava-se, aliás, igualmente de famílias de cavaleiros; mas tornava-se quase impossível que famílias de cavaleiros continuassem a pertencer à ordem equestre ao longo de várias gerações, como acontecia com a dos senadores, e não apenas pelo fato de muitas dessas famílias não terem filhos. Temos notícias de casos em que o filho de um cavaleiro não manteve a categoria do pai. Compreensivelmente, está bem documentado o processo pelo qual o filho de um cavaleiro ascendia à ordem senatorial. As famílias de cavaleiros constituíam a principal fonte de renovação da ordem senatorial [...]”. ALFÖDY, 1989.

⁹⁷ SYME, p. 71-73.

⁹⁸ *mihi Galba Otho Vitellius nec beneficio nec iniuria cogniti. dignitatem nostram a Vespasiano inchoatam, a Tito auctam, a Domitiano longius provectam non abnuerim.* (Tac. *Hist.* I, 1, 3).

oratória⁹⁹. Supõe-se que no decurso de sua formação tenha sido aluno de Quintiliano, proeminente orador e autor de diversos tratados sobre retórica¹⁰⁰. Por volta do ano 76, aos 20 – ou 21 anos –, Tácito se casou com a filha de Cneu Júlio Agrícola, general de Domiciano, de quem escreveu uma biografia (*De Vita Iulii Agricolae*) em 98. Esse casamento com certeza contribuiu muito para a ascensão política de Tácito, pois seu sogro era uma das figuras mais importantes do Império durante o governo de Vespasiano¹⁰¹. Segundo Syme, um casamento aos vinte anos era comum, pois de acordo com a lei cidadãos casados e (ou) com filhos teriam preferência na eleição para magistraturas¹⁰². Para o historiador Anthony Birley foi também nessa época que Tácito começou a sua carreira política, provavelmente como tribuno militar¹⁰³.

Tal como Tácito nos disse na passagem anteriormente citada das *Histórias*, sob Domiciano sua carreira se elevou. Foi justamente sob esse governo que ele exerceu a função de *quaestor Augusti*¹⁰⁴ (81 ou 82). Essa magistratura pode ser vista não só como uma prova de sua submissão ao regime de Domiciano, mas também da sua proximidade com a casa imperial já que os *quaestores Augusti* eram nomeados diretamente pelo imperador. O exercício dessa magistratura torna quase certo que Tácito tenha, provavelmente dois ou três anos após iniciar seu *cursus honorum*¹⁰⁵, exercido o cargo de tribuno da plebe¹⁰⁶.

⁹⁹ Provavelmente é nessa época que Tácito presencia o célebre debate entre Curiato Materno, Marcos Aper, Julio Secundo e Vipstânio Messala. Essa discussão futuramente inspirou a obra *Diálogo dos Oradores*, publicada sob o principado de Trajano.

¹⁰⁰ Dentre suas obras destaca-se a *Instutio Oratória*, um tratado de oratória e retórica e *Declamationes Majores e Declamationes Minores*. Esses dois últimos, entretanto, foram textos produzidos por seus alunos a partir de suas aulas.

¹⁰¹ Lembrando que Júlio Agrícola foi cônsul em 76. Mais sobre esse consulado Cf: CAMPBELL, 1986, pp. 97-200.

¹⁰² SYME, 1958, p. 64.

¹⁰³ Birley tenta preencher algumas lacunas deixadas no monumento funerário que Geza Alfödy atribuiu a Tácito quanto ao *cursus honorum* do historiador. Cf. BIRLEY, 2000, p. 238-241.

¹⁰⁴ Essa foi uma magistratura imperial, criada no principado de Augusto. Além das responsabilidades financeiras provenientes das funções normais de qualquer questor o *quaestor augusti* era responsável por enviar e às vezes escrever as mensagens e discursos do imperador. Segundo Syme essa magistratura só era dada aos jovens mais promissores de Roma e era um trampolim para uma carreira política de sucesso.

¹⁰⁵ Segundo Mamede Queiroz Dias, em artigo publicado em 2012 pela Revista *Cadernos de História*: “Na esfera pública, o *cursus honorum*, caso bem realizado, representava a projeção social do aristocrata ao se inserir na administração dos negócios da República”. DIAS, 2012, p. 56-70.

¹⁰⁶ Não existem registros sobre isso, Syme se baseia no *cursus honorum* comum a todos os aristocratas. SYME, 1958, p. 65.

Em 88, Tácito exerceu o cargo de pretor e foi membro do colégio sacerdotal *Quindecimviri sacris faciundis*¹⁰⁷, tal como ele mesmo conta em *Ann.* XI. 11. 1. Syme atesta a importância desses cargos. Segundo ele, cabia ao pretor presidir um dos tribunais da cidade de Roma e organizar jogos com suas próprias finanças. Assim, a pretura era uma excelente oportunidade para o magistrado construir sua popularidade com a plebe e servir o *princeps*. Anthony Birley afirma que o sucesso como pretor poderia elevar um homem ao consulado, a mais alta magistratura da *res publica*¹⁰⁸. Já o cargo sacerdotal oferecia a qualquer jovem aristocrata um grande prestígio. Segundo Birley o sacerdote quincenviral exercia influência sobre a nomeação de magistrados, reunindo assim um vasto círculo de *amici*, importantes em uma provável eleição consular. Birley¹⁰⁹, baseando-se na análise de Schumacher¹¹⁰, afirma ainda que nessa época, tal cargo só foi oferecido às famílias de linhagens senatoriais. Homens de origens equestres – tal como era Tácito – normalmente só eram indicados para essa função após o desempenho de funções consulares. Se Tácito realmente exerceu essa função, nos fica novamente evidente que ele tinha boas conexões com os principais personagens do governo de Domiciano e talvez com o próprio imperador.

Segundo Miriam Griffin o exercício do sacerdócio quincenviral possibilitou que Tácito tivesse acesso a um grande conhecimento sobre a interpretação de augúrios e sinais divinos. Isso influenciou diretamente nas obras taciteanas. Griffin destaca a intervenção divina como a maior causa dos acontecimentos narrados por Tácito. Ela divide a forma como os escritos taciteanos buscam interpretar e evidenciar os acontecimentos de três modos diferentes: (1) a intervenção divina¹¹¹, (2) o destino, no

¹⁰⁷ *Quindecimviri sacris faciundis*. O *quindecimviri* era responsável pela supervisão dos oráculos sibílicos e cultos de origem estrangeira, alguns muito antigos, outros bastante recentes, como o culto de Isis e Serapis, praticado pelos imperadores Flavianos. (SYME, 1958, p. 65). Também era responsável pela organização dos jogos seculares, que comemoravam a Fundação de Roma.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 233.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 234.

¹¹⁰ SHUMACHER, L. 1973, pp. 96-235.

¹¹¹ *Hist.* 2. 38. 2 Tácito atribui a causa das guerras civis a uma punição divina pela ambição humana. Em *Ann.* 4.1.2 Tácito diz que a influência Sejano sobre Tibério foi alcançada não tanto por sua própria astúcia, mas pela ira dos deuses contra o Estado romano. A maldade divina aparece como consequência da maldade humana.

sentido estoico, como uma cadeia cíclica, inalterável, de causas naturais¹¹². (3) o destino teleológico, aquele pré-determinado desde o tempo de nosso nascimento, aquilo que Tácito denomina *sorte nascendi* em *Ann.* IV. 20. 3.¹¹³

Durante os anos de 89 e 90, Tácito certamente se encontrava exercendo alguma magistratura fora de Roma¹¹⁴. É muito provável que ele estivesse no comando de alguma legião¹¹⁵. A liderança militar era uma experiência necessária a qualquer romano no decorrer do seu *cursus honorum*. Segundo Syme, essa também era uma maneira usada pelos *nouii homines* para escreverem seus nomes nos Fastos¹¹⁶. Um possível comando das legiões da fronteira da Germânia, por essa época, explicariam o conhecimento e a motivação do literato para escrever posteriormente um tratado etnográfico sobre as tribos germânicas¹¹⁷. Para Syme, durante esse tempo que ficou fora de Roma era possível que Tácito tivesse exercido alguma magistratura em uma província pretoriana menor. Essa postura é compartilhada por Anthony Birley¹¹⁸.

Durante o ano de 97 d.C, já sob o Principado de Nerva, Tácito, substituiu Virgínio Rufo, devido a sua morte, assumindo o cargo de *consul suffectus* (cônsul

¹¹² Em *Ann.* 6.22.2 Tácito parece aludir à doutrina estoica do destino, se ele é tão claro sobre como o nexu estreito de causa e efeito ou se deixa espaço para a escolha humana. Mas não é certo que ele se refere ao modo estoico de conciliar o livre-arbítrio e destino, ou, se ele o faz, como que ele entende esse princípio. Cf. MARTIN 2001, pp. 148-49.

¹¹³ GRIFFIN, 2009, p. 168-169. Em *Ann.* 6.22.3, depois de rever as teorias filosóficas do acaso ou destino, Tácito diz que a maioria das pessoas tem uma crença que o destino é fixado pelas estrelas no momento do nascimento, e que a arte da astrologia, com base nesta crença, teve uma grande autoridade no passado distante. Entretanto, nos últimos tempos, devido à ineficácia dos astrólogos, tal arte caiu em descrédito. Tácito sentiu claramente que a desonestidade e ignorância técnica dos praticantes da astrologia tornaram impossível distinguir previsões falsas e reais, embora estas últimas, para ele, existissem (*Ann.*4.58.2-3). Cf. MARTIN, 2001, p.148.

¹¹⁴ No fim da obra *Agrícola* (45. 5), Tácito afirma que já se encontrava fora de Roma há quatro anos quando se deu a morte do sogro, em Agosto de 93.

¹¹⁵ Cf: SYME, 1958, p.67; BIRLEY, Anthony 2000, p.235; MARTIN, Ronald. 2001, p. 27.

¹¹⁶ Os *Fastii* eram listas referentes aos acontecimentos relevantes durante o ano consular. Dentro desse registro constava a eleição de novos magistrados.

¹¹⁷ Syme desconstrói a ideia propagada desde Borghesi em 1872 que Tácito havia, entre os anos de 94-97, governado a Gália Bélgica (Cf. Mapa da Gália Bélgica em anexo: MAPA 4). Ele consulta o ILS 1021 para afirmar que o governador da região, nessa época era Glítio Agrícola. No mais, Syme afirma que não seria natural um jovem ex-pretor assumir uma província tão importante quanto a Bélgica. Assim, ele insinua a possibilidade de o historiador ter ocupado um cargo menor, como o de *iuridicus*, legado responsável por auxiliar o procônsul. SYME, *Idem*, p. 69-70.

¹¹⁸ BIRLEY, 2000, p. 235.

substituto) e proferindo um célebre discurso funerário em honra do antigo cônsul¹¹⁹. Ronald Syme afirma que o tempo em que Tácito atuou como *consul suffectus* foi essencial para que este conhecesse as províncias do Império¹²⁰. Entre os anos de 98 e 100, Tácito atuou junto de Plínio, o Jovem, como advogado de defesa de Mario Prisco, antigo procônsul da África. O caso, que contou com a presença do imperador Trajano, foi resolvido no ano 100¹²¹.

Durante os onze anos que se seguiram (101 até 112) há um quase completo desconhecimento sobre a vida política de Tácito¹²², mas supõe-se que ele esteve exercendo outras magistraturas fora de Roma, pois Plínio, o Jovem felicita seu regresso à cidade em 103 ou 104¹²³. Há também uma possibilidade, bastante aceita, de que Tácito teria exercido o governo da Germânia Inferior ou Superior, já que, nessa época (101-104), nenhum legado designado a esses lugares é atestado pelas fontes¹²⁴. Sob o principado de Trajano exerceu também o cargo de procônsul na Ásia Menor¹²⁵ (112¹²⁶). Para Bowersock¹²⁷ a ocupação desse cargo provavelmente influenciou na composição dos *Anais*, onde principalmente durante o principado de Nero, a Ásia ganha um grande destaque.

Além de ser uma província muito rica, a Ásia tinha, possivelmente, as fronteiras mais frágeis do Império Romano na época de Tácito. Isso se devia ao eminente perigo do grande Império Parta e sua influência sobre aquela região. Assim, é fácil supor que a província da Ásia necessitava políticos experientes para mediar as relações diplomáticas. A. J. Woodman afirma que durante o Principado de Trajano, os proconsulados da Ásia e da África eram o ápice de qualquer *cursus honorum*¹²⁸. Woodman vai destacar que a importância da posição de Tácito é maximizada pelo fato

¹¹⁹ " Seu elogio fúnebre foi pronunciado pelo cônsul Cornélio Tácito, e esse foi o ápice de sua fortuna: o mais eloquente dos panegiristas " (Plin, *Ep.* II, 1). "*Laudatus est a consule Cornelio Tacito; nam hic supremus felicitati eius cumulus accessit, laudator eloquentissimus*".

¹²⁰ SYME, *Idem*, p. 162.

¹²¹ Plin. *Epi.* II, 11-12.

¹²² SYME, 1958, p. 70-71.

¹²³ Plin. *Epi.* IV. 13, I.

¹²⁴ SYME, *Idem*, p. 71-72.

¹²⁵ Anexos. Mapa 5: Ásia Menor.

¹²⁶ Uma inscrição (OGIS 437), encontrada em Milas, atesta para esse acontecimento.

¹²⁷ BOWERSOCK, 1998, pp. 130-147.

¹²⁸ WOODMAN, 2009, p. 40.

do historiador assumir o governo da Ásia Menor um ano antes de Trajano marchar em sua guerra contra os Partas. Tácito não menciona nenhum conflito contemporâneo no oriente. Entretanto, percebe-se que a Pártia assume uma postura mais evidenciada nos *Anais*¹²⁹ do que em suas obras anteriores, o que pode ser interpretado como uma forma de valorizar a recente conquista do imperador Trajano¹³⁰.

Como pudemos perceber, as informações que temos sobre a vida de Cornélio Tácito são fragmentadas, apresentando-se por muitas vezes como duvidosas e incompletas. Entretanto, uma constatação fica evidente para nós: Tácito foi um político de muito sucesso. Dylan Sailor afirma que essa posição foi essencial para dotar os relatos taciteanos de autoridade perante os homens de seu tempo. Para Sailor:

Ao justificar sua atividade historiográfica, o historiador frequentemente usa a seu favor a sua própria experiência política, que lhe dá o direito de falar com conhecimento sobre os eventos que ele estava relatando. A escrita da história foi, nesse sentido, muito próxima da prática política, e os praticantes de cada uma, foram, pelo menos em teoria, desenhados a partir do mesmo grupo¹³¹.

O historiador John Marincola, em sua obra *Authority and Tradition in Ancient Historiography* parece compartilhar dessa opinião. Para Marincola a credibilidade de um relato histórico estava intrinsecamente conectada com o status do locutor. De acordo com Marincola, para “acreditar em um relato histórico (...) era necessário acreditar no próprio historiador”¹³². Essa posição também é defendida por Christopher Pelling, em *Tacitus personal voice*. Pelling vê a atuação política de Tácito como um testemunho de autoridade, já que o público presume que essas magistraturas dão ao autor uma posição privilegiada na compreensão do exercício da política no Principado¹³³.

Ao evocar o seu *cursus honorum* ou a sua experiência pessoal, Tácito legitima-se perante o público leitor/ouvinte dando maior credibilidade a sua narrativa. Ele faz

¹²⁹ Sobre as referências sobre a Pártia nos *Anais*: II.1–4; II.56–60; VI.14; VI. 31–7; VI. 41–4; XI.8–10; XII.10–14, XII. 44–51; XIII.6–9; XIII. 34–41; XIV. 23–6; XV.1–18, XV. 24–31. Cf. ASH, 1999, pp. 114-135.

¹³⁰ Em 116, o conflito na Pártia levará Trajano a adotar o título “*Parthicus*” e a emitir uma moeda senatorial com a legenda “*Partia capta*”. Cf. Imagem 2.

¹³¹ SAILOR, 2008, p.8.

¹³² MARINCOLA, 1997, p. 6.

¹³³ PELLING, 2009. pp.149-152.

isso tanto ao afirmar em *Dial.* I. 3 que presenciou o debate que ia narrar – *ita non ingenio, sed memoria et recordadum opus est*¹³⁴ – como na digressão do prefácio inicial das *Histórias*, onde apresenta a sua experiência política¹³⁵, ou ao falar de sua experiência como pretor e sacerdote quicenviral, em *Ann.* XI. 11. 1. A busca pela construção de uma *auctoritas* legítima, no entanto, se estende além do *cursus honorum* do autor, ela se estende através de toda sua experiência política.

Tendo isso em consideração, Fábio Duarte Joly e Fábio Faversoni, em um artigo intitulado “*Um estudo sobre a Vida de Agrícola*” dividiram a aristocracia senatorial, através de uma profunda análise das obras taciteanas, em três grupos distintos em relação ao seu comportamento diante do *princeps*¹³⁶. O principal objetivo desses autores foi desconstruir as teorias que expunham a aristocracia romana como homogênea sob o Principado. Para Faversoni e Joly, a aristocracia descrita por Tácito poderia ser dividida tipologicamente em bajuladores, mártires e homens de comportamento moderado. Os bajuladores eram aqueles que se prestavam a uma postura servil diante do governante, tendo em vista a ascensão social e econômica. De acordo com Tácito esses homens eram a maioria e conduziam à ruína da *res publica*. Em *Ann.* I. 7. 1, narra um episódio interessante nesse sentido. Diz ele que após a morte de Augusto:

(...) precipitavam-se à escravidão os cônsules, patrícios e cavaleiros. Quanto mais fossem ilustres, tanto mais falsos e impacientes; após cuidarem com esmero da fisionomia – para que não parecessem nem alegres no falecimento de um príncipe, nem muito tristes pelo início –, misturavam a alegria às lágrimas; o queixume, à adulação¹³⁷.

Da mesma forma pela qual a escravidão era exercida de forma extrema, pela adulação¹³⁸ e conivência, a liberdade constantemente se convertia em *licentia*. Era

¹³⁴ “Dessa maneira, necessito não de inteligência, mas de memória e lembrança (...)”. Cf. Tac. *Dial.* I. 3.

¹³⁵ Tac. *Hist.* I. 1. 4.

¹³⁶ Tal divisão também é adotada por Sailor (2009).

¹³⁷ Tac. *Ann.* I. 7. 1. “*ruere in servitium consules, patres, eques. quanto quis inlustrior, tanto magis falsi ac festinantes, vultuque composito, ne laeti excessu principis neu tristiores primordio, lacrimas gaudium, questus adulationem miscebant.*”

¹³⁸ Como nos mostra Fábio Duarte Joly em seu estudo sobre a metáfora da escravidão, a *adulatio* era um comportamento pertencente tipicamente a escravos. Joly procurou entender a escravidão, para além das tradicionais análises econômicas e jurídicas, como um fenômeno político mais geral, para além das tensões envolvendo a relação senhor-escravo. Dessa maneira a escravidão, com o fim da república, é utilizada para posicionar ideologicamente os indivíduos em sua hierarquia social, independentemente da

justamente essa *libertas* excessiva, que caracterizava os mártires. Esses mártires eram aqueles que apresentavam um temperamento hostil ao principado e por muitas vezes se sacrificavam como forma de protestar contra a tirania. Esse arquétipo pode ser visto nas representações de Trasea Peto e Helvídio Prisco. Ao narrar as ações desses homens, Tácito procurou apresentá-los sob uma condição heróica e elevá-los a uma posição que lhes foi negada diante da opressão do Principado¹³⁹.

Dylan Sailor afirma que diversos autores da época procuravam escrever sobre o martírio dos homens que foram mortos pela tirania dos *principes*. Essa temática era muito popular, assim como a elevação desses personagens a uma condição heróica. Sendo assim, Tácito tinha que ser muito cuidadoso ao criticá-los, já que eram modelos de comportamento solidificados pelo decoro da época. Quando a crítica ocorria, era de maneira implícita. O que fica evidente nas proposições de Joly e Faversoni é que a posição daqueles homens que se destacavam como defensores da *libertas* não era compatível com a realidade política do Principado. Como vai descrever Faversoni, sob o Principado, aquele que se mostrasse extremamente valoroso, buscando a fama e glória, poderia facilmente ser tomado como um aspirante à posição imperial¹⁴⁰. Nesse sentido, as demonstrações de virtude se tornam um desafio ainda maior, pois os aristocratas teriam de evitar a exposição excessiva dos seus talentos e um reconhecimento exagerado por seu valor, devido à possibilidade de serem encarados como *capax imperii*, ou seja, possíveis adversários políticos dos imperadores em exercício.

Os escritos taciteanos, até certo ponto, comparam os mártires com outros homens, de comportamento moderado, os mais raros, que segundo Tácito eram aqueles

sua condição jurídica. Para Joly, parte das vezes em que Tácito utiliza a palavra *servitus*, ele o faz como um artifício retórico, para rebaixar o comportamento da aristocracia perante o imperador. Assim, a *libertas* taciteana estaria conectada muito mais a um aspecto ético e comportamental, do que propriamente a uma formalidade social ou a uma condição jurídica dada.

¹³⁹ Em *Ann.* VI. 7. 5, ao falar sobre as muitas proscições e acusações banais ocorridas no principado de Tibério, Tácito afirma que: “(...) não ignoro que os perigos de muitos e as penas foram omitidos pela maior parte dos escritores, no momento em que, pela abundância do tema, fatigaram-se ou temiam que esses assuntos – que, para eles próprios, eram demasiado tristes – pudessem afetar com igual tédio seus futuros leitores: a maior parte dessa matéria se nos apresenta digna de ser conhecida, ainda que seja pouco celebrada pelos outros”. *neque sum ignarus a plerisque scriptoribus omissa multorum pericula et poenas, dum copia fatiscunt aut quae ipsis nimia et maesta fuerant ne pari taedio lecturos adficerent verentur: nobis pleraque digna cognitu obvenere, quamquam ab aliis incelebrata*”.

¹⁴⁰ FAVERSANI, 2011.

que mais contribuíam para o florescimento da *res publica* e para o crescimento da liberdade no Império. Esses homens não se submetiam à tirania, vendendo sua liberdade em prol de benefícios pessoais, mas também não agiam com intemperança, em uma atitude considerada egoísta e vaidosa, como a dos mártires – personalidades de caráter admirável, que poderiam ter ajudado muito mais a *res publica* em vida. Em *Hist. I, 1* Tácito diz que “a adulação é desonroso crime de escravidão; a maldade é falsa espécie de liberdade”¹⁴¹. Dessa forma, o comportamento ideal seria um meio termo entre uma adulação excessiva e uma liberdade suicida.

Homens como Júlio Agrícola¹⁴² e Marco Lépido¹⁴³ foram caracterizados por Tácito como dotados de *constantia*¹⁴⁴, *prudentia e moderatio*¹⁴⁵. Para Joly e Faversoni, Tácito também incluía a si mesmo nesse grupo. Entretanto, como já destacamos anteriormente, o autor das *Histórias* no prefácio dessa obra vai admitir que sua carreira foi impulsionada sob o governo de Domiciano. Por isso, Tácito vai expor àqueles que

¹⁴¹ “*quippe adulationi foedum crimen servitutis, malignitati falsa species libertatis inest*”. Tac. *Hist. I, 1*. (Tradução F. Joly, 2003).

¹⁴² “Agrícola nunca exaltou, nas ações, sua fama; qual um servidor referenciava a Fortuna ao autor e general. Assim, pela virtude em submeter-se e pela modéstia no proclamar, estava ele fora do alcance da inveja, não da glória”. (*Agr. VIII*). “*Nec Agricola umquam in suam famam gestis exultavit; ad auctorem ac duces ut minister fortunam referebat. Ita virtute in obsequendo, verecundia in praedicando extra invidiam nec extra gloriam erat*”.

¹⁴³ “Sobre Lépido, tenho notícia de que foi um homem circunspecto e sábio naqueles tempos: muita coisa corrigiu das exageradas adulações dos outros, e entretanto pôde manter sua autoridade e crédito perante Tibério. Isso me leva a por em dúvida se a benevolência dos príncipes para com outros é determinada, como tudo mais pelo destino ou acaso do nascimento, ou se depende de nós mesmos, estando a nosso alcance achar entre a contumácia repentina e a subserviência disforme um caminho isento de ambições e de perigos. (*Ann. IV. 20*). “*hunc ego Lepidum temporibus illis gravem et sapientem virum fuisse comperior: nam pleraque ab saevis adulationibus aliorum in melius flexit. neque tamen temperamenti egebat, cum acquabili auctoritate et gratia apud Tiberium vigerit. unde dubitare cogor fato et sorte nascendi, ut cetera, ita principum inclinatio in hos, offensio in illos, an sit aliquid in nostris consiliis liceatque inter abruptam contumaciam et deforme obsequium pergere iter ambitione ac periculis vacuum*”. (Tradução F. Joly).

¹⁴⁴ A *constantia* era a manutenção de uma mesma atitude, a regularidade moral, firmeza de caráter (GLARE, 1983, p. 419). Era um ideal muito difundido pela filosofia estoica, influente na época de Tácito. O termo se distingue da *contumacia* (insistência, teimosia), por apresentar uma conotação positiva. Enquanto a *contumacia* era um comportamento derivado da vaidade, a *constantia* era a manifestação da *virtus*.

¹⁴⁵ Segundo Mamede Queiroz Dias: “*prudentia e moderatio* são os termos que qualificam positivamente o comportamento de Agrícola. *Contumacia* e *iactationes libertatis* são termos que possuem sentidos negativos. Tanto *contumacia* quanto *iactationes* (arrogância, presunção, vaidade) são exageros, que fogem à moderação, e quando relacionados à liberdade, provocavam *fama fatumque*, ou seja, renome e ruína. Por outro lado, Domiciano é qualificado como sendo de natureza “precipitada à raiva” (*praeceps in iram*), obscura (*obscurior*) e irrevogável (*inrevocabilior*)”. Cf. QUEIROZ, Mamede. Comunicação apresentada dia 22 de Outubro de 2013 no *V Colóquio Internacional do LEIR*. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES.

poderiam duvidar de sua postura moderada, que ele viveu, durante o governo mais nebuloso, sob o pior dos *principes*. Nesse contexto era impossível sobreviver a essa tirania sem se curvar, em alguma medida, sob a crueldade do governante. Ele, no entanto, assim como seu sogro, Agrícola, cumprira com dignidade suas obrigações, mantendo sua *libertas* individual e sua dignidade.

Tácito foi fruto do seu contexto político e social. Como senador e aristocrata, ou mais especificamente como membro de um grupo social emergente, Tácito era uma das vozes que representavam uma série de valores, tradições e ideias em circulação naquela época. Como indivíduo, ele se apresentava como um reflexo de suas experiências pessoais tanto na vida pública, como privada. A escrita política de Tácito, nesse sentido, interagiu diretamente com a sua experiência social e particular.

Diante dessa ambivalência, assim como Dylan Sailor afirmara que os escritos taciteanos procuraram intervir no panorama político da época¹⁴⁶, Anthony Birley procurou problematizar as motivações de Tácito na redação de *Germânia* e *Diálogo dos Oradores*¹⁴⁷. Para ele, o tratado etnográfico foi uma tentativa de Tácito convencer o recém-nomeado imperador, Trajano, a invadir a Germânia. Já o tratado retórico, publicado em 102, foi influenciado pelo julgamento de Mário Prisco, encerrado em 100, do qual Tácito participou ativamente. Birley vai concluir isso através do modo pelo qual o autor do *Diálogo* retrata um deslocamento da prática retórica do Senado, para os tribunais. Outros pesquisadores como Ronald Syme, John Woodman, Miriam Griffin e Alan Gowing também destacaram a importância das obras *Histórias* e *Anais* como uma forma de ação política – tanto celebrativa como pedagógica - no principado de Trajano.

A relação entre história, retórica e política permeava a literatura romana desde a época republicana. A historiografia tinha um papel ativo na sociedade. Essa função era memorialística e pedagógica, mas também servia a um propósito político imediato. O objetivo desse subcapítulo foi preparar o leitor para uma análise mais profunda das obras de Tácito, tendo em vista a personalidade do autor. A partir desse momento se

¹⁴⁶ Tácito narra destinos trágicos a todos os tiranos, Tibério foi assassinado por Macro e Calígula, que por sua vez foi morto, junto de toda a família, através de uma conspiração, o mesmo destino teve Domiciano 45 anos depois. Já Nero, outro exemplo de tirania na narrativa taciteana foi forçado ao suicídio.

¹⁴⁷ BIRLEY, 2000, p. 243-244.

segue uma discussão semelhante sobre a *persona* política de Plínio, o Jovem, tendo em vista seu *cursus honorum* e seu papel como magistrado, advogado e literato, ou seja, como um cidadão de elite atuante na sociedade romana.

1.2. Plínio e o Principado.

A aristocracia senatorial na antiguidade romana era acima de tudo um grupo politizado, que direcionava suas ações para a vida pública. Dessa maneira, era inerente a qualquer obra literária publicada por esses homens um forte engajamento político, além de uma tentativa de intervir moralmente em seus respectivos contextos. Ao escrever suas obras, tanto Plínio como Tácito procuravam dialogar diretamente com seu presente e tentavam deixar um legado ao futuro. Tal como é nossa intenção tratar com mais detalhes no Capítulo II dessa dissertação, o texto assumia um papel de *monumentum*, ao mesmo tempo em que era também uma fonte de *exempla*, representados pelas *personae*¹⁴⁸ literárias, criadas pelos autores. Nesse sentido, a importância de destacarmos o contexto de escrita de Plínio, o Jovem é evidente, já que o mesmo Plínio não seria capaz de escrever suas obras ignorando as práticas sociais, políticas e culturais de seu tempo.

*Gaius Plinius Caecilius Secundus*¹⁴⁹, mais conhecido por nós como Plínio, o Jovem, nasceu provavelmente em 24 de agosto de 61-62 d.C.¹⁵⁰, na cidade de *Nouum Comum* (atual cidade de Como)¹⁵¹, região Cisalpina, no norte da península itálica. Vindo de uma família de origem equestre, era filho de Lúcio Cecílio Cilo e Plinia Marcela, irmã de Plínio, o Velho. Ambas as famílias, *Caecilius* e *Plinius*, tinham

¹⁴⁸ Essas *personae*, poéticas ou históricas, são localizadas, segundo Paulo Martins, nos mesmos *loci communes*, ou seja, uma mesma tradição literária compartilhada, que torna certas características prováveis a determinados personagens, levando a um certo decoro interno na descrição dos *exempla*, responsável por dar maior ênfase ou veracidade à descrição. Ou seja, o autor precisa se tornar claro, evidenciando aspectos comuns à audiência, tendo em vista a persuasão. Entretanto o discurso é feito a partir de escolhas, que levam ao autor privilegiar determinados aspectos da narrativa perante outros, tendo em vista a matéria e o conteúdo. Ver mais em: MARTINS, 2008, p. 189-204.

¹⁴⁹ Ver inscrição em homenagem a Plínio, o Jovem, contendo seu *cursus honorum* em anexo: Inscrição 1, p. 127.

¹⁵⁰ Essa datação é precisada segundo suas palavras em *Ep. VI, 20, 5*, onde Plínio, o Jovem, em ocasião da erupção do Vesúvio (79 d.C.), comenta que tinha a idade de 18 anos.

¹⁵¹ Anexos: Mapa 6: Itália Romana na época de Plínio, o Jovem.

origens gaulesas e pertenciam às aristocracias municipais de Como e Verona¹⁵², respectivamente. Entretanto, não é possível traçar uma longa genealogia das mesmas¹⁵³. Pelo lado paterno, Sherwin-White atribui a seu pai uma inscrição funerária¹⁵⁴, que o caracteriza como um magistrado municipal (*iuuir dicundo uiri*) e lhe responsabiliza pelo início da construção de um templo em homenagem a Roma e a Augusto. Esse templo foi terminado pelo seu filho, Caecilius Secundus, o qual, segundo Sherwin White¹⁵⁵, pode ser o nosso Plínio, o Jovem. Do lado materno, Plínio herdou da família de sua mãe o estatuto equestre, além de ricas possessões na região do Vesúvio, e a proximidade com o tio, Plínio, o Velho.

Casou-se três vezes. O casamento, como já foi mencionado anteriormente, poderia conferir uma série de benefícios quanto ao acesso às magistraturas. O primeiro matrimônio de Plínio, o Jovem foi contraído aos dezoito anos, com uma enteada de Vécio Próculo¹⁵⁶. O segundo, com Pompeia Celerina, aconteceu após o falecimento da primeira esposa, quando Plínio tinha 37 anos¹⁵⁷. Pompeia pertencia a uma rica família aristocrática, proprietária de diversas posses na Etrúria. Essa união certamente contribuiu para elevar o status de Plínio, o Jovem e para aumentar suas conexões políticas. Com a morte de Pompeia Celerina no início do Principado de Nerva, Plínio se casou pela última vez, com Calpúrnica, neta de Calpúrnio Fabato, equestre que havia ocupado cargos públicos sob o principado de Nero¹⁵⁸. Apesar de todos esses matrimônios, não deixou filhos. A correspondência pliniana expõe, quanto a isso,

¹⁵² As informações acerca da família materna de Plínio, o Jovem vem através da biografia de Suetônio sobre seu tio, Plínio o Velho. Existe uma discussão em aberto sobre as origens familiares de Plínio, o Velho, mas uma referência no prefácio das *Histórias Naturais - Catullum conterraneum nostrum* - nos faz supor que sua família seja do município de Verona.

¹⁵³ SHERWIN-WHITE, 1966, p. 70.

¹⁵⁴ Diz a inscrição: *CAECI]LIAE. F. SVAE NOMINE. L. CAECILIU]S. C.F. OUF. SECUNDUS. PRAEF. FABR] A. COS. IIIIVIR I. D. PONTIF. TEMPLUM] AETERNITATI. ROMAE. ET. AUGU]STI C]UM PORTICIBUS. ET. ORNAMENTIS. INCOHAVIT CAECI]LIUS. SECUNDUS. F. DEDIC.* *Codex Inscriptionum Latinarum V (CIL). Suppl. Italica. I, 745.* In: SHERWIN-WHITE, 1966, p. 732.

¹⁵⁵ SHERWIN-WHITE, p. 70.

¹⁵⁶ Não conhecemos o nome de sua primeira mulher; pouco se sabe sobre esse primeiro casamento e a sua morte prematura.

¹⁵⁷ Em *Ep.* IX, 13, 4 Plínio lamenta com Umídio Quadrado a perda recente da esposa em 97, após a restauração do poder por Nerva.

¹⁵⁸ Sherwin-White (1966, p.71) data o último casamento de Plínio, o Jovem como posterior ao seu consulado, no ano 100.

diversos lamentos¹⁵⁹. Tal como o casamento, o número de filhos também influenciava no exercício de magistraturas¹⁶⁰. Posteriormente, tendo isso em consideração, o Imperador Trajano concedeu a Plínio o *ius trium liberorum*¹⁶¹.

A educação de Plínio seguiu o curso natural daquela oferecida aos filhos das elites romanas. Muito provavelmente, ele estudou com o acompanhamento de um *grammaticus* durante a infância e teve iniciação à filosofia e à retórica¹⁶². Após a morte de seu pai, no ano de 76, Lúcio Virgínio Rufo, proeminente senador e cônsul responsável por reprimir a revolta de Júlio Vindex contra Nero em 67, tornou-se seu *tutor legitimus*. A tutoria de Virgínio Rufo¹⁶³ é mais uma prova do prestígio social da família do jovem Plínio. Por volta do ano de 78 vai para a cidade de Roma terminar sua educação. Provavelmente nessa época é que se torna próximo do seu tio Plínio, o Velho Assim como Tácito foi aluno de Quintiliano. Sabe-se também, por meio das *Ep.* II. 14. 9, IV. 13.3 e VI. 6. 3, que teve aulas de retórica com o grego Nicetes Sacerdos. Também teve como professores os filósofos Caio Musônio Rufo, Artemidoro e Eufrates¹⁶⁴.

Após a morte do seu tio, Plínio, o Velho, em 79 o jovem Plínio foi adotado como herdeiro e filho em testamento, iniciando assim o seu *cursus honorum*, provavelmente

¹⁵⁹ Cf. Plin. *Ep.* X, 2; Plin. *Ep.* IV, 13, 5-6; Plin. *Ep.* VIII, 10, 3.

¹⁶⁰ Durante o principado de Augusto (27 a.C – 14 d.C) são aprovadas as *leges Iulia de maritandis ordinibus* (18 a.C) e Lei Papia Popeia (9 a.C), que interferiam diretamente na regulamentação do casamento e da natalidade. Essas leis impuseram limitações – como a impossibilidade de receber heranças de âmbito público e privado àqueles homens que não eram casados ou então não tinham filhos. Também premiavam a paternidade através da diminuição da idade mínima para a candidatura à magistraturas.

¹⁶¹ O *ius trium liberorum*, como o próprio nome diz, tinha a intenção de liberar o indivíduo do fato de ter três filhos e igualar a condição política do homem com dois ou menos filhos àquele que o recebia do *ius trium*, ou seja, os benefícios concedidos a quem tinha três ou mais filhos. Plínio, o Jovem, em uma carta a Trajano, o agradece pelo direito recebido: “Meu senhor, mal posso expressar em palavras a tamanha alegria que me trouxeste, quando me julgaste digno do direito dos três filhos”. Plin. *Ep.* X, 2. *Exprimere, domine, verbis non possum, quantum mihi gaudium attuleris, quod me dignum putasti iure trium liberorum*. Em outra carta a Trajano (Plin. *Ep.* X, 94), Plínio faz o pedido de concessão do *ius trium* a Suetônio, famoso biógrafo dos Césares.

¹⁶² SHERWIN-WHITE, 1966, p. 71.

¹⁶³ Plínio, o Jovem conta-nos, em *Ep.* II. 8, um pouco sobre Virgílio Rufo: “primeiro que nós dois viemos da mesma região, nossos municípios eram vizinhos, e nossas fazendas e posses eram limítrofes; além disso, porque ele foi meu tutor, ao deixar a posição, demonstrou a mim um amor paternal”. “*primum quod utriusque eadem regio, municipia finitima, agri etiam possessionesque coniunctae, praeterea quod ille mihi tutor relictus affectum parentis exhibuit*”.

¹⁶⁴ FERNANDÉZ, 2005, p. 9; p.18.

entre os anos de 80 e 81¹⁶⁵. Antes, entre os dezoito e dezenove anos¹⁶⁶, atuou como advogado no tribunal dos centúviro¹⁶⁷ e no Fórum. Na sequência, aos 20 ou 21 anos, assumiu um vigintivirato¹⁶⁸, passando a exercer o cargo de *decemvir stlitibus iudicandis*¹⁶⁹. Esses fatos são conhecidos somente a partir da sua inscrição funerária¹⁷⁰. Nessa mesma época também é nomeado tribuno militar servindo na Terceira Legião Síria sob o reinado de Domiciano¹⁷¹. Durante o período como tribuno, não participou de operações militares, ficando a cargo de serviços administrativos¹⁷². Sabe-se que pouco depois dessa época exerceu o *seuir equitum Romanorum*¹⁷³, função nomeada diretamente pelo favor imperial, responsável por comandar uma das *tribus* equestres.

Em 89 ou 90, aos 28-29 anos Plínio tornou-se questor¹⁷⁴. Adrian Sherwin-White¹⁷⁵ alerta para a importância dessa magistratura, que efetivou a entrada do

¹⁶⁵Segundo Fernández (2005, p. 8), Plínio, o Jovem recebe do tio uma grande fortuna concentrada em propriedades na Etrúria e na Campânia.

¹⁶⁶Em uma extensa carta a Tito Capíno, Plínio, o Jovem afirma: “Tinha dezenove anos quando comecei a discursar no Foro; e precisamente agora, ainda que, porém, em meio à cerração, percebo aquilo que o orador deveria sustentar”. (Plin. Ep. V, 8, 8). “*Unodevicensimo aetatis anno dicere in foro coepi, et nunc demum quid praestare debeat orator, adhuc tamen per caliginem video*”.

¹⁶⁷ Em carta dirigida à Suetônio (Plin. Ep. I, 18, 3), em que discutiu a interpretação de um de seus sonhos, Plínio, o Jovem conta: “Eu deveria atuar, quando era ainda muito jovem, diante do tribunal dos centúviro, contra os cidadãos mais influentes, inclusive amigos do imperador” (...) “*et eram acturus adolescentulus adhuc, eram in quadruplici iudicio, eram contra potentissimos civitatis atque etiam Caesaris amicos (...)*”.

¹⁶⁸ O *Vigintiviri* era um colegiado romano composto por 20 magistrados menores, normalmente no começo do *cursus honorum*. Um édito de Augusto reduziu esse colegiado e, antes composto por filhos de senadores, o fez exclusivo para a classe equestre. Entretanto essa era ainda uma magistratura importante para elevar a posição daqueles que aspiravam chegar ao Senado. Cf. GLARE, 1983, p. 1598-1599.

¹⁶⁹ Esses decênviros eram responsáveis por julgar os processos judiciais de âmbito civil. Suetônio afirma que Augusto transferiu para o decenvirato a presidência dos tribunais do *centumviri*. Esse tribunal por sua vez estava preocupado com os julgamentos de posse privada, tratando tanto das causas referentes a heranças e testamentos quanto dos processos de manumissão e escravidão. Cf. GLARE, 1983, p. 543.

¹⁷⁰ Ver em Anexos, Inscrição I.

¹⁷¹ “O conheci [Eufrates], profundamente e intimamente, na Síria, quando, adolescente, fazia meu serviço militar, me esforcei pelo seu amor, sem que, no entanto, fosse necessário esforço. Ele era claro e acessível, completamente preenchido pela humanidade que ensinava”. (Plin. Ep. I, 10, 1). “*Hunc ego in Syria, cum adolescentulus militarem, penitus et domi inspexi, amarique ab eo laboravi, etsi non erat laborandum. Est enim obvius et expositus, plenusque humanitate quam praecipit*”.

¹⁷²Como ele mesmo atesta na carta dirigida a Cornuto Tertulo, exerceu as funções de auditor fiscal das tropas auxiliares, respondendo ao governador da província. “(...) havia recebido ordens do legado consular de examinar as contas das unidades de cavalaria e infantaria (...)”. Plin. Ep. VII, 31, 2. “(...) *cum simul militaremus, non solum ut commilito inspexi (...)*”.

¹⁷³ A ordem equestre foi dividida em seis *turmae*. Cada uma dessas era comandada por um dos *seviri equitum Romanorum*. Os *seviri* eram nomeados diretamente pelo Imperador. Essa era uma magistratura anual. Cabia aos *seviri equitum Romanorum* apresentar os jogos lúdicos (*ludi seviraes*) de cada ano. Cf. ROSS TAYLOR, 1924, pp 158-171.

¹⁷⁴ Sherwin-White argumenta que seguindo o *cursus honorum* natural do homem romano, se Plínio foi pretor em 93, provavelmente havia sido questor em 90 e tribuno da plebe em 92.

epistológrafo no Senado. Sherwin-White também destaca que a importância da riqueza material da família de Plínio, o Jovem e suas conexões com amigos poderosos, juntamente com a distinta carreira política de seu tio Plínio, o Velho, foram elementos decisivos, que favoreceram o começo do percurso político do jovem Plínio sob o principado dos Flávios. Julián Fernández¹⁷⁶ também afirma que o papel dos amigos ilustres de sua família influenciou nessa nomeação¹⁷⁷ junto ao imperador. Segundo Fernández, a carta VII, 16 mostra que Plínio, o Jovem, assim como Tácito, foi favorecido pelo imperador Domiciano, servindo como *quaestor augusti*, ou seja, eleito diretamente pelo César para transmitir seus desejos ao senado¹⁷⁸. Ronald Syme¹⁷⁹ afirma que durante esse tempo Plínio gozou do favor imperial e pode vivenciar a tirania de perto, sendo obrigado a compartilhar da submissão do Senado ao regime de Domiciano.

No ano de 92, Plínio, o Jovem é nomeado tribuno da plebe¹⁸⁰, como ele mesmo nos mostra nas epístolas I, 23 e VII, 16. Na primeira dessas cartas ele questiona Pompeio Falcão sobre sua opinião a respeito do tribunato da plebe. Plínio condiciona a importância dessa magistratura à postura do magistrado que a exerce, podendo ser uma autoridade sagrada, ou uma mera sombra, sem sentido político. No decorrer dessa carta ele conta a respeito de como exerceu tal função:

¹⁷⁵ SHERWIN-WHITE, 1966, p. 73.

¹⁷⁶ FERNÁNDEZ, 2005, p. 17.

¹⁷⁷ “No início de sua carreira política foi ajudado em todo momento por numerosos consulares, amigos de sua família: Avídio Quietos, de Favência, da Cisalpina, Júlio Frontino, da Gália Narbonense, sogro de Sósio Senécio, todos eles íntimos do príncipe; Cornélio Rufo, de Ateste, em Valência; Vergínio Rufo de Milão, que foi seu tutor, e cujos apoios pode contar para obter a dignidade de senador e chegar a ser candidato a questura”. Cf. FERNÁNDEZ, 2005, p. 17.

¹⁷⁸ “Calestrio Tirão é um dos meus mais íntimos amigos, próximo a mim tanto por laços públicos como privados. Ao mesmo tempo servimos no exército, ao mesmo tempo fomos questores do César. Ele me precedeu no tribunato graças ao direito dos três filhos, mas eu o acompanhei na pretura, pois o imperador havia me concedido a dispensa de um ano” (Plin. Ep. VII, 16, 2). *Calestrium Tironem familiarissime diligo et privatis mihi et publicis necessitudinibus implicitum. Simul militavimus, simul quaestores Caesaris fuimus. Ille me in tribunatu liberorum iure praecessit, ego illum in praetura sum consecutus, cum mihi Caesar annum remisisset.*

¹⁷⁹ SYME, Ronald, 1958, p. 76.

¹⁸⁰ “Eu mesmo, quando era tribuno, presumi que essa magistratura fosse estimada (talvez eu tenha me enganado), mas tal como se fosse me afastei dos processos agendados (...)”. (Plin. Ep. I. 23. 2). “*Ipse cum tribunus essem, erraverim fortasse qui me esse aliquid putavi, sed tamquam essem abstinui causis agendis*”.

Se, casualmente, apelasse diante de mim um cliente, ou se ele estivesse do lado oposto, intercederia e lhe ofereceria suporte? Ou permaneceria quieto e em silêncio, e como se recusasse minha magistratura me apresentaria como um cidadão privado? Movido por esses pensamentos, preferi ser tribuno de todos que advogado de poucos¹⁸¹.

O relato de Plínio, o Jovem, procura demonstrar que o mesmo colocou o compromisso com a ordem pública e com o Estado à frente de seus interesses pessoais, uma qualidade esperada de qualquer cidadão romano. Ronald Syme¹⁸² destaca o esvaziamento político dessa magistratura - tribunato da plebe - mas afirma que Plínio a exerceu de forma decorosa diante do Senado, o que levou o imperador a acelerar sua carreira política, elevando-o à qualidade de pretor antes do tempo normal.

Na sequência de seu *cursus honorum*, Plínio exerceu a pretura, em 93¹⁸³ e alcançou a prefeitura do erário militar (*praefectura aerari militaris*) no ano seguinte, deixando o posto pouco antes da morte de Domiciano, em 96. Esses dois cargos são essenciais para compreendermos a proximidade de Plínio, o Jovem com o poder imperial. A pretura, por exemplo, só foi conseguida através de uma concessão especial do imperador Domiciano, já que normalmente era necessário um intervalo de cinco anos entre a questura e a pretura – Plínio tinha entre três e quatro anos. O cargo de prefeito do tesouro militar também fortalece essa hipótese, já que esse também correspondia

¹⁸¹ Plin. *Ep.* I, 23, 3-4. “*si forte me appellasset vel ille cui adessem, vel ille quem contra, intercederem et auxilium ferrem an quiescerem sileremque, et quasi eiurato magistratu privatum ipse me facerem. His rationibus motus malui me tribunum omnibus exhibere quam paucis advocatum.*”.

¹⁸² SYME, 1958, p. 76.

¹⁸³ Cf. *Ep.* VII. 16. Existem duas opiniões principais sobre essa data. A primeira delas, defendida pelo alemão Theodor Mommsen, afirma que Plínio se torna pretor em 93 a.C, mesmo ano do julgamento de Bébio Massa. Já a segunda opinião, do também alemão W. Otto defende que a pretura de Plínio teria acontecido no ano de 95 a.C. Segundo Sherwin-White, a teoria de R. H. Harte de que Plínio, o Jovem havia se tornado pretor antes do julgamento de Bébio Massa não encontrou força. (SHERWIN-WHITE, 1966, p.77). Em *Ep.* III. 11, Plínio afirma que quando era pretor ele havia visitado seu amigo filósofo Artemidoro nos subúrbios de Roma, isso aconteceu em um momento perigoso, já que nessa época os filósofos haviam sido banidos da cidade. “Fui vê-lo próximo à cidade [de Roma], e foi tão notável, quanto perigoso, pois naquela época eu era pretor”. “*fui apud illum in suburbano, et quo notabilius - hoc est, periculosius - esset fui praetor*”. Plínio ressalta o perigo dessa visita afirmando que Helvídio Prisco e Herênio Senécio, dois importantes filósofos, já haviam sido julgados e condenados à morte. Em Tac. *Agr.* 44-45, Tácito afirma que ambos filósofos tinham sido julgados depois da morte de Agrícola, em agosto de 93. Sabemos que Artemidoro morreu em 93 a.C. Plínio também conta em *Ep.* VII. 33 que participou, junto de Herênio Senécio do julgamento de Bébio Massa, em 93, o que exclui a morte do mesmo antes dessa data. Baseando-se nisso, Sherwin-White defende o ano de 93 como a data mais provável para a pretura de Plínio, o Jovem. Entretanto, esse autor também não exclui o ano de 94, já que a visita a Artemidoro aconteceu após os julgamentos e mortes descritos anteriormente.

diretamente à nomeação do *princeps*¹⁸⁴. Entretanto, ao que tudo indica, Plínio, assim como grande parte da aristocracia senatorial, enfrentou momentos difíceis no fim do governo de Domiciano. Em uma carta, dirigida à Licínio Sura conta que um processo contra ele foi encontrado na mesa do *princeps* após sua morte¹⁸⁵.

Tendo isso em consideração, Shewin-White chama a atenção para um possível período de afastamento de Plínio, o Jovem da vida pública e da própria cidade de Roma entre 96 e 98, tendo em vista o cenário de incertezas que pairava sobre o Império¹⁸⁶. A tentativa de se manter discreto frente às mudanças políticas que aconteceram foi bem sucedida já que no ano de 98, o mesmo em que Tácito foi cônsul *suffectus*, Plínio, o Jovem foi nomeado por Nerva e Trajano *praefectus aerarii Saturni*¹⁸⁷. Essa magistratura consistia na administração do tesouro público, localizado no templo de Saturno e exigia grande experiência administrativa e militar. Devemos recordar que Plínio alcançou esse cargo após ser prefeito do erário militar, e gozar de grande habilidade como administrador. Além do currículo de Plínio, o Jovem, Julián G. Fernández¹⁸⁸ ressalta um possível apoio de Cornélio Rufo para o retorno de Plínio à vida pública e a sua consequente nomeação, o que também podemos perceber na Carta IV. 17, 8¹⁸⁹. O cargo de prefeito do Tesouro de Saturno era uma nomeação muito

¹⁸⁴ Entretanto, quanto a essa magistratura, encontramos pouca coisa a respeito, o que, de acordo com Ronald Syme (1958, p. 27), se deve à intenção de Plínio em se desvincular de qualquer tipo de ligação com Domiciano durante esse que foi o período mais sanguinário de seu governo.

¹⁸⁵ “Nenhum [acontecimento] notável seguiu-se, exceto que não fui réu, como ocorreria, se Domiciano, sob o qual muitas coisas do tipo advieram, tivesse vivido por mais tempo”. (Plin. *Ep.* VII, 27, 14). “*Nihil notabile secutum, nisi forte quod non fui reus, futurus, si Domitianus sub quo haec acciderunt diutius vixisset*”.

¹⁸⁶ SHERWIN-WHITE, 1966, p. 72-73.

¹⁸⁷ Desde Nero a direção do tesouro público era desempenhada durante um período de três anos por dois prefeitos eleitos entre antigos pretores, de confirmada experiência militar ou administrativa como legados ou procónsules. Ao *praefectus aerarii Saturni* cabia a aplicação da legislação de Augusto quanto aos assuntos do Estado. Era também responsável pelo fisco, bem como pelo controle e o manejo dos fundos vindos das províncias senatoriais e dos bens públicos da Itália. Em Plin. *Ep.* I, 10, 9-10, o epistolário romano caracteriza sua função de *praefectus aerarii Saturni* como: “Uma magistratura ambígua, elevada ainda que muito cansativa, ocupa-me como em um tribunal, escrevo petições, preencho recomendações, redijo muitas cartas que, no entanto, são muitíssimo pouco literárias”. *Nam dstringor officio, ut maximo sic molestissimo: sedeo pro tribunali, subnoto libellos, conficio tabulas, scribo plurimas sed illitteratissimas litteras.*

¹⁸⁸ FERNÁNDEZ, 2005, p. 21.

¹⁸⁹ Ao se referir, em carta à Clusínio Galo, ao quanto era devedor da amizade de Cornélio Rufo, ele diz: “O quanto ele contribuiu ao meu prestígio na vida pública! E o quanto ainda acrescentou na presença do *princeps*! Em uma conversa sobre bons jovens, diante do imperador Nerva, muitos me fizeram elogios. Por um momento, ele se manteve em silêncio, enquanto media a autoridade de suas palavras; depois com

importante, e normalmente antecedia ao consulado. No caso de Plínio isso não foi diferente.

As magistraturas que havia exercido com sucesso até aquele momento e as suas relações interpessoais com membros importantes do Senado, além da sua aproximação com o próprio Imperador Trajano, influenciaram na sua nomeação para o cargo de cônsul. Plínio exerceu o consulado durante os meses de setembro e outubro do ano 100 d.C.¹⁹⁰, juntamente com seu amigo pessoal Cornuto Tertulo. Sherwin-White¹⁹¹ afirma que essa nomeação foi de certa maneira precoce, tendo em vista que ele cumpriu apenas dois, dos três anos exigidos na função de prefeito do tesouro de Saturno¹⁹². Assim, ao alcançar o consulado, Plínio, o Jovem atinge o mais alto escalão da ordem senatorial. Esse acontecimento se torna ainda mais importante quando pensamos que Plínio era um *nouus homo* e foi o primeiro da sua família a atingir tal posição.

Após o consulado, Plínio assumiu o augurato, em 103 d.C.¹⁹³. Cabia ao *augur* a leitura dos augúrios, interpretação da vontade dos deuses. Esses magistrados eram

a dignidade que conheces disse: 'É necessário que modere meus elogios a Segundo, pois ele nada faz sem meu conselho'. Com essas palavras, me elogiou tão grandemente, quanto eu poderia desejar. Afinal, nada não sapientíssimo poderia me fazer, uma vez que eu fizesse todas as coisas segundo o alvitre de um homem mui sábio". (Plin. *Ep.* IV, 17, 7-9). "*Quantum ille famae meae domi in publico, quantum etiam apud principem astruxit! 8 Nam cum forte de bonis iuvenibus apud Nervam imperatorem sermo incidisset, et plerique me laudibus ferrent, paulisper se intra silentium tenuit, quod illi plurimum auctoritatis addebat; deinde gravitate quam noras: 'Necesse est' inquit 'parcius laudem Secundum, quia nihil nisi ex consilio meo facit.' 9 Qua voce tribuit mihi quantum petere voto immodicum erat, nihil me facere non sapientissime, cum omnia ex consilio sapientissimi viri facerem*".

¹⁹⁰ No *Panegírico* a Trajano, Plínio agradece o imperador por nomeá-lo cônsul no mesmo ano em que o próprio exerceu a magistratura. "Como posso esquecer que nosso consulado carrega o mesmo ano? É por isso que nenhuma outra pessoa, senão outro cônsul pode ser acrescentada nessa mesma página, nem também ter o nome inserido nos fastos, nos quais os nossos próprios serão inscritos". Plin. *Pan.* 92. 2. "*Quid, quod eundem in annum consulatum nostrum contulisti? Ergo non alia nos pagina, quam quae te consulem accipiet, et nostra quoque nomina addentur fastis, quibus ipse praescriberis*".

¹⁹¹ SHERWIN-WHITE, 1966, p. 76.

¹⁹² Em Plin. *Pan.* 91, 1., Plínio, o Jovem afirma: "Não havíamos (Plínio e Cornélio Tertulo) completado nosso segundo ano em um trabalhoso e elevado cargo, quando a nós, o melhor dos *princeps*, o mais poderoso dos imperadores, nos ofereceu o consulado (...)". "*Nondum biennium compleamus in officio laboriosissimo et maximo, quum tu nobis, optime principum, fortissime imperatorum, consulatum obtulisti (...)*".

¹⁹³ Segundo Sherwin-White (1966, p. 79), o nosso conhecimento sobre a data em que Plínio recebeu o augurato depende das cartas IV. 8 e X. 13. Para o historiador inglês, na segunda carta, Plínio, o Jovem pede ao imperador Trajano que o eleve à condição de *augur* ou septenviro. Já na primeira, Plínio escreve a Maturo Arriano contando que se encontrava muito contente pelo seu pedido a Trajano ter sido atendido. Escreve Plínio: "Me congratulas por ter aceitado o augurato: e por uma boa razão, primeiramente porque é ótimo conquistar o favor, por mais insignificante, sob o mando de um *princeps* tão honrado, depois

consultados antes da tomada das principais decisões de Estado. Para isso, detinham o *ius augurium*, que concedia o direito de anular ou adiar qualquer processo legal. A interpretação dos augúrios era, na Roma antiga, considerada uma ciência (*ars*), que exigia grande conhecimento religioso. Como estava diretamente conectada a todas as decisões militares, civis e religiosas, era um dos cargos religiosos mais importantes do Império.

Em 104 d.C.¹⁹⁴, Plínio, o Jovem foi nomeado *curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbis*¹⁹⁵. Essa magistratura, que parece ser de três anos¹⁹⁶, tinha, dentre as suas funções, cuidar da drenagem do rio Tibre e gerenciar o funcionamento dos esgotos em Roma. Segundo Fernández, essa era uma das funções mais honrosas para os ex-cônsules, entretanto, como o próprio Plínio expõe, era extremamente fatigante e lhe

porque esse sacerdócio é antigo e venerável, mas também sagrado e insigne, pois não é destituído até o fim da vida". (Plin. *Ep.* IV. 8, 1). "*Gratularis mihi quod acceperim auguratum: iure, gratularis, primum quod gravissimi principis iudicium in minoribus etiam rebus consequi pulchrum est, deinde quod sacerdotium ipsum cum priscum et religiosum tum hoc quoque sacrum plane et insigne est, quod non adimitur viventi*".

¹⁹⁴ Theodor Mommsen em seu livro conclui que Plínio, o Jovem foi sucessor de Tibério Júlio Ferox, que exerceu essas funções entre 101 e 103. Já o alemão Otto datou a partir da carta V, 14 que essa magistratura foi exercida por Plínio, o Jovem por um pequeno período em 101, logo após abandonar suas funções como cônsul. Sherwin-White acredita que Plínio, o Jovem ocupou essa posição entre 104/105 e 106/107. Assim, aceitamos parcialmente a datação de Mommsen já que parece a mais próxima da correta.

¹⁹⁵ Na carta V, 14, 1-2, Plínio, o Jovem escreve a Pôncio Alifano sobre a nomeação de seu ex-colega de consulado e amigo Cornélio Tertulo para os cargos de administrador da Via Emília, e compara a nova magistratura do amigo à sua, como *curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbi*: "Havia me retirado, para meu município [de Como], quando noticiaram-me que Cornélio Tertulo aceitou a curadoria da Via Emília. Não posso expressar quanta alegria senti, por ele e por mim: por ele, porque seria lícito – como é – que, distante, porém, de toda ambição, deve-lhe esta honraria ser, além de granjeada, jucunda; por mim, porque essa magistratura já me fora confiada e me agrada um pouco mais quando vejo que a Cornuto foi concedida de forma semelhante". *Secesseram in municipium, cum mihi nuntiatum est Cornutum Tertullum accepisse Aemiliae viae curam. Exprimere non possum, quanto sim gaudio affectus, et ipsius et meo nomine: ipsius quod, sit licet — sicut est — ab omni ambitione longe remotus, debet tamen ei iucundus honor esse ultro datus, meo quod aliquanto magis me delectat mandatum mihi officium, postquam par Cornuto datum video*". Em outra carta (*Ep.* VIII, 17, 1), Plínio descreve uma série de problemas enfrentados durante o período em que exercia essa magistratura: "Também está agora, por aí, os céus revoltosos e selvagens? Por aqui as tempestades são contínuas e as inundações frequentes. O Tibre transbordou avançando por todas zonas baixas e margens. Embora uma fossa tenha sido construída exaustivamente pelo nosso tão precavido imperador, a água inunda os vales, cobre os campos e em qualquer planície, espalha-se sobre o solo". *Num istic quoque immite et turbidum caelum? Hic assidue tempestates et crebra diluvia. Tiberis alveum excessit et demissioribus ripis alte superfunditur; quamquam fossa quam providentissimus imperator fecit exhaustus, premit valles, innatat campis, quaque planum solum, pro solo cernitur*.

¹⁹⁶ Sherwin-White (1966, p. 79) utiliza de inscrições epigráficas para atribuir a duração dessa magistratura. Segundo ele, Méssio Rústico ocupou o cargo entre 121-124 (ILS 5931) e Tibério Júlio Ferox entre 101 e 103.

ocupava todo o tempo, deixando-lhe poucos momentos para se dedicar ao cultivo do espírito e à atividade literária.

Segundo Ronald Syme, Plínio, o Jovem tem a carreira elevada sob a tirania de Domiciano, mas cai progressivamente em desgraça sob o principado de Trajano. Syme destaca a nomeação a *legatus propraetore Ponti et Bithyniae*¹⁹⁷ *consulari potestae*, em 109¹⁹⁸, como uma prova disso. O historiador neozelandês compara a carreira de Plínio, após o consulado, com a de homens com idade e posição semelhantes e vê que, enquanto ele assume a posição de *legatus propraetore*, os seus companheiros ganham cargos de governadores em outras províncias. Syme parte do pressuposto de que Plínio, o Jovem, diferentemente da ideia exposta nas *Cartas* e no *Panegírico*, foi aos poucos afastado do círculo de *amici* de Trajano, devido a sua postura indolente e a suas indecisões administrativas e políticas - expostas nas muitas cartas direcionadas ao Imperador. Estas características, segundo Syme, irritaram profundamente Trajano¹⁹⁹.

Na contramão dessa posição, Adrian Sherwin-White destaca que a correspondência trocada entre Plínio, o Jovem e Trajano no período em que aquele exerceu suas funções na Bitínia-Ponto não era maior do que a de qualquer outro legado ou governador designado às províncias²⁰⁰. Ele argumenta que a falta de uma legislação específica para cada província não permitia que a lei fosse aplicada de maneira eficiente. Sendo assim, os julgamentos e orientações do *princeps* eram necessários²⁰¹. Sobre a função de *legatus propraetore Ponti et Bithyniae consulari potestae* Sherwin-White destaca que o prestígio dessa função era equivalente ao de um pró-consul. Quanto a isso, o espanhol Carlos Noreña afirma que a autoridade de Plínio era a mesma dos

¹⁹⁷ Essa província foi formada pela união de dois reinos, a Bitínia, anexada em 74 a.C, e o Ponto, anexada após a derrota do rei Mitrídates VI por Pompeu Magno. A província recebeu o status senatorial do principado de Augusto. Entretanto, sob Trajano, por motivos desconhecidos, foi convertida em província imperial. Ver Anexo: MAPA 6.

¹⁹⁸ A historiografia aceita de forma praticamente unânime que o período de Plínio como legado na Bitínia-Ponto foi entre 109-113. A sua chegada pode ser datada devido a algumas cartas, nos livros VII e IX, escritas em Roma. Ronald Syme (1958, p. 81) lhe atribui uma data exata: 17 de setembro de 109. Já a data de partida, que é a mesma da morte de Plínio, o Jovem, pode ser definida pela sua omissão em decorrência da viagem de Trajano ao oriente, no outono de 113, para iniciar uma guerra contra os partos. Entretanto é difícil estabelecer o período preciso que Plínio exerceu essas funções na Bitínia-Ponto.

¹⁹⁹ SYME, 1958, p. 84.

²⁰⁰ Essa posição é apoiada por Carlos Noreña: “Não há nenhuma razão para pensar que o volume ou o conteúdo desta correspondência foi irregular”. Cf. NOREÑA, 2007, p. 244.

²⁰¹ SHERWIN-WHITE, 1966, p. 546-555.

antigos pretores que comandaram a província, visto que seu status como representante pessoal do Imperador Trajano era consideravelmente maior²⁰².

É importante notar que Plínio, o Jovem, como fica evidente em algumas cartas²⁰³, agia sob a ordem direta de Trajano, já que a Bitúnia-Ponto era uma província que havia sido recentemente convertida em imperial. Ao analisarmos a correspondência do livro X é difícil duvidar da relação de *amicitia* entre Plínio e Trajano. Segundo Thiago Stadler, baseado nas proposições de Fergus Millar, Plínio, o Jovem e Trajano mantinham uma relação que ultrapassava as formalidades burocráticas da administração imperial²⁰⁴. Para Stadler o relacionamento entre esses dois personagens adentrava na esfera do patronato/clientelismo.

Para o historiador espanhol Carlos Noreña, as formas de tratamento entre os protagonistas desses diálogos são uma prova da proximidade entre ambos²⁰⁵. Noreña destaca que as conversas de Plínio e Trajano tinham contornos claramente pessoais. Ele salienta que, diferentemente dos nove primeiros livros, onde sempre remetente e destinatário são chamados pelo *nomen* e *cognomen*, no livro X as formas de tratamento entre Plínio e Trajano variam. Plínio, por muitas vezes é chamado simplesmente de *Secundus* ou até mesmo pelo vocativo *mi Secunde Carissime*²⁰⁶ pelo imperador. Já Trajano é referido na maior parte das vezes como *Imperator Traianus* ou simplesmente *Traianus*.

²⁰² NOREÑA, *op. cit.*, p. 243.

²⁰³ Em uma das cartas de Trajano a Plínio, o Jovem, o Imperador dá ordens e sugestões quanto ao governo da província da Bitúnia-Ponto: “A mim também escreveu Gábio Baso, que o número de soldados dados, sob meu comando a ele, não era suficiente. Ordenei que lhe reescrevessem minha resposta a ele, para que tivesses o conhecimento, de que sua carta foi atendida. É muito importante distinguir uma demanda urgente e um desejo de estender os lucros em teu nome. Nós por outro lado estamos aqui para atender somente ao interesse público, e, o quanto pudermos, não devemos retirar os soldados do serviço ativo”. (Plin. Ep. X, 32). “*Et mihi scripsit Gavius Bassus non sufficere sibi eum militum numerum, qui ut daretur illi, mandatis meis complexus sum. Cui quae rescripsissem, ut notum haberes, his litteris subici iussi. Multum interest, res poscat an hoc nomine eis uti latius velit. Nobis autem utilitas demum spectanda est, et, quantum fieri potest, curandum ne milites a signis absint.*” Em outra carta, X. 18, 2, Trajano diz a Plínio, o Jovem: “Os provinciais, creio, entenderão que eu os protejo; enquanto submetendo-os a ti, deixo claro, com essa excelente escolha, que o envio para me representar nessa missão”. *Provinciales, credo, prospectum sibi a me intellegent. Nam et tu dabis operam, ut manifestum sit illis electum te esse, qui ad eosdem mei loco mittereris.*

²⁰⁴ STADLER, 2010, p. 20.

²⁰⁵ NOREÑA, 2007, p. 253.

²⁰⁶ Segundo Carlos Noreña *carissime* “era um termo que definia afeto, usado ocasionalmente para parentes e amantes, mas com mais frequência para amigos e conhecidos”. NOREÑA, *loc. cit.*

Plínio, o Jovem teve uma carreira política destacada. Esteve em contato com as principais personalidades dos governos de Domiciano, Nerva e Trajano, inclusive com os próprios *principes*. Essa proximidade com o poder imperial, entretanto, só foi possível devido a uma intensa atividade judiciária, seja no Tribunal dos Centúviro, seja nas defesas e acusações perante o Senado. Ronald Syme destaca a eficiência jurídica de Plínio:

A posteridade conhece Plínio, como cônsul, orador e homem de letras. Apesar de toda sua fama no Senado, o seu principal campo de atuação era forense, sobre o direito de propriedade. O tribunal centumviral era a arena dos seus triunfos. Júris clamavam seu entusiasmo, e admiradores se reuniram. Além disso, os dois postos de tesouraria e a missão na Bitúnia sugerem que a sua principal capacidade aos olhos do governo era financeiro²⁰⁷.

Plínio, o Jovem participou de julgamentos importantes como os de Mário Prisco (100)²⁰⁸, Cecílio Clássico²⁰⁹ (100-101), nos quais agiu como acusador e os casos de Júlio Baso²¹⁰ (102-103) e Valério Rufo (106-107)²¹¹, em que exerceu o papel de defensor. Plínio, o Jovem demonstrou ter eloquência e influência política em todos esses processos, atuando tanto em favor do Estado, como em favor dos seus amigos e aumentando seu prestígio junto aos imperadores, povo e aristocracia. Entretanto, foi o

²⁰⁷ SYME, 1958, p. 84.

²⁰⁸ O caso de Mário Prisco ocorreu no ano 100, mesmo ano em que Plínio, o Jovem exerceu seu consulado, já foi descrito anteriormente. Nesse julgamento Plínio é nomeado pelo Senado, ao lado de Tácito, como defensor da província no processo judicial. O julgamento de Prisco se desenrola em três seções, terminando sob a presidência do próprio imperador Trajano.

²⁰⁹ Cecílio Clássico foi indiciado por agir de maneira prejudicial aos habitantes da província Beócia, a mesma de Mário Prisco. Segundo Fernández esse caso, diferentemente do de Prisco, não teve grande repercussão. Clássico acabou morrendo antes do término do processo. Plínio descreve o ocorrido em *Ep.* III, 9, 5: “Sua acusação foi adiantada devido a sua morte, qual acidental ou voluntária, ainda era tão infame quanto obscura(...)”. *Ille accusationem vel fortuita vel voluntaria morte praeventit. Nam fuit mors eius infamis, ambigua tamen vita (...)*.

²¹⁰ Júlio Baso foi procônsul da Bitúnia-Ponto em 98, sendo acusado pelos habitantes dessa mesma província em 101 por extorsão. A defesa de Baso foi bem sucedida ao que tudo indica, já que o acusado manteve seu status de senador. Entretanto os seus atos na província foram anulados como Plínio conta em *Ep.* X, 56, 4: “Eu, conhecendo que os atos de Baso haviam sido anulados, e que pelo Senado, todos seus inquéritos seriam totalmente retomados, desde que tivessem sido realizados dentro daqueles dois anos (...)”. *Ego, quia sciebam acta Bassi rescissa datumque a senatu ius omnibus, de quibus ille aliquid constituisset, ex integro agendi, dumtaxat per biennium (...)*.

²¹¹ O julgamento de Vareno Rufo, também procônsul na Bitúnia-Ponto, ocorreu entre os anos de 106-107. Sobre esse, pouco sabemos: somente que graças a uma petição de Plínio, o Jovem se consegue que compareçam ao tribunal testemunhas de defesa. (FERNÁNDEZ, 2005, p. 22-23).

juízo de B bio Massa provavelmente o mais significativo da carreira jurídica de Plínio.

O juízo de B bio Massa ocorreu em 93. Nessa pugna Plínio foi acusador, juntamente com seu amigo Herênio Senécio, por sua vez inimigo pessoal do imperador, que desaprovava abertamente seu governo. O processo acusava Massa de *repetundis*²¹² na província da B tica, da qual fora governador no ano de 92. Massa era um homem proeminente no principado de Domiciano, amigo do *princeps*. Entretanto esse homem é condenado sem que o imperador possa fazer nada para lhe ajudar. Em uma de suas cartas a Tácito, Plínio destaca o ocorrido:

O Senado me nomeara juntamente a Herênio Senécio, advogado da província da B tica no processo contra B bio Massa, que condenado, teria suas propriedades tomadas pelo Estado. Senécio, conhecendo a disposi o dos cônsules para inocentar o réu, veio até mim e disse: ‘Com a mesma harmonia que mantivemos essa nossa acusa o devemos recorrer aos cônsules, demandando que os bens, sobe a custódia deles, não sejam liberados’. Respondi-lhe: ‘como somos advogados designados pelo Senado, reflita se não acredita que nosso papel, assim como o inquerito, foi finalizado. Mas ele me disse: Você terminou seu papel, já que não tem nenhum vínculo com a província a não ser por seus serviços recentes; mas sou nativo de l , e também ali fui questor. Então falei: Como se trata de uma decisão firme e deliberada, seguirei contigo, caso tua a o provoque ressentimentos, não serão s  contra ti. Fomos aos cônsules; Senécio expôs aquilo que lhe importava, e eu lhe apoiei. Mal acabamos de falar, Massa se queixou que Senécio não advogou com imparcialidade, mas com a mordacidade de um inimigo, e pediu sua crima o por *impietas*²¹³.

²¹² Esse delito equivalia a corrup o e extorsão, ocorridas em governos provinciais. Segundo Fernández (2005; p. 19): O castigo por incorrer nessa falta variava segundo as épocas, podendo chegar inclusive ao exílio e a deporta o, sendo o culpado obrigado a devolver o quádruplo daquilo que havia sido extorquido.

²¹³ Plin. Ep. VII, 33, 4-8. ‘*Dederat me senatus cum Herennio Senecione advocatum provinciae Baeticae contra Baebium Massam, damnatoque Massa censuerat, ut bona eius publice custodirentur. Senecio, cum explorasset consules postulationibus vacaturos, convenit me et ‘Qua concordia’ inquit ‘iniunctam nobis accusationem executi sumus, hac adaeamus consules petamusque, ne bona dissipari sinant, quorum esse in custodia debent.’ Respondi: ‘Cum simus advocati a senatu dati, dispice num peractas putes partes nostras senatus cognitione finita.’ Et ille: ‘Tu quem voles tibi terminum statues, cui nulla cum provincia necessitudo nisi ex beneficio tuo et hoc recenti; ipse et natus ibi et quaestor in ea fui.’ 6 Tum ego: ‘Si fixum tibi istud ac deliberatum, sequar te ut, si qua ex hoc invidia, non tantum tua.’ 7 Venimus ad*

Como podemos perceber Plínio, o Jovem procurou advertir Senécio a ter um comportamento moderado diante do tribunal. A *moderatio*, foi uma conduta fundamental para qualificar, durante os séculos I e II, as virtudes e vícios dos homens que viveram sob o Principado. No caso em questão, o modelo de moderação é o próprio Plínio, que conduziu com serenidade uma acusação contra um aristocrata vicioso, mas que gozava dos favores imperiais – Bébio Massa -, sem extrapolar os limites da sua posição diante de Domiciano.

O julgamento de Massa foi conhecido por todo Império, assim como o papel desempenhado por seus acusadores. A acusação posterior de Massa a Senécio de *impietas* resultou na morte desse último. Esse acontecimento inaugurou uma série de condenações injustas contra um grande número de personagens importantes da aristocracia senatorial romana como Aruleno Rústico, Helvídio Prisco, Junio Máurico, Arria, esposa de Trasea Peto, Fania, esposa de Helvídio Prisco. O ano de 93 foi considerado pela maioria das fontes literárias um ano sangrento para a cidade de Roma, em que proliferou o número delatores, o Senado foi enfraquecido e a violência de Domiciano dominou o Império. Posteriormente, os homens mortos nessa época foram feitos mártires através das obras escritas sob a dinastia Antonina. Plínio tentou associar suas ações às desses homens por diversas vezes, procurando ser retratado por seus amigos como um daqueles que havia lutado contra tirania²¹⁴, sem sucesso, no entanto, muito devido à sua prosperidade política e econômica na época²¹⁵.

*consules; dicit Senecio quae res ferebat, aliqua subiungo. Vixdum conticueramus, et Massa questus Senecionem non advocati fidem sed inimici amaritudinem implese, impietatis reum postulat*²¹⁴.

²¹⁴ Em sua carta a Júlio Genitor, Plínio declara que ajudou o filósofo Artemidoro, perseguido durante o governo de Domiciano. Nessa carta ele também declara que foi objeto de perseguições políticas, fruto da tirania desse *princeps*: “(...) sete amigos meus tinham sido executados ou exilados; os executados, Senécio, Rústico e Helvídio. Já os exilados; Maurício, Grátilla, Arria e Fânia. Assim, cercado, e quase chamuscado por tantos raios fulminantes que me rodeavam, previ, a partir daqueles certos sinais, que uma ruína semelhante também me aguardava” (Plin. *Ep.* III, 11,3). (...) *cum septem amicis meis aut occisis aut relegatis, occisis Senecione Rustico Helvidio, relegatis Maurico Gratilla Arria Fannia, tot circa me iactis fulminibus quasi ambustus mihi quoque impendere idem exitium certis quibusdam notis augurarer*. Ele prossegue em uma famosa carta escrita a Tácito, afirmando que: “De fato, o Divino Nerva - que mesmo como um simples particular, era consciente de qualquer ato que fosse composto visando o bem público - me enviou uma carta muito sóbria e honesta, que felicitava não só a mim, mas a nossa época, cujo exemplo - ele se expressou desta forma - era similar à grandeza dos antigos. Destas coisas, qualquer que seja sua competência, você pode fazê-las mais importantes e célebres, ainda que não peço para que se excedas em teu modo de agir. Pois a história não deve afastar-se da verdade, e a verdade basta honestamente através dos fatos”. (Plin. *Ep.* VII, 33, 9-10). *Divus quidem Nerva — nam privatus quoque*

Plínio, o Jovem faleceu durante o ano de 113²¹⁶. Deixou à literatura latina uma obra extensa e aos historiadores modernos a percepção de que é impossível dissociar o Plínio, o epistológrafo romano, do administrador, do político ou do advogado. Todas essas facetas são importantes para compreendermos o retrato que a correspondência pliniana faz do seu autor ou dos homens de sua época. Assim como Tácito, ou como qualquer aristocrata romano da época, Plínio foi antes de tudo um homem público, completamente imerso nas inquietudes e necessidades de seu tempo, e que, por isso, não pode ser compreendido de maneira isolada. A obra de Plínio, o Jovem nos permite refletir sobre o comportamento, as práticas e as ambições de diferentes membros da aristocracia senatorial, que viveram tanto sob uma tirania – de Domiciano – como sob um governo de um *princeps* considerado justo – Trajano. Como veremos nos capítulos seguintes, essa perspectiva comparativa permeia toda a literatura pliniana.

1.3. Conclusão do Capítulo:

Procuramos nesse capítulo estabelecer uma análise quase biográfica de Cornélio Tácito e Plínio, o Jovem. Digo “quase” porque em uma biografia os acontecimentos históricos e o contexto se tornam coadjuvantes perante a vida pública e privada dos biografados. No nosso caso, tentamos inserir nossos autores em um contexto amplo, através de uma perspectiva ambivalente: debater sobre a atuação de Tácito e Plínio sobre o ambiente político e social em que viviam sem nos esquecer de analisar como esse contexto foi importante para moldar a personalidade, as obras e o comportamento político desses homens, bem como seus ideais de virtude e a compreensão que eles tinham do Principado como regime político.

Entendemos o Principado Romano, durante o século I d.C, através de uma disposição social diversificada, que apresentava constantes transformações e ambiguidades. Durante esse período, o Império Romano foi amparado por um regimento jurídico baseado na ancestralidade e em modelos tradicionais de

attendebat his quae recte in publico fierent — missis ad me gravissimis litteris non mihi solum, verum etiam saeculo est gratulatus, cui exemplum — sic enim scripsit — simile antiquis contigisset. Haec, utcumque se habent, notiora clariora maiora tu facies; quamquam non exigo ut excedas actae rei modum. Nam nec historia debet egredi veritatem, et honeste factis veritas sufficit”.

²¹⁵ SYME, 1958, p. 27.

²¹⁶ Momento em que as referências epistolares a Plínio, o Jovem acabam.

comportamento civis aristocráticos que protegiam e distinguiam socialmente e politicamente seus cidadãos. Por outro lado, devido às guerras civis e às perseguições políticas do século I a.C, os romanos viram a extinção de diversas *gentes* tradicionais e a ascensão de *noui homines*, inicialmente naturais de municípios italianos e posteriormente de colônias provinciais. O processo de mobilidade social se tornou ainda mais complexo com a preponderância da *domus Caesaris* na política do Império, que levou à elevação de libertos e escravos a posições destoantes da tradicional e genealógica estrutura de *ordines*.

Essa nova organização social se estabeleceu como fruto da reestruturação política da *res publica* através do poder do *princeps* e consoante com o processo de desenvolvimento da cidade Roma, que passou de uma *pólis* em ascensão à capital de um Império de proporções globais. O resultado disso foi à formação de uma elite aristocrática não homogênea, que se relacionava com o poder imperial através de experiências e perspectivas divergentes. Diante desse contexto, Plínio, o Jovem e Tácito foram exemplos de disputa aristocrática, tanto em âmbito político como literário – algo que veremos com mais clareza no capítulo II -, como também consequências desse contexto ambíguo, em que a aristocracia senatorial procurava, de maneira circunspecta, através de práticas políticas e literárias, se mostrar autônomas diante do poder – muitas vezes tirânico - dos *principes*.

Os pontos trabalhados nesse capítulo se mostram especialmente determinantes para a sequência dessa dissertação, na qual procuraremos analisar as influências literárias de Cornélio Tácito e Plínio, o Jovem sob um viés político. Procuraremos entender como esses autores dialogaram em suas obras com a(s) tradição (ões) literária(s) latina(s), principalmente aquela(s) presente(s) desde o fim do século I a.C até início do século II d.C. Entendemos que as práticas literárias, diante do novo contexto – marcado pelo progressivo declínio da influência institucional do Senado na administração imperial – assumem o papel de arena política, visando a manutenção e exclusão de práticas e ideias aristocráticas. Tendo isso em mente o próximo capítulo procurará estabelecer os parâmetros que propiciaram a formação de uma tradição comum (*locus*) às obras de Tácito e Plínio, através da moralidade exemplar e de ideais filosóficos debatidos pela elite intelectual daquela época. Somente assim poderemos

chegar ao nosso objetivo principal: entender como – e quais - as virtudes e vícios que permeavam o debate literário sob o Principado de Trajano.

Capítulo II: *Tacitus es an Plinius?* Tradição e exemplaridade sob o principado de Trajano.

Um vívido debate fazia parte do cotidiano literário da elite aristocrática que viveu sob o Principado de Trajano²¹⁷. Isso fica evidente nas palavras de Plínio, o Jovem:

Grandes talentos nos trouxeram a safra deste ano. Em todo este mês de abril não fiquei quase que um dia sem aparecer na recitação de alguém. Eram todas, sem dúvida, de amigos, e por isso mesmo acabei ficando mais tempo em Roma do que o previsto. Agora quero voltar ao meu retiro e tentar escrever algo de minha autoria, mas nem pensem que a apresentarei em forma de recitação²¹⁸.

O diálogo com literatos contemporâneos complementava a formação pedagógica dos romanos e era basilar para qualquer autor que desejasse ter uma obra publicada. Segundo o historiador sueco Tønnes Kleberg²¹⁹, a elaboração e publicação dos livros na Roma Antiga era um procedimento longo que obrigatoriamente incluía a exposição para um círculo de amigos, depois disso para um público de médio/grande porte. A intenção disso era discutir pontos importantes da obra e verificar a aceitação da mesma.

Tendo em vista esse cenário, William Johnson analisa a construção de elites culturais através de diversos “panoramas de leitura²²⁰”. Johnson considera essas elites culturais responsáveis por direcionar padrões de relacionamento entre a sociedade e o texto. Dessa forma, ele expõe as perspectivas de leitura como uma prática mutável, tal

²¹⁷ Para entender melhor esse debate cf. JOHNSON, 2009, 2012. Para esse autor, foi justamente através de uma cultura literária específica, que prezava o debate político aliado com a eloquência e a contextualização pública do discurso literário, que foi possível mapear as ambições sociais e tradições culturais da elite intelectual romana do Alto Império. Para Johnson, diante das restrições impostas ao debate político pelo poder imperial, a voz cautelosa da literatura se mostrava uma forma alternativa de interseção pública. Johnson vai salientar também que as práticas literárias funcionavam como "dispositivos de exclusão", como "mecanismos sociais", que hierarquizados manuseavam aspectos importantes da tradição romana estabelecendo ideais de romanidade e comportamento social.

²¹⁸“*Magnum proventum poetarum annus hic attulit: toto mense Aprili nullus fere dies, quo non recitaret aliquis. Iuvat me quod vigent studia, proferunt se ingenia hominum et ostentant, tametsi ad audiendum pigre coitur. 2 Plerique in stationibus sedent tempusque audiendi fabulis conterunt, ac subinde sibi nuntiari iubent, an iam recitator intraverit*”. Plin. Ep. 1.13.1-2. (tradução: STADLER, 2010).

²¹⁹ KLEBERG, 1995, p. 65-83.

²²⁰ De acordo com Johnson (2012), a elite intelectual romana estava conectada por uma série de práticas literárias comuns, o que formava, em tese, comunidades literárias. Essas comunidades, por sua vez, eram parte de um mesmo sistema sociocultural (*op. cit.*, p. 11) no qual a "leitura dos eventos" era uma experiência ao mesmo tempo particular e contextualizada. Ou seja, Johnson nos diz que era através da formação de diferentes panoramas de leitura que os textos eram construídos, de forma comunitária, dentro de um contexto sociocultural particular (*op. cit.*, p. 12).

como eram mutáveis os grupos sociais dominantes, pois “as maneiras com que as pessoas interagem com os textos não são mais estáveis do que outras convenções sociais”²²¹. Johnson desqualifica as práticas literárias como simples atos de decodificação de palavras. A leitura, nesse viés é tanto um fenômeno individual como social, que se desenvolve ao longo do tempo, com raízes profundas nas tradições de uma determinada sociedade²²².

Entendemos as obras de Tácito e Plínio, o Jovem a partir dessa concepção. Por exemplo, ao falar sobre o contexto de produção literária de Plínio, Adrian Sherwin-White vai destacar que:

Plínio pertencia a uma sociedade que era rica, ociosa, e super-educada literariamente. Ele e seus amigos, em meio a suas funções públicas, tiveram uma grande quantidade de tempo livre, e eles passaram muito desse tempo em exercícios literários de vários tipos, redigindo versos, recitando e polindo seus discursos como exemplos de oratória, e ouvindo nas leituras públicas o esforço de outras pessoas²²³.

Essa aristocracia indicada por Sherwin-White era educada sob os mesmos moldes retóricos²²⁴. O acesso ao conhecimento era limitado aos grandes centros urbanos, mas também era essencial para quem almejava uma carreira política. Tal perspectiva restringia o acesso tanto ao estudo, quanto às magistraturas, mas contribuía para a composição de um círculo fechado de intelectuais. O resultado disso foi a formação de uma elite letrada tipicamente cidadina, que compartilhava de um ambiente de interlocução comum e se mesclava com a própria elite política e econômica do Império Romano.

Segundo A. J. Woodman²²⁵, Plínio, o Jovem e Tácito foram apenas dois exemplos dentro de uma grande comunidade de intelectuais conhecidos, cujas vidas e

²²¹ Para ver a discussão completa: Cf. JOHNSON, 2009.

²²² *Idem*, 2002, p. 10.

²²³ SHERWIN WHITE, 1969, pp. 1-2.

²²⁴ Segundo Quintiliano, no Livro X das *Instituições Oratórias*, a literatura e a oratória latina eram formadas através da aplicação e exercício constante de diferentes gêneros, *tópos*, figuras de linguagem. Esses exercícios eram estabelecidos através de uma educação acadêmica, que apesar de não totalmente homogênea e unificada, partia de bases mais ou menos comuns. Para mais: Cf. WEBB, 2009, pp. 39-67; MARROU.

²²⁵ WOODMAN, 2009. pp. 35-36.

carreiras foram contemporâneas²²⁶. Para Woodman as fontes revelam uma sociedade “livresca” e intensamente literária, na qual os membros da aristocracia trocavam trabalhos em andamento, lendo e ouvindo uns aos outros, e por muitas vezes procurando criticar e aperfeiçoar os trabalhos dos amigos. Woodman destaca a intensidade desse tipo de interação, mas também a dificuldade de descobrir quem está lendo, o que, e quando, devido à incerteza sobre a publicação exata de muitas obras.

Plínio, o Jovem e Tácito foram contemporâneos, homens que compartilharam o mesmo contexto social, as mesmas ambições políticas e tradições literárias. Ambos foram ensinados pelo mesmo mestre, Quintiliano. Os dois, como admitem em suas obras, atingiram sucesso em seu *cursus honorum* sob a tirania de Domiciano. Plínio e Tácito foram originários da “nova aristocracia”, descendentes de famílias equestres sem antecedentes consulares. Ambos chegaram ao consulado sob o governo de Trajano. Mesmo em meio a tantas semelhanças, esses dois autores têm motivações próprias e particularidades que nos ajudam a compreender a aristocracia senatorial do principado de Trajano como um grupo social não homogêneo. O perfil social de Plínio, o Jovem é mais evidente para nós, devido ao número de informações a respeito de sua vida pública e privada. Quanto a Tácito, algumas coisas sobre seu caráter e temperamento podem – com base em suas obras - ser conhecidas, ainda que com menor detalhe quando comparadas com aquelas que temos para Plínio, o Jovem.

O intenso intercâmbio intelectual protagonizado pela aristocracia romana do final do século I e início século II é exemplificado de forma explícita na carta VII, 20. Essa epístola evidencia as relações literárias entre Plínio e Tácito:

Eu li seu livro²²⁷ e anotei-o tão cuidadosamente como pude as passagens, que em minha opinião, devias mudar, ou eliminar. Pois tenho o costume de dizer a verdade, e tu de escutá-la com agrado. Pois a crítica só é aceita com grande tolerância por aqueles que merecem grandes elogios. De minha parte, agora

²²⁶ Podemos ver isso de forma clara ao consultarmos a correspondência pliniana e seus respectivos interlocutores.

²²⁷ O livro em questão era provavelmente o *Diálogo dos Oradores*, escrito por Tácito em 102, pouco tempo depois que os dois homens se uniram para a defesa de Mário Prisco.

estou esperando que me devolvas meu livro, com teus comentários²²⁸.

Textos e obras de todas as espécies eram declamados, enviados e discutidos dentro de círculos intelectuais aristocráticos. Para o historiador William Johnson, a elite intelectual do império era indissociável da elite política²²⁹. Essa elite tinha uma compreensão comum daquilo que era publicado ou mesmo lido. Essa leitura, apesar de ser individual, era contextualizada em grupo, pela participação política intensa de seus leitores, conduzindo à formação de grupos dominantes que influenciavam os comportamentos sociais, políticos e culturais daquela sociedade. Johnson vai destacar que as *Cartas* são uma tentativa de Plínio estabelecer padrões de comportamento e relacionamento para a elite²³⁰. Acreditamos que a obra taciteana também apresenta uma motivação semelhante.

De acordo com o inglês Andrew Wallace-Hadrill, o fim do regime oligárquico romano resultou num colapso das formas de conhecimento, antes monopolizadas e exploradas pela elite senatorial itálica. Sob a República, o poder constitucional era ligado à prática da cidadania, direito de todos os cidadãos romanos. Entretanto, o poder de coesão social se encontrava com a aristocracia senatorial, que controlava os meios de difusão do saber, bem como as relações patronais, responsáveis por fundamentar os

²²⁸ Plin. Ep. VII, 20, 1-2. *Librum tuum legi et, quam diligentissime potui, adnotavi quae commutanda, quae eximenda arbitrarer. Nam et ego verum dicere assuevi, et tu libenter audire. Neque enim ulli patientius reprehenduntur, quam qui maxime laudari merentur. 2 Nunc a te librum meum cum adnotationibus tuis exspecto.*

²²⁹ A educação na sociedade antiga tinha o que Saviani (1987, p.19-20) chamaria hoje de caráter reprodutor, ou seja, procurava-se adaptar o sujeito à sociedade. Dessa maneira era natural que a finalidade da educação romana fosse ensinar aos indivíduos preceitos e valores em respeito da moral e dos costumes ancestrais bem como “um conjunto de valores morais rígidos que determinava o estilo de vida da aristocracia” (MARROU; 1971, p. 364). Esses valores eram naturalmente definidos por uma elite, que estava interessada em perpetuar as relações de poder presentes naquela sociedade. Assim, o processo educativo se congregava com o pacto social e era responsável por fundamentar as principais tradições e representações dessa sociedade. O resultado disso é a formação de uma elite intelectual tipicamente urbana, que compartilhava de um ambiente de interlocução comum e se mesclava à própria elite política do Império. A possibilidade de ascensão do *cursus honorum* era, dessa maneira, conectada diretamente à educação e às relações de patronato, que levavam muitas famílias mais abastadas a financiarem estudos de clientes.

²³⁰ JOHNSON, 2010, p. 35.

mecanismos pelos quais a sociedade funcionava. Em grande parte, era no conhecimento, baseado na tradição, que se baseava a autoridade dos senadores²³¹.

Para Wallace-Hadrill, no início do Principado esse modelo muda. Constitucionalmente, ainda era o corpo de cidadãos que governava. Entretanto, o imperador tinha o claro interesse de evitar o fortalecimento de qualquer indivíduo ou grupo social e não podia permitir que nenhuma *auctoritas* se igualasse à sua. Dessa forma, o *princeps* se interessava cada vez mais em dominar formas de conhecimento através da autoridade dos especialistas²³². Esse domínio se estendeu ao controle sobre o tempo, através da reformulação dos calendários e a renovação dos cultos religiosos²³³. Mas também ao controle do espaço público através da revisão do sistema legal, do discurso público do próprio desenho das *urbes*²³⁴. O uso da autoridade profissional dos especialistas para reformular essas diversas áreas de saber era uma forma de desvalorizar a autoridade tradicional da aristocracia senatorial. Além disso, o imperador assumia o controle sobre os meios de fabricação e representação imagética, interferindo diretamente no controle da memória social.

Apesar disso, as práticas intelectuais aristocráticas continuaram a ser fortemente conectadas ao caráter privado, permitindo a manutenção de certos padrões de comportamento. Esses parâmetros éticos, morais e culturais foram discutidos pela maioria das fontes literárias às quais temos acesso. Levando em conta que essas fontes eram escritas em sua maior parte por aristocratas ou sob o patrocínio dos mesmos, podemos afirmar que houve certa homogeneidade entre a elite intelectual e política do - e sob o - império. Dessa forma, por mais que outros grupos sociais – como escravos e libertos - se aproximassem do poder através de laços com a casa imperial ou se tornassem tão ricos como senadores, a educação perpetuava uma série de práticas sociais e culturais que, aliadas ao poder da tradição, tornavam as barreiras ainda maiores para a aceitação desses “novos ricos” em grupos sociais mais elevados.

²³¹ JOHNSON, 2010, pp. 55-58.

²³² *Ibidem*, p. 58.

²³³ *Ibidem*, pp. 58-68.

²³⁴ *Ibidem*, pp. 68-74.

Por isso, podemos afirmar que a aristocracia senatorial, apesar de ter sua atuação política reduzida²³⁵ devido ao poder do imperador, ainda apresentava grande influência na produção da memória social e na construção de padrões éticos, já que era através de modelos aristocráticos que eram traçados padrões de comportamento exemplares destinados à posteridade pelo julgamento de quais ações foram positiva ou negativamente exemplares e que homens e mulheres deveriam ser lembrados como personalidades a emular ou a evitar ou, ainda, quais seriam simplesmente ignorados. Dessa maneira, essa elite senatorial também era uma elite intelectual, que construía suas representações, orais e escritas, gerando certo consenso, um *locus*, que permitia controlar o acesso a tradições específicas, e promover modelos de comportamento mais ou menos comuns. Contudo, não podemos deixar de salientar a heterogeneidade de perfis sociais que se perpetuavam nesse grupo. As Cartas de Plínio, o Jovem, bem como a historiografia taciteana, são carregadas de um grande apelo moral. Assim, como as obras de Tácito, a produção literária de Plínio produz/transmite uma série de *exempla*.

Ao analisarmos a troca de cartas entre Plínio e Tácito, por exemplo, podemos notar a existência de um contato entre esses dois autores e a influência entre ambos na redação e correções de suas respectivas obras e discursos não deve ser de forma alguma, descartada. Plínio e Tácito são exemplos de como as atividades literárias faziam parte das convenções sociais típicas da aristocracia da época. Elas eram responsáveis por incorporar culturalmente e socialmente uma série de signos a esse grupo social, agregando ou segregando aqueles que não eram capazes de se adaptar a essas condições.

²³⁵ De acordo com Moses Finley: “embora houvesse discussão no Principado, o poder final e efetivamente irrestrito de decisão em matérias de ação governamental repousava num só homem, não nos votantes”. FINLEY, 1985, p. 68. Com isso, Finley nega a possibilidade da prática política durante o Principado. O que queremos afirmar não é isso. Pelo contrário, consideramos os séculos I e II como um período de intensa participação política por parte da aristocracia senatorial. Em nossa concepção, o poder não era monopolizado pelo *princeps*, mas compartilhado por ele com outros poderes menores. A hipótese de Fábio Joly e Norberto Guarinello nos parece mais correta nesse sentido. Segundo esses autores: O próprio Senado era um parceiro importante, que detinha poder, mesmo que subordinado, tanto como instituição quanto com suas atribuições específicas quanto ainda como poder individual de seus membros, que monopolizavam as principais magistraturas civis e militares do Império. JOLY & GUARINELLO, 2001, p. 133-152. Apesar disso não podemos ignorar que a figura do *princeps* mudou radicalmente a política romana, reduzindo, pelo menos informalmente, o poder dos Senadores na gestão do Império.

Mesmo partindo de métodos distintos a intenção de Plínio, o Jovem e Tácito se aproxima pelo seu papel político e pedagógico dentro do contexto que viviam. No caso da correspondência pliniana isso é refletido em seu interesse em educar jovens aristocratas, não só com conselhos e lições de eloquência, mas com exemplos de conduta que julga ser adequada à posição desses jovens. Dentro da historiografia taciteana isso fica evidente na denúncia que Tácito faz quanto ao comportamento de grande parte aristocracia, que se fazia corrupta e bajuladora, mesmo sob bons *principes*. Assim proponho, nesse segundo capítulo da dissertação analisar as influências plinianas e taciteanas, na construção de modelos de comportamento fundamentados através do diálogo entre estruturas literárias tradicionais e contemporâneas.

2.1. Tácito e as tradições taciteanas.

No primeiro capítulo da dissertação, percebemos que Tácito foi um político brilhante, muito respeitado em seu tempo. Entretanto foi seu destaque como historiador que tornou seu nome famoso nos dias atuais. Suas obras foram lidas durante as principais transformações políticas e sociais da história ocidental²³⁶. Sua influência ultrapassou aquilo que chamamos hoje de historiografia e adentrou nas ciências políticas e sociais. No entanto, se Tácito não pode ser compreendido à margem de sua atuação política, esse entendimento também se estende a sua tradição literária²³⁷.

Como vimos na seção anterior, a interação literária era uma prática comum entre a aristocracia romana. Percebemos através da comunicação epistolar de Plínio, o Jovem com Tácito que a literatura assumia um papel importante no debate político, agindo diretamente, seja na reestruturação da tradição ou numa demonstração de autoridade independente do poder do *princeps*²³⁸. Esse diálogo entre essa elite cultural – que por

²³⁶ Ver mais sobre a recepção de Tácito durante a história: MOMIGLIANO, 2004, p. 170-185. JOLY, 2004, p. 11-17. AZEVEDO, 2011, p. 16-17.

²³⁷ Ronald Syme destaca a sequência dos escritos taciteanos como uma espécie de *cursus* literário, paralelo ao *cursus honorum*. Nesse trajeto Tácito teria aperfeiçoado sua escrita, usando os mais diversos gêneros narrativos para ao fim, atingir o ápice de sua habilidade através da historiografia. SYME, 1958, p. 121-130. Cf. MARQUES, 2010, p. 45.

²³⁸ Considerando isso, Fábio Duarte Joly, em seu livro *Tácito e a Metáfora da Escravidão: Um Estudo de Cultura Política Romana*, faz uma crítica àqueles historiadores que procuram analisar Tácito apenas através de um viés intertextual, deixando de lado o problema do contexto social de produção e recepção dos escritos taciteanos. Para Joly, “admitir que o público leitor/ouvinte de Tácito estivesse imbuído de uma cultura retórica, não implica que julgasse seus escritos por meio de um viés exclusivamente formal

sua vez se mesclava com a elite política - ultrapassava temporalidades, estabelecendo um contato contínuo entre passado e presente na construção de narrativas na literatura latina.

Para A. J. Woodman, devemos entender os escritos taciteanos imersos em uma longa tradição literária que via na história um gênero subordinado à retórica²³⁹. Essa subordinação tinha como principal objetivo entreter o público leitor/ouvinte, tendo em vista a persuasão, responsável por tornar o discurso verossímil. Comparando os prefácios dos escritos taciteanos com os de obras historiográficas antecedentes a ele, Woodman faz uso de uma abordagem focada na narrativa buscando inseri-la em uma grande tradição. Para A. J. Woodman, o padrão de escrita da história para os antigos não pode ser comparado ao nosso, pois não exige o mesmo grau de factualidade e autenticidade. É simplesmente algo diferente, que não se associa com a verdade, mas com a verossimilhança, com o fazer-se crível²⁴⁰.

Sob essa mesma perspectiva, Holy Haynes em seu livro *The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome*, procura relativizar a noção de verdade nos escritos taciteanos. Haynes defende que a historiografia antiga é caracterizada pela prevalência da forma estilística em detrimento do conteúdo. Ela afirma que em “cada época se manifestam certas práticas com as quais se confirma o que é cognoscível, não o que é empiricamente verificável”²⁴¹. Para Holy Haynes as obras de Tácito são uma “imagem de uma relação imaginária com a realidade da sociedade²⁴²”.

Proposições como as de Woodman e Haynes se juntam a uma série de outras análises, que procuram ver a linguagem como um agente estruturador para a

ou procurasse neles uma mera função estética”. JOLY, 2004, p. 50. Através dessa perspectiva, Dylan Sailor vai afirmar que o discurso da elite imperial romana – responsável por compor as principais fontes às quais temos acesso – tentou se mostrar autônomo frente ao poder centralizado dos imperadores. Cf. SAILOR, 2008, pp. 27-33.

²³⁹ À partir da concepção aristotélica, entendemos a retórica como “um ramo da dialética e também do estudo dos costumes” (Aristot. *Ret.* I, 1345a1), responsável tanto pela persuasão público ouvinte/leitor como reconhecimento desses meios de persuasão. A história, nesse sentido, era tratada no âmbito da retórica, pois dependia de certas normas de elocução para atingir seu objetivo junto ao leitor/ouvinte, sendo ligada aos costumes pois era uma escrita de cunho político.

²⁴⁰ WOODMAN, 1988, pp. 204-205.

²⁴¹ HAYNES, 2003, p. 32

²⁴² *Ibidem*, p. 30.

compreensão dos comportamentos humanos, responsáveis por compor um movimento que ganhou grande força durante a década de 1970, e ficou conhecido como giro linguístico²⁴³. No âmbito historiográfico, esses autores vêm sofrendo, desde o final do século passado, uma série de críticas, pois suas teorias desqualificam a relevância da veracidade do acontecimento histórico e tiram a ênfase de aspectos reais da vida na composição (e na crítica dessa composição) dos textos.

Apesar de concordarmos com grande parte das críticas estabelecidas, reconhecemos que essa linha de análise contribuiu muito para estimular novas leituras sobre as obras taciteanas. A ênfase na linguagem e nas formas de elocução da narrativa permitiu a abertura de novas perspectivas para a compreensão de Tácito e da função da História em sua época. Tendo isso em consideração, o objetivo desse subcapítulo é propor uma discussão sobre as principais influências taciteanas. Para isso, colocamos Tácito em diálogo com uma tradição literária que remonta autores como Salústio e Tito Lívio, mas também diversos autores contemporâneos ao próprio Tácito, que estavam constantemente dialogando sobre correntes filosóficas diversas.

Tácito escreveu sobre o período que compreende os governos de Tibério a Domiciano. Entretanto suas composições só foram publicadas sob os principados de Nerva e Trajano²⁴⁴. A primeira foi *Vida de Agrícola* (98), uma *laudatio funebris*²⁴⁵ ao seu genro, Júlio Agrícola. No mesmo ano foi publicada *Germânia*²⁴⁶, escrito no qual

²⁴³ Também chamada de virada linguística. Esse movimento teve suas raízes na filosofia analítica, principalmente através da coletânea organizada por Richard Rorty, chamada *The linguistic turn. Recent essays in Philosophical Method* (1967). O giro linguístico procurava analisar as problemáticas socioculturais das sociedades humanas através de análises semânticas da linguagem. Isso se dava principalmente pela concepção de que o mundo era construído a partir da linguagem, com as palavras designando a natureza das coisas. Sendo assim, a filosofia linguística se colocava como primária para a análise do homem. Em âmbito historiográfico, essa corrente filosófica vai atuar na contestação da verdade na narrativa, tomando os discursos como cópias da realidade, em uma mistura entre o concreto e o imaginário (BARTHES, 2004). Nesse sentido, o trabalho do historiador se aproxima do poeta, pois ambos produzem poíesis, em um ambiente pré-figurado linguisticamente, e que responde a um decoro estético e moral, mas que ao mesmo tempo exclui a possibilidade de entender a historiografia como um trabalho científico, com uma base epistemológica (WHITE, 2008). Cf. MENDES, 2012.

²⁴⁴ Alguns historiadores apontam para uma publicação tardia dos *Anais*, em 120, já no Principado de Adriano. Para entender melhor essa discussão: Cf. GRANT, 1956; SYME, 1958, p. 473; MARTIN, 1981, p. 30-31.

²⁴⁵ A hipótese que Agrícola seria uma *ladatione funebris* é a mais aceita pela historiografia, ainda que o tempo decorrido entre a morte deste e a escrita da obra faça com que aproximações com a biografia também sejam pensadas.

²⁴⁶ Na introdução à obra “*Germania*” da edição da *Loeb Classical Library* (2006), M. Hutton e W.

compara os valores dos povos germânicos com os dos romanos. Em 102, compõe *Diálogo dos Oradores*²⁴⁷, que trata do declínio da oratória no principado quando comparado à República. Entre 104 e 120 Tácito compõe suas principais obras as *Histórias* (108 ou 109²⁴⁸) e os *Anais*, entre 115 e 120²⁴⁹.

Essas obras não podem ser lidas de forma isolada, pois demonstram o desenvolvimento das habilidades do autor e da sua compreensão sobre o Principado. Na *Vida de Agrícola*²⁵⁰ Tácito deixa vestígios de sua próxima obra, *Germania*. A ênfase taciteana na região do Reno em *Germania* revela a importância que esse território teria para suas obras futuras, *Histórias* e *Anais*. Ambas as obras têm como marco inicial a instabilidade da Germânia: em *Anais* os eventos começam com uma rebelião na Germânia em decorrência da morte de Augusto e da ascensão de Tibério, já as *Histórias* iniciam em 01 de Janeiro de 69, data em que as legiões do Reno se recusaram a jurar

Peterson, afirmam que sua publicação foi no ano de 98 d.C (p.119). Tal data é ainda confirmada pela obra “Agrícola”, publicada pela *Oxford University Press* (1976) em sua introdução escrita por R.M. Ogilvie e Sir Ian Richmond (p.10) e pela introdução da tradução da obra “*Historiae*”, publicada pela *Cambridge Greek and Latin Classics* (2007). Ronald Syme afirma que Tácito provavelmente começou a escrever as “*Historiae*” em 101-102 d.C e foi terminar entre 105 e 109 d.C (SYME, 1958, p.118).

²⁴⁷ Existem algumas dissonâncias sobre o ano de publicação da obra. Na edição da *Bristol Classic Press* (1992), John H. Betts, afirma que a obra foi publicada em 75 d.C (p.3), tal afirmação se pauta nas palavras de Tácito ao afirmar que *sextam iam felicitis huius principatus stationem quo Vespasianus Rem publicam fovet*” (*His.* 17.3). “e este sexto período do feliz principado com que Vespasiano beneficia a república” (Tradução [português] Agostinho da Silva, 1974). O sexto ano referido foi justamente em 74 d.C. Tal teoria foi defendida durante um longo tempo. Entretanto, a dedicação da obra a Fábio Justo (*Dia.* I, 1), cônsul em 102 e governador da Síria em 106, levou pesquisadores como Ronald Syme (1958, p.670) a inserirem a obra entre este período. O prefácio da edição da *Loeb Classical Library* (2006) parece concordar com a teoria de Syme. Escrito por E.H. Warmington, data sua publicação após o inverno de 101 d.C. Na introdução da obra, também na edição da *Loeb Classical Library* (2006), M. Hutton e W. Peterson assumem os anos de 101-102 d.C como os mais prováveis para a publicação da obra (p.221). A tradução das “*Historiae*” feita pela *Cambridge Greek and Latin Classics* (2007), atenta, em sua introdução, para as duas possibilidades de data discutidas (p.2). Pierre Grimal apoiou esta hipótese ao considerar o Diálogo como um elogio ao principado de Trajano, colocando então sua publicação nos primeiros anos deste reinado (GRIMAL, 1990, p. 153).

²⁴⁸ Há alguma discussão sobre a data de publicação da obra. Na edição publicada pela *Bristol Classic Press* (1992), John H. Betts, afirma que a obra foi escrita por Tácito entre os anos de 104 a.C e 109 d.C. Na introdução da obra, feita pela *Cambridge Greek and Latin Classics* (2007), a publicação é referenciada em 109 d.C. Já a edição da *Loeb Classical Library* (2006), data a publicação de “*Historiae*” em 105 d.C.

²⁴⁹ Na edição publicada pela *Bristol Classic Press* (1992), John H. Betts, afirma que a obra foi escrita por Tácito entre os anos de 115 e 117 d.C. A introdução de tradução feita por John Jackson e publicada pela *Loeb Classical Library* (2006), data sua publicação em 116 d.C. Syme, em *Tacitus* (1958, p. 72) afirma que é muito provável que a maior parte dos *Anais* tenham sido compostos após a morte de Trajano (117).

²⁵⁰ Tac. Agr. 10-12

fidelidade a Galba, estabelecendo, assim, o início dos acontecimentos que levaram ao conflito civil de 69²⁵¹.

Sabemos que Tácito empregou três tipos de fontes na escrita de suas obras; testemunhos orais²⁵²; alguns – poucos – documentos primários, como as *acta senatus et populi* e as *acta diurna populi romani*, e as crônicas e histórias escritas por seus predecessores²⁵³. É inegável que ele teve acesso a uma grande coleção de autores gregos e romanos, e que esses – uns mais, outros menos – influenciaram na confecção de suas obras. Sobre os autores lidos por Tácito, poucas coisas podemos afirmar com certeza. Diferentemente da escrita acadêmica dos nossos tempos, as obras taciteanas não incluíam centenas de enfadonhas notas de rodapé. Apesar de apresentar poucas citações diretas vemos uma vinculação maior por parte de Tácito aos seus antecedentes latinos.

Dentre as citações diretas a historiadores gregos, somente Xenofonte é mencionado – uma vez – em *Dial.* 31.6, onde é caracterizado como filósofo. Coincidentemente - ou não - Arnaldo Momigliano compara Tácito a Xenofonte por sua fluidez entre os diferentes gêneros literário²⁵⁴. Outras influências do pensamento grego, entretanto, apesar de não receberem citações diretas, são visíveis nas narrativas taciteanas; a função memorável da historiografia herodotiana sobreviveu até os tempos de Tácito. A digressão que Tácito faz em *Ann.* IV. 33 menciona a análise tradicional grega sobre as formas básicas de governo²⁵⁵. Essa divisão pode ser vista em diversos autores gregos, como Aristóteles²⁵⁶ e o próprio Heródoto²⁵⁷.

²⁵¹ Cf. BIRLEY, 2000.

²⁵² Tácito nos *Anais*, diz que, quando jovem, ele ouviu uma história de homens mais velhos sobre Cn. Calpurnius Piso, que, na versão oficial dos acontecimentos, se suicidou em 20 d.C, durante o reinado de Tibério (*Ann.* 3.16.1) Até que ponto os *Anais* dependem da história oral (Cf. *Ann.* 11,27; *Ann.* 15.41.1)? Não podemos saber. Entretanto devemos ter em mente que Tácito – nos *Anais* - estava narrando assuntos que tiveram lugar aproximadamente um século antes do seu tempo: apesar da inegável utilização da memória oral, é inevitável que ele era fortemente dependente de fontes escritas.

²⁵³ MOMIGLIANO, 2004.

²⁵⁴ MOMIGLIANO, 2004, p.163.

²⁵⁵ “Todas as nações e cidades são regidas ou pelo povo, ou pelos principais cidadãos, ou por um só. Uma forma de governo escolhida e composta a partir destas é mais fácil de ser”. (Tac. *Ann.* IV. 33, 1). Tradução Fábio Duarte Joly, 2003. “*Nam cunctas nationes et urbes populus aut primores aut singuli regunt: delecta ex iis et consociata rei publicae forma laudari facilius quam evenire, vel si evenit, haud diuturna esse potest*”.

²⁵⁶ “Existem, a nosso ver, três tipos de constituições corretas, e a melhor de entre elas é necessariamente

Em um artigo intitulado *Tacitus as an historian*, publicado no livro *The Cambridge Companion to Tacitus* em 2009, Miriam Griffin afirmou que a historiografia taciteana se aproximava daquilo que Heródoto definiu como o propósito da História: recordar as mortes de homens ilustres e deixar-lhes uma espécie de memorial²⁵⁸. Ser lembrado, no mundo antigo, significava algo muito próximo da imortalidade. Era essa capacidade de feitos imortais que definiam a grandeza dos mortais. Somente assim, através “de sua mortalidade individual”, que os homens atingiriam o seu próprio tipo de imortalidade e demonstrariam sua natureza “divina”²⁵⁹. Dessa forma, a História estabelecia uma relação indissociável com a memória.

As palavras de Heródoto, no início de sua obra, *Histórias*, são simbólicas nesse sentido:

Heródoto de Halicarnasso expõe aqui suas investigações, para impedir que o que fizeram os homens, com o tempo se apague da memória e que os grandes e maravilhosos feitos, concluídos tanto pelos bárbaros quanto pelos gregos, não cessem de ser lembrados; em particular, a causa com que gregos e bárbaros entraram em guerra uns contra os outros²⁶⁰.

Nesse contexto tanto os protagonistas da narrativa – bárbaros e gregos – como o historiador em questão - Heródoto de Halicarnasso - seriam recordados, o que garantiria a imortalidade de seus feitos.

Dois acontecimentos relevantes sobre o assunto são relatados por Cícero em *Fam.* V, 12²⁶¹ e por Plínio, o Jovem em *Ep.* 7. 33²⁶². Outra Carta de Plínio, essa a

aquela em que a administração é da responsabilidade dos melhores. Referimo-nos evidentemente ao tipo de governo em que um só homem, ou uma família inteira, ou um conjunto de cidadãos, excedem os demais em virtude, sendo estes últimos capazes de serem governados e os primeiros capazes de governar, em vista a atingir o gênero de vida mais desejável”. Cf. Aristot. *Pol.* III, VI, 1. Tradução: Mario Gama Kury, 1985).

²⁵⁷ “Das três formas de governo que se podem propor — o democrático, o oligárquico e o monárquico — considerados no seu grau possível de perfeição, o monárquico me parece muito superior aos outros dois, pois é opinião geral não haver nada melhor do que o governo de um único homem, quando este é um homem de bem”. (Hdt. III, 82).

²⁵⁸ GRIFFIN, 2009, p. 174.

²⁵⁹ ARENDT, 1981, p.28.

²⁶⁰ Hdt, 1, 01. Tradução (português) J. Brito Broca, 1952.

²⁶¹ Nesse trecho Cícero revela seu desejo de ser um personagem de destaque em uma narrativa histórica escrita por seu amigo Lúcio Lucéio. Através dessa história Cícero espera que não só ele seja imortalizado, mas também o amigo que dará sua habilidade e autoridade ao relato.

²⁶² Plínio, em uma de suas cartas escreve a Tácito: “Pressinto, e esse pressentimento, não me engana, que

Titinio Capito também é eloquente nesse sentido²⁶³. Em todas estas passagens a imortalidade é concedida tanto aos personagens nela representados quanto ao autor da obra, caso a homenagem seja considerada justa pelos pósteros.

Dylan Sailor afirma que a principal motivação que levava a alguém a escrever história na antiguidade era a fama²⁶⁴. A possibilidade de uma “imortalidade literária” de autor e personagens, no entanto, não era a única coisa em comum entre esses autores. A preocupação com a moral (*ethos*²⁶⁵) e os costumes está presente na historiografia grega e também na romana. Essa responsabilidade se mostra tanto na escolha dos acontecimentos a serem retratados quanto na forma estilística na qual esses acontecimentos são expostos.

O homem romano, tal como o grego, “quase sempre acreditava que os acontecimentos passados tinham uma importância para o futuro. Na verdade, eles não seriam importantes se não ensinassem alguma coisa para aqueles que lêem a seu respeito²⁶⁶”. Em Tácito isso fica mais uma vez evidente. O historiador afirma que “há sempre poucos que sejam capazes de distinguir por si mesmo aquilo que é bom do que é mau, ou o que é útil do que é prejudicial; e a maior parte da gente precisa, para se instruir, de exemplos alheios²⁶⁷”.

Nesse sentido, a função do historiador grego e romano não se reduzia a arquivar todos os acontecimentos, impedindo que eles caíssem no esquecimento. Cabia a essa historiografia estabelecer condutas morais, formadas a partir de exemplos. Aristóteles,

suas histórias serão imortais; por isso, meu maior desejo – confesso-lhe francamente – ser exposto nelas”. (Plin. *Ep.* 7. 33). “*Auguror nec me fallit augurium, historias tuas immortales futuras; quo magis illis — ingenue fatebor — inseri cupio*”.

²⁶³ “Mas por isso, a mim, é essencialmente belo alguém que não deixe morrer os que merecem a eternidade, e com a fama dos outros, aumente a sua”. “*quibus aeternitas debeatur, aliorumque famam cum sua extendere*”. (Plin. *Epi.* 5, 8, 1).

²⁶⁴ SAILOR, 2008, p. 9.

²⁶⁵ A *Encyclopaedia Britannica: a dictionary of arts, sciences, literature and general information* (1911. pp. 808-845), apresenta o sentido de moral, ética, uma composição de valores que determinam o caráter. Roland Barthes afirma que *ethos* “São os traços do caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão [...] O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, ele diz: eu sou isto aqui e não sou aquilo lá” BARTHES, 1975. p. 147-232. p. 203.

²⁶⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, Edusc, 2004, p. 38.

²⁶⁷ Tac. *Ann.* IV, 33, 3.

na *Retórica* afirma que cabe ao exemplo a função de demonstrar²⁶⁸ e evidenciar os acontecimentos em um discurso retórico²⁶⁹. Para o filósofo grego o exemplo é dentro da retórica uma indução - uma estratégia de tornar os acontecimentos verossímeis - que se leva a cabo perante a relação entre partes e semelhantes²⁷⁰. Através desse artifício retórico podem ser estabelecidos paralelos entre os feitos do presente e os do passado, tornando possível compreender uma situação determinada e prever seus possíveis efeitos²⁷¹.

Quando analisamos a historiografia romana tal visão ainda é constante. Para Cícero, o *exemplum* tem o caráter de ornamento²⁷² e de prova dentro da retórica²⁷³. Ou seja, *exempla* podem ser vistos tanto como um meio de embelezar o discurso, como para dar maior credibilidade ao orador. Em *Retórica a Herênio*, vemos o *exemplum* qualificado como “a citação de algum feito ou dito do passado com a clara menção do nome do autor”²⁷⁴. A exemplaridade foi um princípio fundamental da historiografia taciteana. Ela foi responsável por aproximar a história de Tácito daquela que Cícero definiu como “mestra da vida” – pois tinha um objetivo moralizante representado através dos *exempla* – e “vida da memória” – pois era responsável por immortalizar as ações dos homens e transmiti-la a um consciente coletivo. Essa era uma ideia compartilhada não só no contexto ciceroniano de escrita, mas em toda uma tradição filosófica grega e posteriormente romana, na qual o discurso tinha um papel moralizante fundamental para o entendimento do homem grego e romano sobre si mesmo e o mundo que o cercava.

²⁶⁸ “Todos os que produzem persuasão através de demonstração empregam realmente entimemas ou exemplos, não havendo outro meio além destes. (Aristot. *Retórica*. II. 1356b5). Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, 2005.

²⁶⁹ “O exemplo já foi descrito como um tipo de indução; além disso, a natureza especial do objeto que o distingue dos outros tipos também foi indicada anteriormente. Ora o exemplo não se acha na relação da parte com o todo, nem do todo com a parte, nem do todo com o todo, mas na relação da parte com a parte, do semelhante com o semelhante. Quando duas proposições estão compreendidas no mesmo gênero, sendo uma mais conhecida do que a outra, a primeira é um exemplo”. (Aristot. *Reth.* II. 1357b25-30). Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, 2005.

²⁷⁰ Aristot. *Reth.* I. 1357b29.

²⁷¹ Outras formas de exemplaridade citadas por Aristóteles, além daquelas que provêm de acontecimentos passados, são as parábolas e as fábulas esópicas e líbicas.

²⁷² Cic. *Orat.* 138.

²⁷³ Cic. *Orat.* 120.

²⁷⁴ *Retórica a Herênio*; IV. 61. (Tradução: Ana Paula Celestino e Adriana Seabra, 2005).

Quanto a isso, a própria proposição de Tácito em escrever *sine ira et studio*²⁷⁵, pode ser considerada uma emulação atribuída à relação entre a verdade e a escrita da história, estabelecida por Tucídides, já em V a.C. Assim como Tácito recrimina os historiadores do principado, que usaram da historiografia para bajular ou insultar os imperadores, o historiador ateniense critica os poetas que “compuseram as suas obras mais com a intenção de agradar aos ouvidos que de dizer a verdade”²⁷⁶. No entanto, um distanciamento basilar entre essas duas narrativas históricas – de Tácito e Tucídides – estavam, justamente, na relação de ambas com a verdade²⁷⁷.

Para Fábio Faversani “a possibilidade da narrativa histórica ser composta conforme a verdade estaria condicionada ao novo ambiente em que ela seria produzida”²⁷⁸. Tácito escrevia sob um regime onde a liberdade era condicionada a atuação dos governantes, o Principado. Apesar disso, ele afirma que vive em um período “em que é lícito sentir o que se quer e dizer o que se sente”²⁷⁹. Os escritos taciteanos nos deixam claro que o problema não estava somente nos *principes*, mas no corpo de cidadãos que viviam sob o Principado. Tiranos podiam ser depostos – como eram – e suas ações podiam ser apagadas dos registros. Entretanto, os efeitos da tirania permaneceriam por muito tempo, intrínsecos, no comportamento dos homens. Em *Agr.* III. 2, as palavras de Tácito ilustram bem esse paradoxo: “Ainda assim, na natural fragilidade humana mais lentos são os remédios que os males; e onde nosso corpo sem pressa cresce, rapidamente se extingue, dessa mesma forma o talento e o estudo são oprimidos mais facilmente que reestabelecidos (...)”²⁸⁰. Fica evidente que para Tácito o problema de sua época não era o Principado em si e nem a tirania, mas o efeito das tiranias sob o comportamento das pessoas. Essas pessoas já estavam acostumadas ao despotismo e predispostas à bajulação e ao comportamento servil.

Para Miriam Griffin outra diferença da historiografia taciteana para aquela tucidideana era a postura desses autores perante a temporalidade. Tácito tratava de

²⁷⁵ Tac. *Ann.* I, 1, 4.

²⁷⁶ Thu. I, 21. Tradução Mario Gama Kury, 1987.

²⁷⁷ GRIFFIN, 2009, p. 179.

²⁷⁸ FAVERSANI, 2011.

²⁷⁹ Tac. *Hist.* I. 1, 4. Tradução Fábio Faversani, 2013. “*ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet*”.

²⁸⁰ Tac. *Agr.* III, 2. “*natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala; et ut corpora nostra lente augescunt, cito extinguuntur, sic ingenia studiaque oppresseris facilius quam revocaveris*”.

eventos já abrangidos por historiadores anteriores, já Tucídides, narrava fatos contemporâneos. Enquanto na historiografia grega a busca pela verdade apresentou um sentido de recuperação de fatos ou reconstrução do passado tal como ele era, a verdade taciteana estava mais conectada com a noção de imparcialidade. Prova disso é que as duas grandes obras históricas de Tácito começam com declarações de imparcialidade²⁸¹.

Assim, um contraste se evidencia: enquanto Tucídides defende uma historiografia voltada para acontecimentos contemporâneos²⁸², admitindo a impossibilidade de escrever sobre o passado longínquo de forma verdadeira²⁸³, Tácito contesta esse tipo de relato pela influência dos ódios e amores recentes. O que o historiador latino faz, nesse sentido, é denegar a autoridade desses registros por serem influenciados pelo exercício da tirania. Se na tradição tucidideana a experiência assumiu um papel preponderante, servindo para dar credibilidade e autoridade aos acontecimentos narrados em uma obra historiográfica, para Tácito, a experiência de viver sob uma tirania influenciava diretamente na imparcialidade do historiador, que seria afetado pelo “medo” a “falsidade” ou os “recentes ódios”²⁸⁴.

A análise de Miriam Griffin se junta a diversas outras que tendem a aproximar Tácito mais das tradições da historiografia latina, do que grega²⁸⁵. Apesar de apresentarem certa concordância quanto a isso, os historiadores ainda encontram bastante dificuldade em traçar as principais influências taciteanas. Isso porque, na maioria das vezes, quando Tácito faz referência a algum autor, o que procura fazer é aludir às fontes que ele consultou sobre determinados eventos. Essas referências

²⁸¹ Tac. *Ann.* I. 1. 4 e Tac. *Hist.* I. 1

²⁸² A narrativa dos historiadores que contam sobre acontecimentos que lhes eram contemporâneos, como Tucídides, estava muito mais conectada com a ideia memorialística, de registrar aquilo que foi ocorrido. Tácito, entretanto, tratava de eventos que já haviam sido registrados.

²⁸³ Cf. Thuc. I, 20-22. (Tradução: Mário Gama Kury, 1997).

²⁸⁴ Quanto a isso, Fábio Faversoni afirma que “o relato verdadeiro, assim, não descreveria o que foi feito ou foi dito. Afinal, o que foi feito e dito sob governos tirânicos são mentiras. Dessa maneira o relato verdadeiro diria o que não foi dito e o significado oculto do que foi feito, que invariavelmente é diverso do seu significado mais explícito e óbvio”. Nesse ponto, podemos afirmar que Tácito vai à contramão da tradição retórica grega de exposição dos acontecimentos para no fim expor a verdade, que por sua vez não era o que foi feito, nem dito, mas o que não foi dito sobre aquilo que foi feito. Cf. FAVERSANI, Fábio. 2011.

²⁸⁵Cf: SYME, 1958, pp. 121-130; 253-364. GOWING, 2009 ; WOODMAN, 2009; MARTIN, 1981, p. 6-23; O’GORMAN, 2000, pp.1-23.

atendem ao propósito de revelar as diferentes opiniões vigentes sobre determinado acontecimento histórico²⁸⁶.

Sob esse propósito, ou a despeito dele, percebemos que Tácito se referiu a diversos historiadores no conjunto de suas obras. Sobre aqueles que escreveram durante o período republicano, os escritos taciteanos quase não falam diretamente sobre os primeiros escritores²⁸⁷. Para Alan Gowing²⁸⁸ é muito provável que Tácito tenha tido contato intenso com a historiografia analítica e muito pouco provável que ele acreditasse realmente que a sua narrativa não tinha nada a ver com esses primeiros historiadores. Tanto é que a divisão estrutural que ele escolhe em sua obra maior, *Ab excessu divi Augusti*²⁸⁹, é claramente descendente dessa tradição. Apesar de não se referir diretamente a nenhum dos autores da época republicana, responsáveis por compor as primeiras histórias do povo romano, podemos salientar algumas referências indiretas a historiografia analítica em *Ann.* IV. 32, 2. Nesse trecho dos *Anais*, Tácito afirma que:

(...) meus *Anais* não devem ser comparados às obras daqueles autores que escreveram as antigas façanhas do povo romano. Estes narravam grandes guerras, cidades sitiadas, reis derrotados e capturados e, se porventura voltavam o espírito para assuntos internos, em livre curso rememoravam as discórdias entre

²⁸⁶Podemos perceber isso em Tac. *Ann.* XIII, 20, 2. Como podemos perceber em *Ann.* 13.20.2, quando Tácito cita Fábio Rústico: “Fábio Rústico é o autor do relato que uma nota foi escrita para Cecina Tusco, enviando-lhe à curadoria das coortes pretorianas, mas que Burro manteve sua posição com a ajuda de Sêneca. Plínio e Clúvio não nos trazem nenhuma dúvida da lealdade do prefeito. De forma sensata Fábio se inclinava a louvar Sêneca, por quem sua amizade floresceu; quanto a mim, sigo o consenso autoral, sob o qual a diversidade é expressada, sob os próprios nomes que transmitimos”. *Fabius Rusticus auctor est scriptos esse ad Caecinam Tuscum codicillos, mandata ei praetoriarum cohortium cura, sed ope Senecae dignationem Burro retentam. Plinius et Cluvius nihil dubitatum de fide praefecti referunt. sane Fabius inclinat ad laudes Senecae, cuius amicitia floruit. nos consensum auctorum secuturi, quae diversa prodiderint, sub nominibus ipsorum trademus.*

²⁸⁷ Em *Ann.* 3.66 Tácito se refere à Catão o Velho.

²⁸⁸ GOWING, 2009, p. 21.

²⁸⁹ Que conhecemos hoje pelo nome de *Anais*. A obra *Anais* que nos chegou é derivada de dois códices. O primeiro, chamado *Mediceus Prior* é datado da segunda metade do século IX. Entretanto, somente foi encontrado no século XV, na abadia de Cörwy com o título *Ab excessu divi Augusti libri*, formado pelos livros I ao IV e partes dos livros V e VI dos *Anais*. O segundo é datado do século XI e foi descoberto por Boccaccio, na abadia de Monte Cassino (meados do século XIV), com o nome de *Mediceus Alter* e engloba os seis últimos livros dos *Anais* (XI incompleto, XII a XV completos e XVI incompleto) e ainda uma parte do quinto livro das *Histórias*. O título *Histórias* é igualmente incerto, embora *Historiae* seja o termo que Plínio, o Jovem usa para descrever a primeira grande obra histórica Tácito (*Ep.* 7.33.1). Para mais veja: MOMIGLIANO, 2004, pp. 171-172; JOLY, 2004, 16-17. Sobre *Histórias* ver também: BOYER, 1949, pp. 107-115.

cônsules e tribunos, as leis agrárias e frumentárias, as disputas entre a Plebe e os patrícios²⁹⁰.

Percebemos que Tácito faz uma referência indireta aos primeiros historiadores, responsáveis por narrar as “antigas façanhas do império romano”. Apesar disso, ele tenta, aparentemente, se distanciar dessa tradição ao afirmar que os *Anais* que ele escreve “não devem ser comparados às obras antigas”, pois sua época era carente de grandes acontecimentos e personagens. Para A. J. Woodman, em sua obra *Rethorical in the Classical Historiography*, o trecho acima deve ser encarado muito mais como um artifício retórico de Tácito, uma *captatio benevolentiae*²⁹¹ do leitor/ouvinte do que propriamente uma declaração de inferioridade²⁹².

Essa postura é, segundo Woodman, muito comum na historiografia da antiguidade. O que Tácito procura fazer nesse sentido é elevar ainda mais a sua obra - estabelecendo uma relação de causa e efeito entre pequenos e grandes acontecimentos²⁹³ - pois era preciso um grande talento retórico para transformar um objeto aparentemente pequeno e desinteressante em uma grande história. Isso pode ser confirmado nas críticas levantadas por Messala – em *Diálogo dos Oradores* - à retórica dos antigos²⁹⁴,

²⁹⁰ Cf. Tac. *Ann.* IV. 32, 2. Tradução (português) Sarah Lino de Azevedo Fernandes, 2011. “*sed nemo annalis nostros cum scriptura eorum contenderit qui veteres populi Romani res composuere. ingentia illi bella, expugnationes urbium, fusos captosque reges, aut si quando ad interna praeverterent, discordias consulum adversum tribunos, agrarias frumentariasque leges, plebis et optimatum*”.

²⁹¹ Segundo Retórica a Herênio: “*Podemos tornar os ouvintes benevolentes de quatro maneiras: baseados em nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria*” (*Retórica a Herênio*, I, 8. Tradução Ana Paula Celestino, 2005). De acordo com o *Oxford Latin Dictionary*, *captatio benevolentiae* teria o sentido de conquistar a platéia ou o público leitor. Para Aristóteles essa era uma das melhores maneiras para persuadir, pois um auditório favorável é muito mais bem disposto a escutar (Aristot. *Ret.* I, 9. 1367b10). Cícero, em *De Ora.* 2. 115 parece concordar com essa posição ao considerar a *benevolentia* do ouvinte como parte essencial do sucesso do orador.

²⁹² WOODMAN, 1988, pp. 169-172.

²⁹³ “Contudo, não fora sem proveito perscrutar estes sucessos, insignificantes de início, mas é a partir de eventos assim que amiúde se originam as causas de grandes acontecimentos”. (Tac. *Ann.* IV, 32, 4). Tradução (português) Sarah Lino Fernandes de Azevedo, 2013. “*non tamen sine usu fuerit introspicere illa primo aspectu levia ex quis magnarum saepe rerum motus oriuntur*”.

²⁹⁴ Tac. *Dial.* XVIII, 1. “De fato, são de causar arrepios, impolidos, rudes e informes, e oxalá o vosso Calvo, Célio ou o próprio Cícero em parte alguma os tivessem imitado”. *sunt enim horridi et inpoliti et rudes et informes et quos utinam nulla parte imitatus esset Calvus vester aut Caelius aut ipse Cicero*. Tradução. A. Rezende & J. Castilho, 2014.

contemporâneos aos cronistas, chamando-os de “rudes” e “informes”, em consonância com a crítica de Cícero em *Ora.* II, 52-53²⁹⁵.

Ao que nos parece, Tácito é bastante influenciado pela historiografia do século I a.C, ainda que não abundem referências explícitas a seus antecessores. Nas obras taciteanas evidenciam-se citações diretas às obras de Cornélio Sisena²⁹⁶ e Júlio César²⁹⁷, além de Asínio Polião²⁹⁸ e Salústio²⁹⁹. O *tópos* da superioridade do passado perante o presente – citado no parágrafo anterior - é recorrente na literatura latina, mas assumiu grande notoriedade justamente através dos historiadores dessa época, principalmente de Salústio³⁰⁰. Tal como Tácito, Salústio dissertava sobre a crise moral vivida pelo

²⁹⁵ Nas palavras de Antônio, Cícero irá afirmar que: “a história não era outra coisa senão a redação de anais, para cuja preservação, assim como a das tradições públicas, o pontífice máximo, desde o início da história romana até o pontificado de Públio Múcio, confiava à escrita todos os detalhes de cada ano, levando-os ao registro oficial e expondo a lista em sua casa, para que o povo dela pudesse tomar conhecimento: eles que ainda hoje são denominados anais máximos. Muitos imitaram essa escrita monótona, deixando, sem qualquer ornamento, apenas os registros de épocas, homens, lugares e feitos. Desse modo, tal com Ferécides, Helânico, Acusilau e muitos outros, entre os gregos, assim foram o nosso Catão, Píctor e Pisão, que não dominam os meios com que se orna o discurso – esses elementos acabam de ser importados para cá – e, contanto se entenda o que dizem, julgam que a única virtude do discurso é a brevidade”. Tradução Adriano Scatolin, 2009. *erat enim historia nihil aliud nisi annalium confectio, cuius rei memoriaeque publicae retinendae causa ab initio rerum Romanarum usque ad P. Mucium pontificem maximum res omnis singulorum annorum mandabat litteris pontifex maximus referebatque in album et proponerat tabulam domi, potestas ut esset populo cognoscendi, eique etiam nunc annales maximi nominantur. [53] Hanc similitudinem scribendi multi secuti sunt, qui sine ullis ornamentis monumenta solum temporum, hominum, locorum gestarumque rerum reliquerunt; itaque qualis apud Graecos Pherecydes, Hellanicus, Acusilas fuit aliique permulti, talis noster Cato et Pictor et Piso, qui neque tenent, quibus rebus ornetur oratio - modo enim huc ista sunt importata - et, dum intellegatur quid dicant, unam dicendi laudem putant esse brevitatem.*

²⁹⁶ Cf: *Hist.* 3. 51. 2; *Dial.* 23. 2.

²⁹⁷ Cf: *Germ.* 28, 1; *Agr.* 13. 1. Diversos comentaristas modernos de Tácito destacam a possibilidade de *De Bello Gallico* ter sido uma importante fonte de inspiração para Tácito na confecção de *Germânia*. Para mais: Cf. GUDEMAN, 1990, pp. 93-111.

²⁹⁸ Cf: *Tac. Ann.* 4, 34, 4; *Tac. Dial.* 12.6.

²⁹⁹ *Tac. Ann.* 3. 30. 2.

³⁰⁰ Salústio é eloquente ao qualificar os homens de seu tempo como falsos, desejosos de poder pessoal. Ele elogia os antigos romanos e assume viver em uma época de decadência moral. Para Salústio, as conquistas romanas levaram a um desejo crescente, primeiro de dinheiro, depois de poder, tornando a República, que antes era um regime justo, cruel e intolerável. Já Tácito considera seus contemporâneos propensos à escravidão e à bajulação, dispostos a sacrificar a liberdade política pelos favores dos príncipes. Em ambos os casos há uma renúncia ao bem comum, ao bem de Roma, tendo em vista os interesses pessoais da aristocracia. No entanto as semelhanças de Tácito com Salústio vão além da tópica da decadência. Ambos vivenciaram guerras civis. Segundo Allan Gowing, do ponto de vista literário, Salústio antecipa o tipo de historiografia de Tácito e tanto o *Bellum Catilinae* como o *Bellum Iugurthinum* contêm muito daquilo com que qualquer leitor de Tácito se familiarizará. Gowing destaca especialmente a maneira pela qual Salústio desenha seus personagens. Ronald Syme também é enfático ao eleger Salústio como a principal influência de Tácito. De acordo com o neozelandês, a forma como Tácito avançou em seu *cursus* literário emula claramente Salústio. O historiador republicano, assim como Tácito, começou

Império, comandado por uma aristocracia corrupta e viciosa³⁰¹. Para Sarah Fernandes Lino de Azevedo³⁰², a posição adotada por Tácito é também uma forma de contrapor um glorioso passado republicano a um decadente passado recente. Com isso, Azevedo afirma que “Tácito rompe com os historiadores da Roma imperial, imediatamente antecedentes a ele, e indica uma associação, no que diz respeito à sua ideia de história, aos historiadores do período republicano”³⁰³.

Para John Maríncola, o fato de Tácito procurar reescrever a história de Roma, desde a morte de Augusto até a morte de Domiciano, atenta contra a autoridade daqueles que escreveram acerca do Principado³⁰⁴. Essa posição fica manifesta no primeiro próêmio dos *Anais*, quando Tácito afirma que:

(...) àqueles que se opuseram à prosperidade e às adversidades do antigo povo romano, brilhantes escritores nos trouxeram à memória. E para o que se falou sobre o tempo de Augusto não faltaram grandes e honrados talentos, até que foram desencorajados pela crescente adulação³⁰⁵.

Nesse trecho Tácito define toda a historiografia desde a morte de Augusto até os seus dias como mentirosa, coberta pelo medo e pela adulação. Essa escolha representa outro ponto de afastamento entre a historiografia taciteana e aquela escrita sobre o Principado.

com uma série de pequenas obras, evoluindo gradualmente, para projetos mais ambiciosos. Ele destaca que a primeira grande obra de ambos os autores tenha se chamado *Historiae*. Cf. GOWING, 2009.

³⁰¹O trecho a seguir é um exemplo: “Nessa ocasião, primeiro vimos crescer o desejo de dinheiro: e isso foi a matéria de todos os males. Em seguida, a avareza subverteu a confiança, a honestidade e o todas boas qualidades que restavam; em seguida veio a soberba, a crueldade, a negligência com os deuses e o considerar tudo como corruptível. A ambição levou a muitos homens a tornarem-se falsos, a carregar uma coisa trancada no peito, outra na exposta na língua, as amizadas e inimizades não eram propositais, mas estimadas na conveniência, maiores na gentiliza engenhosa do que na bondade. Assim, primeiro cresceu gradualmente, ocasionalmente castigando; depois, quase como uma invasão contagiosa, mudou os cidadãos [de Roma], e o governo antes justíssimo e ótimo, fez-se cruel e intolerável”. *Igitur primo imperi, deinde pecuniae cupido crevit: ea quasi materies omnium malorum fuere. Namque avaritia fidem, probitatem ceterasque artis bonas subvertit; pro his superbiam, crudelitatem, deos negligere, omnia venalia habere edocuit. Ambitio multos mortalis falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore, aliud in lingua promptum habere, amicitias inimicitiasque non ex re, sed ex commodo aestumare magisque voltum quam ingenium bonum habere. Haec primo paulatim crescere, interdum vindicari; post, ubi contagio quasi pestilentia invasit, civitas inmutata, imperium ex iustissimo atque optimo crudele intolerandumque factum.* (Sal. Cat. 10, 3- 4).

³⁰²AZEVEDO, 2011, pp. 22-24.

³⁰³*Ibidem*, p 22.

³⁰⁴MARINCOLA, 1997, pp. 74.

³⁰⁵(Ann. I, 1, 3). “sed veteris populi Romani prospera vel adversa claris scriptoribus memorata sunt; temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia, donec gliscente adulatione deterrerentur”.

A postura de Tácito inicialmente parece se opôr à defendida por Tito Lívio, no prefácio de sua *Ab urbe condita libri*:

Seja como for, agradará pelo menos ter velado eu próprio, na medida dos meios humanos, pela memória dos feitos realizados pelo povo que é senhor da terra (os romanos); e se, numa turba tão grande de escritores, minha fama ficasse obscurecida, me consolaria a nobreza dos que fazem sombra a meu nome³⁰⁶.

Lívio emula os historiadores que o precederam, reafimando sua nobreza e grandiosidade, mas procurando elevar ainda mais o seu objetivo de superá-los. A abordagem desses dois autores para com a historiografia que os antecede é claramente diferente: Lívio procurou narrar de forma processual como a cidade de Roma se transformou em um grande império, para isso concentra sua narrativa em grandes batalhas e em feitos heroicos dos cônsules e generais. Tácito – como pudemos perceber em *Ann.* I, 1, 3 - afirma que o Principado é uma época de paz ociosa³⁰⁷ onde os grandes talentos são inibidos pela escravidão (*seruitus*) e o ócio (*otium*) da aristocracia.

Entretanto, vemos que em muitos outros pontos a narrativa taciteana procura se aproximar de Tito Lívio. Em *Ann.* I, 1, 3, Tácito aproxima Lívio daqueles historiadores republicanos, que podiam se expressar com liberdade, apesar de Lívio escrever sob o principado de Augusto. A afinidade de Tácito com a historiografia liviana também nos parece evidente³⁰⁸. Nas duas vezes que as obras taciteanas se referem a Tito Lívio³⁰⁹ de forma direta, ele é apresentado de forma elogiável. Em *Agr.* 10. 3, 2 ele qualifica Lívio,

³⁰⁶ Tito Lívio, *Ab Urbe condita libri, Praefatio*, I, 1 a 4. Tradução P.M. Peixoto. “*Utrumque erit, iuvabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro virili parte et ipsum consuluisse; et si in tanta scriptorum turba mea fama in obscuro sit, nobilitate ac magnitudine eorum me qui nomini officient meo consoler*”.

³⁰⁷ Como ele mesmo afirma em *Ann.* IV. 32. 4: “Nosso trabalho é, em sua estreiteza, sem glória: tratar de uma paz, estável sem dúvida – ou pelo menos contra a qual pouco se atentou –, de fatos tristes da Cidade e de um príncipe negligente quanto à expansão do Império”. Tradução (português): Sarah Lino Fernandes de Azevedo. “*nobis in arto et inglorius labor; immota quippe aut modice lacessita pax, maestae urbis res et princeps proferendi imperi incuriosus erat*”. Tácito se exime de qualquer culpa sobre a estranheza do seu tema e chama a atenção para o *otium* incentivado pelo *princeps*. A virtude na historiografia taciteana se desvinculava do ideal militar e se aproximava do comportamento civil. Dessa maneira, a arena política oferece maior importância histórica do que o campo de batalha. Para mais informações: Cf. BALMACEDA, 2007, pp.285-304.

³⁰⁸ Apesar das diversas aproximações entendemos que Tácito não pode ser considerado cronologicamente continuador de Tito Lívio, já que a historiografia liviana termina em 9 a.C, enquanto a narrativa taciteana começa com a morte de Augusto e o principado de Tibério em 14 d.C.

³⁰⁹ Cf. *Ann.* IV. 34. 3; *Agr.* 10. 3.

acompanhado de Fábio Rústico, como *eloquentissimi auctores*. Em *Ann.* IV. 34, 12, Tácito cita Lívio como um *exemplum* – um historiador que escreveu de forma livre sob o Principado – para ilustrar uma época em que se podia dizer o que pensava. A outra referência que Tácito faz a Tito Lívio é indireta, mas explícita. Em *Ann.* I, 1, 3, quando Tácito afirma que “para o que se falou sobre o tempo de Augusto não faltaram grandes e honrados talentos”, o sujeito está no plural, mas certamente Tito Lívio está entre esses homens.

Para Alan Gowing³¹⁰ a afinidade de Tácito com Lívio assume contornos mais pessoais. Gowing afirma que a relação de Trajano com os propósitos da obra taciteana é muito parecida com a de Augusto com a narrativa liviana. Enquanto Tito Lívio alimenta a esperança de ver Roma prosperar – após um século de guerras civis – durante o governo de Augusto, Tácito afirma que sob Nerva e Trajano – governos que seguiram a tirania de Domiciano – os tempos eram mais felizes e melhores para o florescimento da liberdade. Ou seja, emular o passado longínquo era uma forma de criticar o passado recente, e valorizar o presente³¹¹. Quanto a isso vamos ver tanto em Tácito como em Lívio manifestações de esperança ao leitor/ouvinte de que os tempos presentes eram melhores e promissores.

Essa foi uma tópica recorrente no principado. Sêneca afirma em *Apocoloquintose* que, após o governo desastroso de Cláudio, sob Nero um novo Apolo nascerá. Flávio Josefo apresenta seu apoio ao governo de Vespasiano, que colocou fim a instabilidade do período de guerras civis. Até mesmo Veléio Patérculo, que apesar de admitir em sua *História Romana* as virtudes de Augusto, viu em Tibério as esperanças de um presente/futuro ainda melhor. As palavras do historiador Quinto Cúrcio, que escreveu sob o imperador Cláudio, ilustram bem essa topologia: “com todo direito e

³¹⁰GOWING, 2009, p.23

³¹¹ Sob essa perspectiva, A. J. Woodman (WOODMAN, 1988, p. 95-98). via afirmar que Tácito dialoga diretamente com os seus contemporâneos, entretanto ele vai buscar as suas principais ferramentas de elocução narrativa na tradição da historiografia republicana. Para Woodman as obras taciteanas constantemente emulam autores como Júlio César, Cícero, Salústio e Tito Lívio, contudo elas se afastam em alguns pontos da tradição da historiografia latina ao inverter alguns *tópoi* literários constantes.

merecimento o povo romano reconhece que deve sua salvação a seu príncipe, o qual, como um novo astro, iluminou a noite que parecia que seria a última”³¹².

Sobre aqueles que escreveram sob o Principado, Tácito cita de forma direta as obras de historiadores como, Cremúcio Cordo³¹³, Clúvio Rufo³¹⁴, Fábio Rústico³¹⁵ e Plínio o Velho³¹⁶, bem como os escritos de Agripina, a Jovem³¹⁷ e de Corbulão³¹⁸. Nesse sentido, uma ambiguidade interessante se faz presente. Entendemos que apesar de Tácito procurar se desvincular da historiografia imperial, é com ela que ele dialoga diretamente, já que as alusões diretas a historiadores mais contemporâneos – que escreveram durante o período Júlio Cláudio e Flávio – superam aquelas feitas aos republicanos.

Isso fica mais evidente se considerarmos que o objeto da narrativa taciteana – o Principado – era obviamente, inacessível aos historiadores republicanos. Tendo isso em vista podemos afirmar que o diálogo de Tácito era com os literatos que presenciaram o governo dos *principes*, o que explicaria a escassez de referências diretas àqueles que viveram sob a antiga República. Essa República, cuja existência não era mais possível, se colocava para Tácito de forma idealizada. Com isso, o historiador latino admite a necessidade de uma nova moralidade, composta por novos preceitos éticos, compatíveis com o Principado³¹⁹.

³¹² QC. X, 9, 3. *quodque imperium sub uno stare potuisset, dum a pluribus sustinetur, ruit. Proinde iure meritoque populus Romanus salutem se principi suo debere profitetur, qui noctis, quam paene supremam habuimus, novum sidus inluxit.* (Tradução: Fábio Favarsani, 2015).

³¹³ Tac. Ann. IV. 34-35.

³¹⁴ Cf: Hist. I. 8. 3; Hist. I. 76. 4; Hist. II. 65. 1.

³¹⁵ Cf: Agr. 10. 3. 2; Ann. XIII. 20. 7; Ann. XIV. 2. 10; Ann. XV. 61. 13.

³¹⁶ Cf: Ann. 1, 69, 3; Ann. 13. 20. 2; Ann. 15. 53. 3; Hist. 3. 28.

³¹⁷ Ann. IV. 53. 2.

³¹⁸ Ann. XV, 16, 1.

³¹⁹ Isso pode ser visto de forma clara em *Diálogo dos Oradores*, onde a discussão sobre a retórica pode ser projetada no âmbito político, ou nos prefácios das *Histórias* e dos *Anais*, onde Tácito admite a existência de *exempla* grandiosos em sua época, que apesar disso eram diferentes - não piores e por vezes melhores – que aqueles que viveram sob a *libertas* do período republicano. Segundo Alan Gowing os *Anais* e as *Historias* inspiram-se nas tradições historiográficas da República, mas os problemas levantados por eles são claramente imperiais. Até o período de Trajano, em que Tácito escreve, Roma tinha construído novas tradições e novos *exempla*, distintos daqueles da época republicana.

Para Fábio Joly, em um artigo publicado em 2009³²⁰, a relação de Tácito com os historiadores republicanos é intrínseca a sua relação com a República como regime político. Para Joly, Tácito admira a liberdade (*libertas*) que os homens tinham durante o regime republicano, entretanto ele não crê que esse regime fosse uma realidade possível em seu tempo, no Império. Assim, apesar de Tácito emular a glória e o talento dos antigos autores latinos, ele reconhece que seus escritos teriam pouca utilidade ética e moral no regime do Principado, onde a plebe e o Senado tem um papel inferior ao do *princeps* e da *domus Caesaris*. Os homens da *res publica* viviam sob liberdade. Já a aristocracia contemporânea a Tácito se vê constantemente sob o julgo do *princeps*. Essa aristocracia, porém, como já vimos, não respondia de forma homogênea ao poder do imperador.

Dentro dessa perspectiva, em *Ann.* III, 55, 5, Tácito admite que “nem tudo dentre os antigos era melhor, nossa época também possuiu muitas glórias e talentos dignos de imitação³²¹”. Se, nos prefácios dos *Anais* e no Capítulo II das *Histórias*, Tácito desvaloriza a herança do Principado – as Dinastias Julio-Cláudia e Flávia – nesses mesmos trechos ele procura elevar o seu presente – os principados de Nerva e Trajano. Ele aceita de forma parcial o *tópos* da superioridade do passado em comparação ao presente já que o seu passado imediato é constantemente inferiorizado.

De fato, as principais menções que Tácito faz aos historiadores do Principado estão mais ligadas à conduta dos mesmos do que à qualidade de suas obras. Isso é o que acontece com Cremúcio Cordo. Se Tácito não pôde utilizar Cordo como fonte devido aos diferentes recortes temporais tratados nas obras de ambos³²², com certeza ele faz desse historiador um *exemplum*. Em meio a tantas proscricções e julgamentos ocorridos no principado de Tibério, o caso de Cordo poderia passar despercebido a olhos desatentos, mas é extremamente importante para se entender as ideias de Tácito como um todo. O julgamento de Cordo é descrito no relato taciteano como uma denúncia carregada de envolvimento pessoal, já que a supressão da liberdade já tinha sido

³²⁰ JOLY, 2009, p. 19-43.

³²¹ “*nec omnia apud priores meliora, sed nostra quoque aetas multa laudis et artium imitanda posteris tulit.*” Tac. *Ann.* III, 55, 5. .

³²² A obra de Cremúcio Cordo não chegou até nós, mas sabe-se que ele escreveu uma biografia de Bruto – pois Tácito revela o objeto da obra.

presenciada por Tácito durante o principado de Domiciano³²³. Cremúcio Cordo viveu na mesma época que outro famoso historiador, Veléio Patérculo, que por sua vez não mereceu nenhuma citação direta em nenhum dos livros de Tácito³²⁴. Essa circunstância pode revelar que Tácito valorizou nos historiadores que emulava, não apenas o quanto bem eles escreveram, mas a autoridade conferida a seu trabalho por seu caráter, personalidade e relação com o poder imperial. Como podemos perceber a literatura e a atuação política mais uma vez se mostram indissociáveis.

Essa hipótese parece correta, na medida em que outros casos de obras queimadas - de Aruleno Rústico e Hereno Senécio, ambos sob o principado de Domiciano - também são lembrados na *Vida de Agricola*³²⁵ com o mesmo tom de denúncia que foi empregado para o julgamento de Cordo. O historiador Servílio Noniano³²⁶, que escreveu sob o principado de Nero, também é lembrado em *Anais* e em *Diálogo dos Oradores*³²⁷ como um homem de caráter exemplar. Tácito afirmou, no relato da morte de Servílio Noniano, que ele foi um historiador de poderosa eloquência (*multa eloquentia vigerant*), e de bom caráter. Tanto Baldwin, quanto Ronald Syme destacam

³²³ NOBRE, 2010, p. 176.

³²⁴ Apesar de não ser citado nas obras taciteanas, grande parte dos especialistas acredita que Veléio Patérculo foi uma fonte consultada por Tácito, principalmente, na construção da narrativa sob o governo de Tibério. Se aceitarmos essa posição, possivelmente a obra de Veléio – *Historia Romana* - se incluía dentre aquelas descritas em *Ann.* I, 1, que se destacavam pela bajulação ou o ódio aos príncipes.

³²⁵ “Lemos sobre o resultado dos elogios de Aruleno Rústico e Herênio Senécio a Trasea Peto e Helvídio Prisco; a pena capital. A crueldade não se limitou somente aos próprios autores, mas também aos seus livros, para os quais triúmviros foram delegados para queimarem, diante dos comícios e no Fórum, esses brilhantes monumentos do intelecto. Eles tinham certeza que testemunhavam o fogo destruindo a voz do povo romano, a liberdade do Senado e o consciência do gênero humano. Ainda por cima foram expulsos os mestres mais sábios e todas boas artes conduzidas ao exílio, em nenhuma parte encontrava-se honestidade. Demos certamente uma lição de grande mansidão; os antigos viram aquilo que existia extremo na liberdade, nos na escravidão, destituídos pelos informantes de qualquer licença de falar ou ouvir. A própria memória com a voz teríamos pedido, se estivesse em nosso poder tanto esquecer quanto calar”. Tac. Agr., II. “*Legimus, cum Aruleno Rustico Paetus Thrasea, Herennio Senecioni Priscus Helvidius laudati essent, capitale fuisse, neque in ipsos modo auctores, sed in libros quoque eorum saevitum, delegato triumviris ministerio ut monumenta clarissimorum ingeniorum in comitio ac foro urerentur. Scilicet illo igne vocem populi Romani et libertatem senatus et conscientiam generis humani aboleri arbitrabantur, expulsis insuper sapientiae professoribus atque omni bona arte in exilium acta, ne quid usquam honestum occurreret. Dedimus profecto grande patientiae documentum; et sicut vetus aetas vidit quid ultimum in libertate esset, ita nos quid in servitute, adempto per inquisitiones etiam loquendi audiendique commercio. Memoriam quoque ipsam cum voce perdidissemus, si tam in nostra potestate esset oblivisci quam tacere*”.

³²⁶ Noniano foi um político e historiador que atuou durante os governos de Tibério Cláudio, exercendo o consulado em 56.

³²⁷ Tac. *Ann.* XIV. 19; Tac. *Dial.* XXIII, 2, 5.

Noniano como a principal fonte de informações usada por Tácito para escrever sobre os principados Júlio-Cláudios³²⁸.

Outro historiador importante destacado por Tácito foi Clúvio Rufo³²⁹. Rufo exerceu o cargo de cônsul durante o principado de Cláudio. Foi próximo ao imperador Nero e é apontado como um dos envolvidos na conspiração que matou Calígula. Pouco se sabe sobre a sua obra, mas possivelmente abrangeu os governos dos primeiros imperadores. Rufo foi considerado uma fonte histórica tanto por Flávio Josefo quanto por Suetônio, ambos contemporâneos de Tácito³³⁰. Tácito acaba o louvando em *Hist.* IV. 5 de maneira intrínseca no discurso de Helvídio Prisco contra Éprio Marcelo: nesse trecho, Helvídio Prisco invoca o exemplo de Clúvio Rufo como um homem rico e eloquente que tinha conseguido uma moral elevada enquanto servia na corte de Nero – um imperador tirano - em contraste com a conduta de Marcelo sob Vespasiano³³¹. Isso possivelmente coloca Clúvio no campo de Cremúcio Cordo, como um escritor para ser admirado, tanto pelas realizações de sua vida como por seus esforços literários.

Os escritos taciteanos, mesmo que intrinsecamente, demonstram que em grande parte que os parâmetros morais de seu autor são influenciados pela filosofia estoica³³², extremamente popular durante o principado de Trajano, principalmente em razão da perseguição sofrida por esses filósofos durante o período que Domiciano³³³. Não podemos afirmar que Tácito era um estoico, e muito menos que ele via na filosofia uma

³²⁸ Cf. SYME, 1964. Servílio Noniano seria, juntamente com Aufídio Basso e Séneca, o Jovem, uma das fontes desfavoráveis, seguidas por Suetônio e Tácito, para descrever os governos de Tibério à Cláudio.

³²⁹ Sobre a relação de Tácito e Clúvio Rufus cf. TOWNEND, 1964, pp. 337-377.

³³⁰ CHAMPLIN, 2003, p. 36-55.

³³¹ *Hist.* IV.43.1

³³² O estoicismo, uma escola filosófica fundada em Atenas no século III a.C por Zenão de Cítio e era um dos diversos segmentos da filosofia helenística. Através de preceitos influenciados tanto pelo misticismo da religião quanto pela racionalidade crítica socrática, o estoicismo propunha a ordenação do mundo entre o *logos* e o *kosmos*. Tendo em consideração o comportamento humano, diante de situações adversas ou favoráveis, os estoicos sustentavam que a virtude consistia em manter a moderação e a constância em consonância com a indiferença (*apatheia*) que norteava a posição dos homens, como partes harmônicas de um mesmo *kosmos*. Nesse sentido, valores como *pietas* e *fides*, respeito às leis dos deuses e dos homens respectivamente, se mostravam inerentes aos estoicos, que viam em um convívio social equilibrado uma maior expectativa para o florescimento da *virtus*.

³³³ Sob o governo de Domiciano, os filósofos são exilados e diversos estoicos são condenados à morte sob a acusação de asebéia ou *impietas*, desrespeito aos deuses, (e) ou ateísmo (*atheotes*), além do crime de *maiestas*, desacato ao imperador e sua família.

disciplina capaz de traçar modelos de comportamento sociais³³⁴. Mas ao prezar exemplos práticos de historiadores e literatos, bem como de aristocratas e governantes que aderiram aos preceitos de Zenão não podemos ignorar a importância do estoicismo na formulação dos *exempla* taciteanos³³⁵.

Os estoicos procuravam praticar suas proposições filosóficas no dia-a-dia, norteando o modo como viviam e se preocupando mais com suas ações do que com teorias excêntricas e ensinamentos morais sem aplicações práticas. Fica fácil entender o porquê dessa corrente filosófica ter ganhado tanta popularidade dentro dos círculos intelectuais romanos, conhecidos historicamente por suas concepções pragmáticas sobre o comportamento político e social dos homens, e críticos vorazes das abstrações presentes na filosofia grega em geral. Para o homem romano, que era acima de tudo um cidadão, o estoicismo representou uma lógica formal, que estabeleceu balizas éticas e morais tendo em vista o bem-estar social³³⁶.

Segundo Norberto Luiz Guarinello o estoicismo romano possuía:

(...) uma forte dimensão política, estreitamente vinculada à sua adoção por parte significativa da elite política romana desde o final da República. No seio desta elite, o estoicismo atuava como fonte de uma ética ao mesmo tempo pessoal e coletiva, que dava sentido à sua participação na vida pública e permitia unificar, no universo de suas relações, sua vida privada com sua existência pública³³⁷.

Norberto Guarinello vai demonstrar como o estoicismo foi utilizado pela aristocracia senatorial romana como um mecanismo de interferência pública no principado, regime de governo que, como já vimos se baseava no poder do *princeps*. Através de uma análise da atuação de estoicos como Sêneca e Trasea Peto durante o

³³⁴ Em *Agr.* IV, Tácito irá afirmar que “em sua primeira juventude (Agrícola) dispensara à filosofia uma atenção maior do que convém a um romano e senador”. Tradução (português) Norberto Luiz Guarinello, 1996. *in iuventa studium philosophiae acrius, ultra quam concessum Romano ac senatori, hausisse*.

³³⁵ Isso, segundo Guarinello, (1996, pp. 58-59), pode ser visto na forma pela qual Tácito expõe o governo de Nero: enquanto o imperador seguiu preceitos estoicos, através da influência de um grupo do Senado comandado por Sêneca e Trasea Peto, o seu governo foi bom, quando resolveu governar sozinho, inclinou-se sobre uma tirania desmedida.

³³⁶ Epiteto vai afirmar em *Discursos*. I, 9, 1 que: “cada ser humano é, primeiro, um cidadão da sua comunidade”.

³³⁷ GUARINELLO, 1996, p. 54.

governo de Nero, Guarinello vai nos mostrar como o estoicismo poderia agir na mobilização de fortes grupos de oposição ou de apoio ao poder dos imperadores, através da formulação de padrões éticos e morais que modelaram as bases do pensamento aristocrático no final do século I d.C.

Apesar de restringir sua análise ao governo de Nero, o breve texto de Guarinello é muito importante para nós, na medida em que demonstra que durante e após o governo neroniano, o estoicismo vai adquirir cada vez mais poder coercitivo nas construções de modelos exemplares de comportamento, chegando, quase trinta anos depois, já no principado de Trajano, como a principal corrente filosófica do Império, responsável por influenciar diretamente os modelos de virtude adotados por *principes* e aristocratas na construção das bases da ideologia imperial. Além disso, os estoicos se tornaram a personificação da *libertas*, da luta contra a tirania dos *principes* e, por isso, um baluarte a ser carregado por uma aristocracia - da qual tanto Plínio, o Jovem como Tácito faziam parte - carente de independência política.

Essas são algumas das possíveis influências presentes na obra taciteana. Procuramos dar uma maior ênfase naquelas que foram nominalmente citadas no que se preservou de suas obras. Woodman enumera diversas outras fontes possíveis que teriam sido utilizadas por Tácito: Estácio, Sílio Itálico, Juvenal, Valério Flaco. Ele afirma que as cartas de Plínio, o Jovem também influenciaram diretamente na composição das obras de tacitenanas³³⁸ e cita diversas passagens em que Tácito se refere a autores anônimos nos *Anais*³³⁹.

Percebemos também que, apesar de apresentar uma maneira particular de escrever história, Tácito estava contagiado pela tradição de seus antepassados e inserido em um diálogo intenso com seus contemporâneos. De fato, Tácito renega e inverte algumas topologias recorrentes na historiografia romana, mas faz isso tendo em vista o contexto sob o qual escreve: o Principado. Ele deixa bem claro que o Principado é um

³³⁸ WOODMAN, 2009. Essa relação entre Tácito e Plínio será tratada com mais cuidado na sequência desse capítulo.

³³⁹ Cf: *Ann.* 4.53.2; *Ann.* 4.65; *Ann.* 6.7.5; *Ann.* 16.6.1; *Ann.* 1.81.1; *Ann.* 3.3.2; *Ann.* 4.10.1; *Ann.* 4.11.1 *Ann.*; 14.2.2.; *Ann.*; 15.38.1.

regime onde a liberdade (*libertas*) de se dizer o que pensa foi interrompida³⁴⁰. Diante desse cenário “o desafio é trazer frente aos olhos o que não podia ser visto, o que se ocultava. Assim, a descrição é uma sobreposição de visões possíveis e incertas. Cabe ao ouvinte treinar sua capacidade de ver muitas cenas onde existe uma”³⁴¹. É justamente a forma com que Tácito lida com esse contexto que torna a obra taciteana singular. Ao narrar, Tácito permite que suas ideias e julgamentos sejam suscetíveis de interpretação pelo leitor/ouvinte. Essa estratégia retórica neutraliza o “eu” do autor na narrativa, deixando sua possível opinião suspensa.

Mesmo escrevendo em um contexto diferenciado, não podemos entender os escritos taciteanos à parte de sua tradição literária. Tácito se vincula claramente a uma proposição tradicional da historiografia romana; a criação de *exempla*. A partir da segunda metade do século I d.C esses *exempla* vão assumir um valor moral cada vez mais relevante na sociedade romana, através do aumento da influência do estoicismo, filosofia que vai ser essencial para moldar as noções básicas de um comportamento virtuoso dentro da esfera pública e privada.**2. 2. Um retrato vivo da aristocracia: moral, tradição e exemplaridade nas obras de Plínio, o Jovem.**

Em sua correspondência, Plínio, o Jovem nos conta sobre uma intensa produção literária de sua autoria, principalmente de ordem poética. Essas composições não sobreviveram até o nosso tempo e tudo que sabemos a respeito delas é o que foi referido nas epístolas plinianas. Uma dessas referências acontece em *Ep.* VII, 4, quando Plínio fala com Pôncio Alifânio sobre suas experiências literárias:

Confirmou que leu meus hendecassílabos; ainda se pergunta como um homem, que se considera tão austero, começou a escrevê-los, algo que eu mesmo confesso sem estranheza. Resumindo, para começar, nunca fui estranho à poesia; visto que com quatorze anos escrevi uma tragédia grega. “De que tipo?” Perguntas. Não sei; mas a chamarei de tragédia. Pouco tempo depois, quando voltei do serviço militar, retido na ilha de Icária pelos ventos, [escrevi] versos elegíacos em latim sobre esse

³⁴⁰ No primeiro próêmio dos *Anais*, Tácito deixa claro que o domínio do *princeps* marca claramente o fim da *libertas*. Mesmo quando afirma que vive em uma época em que os imperadores – Nerva e Trajano – uniram duas coisas diversas - *libertas* e *pax* - ele admitiu que era um momento atípico (Tac. *Hist.* I, 4).

³⁴¹ FAVERSANI, 2011.

mesmo mar e essa mesma ilha. Algumas vezes tenho provado da épica, ainda que seja a primeira vez que escrevo hendecassílabo, cujo nascimento é essa a causa³⁴².

Plínio, o Jovem conta a Alifânio sobre uma tragédia grega, que escreveu aos quatorze anos, além de diversos poemas elegíacos, cujo metro, hendecassílabo falécio³⁴³, era o favorito do epistológrafo romano. Apesar de ser considerado um gênero literário baixo, Plínio justifica a produção desses versos através do exemplo de outros proeminentes autores, como Catulo e Calvo, reconhecidos poetas elegíacos romanos do século I a.C.³⁴⁴. Os poemas elegíacos³⁴⁵ eram constantemente vinculados a grupos sociais específicos - as elites. Nesse sentido a poesia elegíaca era composta tendo em vista uma série de símbolos e signos responsáveis por retratar *loci similes*³⁴⁶ entre seu público leitor. As cartas plinianas vão destacar poetas proeminentes para a composição desses versos, como era o caso de Horácio, Propércio e Ovídio.

Além da poesia de ordem epidídica, a obra de Plínio, o Jovem reportou a incansável composição e revisão de discursos forenses pelo seu autor. As publicações forenses e a atuação no fórum eram as atividades que proporcionavam maior status intelectual na época de Plínio. Os escritos mais destacados pelo autor das Cartas são baseados em suas atuações nos tribunais: um discurso pronunciado em defesa da cidade

³⁴² Plin. *Ep.* VII, 8. “*Ais legisse te hendecasyllabos meos; requiris etiam quemadmodum coeperim scribere, homo ut tibi videor severus, ut ipse fateor non ineptus. Numquam a poetice — altius enim repetam — alienus fui; quin etiam quattuordecim natus annos Graecam tragoediam scripsi. ‘Qualem?’ inquis. Nescio; tragoedia vocabatur. Mox, cum e militia rediens in Icaria insula ventis detinerer, Latinos elegos in illud ipsum mare ipsamque insulam feci. Expertus sum me aliquando et heroo, hendecasyllabis nunc primum, quorum hic natalis haec causa est*”.

³⁴³ O hendecassílabo era uma forma de verso, de onze sílabas métricas, com acentuação na décima sílaba (BELTRAMI, 1991, p. 181). Tinha um estilo ligeiro e convival, composto de temas eróticos e mundanos, constantemente vinculados aos gêneros baixos da literatura latina.

³⁴⁴ “No entanto, quando ainda assim alguns, a você, parecem um pouco insolentes, sua erudição lhe permite considerar que os mais elevados e austeros literatos não só evitaram escrever de modo convival, mas em suas palavras, certamente, não conservaram subterfúgios, sob os quais nos refugiamos; não por maior austeridade – quem está certa? -, mas porque somos mais tímidos”. (Plin. *Ep.* IV, 14, 3). “*Ex quibus tamen si non nulla tibi petulantiora paulo videbuntur, erit eruditionis tuae cogitare summos illos et gravissimos viros qui talia scripserunt non modo lascivia rerum, sed ne verbis quidem nudis abstinuisse; quae nos refugimus, non quia severiores - unde enim? -, sed quia timidiores sumus.*”

³⁴⁵ Cf. Plin. *Ep.* I, 16, 4-5; Plin. *Ep.* IV, 14, 5-7; Plin. *Ep.* IV, 27, 4.

³⁴⁶ Entendemos *loci similes* como lugares-comuns dentro da literatura latina. Isso fica caracterizado, segundo Francisco Achar, pela obra se inscrever diretamente em um gênero no qual o público leitor, já familiarizado, tem diante de si certa expectativa, organizada segundo esquemas conhecidos. Para mais sobre essa discussão: Cf. ACHCAR, 1992, pp. 13-42.

de Como³⁴⁷, e outros três, em defesa de seus *amici*: tais como Júlio Baso³⁴⁸, Átia Viríola³⁴⁹, Rufo Vareno³⁵⁰ e Cláudio³⁵¹. Além disso, Plínio também publicou seus discursos de acusação, referente aos julgamentos de Bêbio Masa³⁵² e Públio Certo³⁵³, onde procurava vingar a morte de Helvídio Prisco. A correspondência pliniana também registra um discurso referente à inauguração de uma biblioteca em Como³⁵⁴, e um *elogium* ao filho de Vestricio Espurina³⁵⁵. No entanto, as principais obras que chegaram

³⁴⁷ “A você, enviei a ação que insistentemente me solicitou e que com a mesma frequência lhe havia prometido; no entanto, ela não se encontra completa, pois ainda eu ainda a estou finalizando”. (Plin. *Ep.* II, 5). *Actionem et a te frequenter efflagitatam, et a me saepe promissam, exhibui tibi, nondum tamen totam; adhuc enim pars eius perpolitur.*

³⁴⁸ Ao se referir, em carta a Cornélio Urso, sobre o julgamento de Baso: “Terás, aqui, nesse meio tempo, recebido esta carta como um prólogo, e esperarás o discurso completo. Esperarás por esse dia; pois [esse trabalho] não é fácil nem rápido, por se tratar um objeto tão grande”. (Plin. *Ep.* IV, 9, 23). *“Habebis hanc interim epistulam ut πρόδρομον, exspectabis orationem plenam onustamque. Exspectabis diu; neque enim leviter et cursim, ut de re tanta retractanda est”.*

³⁴⁹ “Deixe tudo de lado”, lhe digo, ‘e se afaste dos trabalhos começados!’ Se algo escreves ou lês, ordeno-lhe que deixe de lado, se afaste e leia meu discurso como se fosse uma arma divina - ainda posso ser mais soberbo? – falando sério, entre todas minhas obras essa é a mais bela, ainda que a mim seja suficiente rivalizar comigo mesmo. Esse discurso pronunciei em defesa de Átia Viríola. A dignidade da pessoa, o grande número de juízes e a singularidade desse caso, tornaram-o notável”. (Plin. *Ep.* VI, 33, 2). *“Tollite cuncta” inquit “coeptosque auferte labores!” Seu scribis aliquid seu legis, tolli auferri iube et accipe orationem meam ut illa arma divinam — num superbius potui? -, re vera ut inter meas pulchram; nam mihi satis est certare tecum. Est haec pro Attia Viriola, et dignitate personae et exempli raritate et iudicii magnitudine insignis”.*

³⁵⁰ “Atuei na defesa de Vareno, não sem êxito; se para o bem ou para o mal, indicarei quando puder”. (Plin. *Ep.* V, 20, 2). *Egi pro Vareno non sine eventu; nam bene an male liber indicabit.*

³⁵¹ “Sua terceira carta ressaltava que você havia recebido meu discurso em favor de Cláudio e que lhe pareceu mais completo do que quando o havia pronunciado para você. É mais completo sim; pois muito inseri depois”. (Plin. *Ep.* IX, 28, 5). *“Tertia epistula continebat esse tibi redditam orationem pro Claudio eamque visam uberiorem, quam dicente me audiente te fuerit. Est uberior; multa enim postea inserui”.*

³⁵² Em carta a Tácito, a respeito do processo de Massa: “Indico uma atuação minha que, embora possivelmente não tenha escapado fugido à sua atenção, está publicada nas atas (...)”. (Plin. *Ep.* VII, 33, 3). *“Demonstro ergo quamquam diligentiam tuam fugere non possit, cum sit in publicis actis (...)”.*

³⁵³ “Todos defendem P. Certo, como se eu o tivesse delatado, ainda que eu não o tenha incriminado nominalmente, em meio a defesa eles reconheceram isso, renunciando às acusações. O que falaram depois disso, não é necessário eu narrar: tem em meus livros; estão neles ainda todos meus discursos”. (Plin. *Ep.* IX, 13, 14). *“Omnes Certum nondum a me nominatum ut nominatum defendunt crimenque quasi in medio relictum defensione suscipiunt. Quae praeterea dixerint, non est necesse narrare: in libris habes; sum enim cuncta ipsorum verbis persecutus”.*

³⁵⁴ “Estou pedindo, a ti, que revise o discurso dedicatório que tive de pronunciar na inauguração da biblioteca do meu município [Como]. (Plin. *Ep.* I, 8, 2). *“Petiturus sum enim ut rursus vaces sermoni quem apud municipes meos habui bibliothecam dedicaturus”.*

³⁵⁵ “Não lhe disse, quando o encontrei, que escrevi algumas coisas sobre seu filho. Em primeiro lugar porque não escrevi com a intenção de lhe dizer, mas para aliviar meu afeto e dor; depois porque acreditei que os mesmos que ouviram minha recitação e lhe contaram, haviam-na, Espurina, lido junto a você”. (Plin. *Ep.* III, 10). *“Composuisse me quaedam de filio vestro non dixi vobis, eum proxime apud vos fui, primum quia non ideo scripseram ut dicerem, sed ut meo amori meo dolori satisfacerem; deinde quia te, Spurinna, cum audisses recitasse me, ut mihi ipse dixisti, quid recitasset simul audisse credebam”.*

até o nosso tempo são as *Cartas* e o *Panegírico a Trajano*, que trataremos de forma mais detalhada a seguir.

2. 2. 1. *Pater et praeceptor et patronus*: as cartas plinianas.

A obra pliniana a qual temos acesso é composta pelo *Panegírico a Trajano* e pelas *Cartas*. Esta última é composta de 368 cartas, distribuídas em dez livros, publicadas entre os anos de 103 e 109³⁵⁶. De sua totalidade, 247 são epístolas privadas, que compõem os nove primeiros livros. O décimo e último livro é composto por 121 cartas de cunho oficial trocadas com o imperador Trajano. As correspondências plinianas referentes aos primeiros nove livros foram publicadas por seu autor ainda em vida, entretanto, as 121 cartas que formam o livro X foram publicadas após a morte de Plínio, o Jovem, por um compilador desconhecido.

Devido a essas intervenções editoriais e à grande atenção por parte do autor às regras retóricas, existe uma discussão acentuada sobre o caráter das cartas plinianas³⁵⁷. No século XIX, uma gama de estudiosos admitia categoricamente a possibilidade das *Cartas* terem sido escritas por Plínio, o Jovem como ensaios de retórica, sem serem necessariamente enviadas aos seus remetentes. Essas dúvidas surgiram através de uma aproximação óbvia das cartas plinianas com a obra epistolar de Cícero, que reuniu mais de 900 cartas³⁵⁸, e das 124 epístolas morais que senequianas³⁵⁹, todas publicadas após a morte desses autores. Diferentemente dessas obras, a maior parte do epistolário pliniano foi publicado bem antes da morte do seu autor, além de ter passado por um amplo processo de revisão editorial por parte do próprio Plínio, o Jovem.

³⁵⁶ Não se sabe ao certo os momentos de início e término da publicação das *Cartas*, Mommsen afirma que o primeiro livro foi publicado em 97 e o último em 106, antes de Plínio assumir a procuradoria da Bitúnia-Ponto. Sherwin-White afirma que era coerente que Plínio esperasse adquirir certo prestígio como orador antes de publicar suas obras. Nesse sentido, ele estabelece dois pontos fundamentais para dar autoridade à obra pliniana. O primeiro foi a defesa de Basso em 103, e o segundo foi a curadoria do Tibre, em 104. Já Ronald Syme, afirma ser improvável que Plínio, o Jovem tenha exposto suas desavenças com Régulo antes de sua morte, em 104, para esse autor, após Plínio ser dispensado dos serviços públicos que exercia, esse teria tempo para revisar e selecionar o material da publicação. As proposições de Sherwin-White e Syme são as mais aceitas. Quanto à datação específica da publicação de cada livro, Sherwin-White considera 103-104 (Livros I-III), 106-107 (livros IV-VII), 109-110 (Livros VIII-IX). Já Ronald Syme, propõe 105-106 (livros I-III), 107 (IV-V), 108 (livros VI-VII) e 109 (livros VIII-IX).

³⁵⁷ Ver mais sobre essa discussão em: SHERWIN-WHITE, 1966, pp. 11-15; SOUZA, 2013, p. 19-26.

³⁵⁸ A obra epistolar de Cícero divide-se basicamente em: *Cartas a Ático* (16 livros), *Ad familiares* (16 livros), a *Quinto* (3 livros), a *M. Bruto* (3 livros).

³⁵⁹ Dedicadas ao seu amigo Lucílio.

Esse debate sobre a correspondência pliniana, entretanto, no decorrer do século XX, principalmente pelos trabalhos de Ronald Syme e Adrian Sherwin-White, conduziu a um entendimento predominantemente sobre esse ponto. Esses historiadores acentuaram o papel do leitor na correspondência pliniana. Para eles, as cartas de Plínio, o Jovem, apesar de terem sido revisadas para a publicação e possuírem um conteúdo rigidamente elaborado por preceitos retóricos, não podem ser consideradas meros exercícios de eloquência. Essa postura é compartilhada por Pierre Grimal³⁶⁰, que define o epistolário pliniano como “um quadro vivo da sociedade romana do fim do século I d.C”. Isso porque determinado decoro, acentuado por um grande número de convenções retóricas, é inerente a qualquer gênero literário na antiguidade clássica.

Outro aspecto importante, muito discutido por historiadores modernos, é a estrutura da correspondência pliniana. Apesar de Plínio, o Jovem afirmar em *Ep* I, 1, 1 que reuniu suas cartas “sem conservar uma ordem cronológica, já que não escrevia uma história”, a maioria dos estudiosos está de acordo que os livros foram publicados em dois ou três grupos, e que existe uma indubitável ordem cronológica entre eles³⁶¹, segundo a vida privada e as atividades políticas e judiciais de Plínio, bem como o estudo das carreiras políticas de alguns personagens mencionados nelas³⁶². Essa segmentação é feita através da datação de algumas cartas

Quanto às cartas do livro X, que correspondem àquelas trocadas entre Plínio, o Jovem e Trajano, podemos falar que foram publicadas após a morte do seu autor por um editor desconhecido. Diversas mudanças estruturais são percebidas nesse sentido: a linguagem menos elaborada que aquela utilizada nas correspondências anteriores, o

³⁶⁰ GRIMAL, 1993, p. 317

³⁶¹ FERNÁNDEZ, 2005, p. 31.

³⁶² Para Theodor Mommsen, a correspondência pliniana foi dividida anualmente em livros (I ao IX) que foram publicados anualmente a partir do ano de 97. Entretanto, a divisão mais aceita pelos pesquisadores modernos é em séries: os livros I e II são compreendidos entre os anos de 96 a 100; o livro III os anos de 99 a 103; o livro IV se refere aos anos de 104 e 105; o livro V abrange o período entre 105 e 107; o livro VI os anos de 106 a 107; enquanto o livro VII se refere somente a acontecimentos do ano de 107; por último, o livro VIII abrange o período entre 107 e 108 e o IX aos anos entre 106 e 108. / IV-V/ VI-VII/ VIII-IX. Ver também: SHERWIN-WHITE, 1966, pp. 20-46; SYME, 1958, p. 21.

emprego de uma sequência cronológica³⁶³ e a utilização de abreviações nos nomes e títulos de Plínio, o Jovem e Trajano. Essas modificações juntamente com uma provável necessidade de liberação do Imperador reinante – possivelmente Adriano – ao acesso público dessas cartas são, segundo Julián Fernández³⁶⁴, provas de que as cartas trocadas com o imperador Trajano passaram por uma seleção – o que inclui a exclusão de algumas epístolas. Entretanto, não existem dúvidas de que a maioria das respostas às cartas plinianas tenham sido escritas pessoalmente pelo imperador, salvo as notas de agradecimento, os votos por sua recuperação e outras respostas que revelam um profundo conhecimento sobre o Oriente – como a carta X, 66 – atribuídas à chancelaria imperial.

De acordo com Michael Trapp³⁶⁵, as *Cartas*, de Plínio, o Jovem se juntam a diversas outras obras que compõe o gênero epistolar na antiguidade clássica. A epistolografia se tornou um gênero único na antiguidade, marcado pela presença de um ou mais destinatários específicos³⁶⁶ postulados em uma relação dialógica. Para Janet Altman, outra diferença entre a confecção de cartas - ou epístolas³⁶⁷ - das demais práticas literárias é o seu caráter circunstancial, e a tentativa de superar as distâncias geográficas (e) ou temporais entre seus correspondentes³⁶⁸.

Assim, antes de ser um dispositivo literário ou pedagógico, a carta assumia um caráter muito mais utilitário no “mundo antigo”, pois era meio de comunicação, responsável por conectar pessoas em distintas localidades³⁶⁹. Não é difícil perceber a

³⁶³ Segundo Fernández (2005, p.33) sete cartas de Plínio a Trajano podem ser datadas com segurança: 17a (8 de Setembro), 25 (24 de Novembro), 35 (3 de Janeiro), 52 (28 de Janeiro), 88 (18 de Setembro), 100 (3 de Janeiro), 102 (28 de Janeiro), o que não nos deixa dúvidas sobre uma sequência cronológica.

³⁶⁴ FERNÁNDEZ, *op. cit*, p. 33.

³⁶⁵ TRAPP, 2003.

³⁶⁶ ALTMAN, 1982, p. 87-88.

³⁶⁷ Existe um debate bem fundamentado sobre as diferenças entre cartas e epístolas. Segundo Caroline da Silva Soares, em referência ao trabalho de Adolf Deissmann(2013, p. 200) a carta apresenta um caráter mais pessoal e leviano, se referindo constantemente a um problema ou situação particular. Já a epístola tem características mais literárias, conta com revisões editoriais ou autorais, que estavam direcionadas atingir um público mais amplo que aquele pré-estabelecido –destinatário/remetente.

³⁶⁸ ALTMAN, *op. cit*, p. 15.

³⁶⁹ Segundo Ana Teresa Marques Gonçalves e Fabrício Dias Gusmão Di Mesquita: “A epistolografia no mundo antigo era uma arte, uma técnica exercida pelo pequeno coeficiente de letrados, capazes de aplicar os elementos constituintes da retórica para transmitir mensagens e informações”. As cartas convertiam-se em suportes fundamentais para a circulação de notícias em sociedades com uma mídia mais restrita que a desenvolvida pelo mundo atual. Sem meios de comunicação que chegassem a grandes grupos sociais,

importância da atividade epistográfica em um Império tão extenso como o romano. Cartas eram trocadas a todo instante por membros de comunidades provinciais e italianas, magistrados, funcionários imperiais e até mesmo com o próprio imperador – como pode ser visto com clareza no livro X das *Cartas* de Plínio, o Jovem³⁷⁰. Nesse sentido, fica ainda mais evidente o papel da epistolografia como uma ferramenta social, de grande utilidade administrativa, responsável por conectar os pontos periféricos do Império Romano entre si e (ou) com o centro político, a cidade de Roma.

É unânime entre os estudiosos modernos que diferenciar as peculiaridades estilísticas entre uma carta e outros gêneros literários é um trabalho bastante complexo. Isso porque o gênero epistolar apresenta uma grande variedade de formas, métricas e temas, sendo difundido pelos mais diversos grupos sociais³⁷¹. No entanto, observamos certa padronização estrutural no gênero, que abrange quase todos os exemplos que tivemos acesso. A carta normalmente se inicia com o *praescriptum*, que engloba o nome do remetente (*superscriptio*), nome do destinatário (*adscriptio*) e uma saudação (*salutatio*) que poderia ser seguida – ou não – por desejos de boa fortuna ou saúde (*formula ualetudinis*). Daí vem normalmente a apresentação e o desenvolvimento dos temas pertinentes seguidos por saudações finais³⁷². No caso específico de Plínio, normalmente a após o *praescriptum* o autor já se lança ao objetivo principal da carta. A *salutatio* e ou a *formula ualetudinis*, muitas vezes em forma de pedidos ou agradecimentos, são incorporadas às saudações finais, que na maior parte das vezes são bastante breves, se restringindo a um simples adeus (*uale*).

As cartas, de Plínio, o Jovem se enquadram em um grupo de características mais ou menos específico – ainda que não completamente homogêneo – que remete a uma atividade tipicamente aristocrática e funcionava como demarcador social, já que retratava em suas entrelinhas as relações de *amicitia* e patronato estabelecidas entre o destinatário e o remetente. Esse tipo correspondência foi muito comum entre

as missivas tornavam-se *locus* primordial de informações e ideias entre particulares e destes com pequenos grupos aos quais as cartas eram remetidas.” (GONÇALVES & DI MESQUITA, 2009, p. 31).

³⁷⁰ Para entender melhor a discussão sobre o funcionamento das linhas de correspondência na conectividade do Império sob o Principado de Trajano. Cf: MILLAR, 1998, pp. 363-89.

³⁷¹ EBBELER, 2010, p. 465.

³⁷² SOARES, 2013, pp. 203-204

aristocracia romana. Escritas em prosa ou em verso, essas epístolas tinham uma função ética e pedagógica aliadas à aplicabilidade social.

Nesse sentido, o emprego de uma grande diversidade de *exempla* se tornam essenciais para o desenvolvimento dos objetivos de Plínio, o Jovem em sua obra. Quanto as suas próprias influências, Plínio assume, em uma carta direcionada a Tício Arístião, que segue diversos exemplos proeminentes de homens romanos que além de “obras sérias” (*versiculos severos*), também se deleitaram, seja na composição ou na apreciação das obras de gênero baixo:

Como temer – não nomearei nenhum homem vivo, para que não incida em nenhuma espécie de adulação -, mas como eu vou temer que não seja adequando o bastante a mim, aquilo que era adequado a Marco Túlio (Cícero), Caio Calvo, Asínio Polião, Marco Mesala, Quinto Hortênsio, Marco Bruto, Lúcio Sila, Quinto Catulo, Quinto Escévola, Sérvio Sulpício, Varrão, Torquato, ou melhor os Torquatos, Caio Mêmio, Lentúlo Gentúlico, Aneu Sêneca, e recentemente Virgínio Rufo? E, se não forem suficientes os exemplos privados, posso citar o Divino Júlio, o Divino Augusto, o Divino Nerva e Tibério César³⁷³.

Parece-nos correto afirmar que apesar de ter uma vasta gama de influências, a principal emulação feita por Plínio, o Jovem ao publicar suas cartas é a obra epistolar ciceroniana. Esse grande *corpus* epistolar e a própria figura de Cícero influenciaram grandemente a obra e a vida de Plínio³⁷⁴. Marcial, poeta que viveu na época de Plínio, o Jovem, vai, explicitamente, comparar Cícero com seu contemporâneo³⁷⁵. No entanto, o historiador inglês Adrian Sherwin-White³⁷⁶ destaca que as cartas de Plínio foram

³⁷³ Pli. Ep. V, 3, 5. *An ego verear — neminem viventium, ne quam in speciem adulationis incidam, nominabo -, sed ego verear ne me non satis deceat, quod decuit M. Tullium, C. Calvum, Asinium Pollionem, M. Messalam, Q. Hortensium, M. Brutum, L. Sullam, Q. Catulum, Q. Scaevolam, Servium Sulpicium, Varronem, Torquatum, immo Torquatos, C. Memmium, Lentulum Gaetulicum, Annaeum Senecam et proxime Verginium Rufum et, si non sufficiunt exempla privata, Divum Iulium, Divum Augustum, Divum Nervam, Tiberium Caesarem?*

³⁷⁴ PEREIRA, 2006, pp. 79-104. Ver algumas referências a Cícero: Ep. I, 2, 4; Ep. I, 5, 12; Ep. III, 2,1; Ep. IV, 8; Ep. IX, 2,2.

³⁷⁵ “Ele dedica os dias inteiros à exigente Minerva,/a preparar, para os ouvidos dos centúnviros,/o que as gerações vindouras vão poder /comparar até aos livros do Arpinate”. “*Totos dat tetricae dies Mineruae, dum centum studet auribus uirorum/hoc quod saecula posterique possint/Arpinis quoque comparare chartis*”. Mart. 10.20.14-27. Tradução (português) Paulo Sérgio Ferreira, 2004.

³⁷⁶ SHERWIN-WHITE, 1969, pp. 76-77.

diferentes daquelas de Cícero, justamente porque foram expostas a uma rigorosa edição do seu autor. Sherwin White vai destacar que com isso as *Cartas* perderam a espontaneidade característica do gênero, mas tornam evidente a intenção do autor em construir modelos de comportamento que visavam construir um discurso retórico politizado influente.

Outra discrepância da obra pliniana com a ciceroniana é afirmada pelo próprio Plínio. Segundo o literato do século II seu tempo é bastante diferente do de Cícero, onde havia um material muito mais abundante a ser debatido: “Ainda que nossa condição não seja a mesma de Cícero, cujo exemplo invoca, pois ele não tinha só um talento abundantíssimo, mas ao seu lado existia tanto uma variedade de outros magníficos gênios, como a disponibilidade de abundantes temas”³⁷⁷. Essa tópica parece ser recorrente da época, como também fora observada em Tácito, e baseia-se na diminuição do assunto tendo em vista a elevação do autor³⁷⁸. Plínio fundamenta sua afirmação no esvaziamento das esferas políticas durante o Principado, principalmente quando comparado à época da antiga República. Ao admitir isso, não faz uma crítica direta ao principado, e sim aos homens de seu tempo. Em nossa leitura, percebemos que Plínio, o Jovem foi alguém que aceitou a instituição do Principado como necessária, mas, como a maioria dos seus contemporâneos, demonstrou certa nostalgia quanto as grandes realizações do passado republicano.

A influência estoica também é muito sentida na construção dos padrões éticos e morais da obra pliniana. A imagem do rei-filósofo trabalhada no *Panegírico* pliniano - como veremos no próximo capítulo - é adequada à imagem de Trajano. Em nossa análise das *Cartas* percebemos que Plínio, ao contrário de Tácito, assumia-se conscientemente com um simpatizante – ainda que crítico - da filosofia estoica, algo que pode ser notado claramente pelo seu círculo mais próximo de amigos, em sua grande maioria vinculados ao estoicismo. Míriam Griffin³⁷⁹ vai destacar que a ideia de *sapientia*, como a busca incessante pela racionalidade e a sua prática através da

³⁷⁷ (Plin. *Ep.* IX, 2, 2). “*Neque enim eadem nostra condicio quae M. Tulli, ad cuius exemplum nos vocas. Illi enim et copiosissimum ingenium, et par ingenio qua varietas rerum qua magnitudo largissime suppetebat.*”

³⁷⁸ O objetivo disso já foi explicitado; captar a *benevolentia* do leitor/ouvinte.

³⁷⁹ GRIFFIN, 2007, pp. 451-481.

prudencia, da *constantia*, e da *iustitia*, tendo em vista a paz e a liberdade individual são preceitos estoicos que permeiam a correspondência de Plínio com o seu círculo de *amici*.

Entretanto, como Mirian Griffin também irá afirmar, a moralidade pliniana era mais atenta às fraquezas humanas e por isso mais branda do que aquela pregada pelos filósofos³⁸⁰. A moral estoica orientava uma vida sábia, livre das paixões que dominavam a razão. Ao estoico bastava a si mesmo, e sua paz interior³⁸¹. Plínio, não era tão radical. O epistológrafo prezava enormemente a fama e o status que sua posição social lhe concedia³⁸². Em suas cartas fica evidente que sua vaidade não permitiria que encarasse com indiferença qualquer tipo de desgraça política que lhe abatesse³⁸³. Além disso, como Anne-Marie Guillemin destaca o jovem Plínio sempre se confrontou com o seu desejo por imortalidade através de sua obra literária (e aquelas de seus próximos) ou mesmo de sua carreira política, escondida por detrás do desejo de *otium*³⁸⁴.

Julián Fernández³⁸⁵ sublinha que o estoicismo de Plínio, o Jovem se relaciona mais com o justo e o temperado, com o fazer bem ao próximo e agir com moderação do que propriamente com o desenvolvimento da racionalidade pela erudição. Isso pode ser observado na obra de Plínio em pelo menos dois exemplos claros. O primeiro é um caso em que defende o arrependimento de um liberto, apelando para a *benevolentia* de seu

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 465

³⁸¹ Em Consolação a Hélivia, IV, Sêneca vai afirmar que: “A natureza das coisas fez com que para se viver bem não houvesse necessidade de grande aparato; cada um pode fazer-se feliz. Pouca importância têm os bens exteriores, e por isso que em nenhuma direção têm grandes influências, nem os favoráveis elevam o sábio, nem os adversos o abatem. Pois ele sempre se esforçou para depositar principalmente em si, para buscar dentro de si toda alegria. *Id egit rerum natura ut ad bene uiuendum non magno apparatu opus esset: unusquisque facere se beatum potest. Leue momentum in aduenticiis rebus est et quod in neutram partem magnas uires habeat: nec secunda sapientem euehunt nec aduersa demittunt; laborauit enim semper ut in se plurimum poneret, ut a se omne gaudium peteret.* (Tradução Agostinho da Silva, 1973).

³⁸² Em Ep. V. 1, 13, Plínio vai afirmar que “ainda não era tão sábio para ficar indiferente quando acreditava honestamente no reconhecimento e nas recompensas concedidas”. *Neque enim sum tam sapiens ut nihil mea intersit, an iis quae honeste fecisse me credo, testificatio quaedam et quasi praemium accedat.*

³⁸³ No pensamento estoico, o exílio, a morte política e o declínio do prestígio eram encarados com desdém, sendo parte do destino inexorável. Isso também ocorria com a morte natural, pois a verdadeira morte estoica consistia na irracionalidade (BRUN, 1986, p. 88). Plínio, ao que parece, não tem uma visão muito positiva do suicídio, salvo sob a perspectiva de doenças graves e degenerativas, analisadas de modo extremamente racional. Cf: Carta sobre a Morte de Cornélio Rufo. Pli. *Ep.* 1.12.13.

³⁸⁴ GUILLEMIN, 1929, p.13.

³⁸⁵ FERNÁNDEZ, 2005, p. 13.

senhor, Sabiniano, destinatário da carta X. 21³⁸⁶. O segundo caso é quando Plínio, o Jovem lamenta com tristeza ao seu amigo Plínio Paterno a morte de alguns dos seus escravos³⁸⁷. Dessa maneira, valores como a *moderatio*, a *constantia*, a *benevolentia*, a *fides* e a *comitas* são muito significativos. Todas essas virtudes são usadas por Plínio para retratar um comportamento que acha adequado a um homem, mais precisamente a um aristocrata romano.

Como vimos, Plínio é influenciado por diversos *exempla* construídos a partir de sua leitura do passado. Apesar de esses modelos contribuírem para a formação moral do presente através das analogias úteis que eram emuladas, podemos perceber em Plínio³⁸⁸ que o melhor *exemplum* é definido através da observação e interação pessoal e direta. As formas de aprendizagem dos jovens aristocratas para suas carreiras militares e políticas - o *contubernium* e o *tirocinium fori* – demonstram claramente a grande importância de observar e imitar os modelos contemporâneos. Nesse sentido, Ronald Syme também vai destacar que a influência de seus mestres, Quintiliano, Musônio Rufo, Artemidoro e Eufrates, pode ser percebida na forma como Plínio, o Jovem entendia a moralidade e as virtudes necessárias ao homem romano.

³⁸⁶ “O seu liberto, com o qual disse que estava zangado, veio a mim, prostando-se aos meus pés, agarrando-os como se fossem os seus. Chorou e suplicou muito, e também por muito tempo nada falou, em resumo, me fez acreditar que seu arrependimento era verdadeiro: creio que a sentiu a correção de sua transgressão. Sei que está irascível, e está com a razão, o que também sei; mas nessa ocasiões, em que a ira é justíssima, a clemência merece um elogio especial. Amastes esse homem e, espero, ainda o amarás: nesse meio tempo deixe-lhe dedicar suas súplicas”. (Plin. *Ep.* IX, 21, 1-3). “*Libertus tuus, cui suscensere te dixeras, venit ad me advolutusque pedibus meis tamquam tuis haesit. Flevit multum, multum rogavit, multum etiam tacuit, in summa fecit mihi fidem paenitentiae verae: credo emendatum quia deliquisse se sentit. Irasceris, scio, et irasceris merito, id quoque scio; sed tunc praecipua mansuetudinis laus, cum irae causa iustissima est. Amasti hominem et, spero, amabis: interim sufficit ut exorari te sinas*”.

³⁸⁷ “As doenças dos meus [escravos], inclusive alguns jovens, me desgastam. Duas coisas me consolam, embora não o suficiente para conter a dor, ainda são consolações: uma é a minha disposição em manumiti-los – percebo que nem todos perderei prematuramente, se como homens livres perdê-los – a outra, é que permito aos meus escravos que façam seus testamentos, tal como se fossem protegidos pela lei. Confiam e rogam tal como querem; pareço sob suas ordens. [Mas] Dividem seus bens, sempre dentro de casa; pois os escravos estão para a sua casa, tal como os cidadãos para a *res publica*”. (Plin. *Ep.* VIII, 16, 1-3). *Confecerunt me infirmitates meorum, mortes etiam, et quidem iuvenum. Solacia duo nequaquam paria tanto dolori, solacia tamen: unum facilitas manumittendi — videor enim non omnino immaturos perdidisse, quos iam liberos perdidit -, alterum quod permitto servis quoque quasi testamenta facere, eaque ut legitima custodio. Mandant rogantque quod visum; pareo ut iussus. Dividunt donant relinquunt, dumtaxat intra domum; nam servis res publica quaedam et quasi civitas domus est.*

³⁸⁸ Isso pode ser observado em Plínio (Cf: *Ep.* 8.14.4-5, *Ep.* 8.23.3) quando o epistológrafo se queixa que os jovens de sua época abandonaram a prática de levar os mais velhos como os modelos.

No entanto, dentre as influências que lhe são contemporâneas, Marcial e Estácio são, para a maioria dos estudiosos modernos, as mais importantes. Quanto a Marcial, Guillemin o chama, com razão, o "verdadeiro mestre" de Plínio³⁸⁹. Já Sherwin-White afirma que sua influência vai além do estilo e da linguagem, e se estende nas temáticas tratadas e na abordagem utilizada para isso³⁹⁰. Marcial foi um cliente de Plínio, Estácio, apesar de nunca ser mencionado por Plínio nas *Cartas*, tem sua influência detectada na descrição que Plínio faz da *Uilla Romana*. Sherwin-White vai atribuir a ausência de referências a Estácio, ao fato desse autor não ter sobrevivido para justificar os favores que recebeu de Domiciano, saindo de moda durante o principado de Trajano.

Plínio também citou o seu tio Plínio, o Velho com bastante admiração, principalmente por sua erudição³⁹¹. No entanto, quanto aos modelos de conduta, Vestrício Espurina e Vergínio Rufo se mostram os mais emblemáticos. Para P. Cova³⁹² a correspondência pliniana sinaliza explicitamente a *tranquillitas* de Vergínio Rufo³⁹³ e o *otium* de Vestrício Espurina³⁹⁴ como os melhores modelos para a própria vida do autor do que *uigilia et studia* infindáveis de Plínio o Velho.

Na sociedade romana era bastante comum que os jovens tivessem um pai como mestre, e na ausência do progenitor, esse espaço vazio seria ocupado por algum membro ilustre de sua família, de idade mais avançada. O sentido da paternidade nesse caso era a substituição social, a preparação de outro membro que perpetuasse o funcionamento da sociedade³⁹⁵. Neil Bernstein, em artigo publicado em 2009, vai destacar que no

³⁸⁹ GUILLEMIN, 1929, p. 147.

³⁹⁰ Em carta a Cornélio Prisco (Ep. III, 21), Plínio vai lamentar a morte de Marcial, e citá-lo como um dos poetas mais brilhantes de seu tempo.

³⁹¹ Em *Ep.* III, 5, 8, Plínio, o Jovem afirmar que o tio “era de gênio penetrante, incrível dedicação aos estudos e grande vigilância”. *Sed erat acre ingenium, incredibile studium, summa vigilantia*. Em sequência, vai afirmar: “dessa forma, só posso rir quando me chamam de estudioso, pois se me comparo com ele sou extremamente preguiçoso”.

³⁹² COVA, 2001.

³⁹³ Plin. *Ep.* IX, 19.

³⁹⁴ Plin. *Ep.* III, 1.

³⁹⁵ “Desde os tempos imemoriais estava estabelecido o costume de que aprendêssemos com os nossos anciões não só escutando, mas também observando experiências que nós mesmos devíamos praticar e em determinado momento transmitir aos nossos jovens (...)” *Erat autem antiquitus institutum, ut a maioribus natu non auribus modo verum etiam oculis disceremus, quae facienda mox ipsi ac per vices quasdam tradenda minoribus haberemus*. “Todos tinham um pai como mestre, aos que não tinham pais, o parente mais velho e mais ilustre exercia o esse papel. Dessa maneira conheciam o poder; de que maneira era aplicada a lei, qual a força dos magistrados, os limites da liberdade, sob qual momento ceder e sob qual

epistolário pliniano, os papéis paternos de instrutor, educador, e figura exemplar têm precedência sobre os papéis de progenitor ou pai adotivo. Isso parece coerente com a experiência pessoal de Plínio, que perdera o pai muito cedo, e não conseguira ter filhos. Nesse sentido, Plínio assume um papel social - de *praeceptor* - como modelo de comportamento (*exemplum*) nas *Cartas*³⁹⁶.

Segundo Bernstein³⁹⁷, as cartas direcionadas à educação de jovens romanos são importantes no fortalecimento dessa ideia. Para esse autor, Plínio procura com as lições morais presentes nas suas cartas servir como *exemplum* às novas gerações. Para isso ele não procura se basear em nenhuma maneira tradicional de *praeceptio*, mas fundamentar sua autoridade nos exemplos fornecidos pela sua própria vida pública e privada na instrução de jovens, de uma maneira parecida de um pai que se apresenta à emulação por seus filhos³⁹⁸.

Plínio constrói um referencial paternal em si mesmo. Dessa maneira procura agir como uma referência a todos aqueles que necessitem de um preceptor. O epistolário

resistir, qual hora era para se ficar em silêncio, qual era o momento de falar, a distinção entre contradizer e sentenciar, como elevar um grande feito, em resumo, aprendiam todos os costumes senatoriais instruídos pelos exemplos – a mais confiável das fontes”. *Suus cuique parens pro magistro, aut cui parens non erat maximus quisque et vetustissimus pro parente. Quae potestas referentibus, quod censentibus ius, quae vis magistratibus, quae ceteris libertas, ubi cedendum ubi resistendum, quod silentii tempus, quis dicendi modus, quae distinctio pugnantium sententiarum, quae exsecutio prioribus aliquid addentium, omnem denique senatorium morem — quod fidissimum percipiendi genus — exemplis docebantur.* Plin. *Ep.* VIII, 14, 4-6.

³⁹⁶ Essa ideia é clara, por exemplo, na satisfação de Plínio, o Jovem com o comportamento de Júnio Avito: onde Plínio o elogia não só pela sua sábia escolha do mentor, mas também por sua escolha em imitá-lo numa época em que os homens jovens caracteristicamente evitavam se guiar através do exemplo dos mais velhos. “[Júnio Avito] tinha assumido o *latus clavus* em minha casa. Meu voto o havia ajudado quando foi concorrer a honras públicas; por isso, tanto me admirava, como o formador do seu caráter e também me imitava, como seu mestre. Isso é raro em nossos jovens. Quantos escolhem por seguir outra pessoa, pela maior idade ou autoridade, como se fossem menores? Compreendem e sabem tudo de imediato, não respeitam nem imitam a ninguém, e são seus próprios exemplos. Mas não Avito, cuja prudência e a erudição se distinguiam, por sempre considerar os outros mais prudentes e sempre desejar aprender”. Plin. *Ep.* VIII, 23, 2-3. *Latum clavum in domo mea induerat, suffragio meo adiutus in petendis honoribus fuerat; ad hoc ita me diligebat, ita verebatur, ut me formatore morum, me quasi magistro uteretur. Rarum hoc in adolescentibus nostris. Nam quotus quisque vel aetati alterius vel auctoritati ut minor cedit? Statim sapiunt, statim sciunt omnia, neminem verentur, neminem imitantur, atque ipsi sibi exempla sunt. Sed non Avitus, cuius haec praecipua prudentia, quod alios prudentiores arbitrabatur, haec praecipua eruditio quod discere volebat.* Quanto a isso Willian Fitzgerald (2007, p. 191) vai afirmar que a principal motivação de Plínio ao escrever as *Cartas* é a sobrevivência de sua honra e glória para a posteridade.

³⁹⁷ BERNSTEIN (2008, p. 204-205).

³⁹⁸ Isso fica evidente na carta 8.13, onde Plínio indica que seus discursos publicados (*libelli*) são usados por pelo menos um pai para instruir seu filho.

pliniano, nesse sentido, não deve ser compreendido apenas como um simples exercício de eloquência, ou como uma obra de ficção. As *Cartas*, de Plínio são fontes de informações preciosas para entendermos aspectos concretos da vida política, jurídica e social do Império Romano no final do século I e início do século II. Plínio traça um perfil político e social de como ele enxergava as relações entre a aristocracia senatorial. Além disso, o livro X das *Cartas* é um exemplo prático de como se constituía a relação dessa elite com o *princeps* quanto à administração do Império.

A correspondência de Plínio com Trajano eleva não só a imagem pliniana, aproximando-o do centro do poder, mas também a de Trajano, já que expõe o governante como uma antítese de Domiciano, alguém que mantinha relações cordiais e isonômicas com os membros da aristocracia senatorial³⁹⁹. Essa postura é a base daquilo que Plínio usa para qualificar o imperador Trajano como um *optimus princeps*. Isso fica mais evidente na escrita do *Panegírico*, obra que passaremos a discutir nas linhas que se seguem.

2.2.2. O imperador como modelo: Plínio, o Jovem e o *Panegírico a Trajano*.

Em 1 de Outubro do ano 100, Plínio, o Jovem, em agradecimento a sua nomeação como cônsul, realizou no Senado um elogio ao imperador Trajano que seria publicado posteriormente e eternizado como *Panegírico a Trajano*⁴⁰⁰. O discurso de Plínio durou três dias⁴⁰¹, entretanto, mesmo diante de tamanha extensão, a capacidade oratória de Plínio pareceu agradar tanto ao imperador quanto a boa parte dos senadores presentes⁴⁰².

³⁹⁹ Para Carlos Noreña estas cartas criam *personae* epistolares tanto para Plínio e Trajano. Essas *personae* são bastante eficazes em estabelecer uma imagem positiva de ambos: Cf. NOREÑA, 2007, pp. 239-277.

⁴⁰⁰ De acordo com Betty Radice Plínio, o Jovem não chamou sua obra de Panegyricus. Radice afirma que provavelmente o primeiro que utilizou esse termo foi Sidônio Apolinário, epistológrafo do século V d.C. Ao falar sobre a repercussão do discurso pliniano, Radice (1968, p. 167) afirma que não existem menções ao panegírico pliniano antes da sua publicação, em 389 d.C, na coleção *XII Panegyrici Latini*.

⁴⁰¹ “Estava de acordo com as tradições dos antigos e do consulado, dentre as quais todo Senado deveria se reunir por três dias, e nesse meio tempo ninguém, exceto o cônsul, conduziria os processos”. (Plin. *Pan.* 76, 1). “*Iam quam antiquum, quam consulare, quod triduum totum senatus sub exemplo tui sedit, quum interea nihil praeter consulem ageres.*”

⁴⁰² Em carta a Víbio Severo Plínio diz: “(...) uma terrível tempestade pairava sob nossas cabeças, [mesmo assim] assistiam [meu discurso] continuamente por dois dias e ainda que, por minha modéstia, estivesse determinado a finalizar a recitação, exigiram a adição de um terceiro”. (Plin. *Ep.* III, 18, 4). “(...)

Panegírico era uma *actio gratiarum*⁴⁰³, um discurso epidídico de agradecimento onde o principal objetivo era o louvor, a *laudatio*. Os discursos laudatórios eram muito comuns na sociedade romana. Um dos primeiros gêneros da literatura latina foi a *laudatio funebris*. Plutarco de Queroneia afirma que no século V a.C. o senador Públio Valério Publícola, já havia escrito um discurso laudatório em homenagem a Lúcio Bruto por ter libertado Roma da tirania dos Tarquínios⁴⁰⁴. Cícero afirma que já no final da antiga República os cônsules tinham o costume de realizar um discurso de agradecimento à assembleia popular pela sua eleição⁴⁰⁵. Já Dionísio de Halicarnasso afirmou que as *laudationes* romanas antecederam as obras gregas de mesmo nível, como o *epitaphios logos*⁴⁰⁶. O discurso laudatório foi responsável por influenciar diretamente as obras históricas e biográficas romanas.

No caso das *laudationes funebris*, o orador era o filho do falecido, ou outro parente adequado. Poderia também ser um magistrado servindo dentro da família⁴⁰⁷. Durante o período imperial, o imperador era elogiado pelo seu sucessor, de acordo com um *senatus consultum*⁴⁰⁸. Isso, entretanto, foi negado àqueles imperadores que tiveram *damnatio memoriae*, como Caio Calígula, Nero e Domiciano. O discurso era composto de duas partes: louvor de realizações do indivíduo, seguido pelo louvor de seus antepassados. Algumas fontes, como Cícero e Quintiliano ressaltam a natureza simples e sem adornos do discurso. O elogio, nesse sentido, estava em contato tanto com a utilidade política prática retórica quanto com tendência mais ampla, utilizada pelo *Panegírico* para embelezar e adornar. Plínio, em *Ep.* III, 18, 1-3, afirma que:

O cargo consular impôs a mim, em nome do Estado, que rendesse graças ao *princeps*. Eu fiz isso, diante do Senado, de

foedissimis insuper tempestatibus per biduum convenerunt, cumque modestia mea finem recitationi facere voluisset, ut adicerem tertium diem exegerunt".

⁴⁰³ Plínio se refere ao seu discurso utilizando-se da nomenclatura *gratiarum actio* (*Pan.* 6; 90. 3).

⁴⁰⁴ PLUTARCH, *Parallel Lives*, trad. John Dryden. (*Plut. Pub.* 9.7.102). Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Plutarch/Lives/Publicola*.html.

⁴⁰⁵ Cic. *De Leg. Agr.* 2. 1-7.

⁴⁰⁶ O *epitaphios logos* (ἐπιτάφιος λόγος) era um discurso funerário, público e formal. O objetivo desse discurso era a rememoração dos feitos do morto, através de sua monumentalização. O *epitaphios logos* de Péricles, narrado por Tucídides é o exemplo mais antigo de que temos notícia do gênero. HORNBLLOWER & SPAWFORTH, Antony, 1996.

⁴⁰⁷ Polyb.6.53.2. Tradução (inglês) W.R. Patton, 1979.

⁴⁰⁸ ROCHE, 2011, p. 2.

acordo com a razão, o lugar e o momento exigido pelas antigas tradições. Pensei que para um bom cidadão era convenientíssimo tratar disso com mais grandeza e esmero, em um volume mais amplo. Nessa obra, primeiramente gostaria de realizar um elogio ao nosso imperador, confiando-nos a sua proteção, depois informar aos futuros *principes* qual caminho seguir para que sejam capazes de alcançar a mesma glória, não o considerando um mestre, mas um exemplo. Pois prescrever como deveria se portar um *princeps* é [um propósito] belo, porém difícil e quase arrogante; mas elogiar honestamente um ótimo *princeps* e por ele mostrar à posteridade sob qual luz seguir e aonde se espelhar, tem a mesma utilidade sem a arrogância⁴⁰⁹.

Como podemos perceber Plínio, o Jovem destaca que a sua posição de cônsul o obrigou a agradecer ao Imperador em nome do Estado. O louvor ao *princeps* nesta ocasião é uma prova de que Plínio estava envolvido em uma tradição política e retórica contemporânea. Isso porque o panegírico pliniano, com certeza, não foi o único e nem o primeiro discurso consular de agradecimento ao *princeps*⁴¹⁰. Paul Roche também destaca que a realização de um discurso de agradecimento ao imperador era uma prática comum aos cônsules que ascendiam ao poder desde o final do governo de Augusto⁴¹¹. A *laudatio* ao *princeps*, nesse sentido, assumia grande peso simbólico na manutenção do regime imperial. Ela representava o agradecimento dos cônsules aos deuses e ao *princeps* por conceder-lhes tal honraria. Ao mesmo tempo simbolizava a manutenção do pacto entre o Senado e a Casa do Imperador.

Plínio também destaca os dois objetivos principais do seu panegírico. O primeiro deles é “demonstrar as virtudes de nosso príncipe com um elogio sincero”. A razão da

⁴⁰⁹ Plin. *Ep.* III, 18, 1-4. *Officium consulatus iniunxit mihi, ut rei publicae nomine principi gratias agerem. Quod ego in senatu cum ad rationem et loci et temporis ex more fecissem, bono civi convenientissimum credidi eadem illa spatiosius et uberius volumine amplecti, primum ut imperatori nostro virtutes suae veris laudibus commendarentur, deinde ut futuri principes non quasi a magistro sed tamen sub exemplo praemonerentur, qua potissimum via possent ad eandem gloriam niti. Nam praecipere qualis esse debeat princeps, pulchrum quidem sed onerosum ac prope superbum est; laudare vero optimum principem ac per hoc posteris velut e specula lumen quod sequantur ostendere, idem utilitatis habet arrogantiae nihil.*

⁴¹⁰ Cf. Discurso de Vergínio Rufo: (Plin. *Ep.* II, 1, 5).

⁴¹¹ RADICE, 1968, p. 167.

preocupação de Plínio em caracterizar sua *laus*⁴¹² como sincera (*veris laudibus commendarentur*) é óbvia: evitar ser qualificado como um bajulador. Plínio, o Jovem destaca que por muito tempo, durante o principado de Domiciano, o louvor era odioso, pois era falso e, portanto vil ao Estado, sendo convertido em *adulatio*. A *adulatio* designava uma característica servil, já que era um comportamento próprio de escravos, que visavam ludibriar seus senhores. Se isso fosse aplicado ao elogio público, esse perderia o seu verdadeiro sentido – de formar modelos de comportamento - e seria desqualificado como uma simples *adulatio*. Plínio tenta se afastar o máximo possível dessa possibilidade ao afirmar que o seu louvor a Trajano era “escrito com a maior liberdade” e “com o maior prazer”⁴¹³.

O segundo objetivo assinalado por Plínio é, como citamos há pouco, “mostrar aos futuros príncipes qual caminho deviam seguir para alcançar a mesma glória, não o considerando como um mestre, mas como um exemplo”. A preocupação moral modela as intenções da obra e o *exemplum* – nesse caso, Trajano – assume um papel preponderante na qualificação dos valores e ações do bom governante. Dessa maneira, Plínio, o Jovem garantiria a posteridade de seus escritos e das ações de Trajano – que seria um modelo de comparação para governantes posteriores - algo desejável para ambos⁴¹⁴.

Diante do *Panegírico*, Plínio mostra claramente sua adesão ao governo de Trajano, admitindo-o como o melhor *princeps*. Nesse ponto ele abandona o *tópos* que assimilava Principado e a República como uma relação conflituosa e apela para aquele,

⁴¹² De acordo com o *Oxford Latin Dictionary*, *laus* apresenta o sentido de louvor. No entanto não é uma simples adulação, mas exige certo decoro, merecimento e uma apreciação por parte do público ouvinte/leitor: Cf. HORNBLLOWER, SPAWFORTH, 1996, p. 1011.

⁴¹³ Plin. *Ep.* III, 18, 6.

⁴¹⁴ Faversoni destaca essa relação entre imortalizar alguém na obra e ao mesmo tempo imortalizar-se pela obra, relação que só seria possível se fossem virtuosos o objeto do elogio, aquele que elogia e a obra que consagra o elogio – combinação rara. Diz Faversoni (FAVERSANI, 2013, p. 29), citando uma das cartas de Plínio: “O historiador imortaliza pela escrita e se faz notável por fazer notar; faz-se elevado, porque eleva aquilo que deve ser elevado; mostra-se justo ao fazer justiça”. É exatamente isto que nos diz Plínio, o Jovem em carta a Titinius Capito: “Persuades-me a escrever uma história e não me persuades sozinho. (...) Parece-me particularmente belo que alguém não deixe morrer os que merecem a eternidade e que, com a fama dos outros, aumente a sua”. (Plin. *Ep.*5.8.1). *Suades ut historiam scribam, et suades non solus: multi hoc me saepe monuerunt et ego volo, non quia commode facturum esse confidam — id enim temere credas nisi expertus -, sed quia mihi pulchrum in primis videtur non pati occidere, quibus aeternitas debeatur, aliorumque famam cum sua extendere.*

no qual o Principado seria um regime ideal, caso predominasse uma espécie de concórdia, entre imperador e os senadores. Se nas *Cartas* Plínio estabelece a si mesmo como um referencial de comportamento aristocrático, no *Panegírico*, Trajano se firma como um *exemplum* de governante.

Dessa forma, o discurso epidítico tanto constrói sua própria resposta às circunstâncias imediatas quanto sinaliza suas próprias relações com seus precursores, percebidas ou declaradas. A *actio gratiarum* de Plínio se apresenta além de um simples discurso de elogio ou bajulação. A obra pliniana deve ser encarada como um manifesto às principais indagações da aristocracia senatorial da época⁴¹⁵. Além disso, o *Panegírico* deve ser visto junto com as cartas como parte de plano “político-pedagógico”, ao direcionar o imperador Trajano a ações louváveis e projetar um modelo de comportamento para aristocracia e *principes* posteriores. Nesse sentido, a publicação de obras literárias assumia um papel político importante, pois elas traçavam direcionamentos políticos e éticos, agindo como uma ferramenta útil à resistência da *libertas* da aristocracia senatorial perante o *princeps*.

As influências para Plínio, o Jovem escrever um discurso laudatório remetem a Isócrates, orador e retórico ateniense do século V a.C, passando por Políbio, historiador grego do século I a.C e finalmente tendo no *Pro Marcello*, de Cícero sua principal inspiração. O *Panegírico* foi assim o herdeiro de uma série de contextos políticos, retóricos e literários culturais importantes que tinham sido desenvolvidos nos modos e circunstâncias específicas, tanto em Grécia quanto em Roma por mais de quinhentos anos antes de seu próprio tempo e contexto até chegar a uma nova contribuição com o *Panegírico*, de Plínio. Se Plínio, o Jovem foi, por um lado, tributário desta tradição, por outro lado foi extremamente inovador ao revisar, ampliar e publicar esse tipo de discurso. A proposta que segue ao terceiro capítulo é pautada em uma análise mais profunda dessa obra, juntamente com as obras de Tácito. Essas obras juntas a uma ideologia imperial difundida por diferentes meios foram responsáveis por fundamentar características importantes para a criação da imagem de *Traianus Optimus Princeps*.

⁴¹⁵ SOUZA, 2013 , p. 24.

2.3. Conclusão do Capítulo.

As obras de Tácito e Plínio, o Jovem são marcadas por singularidades de gênero e por particularidades específicas da personalidade e atuação política e literária de seus autores. Entretanto ambos, cada um à sua própria maneira, procuraram alcançar objetivos semelhantes. Esses objetivos por vezes eram políticos, como a crítica ao governo de Domiciano, seguida pelo louvor a Nerva e Trajano. Outras vezes, porém eram bastante particulares, como a busca por prestígio social através da literatura e a defesa pessoal em razão da submissão à tirania do último dos imperadores Flávios. Em ambos objetivos, a construção das narrativas plinianas e taciteanas é permeada de *exempla*, conectados à ideia de memória⁴¹⁶ e imortalidade literária⁴¹⁷ e usados com os mais diversos propósitos.

A autoridade superior do *princeps* exigiu que aristocracia senatorial buscasse formas alternativas de intervenção política no Império. A literatura foi uma dessas formas. Até aqui, pudemos entender que a literatura, independentemente do gênero no qual se expõe, podia ser compreendida como uma das principais maneiras de controlar a memória na antiguidade romana dos séculos I e II. Nesse sentido, concluímos que a aristocracia senatorial - compreendida como um grupo não homogêneo – buscava estabelecer padrões de virtude através do comportamento político e social retratado pelas diversas *personae* das obras literárias, que eram, por sua vez, responsáveis por direcionar as noções de honra e virtude, conceitos fluídos e mutáveis a partir dos contextos nos quais se inseriam.

Em Tácito essa tendência moralizante da historiografia pode ser vista com clareza. Em *Ann.* 3.65.1, o autor afirma que:

⁴¹⁶ Para compreendermos o conceito de memória, tomamos como empréstimo as concepções de Norberto Luiz Guarinello. Segundo o autor: “Memória é uma palavra que veio do latim, preservando, em português, o dois sentidos fundamentais que possuía na origem. Memória, em primeiro lugar, é algo que não está em lugar algum, porque ocupa e preenche todos os lugares. É um substrato, repositório dos produtos de nosso passado que sobrevivem no presente, condição mesma do tempo presente. É a trama dos vestígios, oriundos de diferentes épocas e condições de produção, que constitui a espessura mesma daquilo que existe, como cristalização e permanência do que não morreu, daquilo que nos liga aos mortos na medida em que sobrevive no presente”. GUARINELLO, 1993, p.8.

⁴¹⁷ SAILOR, 2008, p. 18-34.

Resolvi que não deveria expor opiniões, senão as mais insignes por seu caráter louvável (ou por notável opróbrio), pois creio ser esse o principal benefício destes meus *Anais*: que as virtudes não sejam silenciadas e que, mediante os fatos e ditos viciosos aqui rememorados, causemos temor à posteridade e à própria infâmia⁴¹⁸.

Fica evidente nessa passagem que a Tácito não interessam todas as ações dos homens, mas somente aquelas dignas de serem recordadas por serem excepcionais, para o bem, ou para o mal. A postura do autor em *Ann.* 14.64.3, após narrar a morte de Otávia, é semelhante: “nunca deixarei ainda de referir qualquer outro *senatus consultum* que se fizer notável ou por alguma nova espécie de adulação, ou por algum exemplo de excessiva paciência⁴¹⁹”. Percebemos que “novas espécies de adulação” (*adulatione novum*) e “excessiva paciência” (*patientia postremum*) são os comportamentos que chamam a atenção de Tácito na construção de sua narrativa. O objetivo dessas duas extremidades é justamente oferecer exemplos, que possam aconselhar os romanos em comportamentos futuros.

Segundo Joly, este traço da narrativa taciteana “é devido a uma concepção pragmática de história, em que a representação de determinados episódios históricos visa estabelecer uma identidade cultural com seus leitores e propor regras de conduta no contexto do Principado”⁴²⁰. O aspecto exemplar perpassa o estilo de Tácito e a própria literatura latina. Segundo Sarah Lino Fernandes de Azevedo: “(...) além de serem modelos de conduta que forneciam orientação, os *exempla* serviam de base para avaliações de eventos do presente. Ou seja, ações perpetradas no passado e que se tornavam *exempla*, eram utilizadas para julgamentos de ações ocorridas no presente”⁴²¹.

A instituição dos *exempla* é uma característica marcante das obras de Tácito e Plínio. Esses modelos de comportamento serviam de base para avaliação de eventos no

⁴¹⁸ *Exequi sententias haud institui nisi insignis per honestum aut notabili dedecore, quod praecipuum munus annalium reor ne virtutes sileantur utque pravis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit.* *Ann.* 3.65.1. Tradução (português) Sarah Fernandes Lino de Azevedo, 2011.

⁴¹⁹ *neque tamen silebimus, si quod senatus consultum adulatione novum aut paenitentia postremum fuit.* Tradução: Flávia Florentino Varella.

⁴²⁰ JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão: Um Estudo de Cultura Política Romana*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 24.

⁴²¹ AZEVEDO, Sarah L.F. *Consilium muliebre ac deterius (Tac. Ann., XV, 54,4): As Personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto; Mariana, 2011, p. 37.

presente. Nesse sentido há certa monumentalização da literatura. Ou seja, a narrativa literária, tal como as estátuas, moedas, lápides funerárias e outros monumentos age para perpetuar imagens e representações de determinados indivíduos ou acontecimentos⁴²². Apesar disso, os *exempla* não podem ser vistos como recursos narrativos bem delimitados, já que eles dependem da qualificação dada pelo autor, tendo em vista a persuasão e o contentamento do público leitor/ouvinte, mas também da recepção desse leitor/ouvinte em diferentes contextos e temporalidades⁴²³.

Nesse sentido, a intenção de homens como Tácito e Plínio, o Jovem, ao escreverem obras moralizantes, repletas de *exempla* era, não só instruir os homens, mas afirmarem sua própria autoridade e de seus *amici* como homens exemplares. Dessa maneira estabeleciam-se lugares comuns de comportamento, de leitura subordinados a um determinado decoro, que por sua vez era diretamente influenciado pelas obras literárias mais proeminentes de cada época. O próprio Plínio admite orgulhosamente que usa de suas obras para maximizar os méritos de seus amigos, uma prática que ele afirma como um sinal de boa vontade e amizade⁴²⁴.

Assim, tanto Plínio como Tácito articulam os *exempla* do que foi feito com os daquilo que pode ser feito, ou seja, ao mesmo tempo em que reconhecem o passado como fonte de exemplaridade vêem no futuro a perspectiva de superação desses modelos de comportamento através de homens de excelência. Diante disso, o autor de um trabalho literário assume uma perspectiva emulativa aos atos que ele narra, mas também pode assumir o estatuto de um modelo para a imitação – é o que acontece com os condenados sob Domiciano e com Cremúcio Cordo sob Tibério, é também o estatuto

⁴²² SAILOR, Dylan. *Writing and empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 8-9.

⁴²³ Por exemplo, a *clementia* era um atributo importante aos romanos. A descrição da *clementia* de César durante e após as Guerras Civis é representada de forma virtuosa em algumas fontes, como Plutarco (Plu. *Caes.* 20), mas em Cícero (Cic. *Att.* VIII, 16, 2), por exemplo, é simplesmente uma forma de elevar sua posição junto a plebe e humilhar seus adversários, sendo *insidiosa*, ou astuciosa. Dessa maneira, Cícero e Plutarco utilizam de um mesmo atributo - a *clementia* - de forma diferente em um mesmo personagem - Júlio César - tendo em vista o papel desse personagem na argumentação.

⁴²⁴ Cf. Pli. *Ep.* 7.28. “Alguns me criticaram diante de ti, pois louvo meus amigos em todas as ocasiões, mesmo além da medida”. “(...) Mas mesmo que meus amigos não sejam como proclamo, fico feliz que assim me pareçam”. *Ais quosdam apud te reprehendisse, tamquam amicos meos ex omni occasione ultra modum laudem.* (...) *Ut enim non sint tales quales a me praedicantur, ego tamen beatus quod mihi videntur.*

que Tácito e Plínio, o Jovem pretendem alcançar - ou superar. Nesse sentido, publicação ou recitação de um relato sobre uma figura emblemática – como a de Catão, Bruto ou Trasea Peto - serve como um gesto de filiação moral e política a partir desses modelos. Um exemplo claro é que o *Diálogo dos Oradores* se inicia com a preocupação dos personagens por Materno ter recitado seu elogio público a Catão⁴²⁵.

A utilização de antepassados ou de homens ilustres do passado como forma de aproximar o caráter do autor/orador com o do retratado foi recorrente nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem. A emulação de figuras históricas emblemáticas foi também importante para ilustrar o caráter do personagem narrado. Tendo isso em consideração, partimos para a fase final desse trabalho. Entender como a *imago* de Augusto, primeiro imperador romano, descrito pela literatura do século I d.C como um paradigma do bom governante influenciou diretamente na composição da imagem de *Traianus Optimus Princeps* nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem e na contraposição dessa mesma imagem com aquela, que designava Domiciano como *Dominus et Deus*.

⁴²⁵ Tac. *Dia.* III.

Capítulo III: A idealização do bom governante nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem.

Chegamos à última etapa desse trabalho, conscientes que as obras de Plínio, o Jovem e Tácito podem ser entendidas de forma mais precisa quando são lidas como reflexo das perspectivas desses autores como membros do Senado romano. Esse Senado - apesar de apresentar características culturais similares, responsáveis por destacar um status elevado dentro da sociedade romana - não era um grupo político homogêneo, pelo contrário, possuía membros das mais diversas regiões do Império, com diferentes motivações políticas e ligações patronais. A diversidade presente na composição do Senado levou a um movimento ambivalente, que consistia em uma adaptação dessas pessoas às tradições culturais romanas, tendo em vista o reconhecimento social e político, aliado a um processo gradual de ressignificação - que, por vezes resultava no esvaziamento - dessas tradições em face das singularidades da nova aristocracia, que emergia das províncias⁴²⁶.

Diante desse contexto, a cidade de Roma se tornava um ponto convergência para diferentes correntes filosóficas, culturais e políticas. O século I d.C foi caracterizado como um período de consolidação de um processo de transformação, em que Roma deixava de ser simplesmente uma poderosa *pólis* localizada no centro da Península Itálica, para se tornar a capital de um Império de proporções globais⁴²⁷. Essa reorganização administrativa, política e social do Império Romano foi coincidente - e diretamente vinculada -, no entanto, a fundamentação de um novo regime político baseado na personificação do poder em um só indivíduo: o Principado.

Apesar desse novo contexto político a sociedade romana continuou fortemente conectada ao passado republicano. Esse passado, no entanto, durante o século I d.C foi constantemente reconstruído, tendo em vista as exigências do presente⁴²⁸. Assim, o vocabulário político, os *exempla* históricos e as referências literárias da antiga República foram vigorosamente absorvidos pelo novo regime, agregando, em larga

⁴²⁶ WINTERLING, 2009, p. 31.

⁴²⁷ GUARINELLO, 2012, p. 152.

⁴²⁸ CIZEK, 2003, pp. 28-9.

medida, as antigas tradições a uma nova memória, do Principado. Diante disso, os *exempla* se colocavam como representações do passado, mas agiam como modelos de comportamento, socialmente aceitos, desejáveis – ou indesejáveis –, diante da conjuntura vigente⁴²⁹. O período do governo de Trajano vai, de certa forma, marcar a consolidação dos novos parâmetros sociais e políticos que foram sendo construídos entre 31 a.C a 98 d.C⁴³⁰.

Diante desse paradigma, vamos notar diversos *exempla*, virtuosos e viciosos, constantemente equiparados nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem, tendo em vista uma maior capacidade de elucidação e a amplificação determinadas virtudes, essenciais ao comportamento do *princeps* ideal. As múltiplas *imagines* de *personas* políticas, construídas por esses autores, são em larga medida adaptadas ao contexto imperial, por isso vão ser evocadas sob a égide de personagens que viveram sob o Principado – mesmo que muitas vezes, sob a memória da República. A construção de imagens nas obras taciteanas e plinianas é marcada por diversas estratégias retóricas, que visam à persuasão e a evidenciação de partes do discurso. Nesse capítulo, vamos destacar especialmente dois desses mecanismos, distintos, mas complementares ao objetivo desses autores: a contraposição de duas ou mais imagens, que demonstrava sob qual comportamento o *princeps* ideal deveria se distanciar e a emulação, que situava o arquétipo de governança sob um *exempla* comum, salientando características desejáveis à sua personalidade.

3.1. *Aemulatio* e *Antithesis*.

Aristóteles vai se referir a contraposição de duas diferentes imagens como *antithesis*⁴³¹. Em *Ret.* III, 1410b o filósofo grego vai qualificar o termo, juntamente com a metáfora e a *enargeia*, como um elemento elucidativo, responsável por acionar

⁴²⁹ Tal como vimos no capítulo II desse trabalho, os *exempla* republicanos eram úteis, somente na medida em que podiam se adequar ao contexto do principado. K. Hopkins (1978: p. IX) vai afirmar que "toda a História é história contemporânea e reflete não só na parcialidade das fontes, mas nas preocupações e conceitos atuais, que devem ser levados em conta".

⁴³⁰ Sobre a relação entre a memória da República e do Principado e sua gradual dissociação: Cf. GOWING, 2005.

⁴³¹ *Antithesis* vem do grego *antithêmi* (*anti*=Contra/*thêmi*=eu coloco) ou seja, justamente contraposição de dois termos, objetos ou imagens. WATTS, 2000.

componentes do discurso, trazendo-os diante dos olhos. Antes disso, em *Ret.* III, 1410a, Aristóteles vai deixar claro que um enunciado é antitético quando forma um entimema em que “cada membro ou é oposto está disposto junto ao oposto, ou o mesmo está conectado com opostos⁴³²”. O filósofo ainda vai acrescentar que além da função elucidativa a antítese também é esteticamente recomendada, pois “os contrários são mais fáceis de reconhecer, e porque se afiguram semelhantes ao silogismo. Pois a refutação é a reunião dos opostos⁴³³”.

A contraposição de imagens ou ideias também está presente nos manuais de retórica latinos. Em Retórica Herênio *antithesis* aparece como a divergência entre duas leis – *duae leges inter se discrepant* - sendo que uma proíbe ou/e se opõe e a outra obriga ou/e apoia⁴³⁴. Já em Instituições Oratórias, Quintiliano vai se referir a *antithesis* como *contrapositum* ou *contendio*. De acordo com ele as antíteses são usadas de forma equilibrada e cadenciada principalmente em narrativas históricas⁴³⁵. Para o orador latino essa ferramenta retórica pode ser empregada em um discurso sob várias formas, como por exemplo, através do contraste de palavras isoladas, entre pares de palavras, ou entre imagens idealizadas – onde assume o sentido de *distinctionem*, distinção.

⁴³² Aris. *Rhet.* III, 1410a. (Tradução Manuel Alexandre Júnior, 2005). A antítese é constantemente responsável por formar um entimema, uma estrutura argumentativa ligada a retórica assim como o silogismo está ligado a dialética. Por exemplo, estabelecemos uma regra geral: (A) um bom *princeps* age com moderação. Na sequência inserimos mais dois pontos complementares: (B) Domiciano é cruel e constantemente se deixa dominar pela ira, (C) Trajano apresenta sempre um comportamento austero e moderado. A conclusão - (D) que Trajano é um bom *princeps*, Domiciano não - é subordinada pela comparação entre (B) e (C), tendo em vista a regra geral (A). A referência a esses *exempla* parecem circundar as obras de Tácito e Plínio, o Jovem. Esse modo de exposição não é, entretanto, tão direto quando aplicável às *imagines* dos *principes*. Nesse caso a *antithesis* assume um papel ambíguo nas obras de Tácito e Plínio. Isso porque, ao mesmo tempo em que esses autores utilizam-se da contraposição de *imagines* opostas para evidenciar uma conclusão através da dedução do ouvinte/leitor, eles obscurecem uma advertência ao imperador em exercício que, pelo contexto do principado, não poderia ser realizada de forma direta. Isso, porque, tendo em vista o exemplo acima, caso Trajano não se apresentar austero e moderado no exercício do poder, ele perderia sua qualificação de bom *princeps* e se juntaria a Domiciano, no grupo daqueles que governaram como tiranos. Ou seja, o tópico (C) - Trajano apresenta sempre um comportamento austero e moderado - é condicional para que a conclusão (D) - Trajano é um bom *princeps* - seja possível.

⁴³³ Aris. *Rhet.* III, 1410a. (Tradução Manuel Alexandre Júnior, 2005).

⁴³⁴ *Rhet. ad Her.* IV, 15, 21.

⁴³⁵ Quint. *Inst.* IX, 4, 18.

Quanto à emulação de uma *imago* ela assume o nome de *aemulatio*. Cícero vai expor em *Tusc. IV. 17*, que *aemulatio* tem um duplo sentido “louvor e depreciação⁴³⁶”, pois ao mesmo tempo em que o termo carrega consigo o sentido de imitação – e consequentemente a apologia implícita nesse ato – também é aplicado sob a forma de *invidia*⁴³⁷, pois indica uma posição desejada por um, mas ocupada por outro. Veléio Patérculo⁴³⁸, em uma rápida digressão vai ilustrar essa linha limítrofe - entre a inveja e a admiração – que circunda *aemulatio*. Para o autor tiberiano, no entanto, o principal sentimento que circunda a emulação é a *spes* - esperança - de ultrapassar àquelas figuras paradigmáticas, que consideramos grandes líderes.

Já Quintiliano, em um capítulo específico sobre *imitatio*, vai afirmar que “é uma regra universal da vida que devemos querer copiar o que nós aprovamos em outros⁴³⁹”. Entretanto o orador latino vai destacar também que “a imitação por si só não é suficiente⁴⁴⁰”, pois “nenhum desenvolvimento é possível para aqueles que se restringem à imitação⁴⁴¹”. Quintiliano vai continuar o texto explicando a diferença entre a imitação e a emulação: “o homem, cujo objetivo é provar a si mesmo que é melhor que outro, mesmo que ele não possa ultrapassá-lo, pode esperar igualá-lo. No entanto ele nunca poderá esperar ser igual, caso apenas a trilha seus passos: o mero seguidor sempre ficará para trás⁴⁴²”. Nesse sentido Quintiliano vai explicitar que a emulação é mais desejável – nesse caso específico ao orador – do que a imitação, pois o emulador tem a capacidade de melhorar o objeto emulado, enquanto o imitador poderá no máximo – o que seria improvável - igualá-lo.

Como pudemos perceber *aemulatio* tem o objetivo de ilustrar⁴⁴³ um *exempla* do passado como um parâmetro moral ou ético a ser superado por alguém do presente. O caráter de competição é intrínseco nessa relação. Além de tudo, objetivo dessa figuração

⁴³⁶ “*laude et in vitio*”. Cic.*Tusc. IV. 17*

⁴³⁷ Ciúmes, inveja. (GLARE, 1968, pp. 959-960)

⁴³⁸ *Vell. I, 17, 6.*

⁴³⁹ *Quin. Inst. X, 2, 2. Atque omnis vitae ratio sic constat, ut quae probamus in aliis facere ipsi velimus.*

⁴⁴⁰ *Quin. Inst. X, 2, 4. (...) imitatio per se ipsa non sufficit.*

⁴⁴¹ *Quin. Inst. X, 2, 8. nihil autem crescit sola imitatione.*

⁴⁴² *Quin. Inst. X, 2, 10. Eum vero nemo potest aequare cuius vestigiis sibi utique insistendum putat: necesse est enim semper sit posterior qui sequitur.*

⁴⁴³ De acordo com Victor Pineda: No contexto retórico, *illustrare* se refere a uma forma de ornar que contribui para a concessão de uma das virtudes oratórias, a *perspicuitas*. (PINEDA, 2010, p. 33).

– tal como a *antithesis* - também é descritivo: “colocar um caso diante dos olhos por meio de um paralelo”⁴⁴⁴. Segundo David Urban:

A maioria dos romanos eram outros romanos. Por tradição e educação, foram aculturados para se adaptar e adotar para si os comportamentos, atitudes e opiniões que aprovavam em outros. Como elemento central desta prática, os romanos usavam *exempla* - exemplos de atos ou atitudes particulares que identificaram como modelos para emulação, ilustrações ou emblemas simbólicos. A exemplaridade romana constituiu uma forma de modelagem cultural que une a tomada de decisão moral e prática sob a crença de que o comportamento individual deve refletir e emular a de outros membros da sociedade⁴⁴⁵.

A ideia de tradição - *tradio* - aqui é muito poderosa. A emulação no exemplo acima assume o papel conectivo entre lugares-comuns e mecanismos compositivos específicos; No entanto diferentemente da *imitatio*, a emulação era uma reprodução competitiva, não estando limitada a simples imitação. A *aemulatio*, no caso estava conectada a capacidade de superar a *persona* emulada, de aprimorar o passado. Os exemplos, gregos ou romanos, nesse sentido, atualizam o acontecido, sendo um componente de veracidade e persuasão no presente.

Tendo isso em consideração, o objetivo desse capítulo é elucidar como as imagens que foram contrapostas na descrição da relação do imperador Trajano com a aristocracia senatorial, dentro das obras de Tácito e Plínio, o Jovem, surgiram no contexto social do seu tempo, e tentaram moldar esse contexto de formas específicas e, por vezes divergentes, mas em grande parte sob um mesmo propósito: criar padrões de comportamento ético e morais que impedissem a tirania dos *principes* ou a servidão da aristocracia. Dentro de uma perspectiva mais longa, procuraremos também analisar o processo de maturação do Principado romano, em um regime de governo cada vez mais autocrático, centralizado na *persona* do *princeps*.

A concepção de um ideal senatorial ao comportamento dos *principes* deve ser entendida diante desse contexto, que representava além de uma consolidação do regime autocrático, uma possível solução a tensão de longa data entre o Senado e a *domus*

⁴⁴⁴ Cf. A.D. *Retórica a Herêno*. IV. 60. (Tradução: Ana Paula Celestino e Adriana Seabra, 2005).

⁴⁴⁵ URBAN, 2011, p. 1.

Caesaris. Como Ronald Syme vai destacar o panegírico pliniano – e acreditamos que esse comentário seja extensivo às obras de Tácito⁴⁴⁶ - um manifesto em resposta aos tempos de opressão vividos sob Domiciano. Era uma alegação de parte do Senado que não estava contente com o comportamento do imperador anterior e, com isso, proclamava uma série de expectativas assumidas com a ascensão de um novo governante⁴⁴⁷. Os senadores sabiam que o *princeps* era uma parte necessária para a sustentação do Império. Dessa forma, é coerente pensar que desejo desses homens não era prejudicar o imperador, mas sim abraçar a moderação que Trajano tinha mostrado, pressionando-o por um maior envolvimento no governo.

A *pietas* do Senado deveria ser proporcionalmente aplicada ao comportamento do *princeps*. Caso o governante se demonstrasse um tirano não haveria méritos nos elogios que recebia e nem naqueles que realizavam esses elogios. Assim, ao mesmo tempo em que Plínio, o Jovem e Tácito elogiam o caráter de Trajano, também colocam o imperador sob expectativa, para que aja de acordo com o comportamento que lhe é atribuído. Essa perspectiva é defendida por Daniel Schowalter⁴⁴⁸ que afirma que a apresentação de um elogio do presente ou de uma crítica a governantes anteriores era a ocasião ideal para o autor trazer preocupações e novas ideias diante do imperador. Tácito e Plínio utilizam da literatura para levantar seus anseios e preocupações quanto ao principado como regime político. Isso pode ser visto claramente na expressão de suas expectativas sob o início positivo de Trajano⁴⁴⁹, mas também na crítica a Domiciano e a imperadores anteriores.

Á partir do que foi dito, proponho nas linhas que se seguem uma análise da personalidade de Trajano, nas obras de Plínio, o Jovem e Tácito, tendo em vista a construção de virtudes que ilustram a figura do *Optimus Princeps*, o “melhor dos príncipes”, na concepção desses autores, que também representaram parte importante do

⁴⁴⁶ SYME, Ronald. *Review of Durry, Pline le Jeune: Panegyrique de Trajan*. In: Ernst Badian, ed., *Roman Papers*. Oxford, 1979, p. 86.

⁴⁴⁷ JONES, 1992, pp.161-163.

⁴⁴⁸ SCHOWALTER, 1957, p. 32.

⁴⁴⁹ Essa ideia fica explícita na – já comentada - carta III.18.2, em que Plínio escreve justificando o porquê publicou uma versão mais elaborada do seu discurso, afirmando das dificuldades em prescrever um comportamento ideal ao governante. No caso de Tácito, fica evidente para nós, que em *Agr.* 45, 2, que o elogio a Trajano, após narrar brevemente as atrocidades dos últimos anos do governo de Domiciano é também uma indicação daquilo que se não esperava de um bom governante.

pensamento senatorial da época. Para realizar esse objetivo, nos basearemos em duas analogias retóricas importantes que fundamentam a hipótese que perpassa essa dissertação: a antítese - *antithesis* - da imagem de imperadores tiranos, personificados principalmente na imagem Domiciano *Dominus et Deus* e a emulação - *aemulatio* - da imagem de Augusto, principal modelo e rival de Trajano a designação.

3.2. *Imagines adversas: Dominus an Princeps.*

Os escritos taciteanos expõem os principados de Nerva e Trajano como a *antithesis* do governo de Domiciano⁴⁵⁰. Isso fica evidente, quando, em *Agr.* 3, 3, ele se dispõe a comparar a “memória da escravidão” - *memoriam prioris servitutis* - com o “testemunho da bondade do presente” - *testimonium praesentium bonorum*. Para isso ele afirmou que sob o governo trajanino a *securitas publica* estava garantida pelo *princeps*. Entretanto, segundo Tácito, ainda era difícil viver em liberdade, pois “naturalmente, pela debilidade humana, mais tardos são os remédios do que os males⁴⁵¹” e que durante quinze anos – que representavam o governo de Domiciano – “muitos foram destinados à morte no espaço de um geração, um grande número pelo própria fortuna [mas] os mais dispostos caíram pela crueldade do príncipe⁴⁵²”. Aqui fica evidente, que a escravidão, que se opõe a liberdade e é condicionada pela crueldade do príncipe - *saeuitia principis*-, que agindo como um tirano – ou um *dominus* no caso – representava um perigo eminente para o bem estar do Estado, eliminando alguns de seus mais proeminentes cidadãos.

Nesse sentido, a morte de Domiciano assumiu um papel importante na nova era de felicidade⁴⁵³ atestada por Tácito. O assassinato desse imperador aconteceu em 18 de

⁴⁵⁰ O historiador Julián Bennett (1997, pp. 64-74) vai deixar claro que a ideologia do principado de Trajano baseou-se no contraste de sua imagem com a de Domiciano, positivando-a ao mesmo tempo que negativava a representação do antigo *princeps*.

⁴⁵¹ Tac. *Agr.* 3, 3. *natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala.*

⁴⁵² Tac. *Agr.* 3, 4. *grande mortalis aevi spatium, multi fortuitis casibus, promptissimus quisque saevitia principis interciderunt.*

⁴⁵³ Entendemos, e concordamos com Dylan Sailor, quando ele diz que “Tácito expande a tirania de Domiciano em uma crise cultural mais ampla, capaz de persistir para além da morte do tirano [Domiciano]” (SAILOR, 2009, p. 90). Os escritos taciteanos deixam claro que o problema não está simplesmente no caráter do governante. No entanto, nosso objetivo aqui é argumentar que a ascensão de Nerva e Trajano é exposta claramente como um ponto de ruptura quanto a tirania e a “crise cultural”,

setembro de 96⁴⁵⁴. Esse ato foi consequência de uma conspiração palaciana, executada por libertos e escravos da casa imperial e possivelmente por membros da guarda pretoriana, que tinham acesso direto ao *princeps*⁴⁵⁵. Suetônio relata uma diversidade de sentimentos à morte desse governante: a indiferença do povo, a ira das legiões e a alegria do Senado. Segundo José Luís Brandão⁴⁵⁶, a indiferença do povo é explicável, já que Domiciano - diferentemente de outros *principes* assassinados, como Calígula, Nero⁴⁵⁷ ou Oto, por exemplo - sempre procurou uma política de isolamento do *populus*. Já a ira dos soldados é evidenciada pela grande proteção que a dinastia flaviana ofereceu às legiões, e a popularidade do filho de Vespasiano diante do exército, pelas vitórias militares na Germânia e na Dácia.

As expressões de alegria do Senado, entretanto, de acordo com a narrativa suetoniana excederam qualquer decoro e moderação:

Os senadores (...) alegraram-se muito; todos vieram para a sala de reuniões e cada um expressou ao morto, dentre os aplausos dos demais, os piores e mais ásperos insultos. Derrubaram e difamaram seus bustos e os escudos de seus triunfos, fazendo-os em pedaços no chão e decretaram, por último, que em todos os lugares seus títulos honoríficos fossem apagados e que sua memória fosse abolida⁴⁵⁸.

Suetônio ilustra os excessos que marcaram o comportamento dos senadores através do uso dos superlativos *contumeliosissimo* - extremamente ultrajante - e *acerbissimo* - extremamente hostil. A felicidade excessiva do Senado diante do tiranicídio, entretanto, é justificada por Tácito como uma reação natural à morte de um governante - Domiciano - que havia “Uma vez que sem tempo de intervalo e pausas, mas continuamente e como num só golpe, exauriu a *res publica*⁴⁵⁹”.

descritas por Sailor. É evidente que essa ascensão não seria possível sem o assassinato do último *princeps* da dinastia Flaviana.

⁴⁵⁴ JONES, 1992, p. 193

⁴⁵⁵ Sue. *Dom.* 16-17

⁴⁵⁶ BRANDÃO, 2009, p. 314

⁴⁵⁷ Não foi propriamente assassinado, mas sim, forçado ao suicídio.

⁴⁵⁸ Sue. *Dom.* 23. *adeo laetatus est, ut repleta certatim curia non temperaret, quin mortuum contumeliosissimo atque acerbissimo adclamationum genere laceraret, scalas etiam inferri clipeosque et imagines eius coram detrahi et ibidem solo affligi iuberet, novissime eradendos ubique titulos abolendamque omnes memoriam decerneret.*

⁴⁵⁹ Tac. *Agr.* 44, 4. *non iam per intervalla ac spiramenta temporum, sed continuo et velut uno ictu rem publicam exhausit.*

Nem Plínio, o Jovem⁴⁶⁰, nem Tácito vão narrar os momentos finais de Domiciano, mas ambos vão justificar o seu assassinato como uma ação que serviu para o bem público, no estabelecimento do governo de Nerva e Trajano. Tácito vai afirmar - em *Agr. 3, 1 -*, que a sua época era felicíssima - *beatissimi*⁴⁶¹. A razão de tamanha bênção era que o imperador em exercício, Nerva, conseguira unir duas coisas que eram antes incompatíveis; o principado - *principatus* - e a liberdade - *libertas*. Logo na sequência dessa alegação, o autor continuou seu elogio à prosperidade daquele tempo, agora atribuída ao sucessor de Nerva, Trajano. Tácito ainda vai destacar que sob Trajano todos os dias aumentava “a felicidade da época” - *felicitatem temporum*. Ao final da obra *Agrícola*, a palavra *beatissimi* novamente é utilizada para qualificar o governo trajanino.

Diante disso o historiador Hebert Benario vai afirmar que *principatus* e *dominatio* são emparelhados como a principal dicotomia da obra de Tácito⁴⁶². Benario destaca que *principatus* só aparece nos *Anais* para identificar o fim do governo de Augusto, o início do governo de Tibério, até 23 d.C - quando o domínio de Sejano se inicia -, e os primeiros anos do governo de Nero, quando este ainda era aconselhado por Sêneca e Burro. Durante os mais de 30 anos que se passaram entre esses governos - que compreendem o fim do governo de Tibério e o mando de Cláudio - o principado, para Tácito, foi pervertido - *mutati in deterius* -, se degenerando em *dominatio* ou em *regnum*⁴⁶³.

A respeito dessa ambiguidade - *dominatio/principatus* -, Plínio, o Jovem vai destacar - em *Pan. I, 4* - Trajano como um “presente dos deuses”⁴⁶⁴, e vai afirmar - em

⁴⁶⁰ Quanto a isso, Plínio, o Jovem vai afirmar que a morte de Domiciano foi perpetrada dentro de sua própria casa, nesse sentido, “(...) por um longo tempo lhe valeram sua divindade, sua câmaras secretas, redutos nos quais executava sua crueldade, seus medos, sua soberba e seu ódio aos homens”. Plin. *Pan. 49, 1. longeque tunc illi divinitas sua, longe arcana illa cubilia saevique secessus, in quos timore, et superbia, et odio hominum agebatur.*

⁴⁶¹ De acordo com o Oxford Latin Dictionary (1958, p. 227) *beatissimi*, superlativo de *beatus* pode significar felicíssimo, afortunado, bem-aventurado, próspero. A contação da palavra é claramente vinculada, nesse caso sob a égide da *pietas*, a ideia de abençoado pelos deuses.

⁴⁶² BENARIO, 1964, pp. 101-102.

⁴⁶³ Tac. *Ann. IV, 6, 3.*

⁴⁶⁴ “Qual presente dos deuses é, verdadeiramente, mais distinto ou belo, que um *princeps* adorável, castido e abençoado?” *Quod enim praestabilius est aut pulchrius munus deorum, quam castus et sanctus et diis simillimus princeps?*

Pan. LXXIV, 1 - que nenhuma palavra descreveria melhor a relação desse *princeps* com o senado do que afortunado - *felicem*. Além disso, o panegirista também vai caracterizar aquela época como um novo tempo - *diversitas temporum*⁴⁶⁵ -, diferente daquele que viveu sob Domiciano:

(...) essas vozes [que me antecederam] foram transformadas ou retiradas por expressarem o medo: algo que não vamos ter; pois todos os sofrimentos anteriores acabaram: deixe-os então com suas próprias palavras. Nosso discurso se distingue tal como nosso tempo e a partir disso a própria natureza da gratidão deve ser conduzida, quando registrada⁴⁶⁶.

Tal como Tácito, Plínio sugere que sob o governo trajanino a liberdade, de falar, pensar e escrever, foi evidente. Acima de tudo, ele exalta como Trajano corrigiu os costumes do Principado corrompidos por práticas de longa data. Em paralelo a esses elogios, Plínio, o Jovem vai defender nas *Cartas* que a principal função do imperador era garantir a *tutela et securitas generis humani* - a tutela e a segurança do gênero humano⁴⁶⁷ -, assegurando assim, a *libertas*. Com isso podemos observar que segurança pública e ordem se tornam características intrínsecas ao conceito de *libertas* nas obras de Tácito e Plínio, tendo em vista o objetivo principal desses autores: retratar o *principatus* de Trajano como um governo antitético à *dominatio* exercida por Domiciano.

Diante disso, a dicotomia entre o *dominus* e o *princeps* pode ser vista claramente no *Panegírico a Trajano* e nas obras de Tácito. Ela é, segundo Charles Wirszbuski, um desdobramento da antiga aversão republicana pelo *regnum*, a monarquia absoluta⁴⁶⁸. Desde o fim do domínio etrusco em Roma, com a expulsão dos Tarquínios, a relação entre um rei e seus súditos, foi, para os romanos, comparável à relação entre um senhor e seus escravos. A monarquia, dentro das fontes republicanas era chamada *dominatio* e

⁴⁶⁵ Plin. *Pan.* II, 2.

⁴⁶⁶ Plin. *Pan.* II, 1-2. *Quare abeant ac recedant voces illae, quas metus exprimebat: nihil, quale ante, dicamus; nihil enim, quale antea, patimur: nec eadem de principe [palam], quae prius, praedicemus; neque enim eadem secreto loquimur, quae prius. Discernatur orationibus nostris diversitas temporum, et ex ipso genere gratiarum agendarum intelligatur, cui, quando sint actae.*

⁴⁶⁷ Plin. *Ep.* X, 52; 102

⁴⁶⁸ WIRSZBUSKI, 1950, p. 5.

a sujeição à monarquia, *servitus*⁴⁶⁹. Nesse panorama a *libertas*, sob seu sentido republicano, consistia na ausência do *dominium* de um *rex*, ou um *dominus*.

Entretanto, quando analisamos o Principado, uma nova lógica se impõe a essa ambiguidade. Isso porque o domínio do *princeps* se mostra a única saída possível para a manutenção da ordem social. Uma analogia a posição do próprio regime pode ser vista em Tac. *Ann.* II, 4, 7. Nessa passagem, Tácito vai dar continuidade a breve narrativa sob o histórico de disputas dos armênios pelo trono de seu país:

Nesses tempos [do governo de Augusto] a Caio César foi delegada à organização da Armênia. Foi nomeado Ariobárzanes, medo de origem, devido sua notável aparência e seu espírito voluntarioso governante dos armênios. A morte de Ariobárzanes foi inesperada, sua linhagem não foi tolerada, e logo depois, destruída; fizeram a tentativa de dar o comando a uma mulher, cujo nome era Erato, que governou brevemente. Incertos da solução e mais sem um senhor do que em liberdade, aceitaram o exilado Vorones⁴⁷⁰.

Tácito deixa claro no trecho acima que a falta de um rei - apesar das aparências - nem sempre significava liberdade. No caso em questão, a ausência do *rex*, ou *dominus* gerou *licentia* e anarquia, o que tornava o povo escravo de si mesmo e negando o conceito *libertas*, que devia repousar em instituições que funcionassem de forma eficiente para garantir a manutenção da ordem e da *pax*. É claro no pensamento taciteano, que a liberdade só era desejável quando agisse em prol do bem comum. Transportando isso para a realidade política romana percebemos que após a batalha de Ácio vai ficar claro que a paz era uma necessidade mais urgente ao Império do que a liberdade. No entanto *libertas*, mesmo sob o julgo dos *principes*, continuou a ser um princípio constitucional emblemático e popular, que de certa maneira permeou a construção do que seria o ideal de governante nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem.

⁴⁶⁹ Como exemplo Tito Lívio vai narrar a resposta dos romanos a um possível retorno à monarquia: “O povo romano não viva sob uma monarquia, mas sim, em liberdade”. Liv. II,15,3. *Non in regno populum Romanum sed in libertate esse*. Como podemos perceber, *regnum* vai se opor a *libertas*.

⁴⁷⁰ Tac. *Ann.* II, 4, 7. *tum Gaius Caesar componendae Armeniae deligitur. is Ariobarzanen, origine Medum, ob insignem corporis formam et praeclarum animum volentibus Armeniis praefecit. Ariobantane morte fortuita absumpto stirpem eius haud toleravere; temptatoque feminae imperio, cui nomen Erato, eaque brevi pulsa, incerti solutique et magis sine domino quam in libertate profugum Vononen in regnum accipiunt.*

Apesar do apelo à ordem social e ao bem comum, nos parece, no entanto, que a antítese *dominatio/principatus* se destacava claramente em um conflito de poder restrito, entre *princeps/domus caesaris* e os membros do senado. As leituras de Tácito e Plínio, o Jovem nos deixam claro que a *libertas*, tão discutida por eles, se limitava à uma *libertas senatus*⁴⁷¹. O próprio Tácito admite sem se prolongar que a liberdade do *populus* já não era algo aplicável⁴⁷². Plínio também vai falar disso, quando lamenta o esvaziamento político da figura do tribuno da plebe⁴⁷³. Essa teoria vai de encontro àquela de Martin Percival Charlesworth que defendia irrelevância da situação jurídica e constitucional do Império para a maior parte de sua população. Para Charlesworth o que importava para essas pessoas era a presença de um imperador que lhes garantiria proteção, alimento e segurança – *pax, alimenta et securitas*⁴⁷⁴.

Nesse sentido, alguns aspectos importantes ilustram a antítese entre a imagem de Domiciano e a representação trajanina. Tácito e Plínio, o Jovem vão constantemente usar a imagem de Domiciano para indicar as ações e comportamentos dos quais Trajano deveria se distanciar. No caso específico de Tácito, essa *antithesis* se estende a uma diversidade maior de *principes*, cujos governos são narrados nos *Anais* e nas *Histórias*. A intenção de Tácito não é simplesmente denegrir a imagem dos imperadores que antecederam Trajano, mas sim fazer uma crítica geral aos erros das dinastias anteriores à Antonina, tendo em vista um ideal de comportamento ao imperador em exercício.

Por exemplo, no caso de Tibério atributos como dissimulação – *dissimulatio*⁴⁷⁵ - arrogância – *adrogantia*⁴⁷⁶ – acompanham suas ações. Já quando Cláudio é figurado,

⁴⁷¹ Segundo Wirszubski “a *libertas senatus* significava que os senadores poderiam expressar livremente as suas opiniões e votar sem restrição” (WIRSZUBSKI, 1950, p. 137), ou seja, sem medo do poder coercitivo do *princeps*.

⁴⁷² Tac. *Ann.* I, 15

⁴⁷³ Plin. *Ep.* I. 23. 2.

⁴⁷⁴ CHARLESWORTH, *The Virtues of a Roman Emperor: Propaganda and the Creation of Belief*. The British Academy Raleigh Lecture. Oxford, 1937.

⁴⁷⁵ A *dissimulatio* de Tibério fica clara a partir de uma análise prosopográfica do personagem, mas também aparece-lhe atribuída de forma clara, como por exemplo, em *Ann.* IV. 71, 3-4: “Em nenhuma outra de suas virtudes Tibério, penso eu, se aplicava mais do que na dissimulação: por isso relutantemente se abria mesmo quando pressionado”. *tum censuit Asinius Gallus, cuius liberorum Agrippina matertera erat, petendum a principe ut metus suos senatui fateretur amoverique sineret. nullam acque Tiberius, ut rebatur, ex virtutibus suis quam dissimulationem diligebat: eo aegrius accepti recludi quae premeret. sed.* A palavra *dissimulationem* aparece diretamente relacionada a Tibério mais que a qualquer outro personagem – quatro vezes: também: Tac. *Ann.* I, 10, 7; *Ann.* VI, 32, 8. *Ann.* VI, 50, 1. Já no caso de Calígula, que pouco aparece na obra taciteana – já que a parte referente aos seus quatro

suas principais deficiências morais são a *luxuria* e a *seruitas* diante de escravos, libertos e mulheres. Nero aparece caracterizado principalmente pela destemperança, convertida em *crudelitas*, pela incapacidade – oratória⁴⁷⁷, militar⁴⁷⁸ e administrativa⁴⁷⁹ - e pelas pretensões de divindade⁴⁸⁰. No caso dos três imperadores do fatídico ano de 69, todos aparecem sobre designações de incapacidade: a *seueritas* de Galba é convertida em *crudelitas e avaritia*⁴⁸¹, assim como o *otium* luxurioso e a liberalidade eram parte da incapacidade de governar de Oto⁴⁸² e Vitélio⁴⁸³. Já no caso de Vespasiano – apesar de

anos de governo foi perdida – o trecho de *Ann.* VI, 20, 2-3 é bastante elucidativo: “[Calígula] teve sempre uma alma monstruosa sorrateiramente encoberta pela modéstia”. *immanem animum subdola modestia tegens*. Cf. *Ann.* VI, 45, 6.

⁴⁷⁶ De acordo com Tac. *Ann.* I, X: “[Augusto] nem por apreço ou preocupação com o Estado aceitou Tibério como seu sucessor, mas porque percebendo a crueldade e a arrogância daquele homem, desejava, através da pior das comparações, para si mesmo, a glória”. *ne Tiberium quidem caritate aut rei publicae cura successorem adscitum, sed quoniam adrogantiam saevitiamque eius introspererit, comparatione deterrima sibi gloriam quaesivisse*

⁴⁷⁷ Tac. *Ann.* XIII, 3, 3: "Nero era o primeiro que carecia dessa matéria, e por isso ele se servia da eloquência dos outros. Pois o ditador César competia com os maiores oradores; mesmo à Augusto, a eloquência foi clara e fluída, como era conveniente a qualquer *princeps*. Tibério também conheceu essa arte, principalmente na capacidade de medir as palavras, seja naquilo aparência de dignidade ou na ambiguidade deliberada. Até mesmo a mente perturbada de Caio César, não corrompeu uma vigorosa capacidade de falar; e nem a Cláudio faltou elegância, nas vezes que estudava o que iria dizer. Nero, desde muito novo voltou vividamente seu espírito para outras coisas (...)". *primum ex iis, qui rerum potiti essent, Neronem alienae facundiae eguisse. nam dictator Caesar summis oratoribus aemulus; et Augusto prompta ac profluens quaeque deceret principem eloquentia fuit. Tiberius artem quoque callebat, qua verba expenderet, tum validus sensibus aut consulto ambiguus. etiam C. Caesaris turbata mens vim dicendi non corruptit; nec in Claudio, quotiens meditata dissereret, elegantiam requireres. Nero puerilibus statim annis vividum animum in alia detorsit.*

⁴⁷⁸ Segundo Mariana Alves de Aguiar (2013, p. 78) o triunfo militar dirigido a Nero pelo fim da sedição na Armênia foi uma afronta a tradição militar, pois não houve batalha. Tácito vai ilustra-lo em *Ann.* XV, 29 como uma forma de deixar clara a inaptidão militar de Nero.

⁴⁷⁹ Em Tac. *Ann.* XV, 45, Tácito vai criticar a cobrança de impostos excessivos para sustentar os luxos do imperador: “No entanto a cobranças de impostos devastara a Itália, arruinava as províncias, os povos aliados e aqueles estados chamados livres”. *Interea conferendis pecuniis pervastata Italia, provinciae eversae sociique populi et quae civitatium liberae vocantur.*

⁴⁸⁰ Cf. Tac. *Ann.* XV, 74, 4.

⁴⁸¹ Tac. *Hist.* III, 86: “[Vitélio] também era simples e liberal, qualidades que, sem os limites necessários, se convertem em ruína. Mantinha e valorizava as amizades pela magnitude dos presentes, não pela constância dos costumes, ganhou mais do que teve. *inerat tamen simplicitas ac liberalitas, quae, ni adsit modus, in exitium vertuntur. amicitias dum magnitudine munerum, non constantia morum contineri putat, meruit magis quam habuit.*

⁴⁸² Tácito vai relatar as acusações de Pisão Liciniano: “Com comportamento e aparência afeminados, será que ele (Otto) merece o Império? Enganam-se aqueles colocam sua extravagância como uma espécie de generosidade: esse homem conhecerá o perdão, mas não o saberá dar. Agora, por seu espírito só passam violências e deboches com mulheres”. Tac. *Hist.* I, 30, 6. *habitu et incessu an illo muliebri ornatu mereretur imperium? falluntur quibus luxuria specie liberalitatis imponit: perdere iste sciet, donare nesciet. supra nunc et comissiones et feminarum coetus volvit animo* A licensiosidade de Otto vai ser denunciada também em Tac. *His.* II, 81.

⁴⁸³ Em *Hist.* II, 87, 6 vai afirmar que à comitiva de Vitélio “(...) adiciona-se à plebe infame, bufões, hístriões e cocheiros, aqueles que tinham o favor de Vitélio, que considerava essa amizade desonrosa

ser representado sob uma ótica positiva⁴⁸⁴ - a crítica de Tácito recai principalmente na sua avareza⁴⁸⁵.

Entretanto é Domiciano quem claramente aparece como o pior dos *principes*, pois conseguia reunir todos esses vícios descritos de forma amplificada em sua personalidade. Seu nome não é citado nem em *Germânia*, nem em *Diálogo dos Oradores*. Nas *Histórias*, a maior parte das referências a esse jovem César é negativa, no entanto em *Hist. III, 59, 4* Tácito vai reconhecer brevemente a valentia - *audacia*⁴⁸⁶ - de Domiciano. Esse suposto elogio, no entanto, parece muito mais conectado ao seu comportamento tipicamente destemperado do que propriamente ao valor - *virtus*. Já em *Hist. IV, 40*, o historiador latino vai elogiar a eloquência do César, como breve e moderada - *pauca et modica* -, mas só para em seguida destacar sua personalidade simulada. Nos *Anais*, a única referência - *Ann. XI, 11, 1-2* - encontrada ao nome do último imperador Flávio é para se referir às obras⁴⁸⁷, que Tácito afirma escrito sobre seu governo.

É na *Vida de Agrícola*, no entanto que a imagem de Domiciano se transforma, de forma mais evidente, na antítese do bom governante, no contraposto do perfil que Tácito traça de homens como seu sogro, Agrícola e Trajano. Maria Antonietta Giua⁴⁸⁸ afirma que Tácito reconstitui a história do principado de Domiciano sem o tornar protagonista. De fato, o último dos Flávios vai receber onze citações diretas durante a obra, mais que qualquer outro personagem além, é claro, do próprio Agrícola - 46 vezes. As citações a Domiciano vão superar também, por muito, as referências a outros

extraordinária”. *adgregabantur e plebe flagitiosa per obsequia Vitellio cogniti, scurrae, histriones, aurigae, quibus ille amicitiarum dehonestantis mire gaudebat.*

⁴⁸⁴ Quanto a Vespasiano, Tácito vai salientar que ele “ao contrário de todos seus predecessores, mudou para melhor”. Tac. *Hist. I, 50, 10. olusque omnium ante se principum in melius mutatus est.* No caso de Tito, ele é descrito – em Tac. *Hist. II, 1, 2* - como portador de um caráter elevado, apto a exercer os cargos mais elevados e de uma aparência majestosa e altiva. Essa descrição é confirmada em outras ocasiões, como em Tac. *Hist. II, V, 7.*

⁴⁸⁵ Tac. *Hist. II, 5, 1*; Tac. *Hist. II, 84, 3-4.*

⁴⁸⁶ De acordo com o Oxford Latin Dictionary, *audacia* pode ter o sentido de ousadia, coragem, autoconfiança, quando aplicada de forma positiva. Mas também de audácia, presunção, imprudência, negligência, imprudência, se exposta como característica negativa (GLARE, 1968, p.207). Essa duplicidade no termo, revela a hesitação de Tácito em conferir qualquer tipo de elogio a Domiciano.

⁴⁸⁷ Infelizmente perdidas.

⁴⁸⁸ BRANDÃO, 2003, p.15.

imperadores como Vespasiano (5), Nero (3), Calígula (3), Trajano (2), Nerva (1), Galba (1), Cláudio (1), Tibério (1), Augusto (1).

A primeira dessas menções — *Agr.* 7, 4 — vai ilustrar um jovem e frívolo Domiciano, negligente quanto aos problemas da cidade de Roma, somente preocupado com os benefícios da posição conquistada por seu pai. Como Vespasiano e Tito só chegariam a Roma em setembro de 70 d.C, Domiciano foi responsabilizado por representar a *gens* Flávia — a nova família *caesaris*. Tácito vai fazer questão de salientar a posição superficial ocupada por Domiciano através da atuação de Caio Licínio Muciano, que assumiu, de fato, a administração da cidade. Essa posição é reforçada em *Hist.* II, 1 e em *Hist.* IV, 2, onde a afeição de Domiciano aos vícios e a *luxuria*, em contrapartida sua aversão às suas obrigações é destacada.

A incapacidade de Domiciano é novamente ilustrada em *Agr.* 39, desta vez em âmbito militar⁴⁸⁹. De acordo com Tácito o sucesso de Agrícola como general na Bretanha obscurecia os falsos triunfos do *princeps* na Germânia: “Naturalmente tinha consciência do escárnio que recentemente resultara do seu falso triunfo na Germânia, no qual disfarçou escravos comprados através do comércio, com roupas e perucas para que parecessem cativos (...) ⁴⁹⁰”. Tácito desvaloriza a capacidade de Domiciano como *imperator*⁴⁹¹, e complementa esse raciocínio com os dizeres: “ser um bom general deveria ser uma virtude do Imperador⁴⁹²”. *Virtutem* - acusativo singular de *virtus* — é aqui usada para designar o valor militar de um indivíduo, e inserida nesse contexto para ilustrar um atributo considerado importante por Tácito ao bom imperador. Característica essa, que como ele faz questão de salientar, Domiciano, tal como Oto, Vitélio ou Nero, não tinha.

⁴⁸⁹ As derrotas militares de Domiciano também são lembradas em *Agr.* 41, 2-3. “(...) todos exércitos na Mésia, Dácia, Germânia e Panônia, bem como todos os virtuosos militares e coortes subjulgados e capturados, tinham sido perdidos, ou pela temeridade ou pela covardia dos generais; isso não colocava dúvida somente sobre os limites do Império e o mar, mas também as legiões de inverno e todas as outras possessões”. *tot exercitus in Moesia Daciaque et Germania et Pannonia temeritate aut per ignaviam ducum amissi, tot militares viri cum tot cohortibus expugnati et capti; nec iam de limite imperii et ripa, sed de hibernis legionum et possessione dubitatum.*

⁴⁹⁰ Tac. *Agr.* 39, 2. *Inerat conscientia derisui fuisse nuper falsum e Germania triumphum, emptis per commercia, quorum habitus et crinis in captivorum speciem formarentur.*

⁴⁹¹ Essa mesma técnica utilizada por Tácito para minimizar os feitos militares de Domiciano também é, posteriormente, utilizada por Suetônio ao tratar de Calígula. Cf. *Sue. Cal.* 43-49

⁴⁹² Tac. *Agr.* 39, 3. *ducis boni imperatoriam virtutem esse.*

Plínio, o Jovem vai ser mais direto na contraposição entre Domiciano e Trajano. Em *Pan.* XIV ele vai destacar as capacidades militares de Trajano a partir do seu *cursus honorum*, marcado por vitórias na Germânia e na Pártia, sob as ordens de Domiciano⁴⁹³. Segundo o panegirista, a atuação e a fama do então general causaram a inveja de Domiciano⁴⁹⁴ em uma analogia muito parecida com a que Tácito faz ao seu sogro, Agrícola. De acordo com John Henderson⁴⁹⁵, Plínio procura narrar os feitos de Trajano na *Germânia* de forma quase épica, lhe dando uma aparência heroica⁴⁹⁶, para colocar em evidência sua ascensão pela *virtus* e não pelo sangue familiar. O contraste é claro com Domiciano, que - mesmo se mostrando incapaz - herdou o império do pai e do irmão e que, segundo a obra pliniana, sempre esteve à parte das atividades militares e administrativas⁴⁹⁷.

Outro comportamento vicioso é dedicado, por Tácito, a Domiciano em *Agr.* 39: a *dissimulatio*. De acordo com a narrativa taciteana, as notícias da vitória de Agrícola na Bretanha foram recebidas “tal como era o costume de Domiciano, com a face alegre, mas o peito inquieto⁴⁹⁸”. Aqui, a expressão fisionômica de Domiciano assume uma descrição muito parecida com a de Tibério, figurada anos depois, nos *Anais*, onde

⁴⁹³ Segundo Julián Bennett (1997, p. 14-15), há pouco destaque ao *cursus honorum* de Trajano na obra pliniana, e o nome de Domiciano é propositalmente ocultado quando esse assunto é abordado, tendo, em vista o inegável apoio de Trajano ao regime desse *princeps*.

⁴⁹⁴ “Sem dúvidas, que ele [Agrícola], foi convocado da Hispânia como o mais forte auxílio à guerra germânica, à partir desse momento causou também a inveja do imperador [Domiciano], sempre indisposto às virtudes alheias”. *Pli. Pan.* XIV, 5. *Nec dubito, quin ille, qui te inter illa Germaniae bella ab Hispania usque, ut validissimum praesidium, exciverat, iners ipse alienisque virtutibus tunc quoque invidus imperator.*

⁴⁹⁵ HENDERSON, 2011, pp.157-158.

⁴⁹⁶ “(...) Como a ferocidade e a arrogância dos bárbaros reprimiste com o grande terror de ser ouvido por perto, e do Reno ao Eufrates demonstravam admiração a tua fama? E quem mais percorreu o orbe terrestre recolhendo maiores elogios? Ainda assim sempre serás maior e mais famoso do que a posteridade possa medir. E [nesse tempo] não eras nem imperador e nem filho de um deus”. *Pli. Pan.* XIV, 1. (...) *quum ferociam superbiamque barbarorum ex proximo auditus magno terrore cohiberes, Rhenumque et Euphratem admirationis tuae fama coniungeres? quum orbem terrarum non pedibus magis, quam laudibus peragreres? apud eos semper maior et clarior, quibus postea contigisses. Et necdum imperator, necdum dei filius eras.*

⁴⁹⁷ Isso vai ser evidente em *Plin. Pan.* XIX: “(...)tu ainda és maior que todos, sem, no entanto, que tal grandeza diminua alguém: essa mesma autoridade jamais se dispersa, pois repousa em tua presença”. *Tu tamen maior omnibus quidem eras, sed sine ullius deminutione maior: eandem auctoritatem praesente te quisque, quam absente, retinebat.* Nessa passagem, fica intrínseca a referência comparativa à Domiciano, que na perspectiva pliniana, era inapto e eclipsava a grandeza dos outros, roubando-a para si mesmo, já Trajano, em toda sua grandiosidade, se destacava, sem no entanto, roubar as honras de ninguém.

⁴⁹⁸ *Tac. Agr.* 39, 1. *ut erat Domitiano moris, fronte laetus, pectore anxius exceptit.*

aquilo que o *princeps* expressava era diferente daquilo que ele realmente sentia. Tal como o comportamento tiberiano em relação a Germânico, a *dissimulatio*⁴⁹⁹ de Domiciano é amplificada, tendo em vista a insegurança desse imperador quanto a posição de Agrícola na Bretanha⁵⁰⁰. O comportamento dissimulado do governante também é evidenciado em *Agr.* 42⁵⁰¹, desse aliado à sua *adrogantia*.

Sob essa perspectiva, Plínio, o Jovem vai expressar – e amplificar – o comportamento vicioso de Domiciano. Em *Pan.* 49, 6 o autor vai retratar um dos banquetes regulares concedido pelo imperador aos seus *amici*. De acordo com Plínio, o *princeps* – que já tinha saciado sua fome mais cedo, por conta própria - apenas fingia, austeramente, compartilhar a mesa com os senadores, observando-os de forma hostil⁵⁰², para depois se entregar a gula e a excessos privados. Em seguida, Plínio vai louvar Trajano – em contraste com Domiciano - por livrar sua mesa de sacerdotes orientais⁵⁰³, artistas e bufões indecentes, se comportando com hospitalidade sincera e uma gravidade civilizada.

Podemos ver no capítulo seguinte - *Pli. Pan.* LXXXV -, a consequência do comportamento dissimulado e hostil de Domiciano. De acordo com Plínio, durante o governo desse *princeps* a *amicitia* e os verdadeiros amigos, foram substituídos por algo “pior que o ódio, a simulação do amor⁵⁰⁴”. O autor vai destacar que “na casa do

⁴⁹⁹ O comportamento dissimulado de Domiciano também pode ser notado em *Hist.* IV, 86, 4.

⁵⁰⁰ Tácito vai legitimar a posição do seu sogro na Bretanha. Através de suas demonstrações de valor Agrícola havia conquistado naquela província uma autoridade superior da do próprio imperador. “(...) na sua presença [de Agrícola] resolveu preservar seu ódio, até que o ímpeto e o favor do exército enfraquecessem: pois na realidade, nessa época, Agrícola controlava a Bretanha”. *optimum in praesentia statuit reponere odium, donec impetus famae et favor exercitus languesceret: nam etiam tum Agricola Britanniam obtinebat.*

⁵⁰¹ “Ele [Domiciano] era habituado a simular, com uma postura arrogante, ouviu súplicas e desculpas, e, como se concordasse, soube suportar aquele agradecimento, e nem mesmo corou com a sua falsidade”. *Tac. Agr.* 42, 3. *Qui paratus simulatione, in adrogantiam compositus, et audiit preces excusantis, et, cum adnuisset, agi sibi gratias passus est, nec erubuit beneficii invidia.*

⁵⁰² “Não te fartas com um banquete solitário, antes do meio do dia para depois observar atentamente teus convidados (...)”. *Plin. Pan.* XLIX, 6. *Non enim ante medium diem distentus solitaria coena spectator adnotatorque convivis tuis immines.*

⁵⁰³ De acordo com Betty Radice (1969, p. 433) Domiciano era favorável á alguns cultos estrangeiros como de Cibele e Serapis. Radice vai citar a carta IX, 17, como evidencia do descontentamento de Plínio com essa postura.

⁵⁰⁴ *Plin. Pan.* LXXXV, 1. *peior odio amoris simulatio.*

princeps só restava da amizade o nome, certamente vazio e escarnejado⁵⁰⁵. Para Plínio, a *amicitia* não conseguiria sobreviver nesse contexto, onde os homens se dividiam em mestres - *dominus* - e escravos - *servitus*. Fica intrínseco, no *Panegírico*, que a postura dissimulada de Domiciano cultivava o medo e a bajulação e afastava-lhe da aristocracia senatorial. Já Trajano, tal como é colocado por Plínio, havia revivido o antigo sentido da amizade, tratando seus *amici* de forma justa e igual, de forma que a *amicitia* do *princeps* já não era mais algo temível, mas sim, desejável⁵⁰⁶.

As fontes do principado trajanino vão conectar a dissimulação de Domiciano à outra depravação do seu caráter: a *avaritia*. Segundo Richard Saller⁵⁰⁷, o Império estava coberto com inscrições de agradecimento ao imperador, por sua suposta generosidade. Essas inscrições, muitas vezes, vinham sob a forma de testamentos deixando grandes fortunas aos *principes*. Saller vai destacar que devido ao decoro, era recomendável ao imperador restringir o círculo de amigos e beneficiários dos quais eles aceitariam uma herança. Para o historiador inglês, no entanto, Domiciano, procurando uma maior centralização do poder vai expandir o número de legados imperiais. Tácito evidenciou esse problema quando contou sobre o testamento de Agrícola:

É bem sabido que na leitura do testamento de Agrícola, no qual decretou Domiciano coerdeiro da melhor das esposas e da mais piedosa das filhas, ele [o imperador] muito se alegrou, tanto em honra como em juízo. Sua mente estava de tão modo cega e corrupta pela constante adulação, que ignorava que não poderia fazê-lo herdeiro um bom pai se ele não fosse um mau *princeps*⁵⁰⁸.

Na sequência da obra Agrícola, precisamente em *Agr.* 41, Tácito vai destacar a *invidia* de Domiciano e a influência nociva de libertos e escravos sobre esse imperador. De acordo com o historiador latino:

⁵⁰⁵ Plin. *Pan.* LXXXV, 1. *Etenim in principum domo nomen tantum amicitiae, inane scilicet irrisumque, remanebat.*

⁵⁰⁶ “Tu [César], trouxestes de volta esses exilados e errantes: tens amigos, porque um amigo és”. Plin. *Pan.* LXXXV, 2-3. *Tu hanc pulsam et errantem reduxisti: habes amicos, quia amicus ipse es.*

⁵⁰⁷ SALLER, 2000, pp. 823-25.

⁵⁰⁸ Tac. *Agr.* 43, 4. *Satis constabat lecto testamento Agricolae, quo coheredem optima uxori et piissimae filiae Domitianum scripsit, laetatum eum velut honore iudicioque. Tam caeca et corrupta mens adsiduis adulationibus erat, ut nesciret a bono patre non scribi heredem nisi malum principem.*

Com frequência durante os tempos de Domiciano era [Agrícola], mesmo ausente, acusado e absolvido. A causa do julgamento não era nenhum crime ou qualquer ação lesiva, mas um *princeps* que era infenso às virtudes e a glória dos homens, e o pior tipo de inimigo, o que louva⁵⁰⁹.

Assim, para Tácito, Domiciano se colocava “inverso às virtudes” – que, como fica implícito, era algo que ele não possuía - e nesse caso, contrário ao próprio Agrícola, que mesmo retirado da vida pública, se mostrava virtuoso. Esse comportamento invejoso do imperador, segundo os escritos taciteanos, era incentivado pelos libertos, que eram “os melhores por dedicação e fidelidade”, mas os piores para a maldade e a inveja⁵¹⁰”. A ação de libertos aqui, como diante de imperadores como Cláudio e Nero, contamina o imperador, influenciando negativamente no governo do Império.

No capítulo seguinte, *Agr.* 42, Tácito ainda vai retratar a natureza colérica do último governante da dinastia Flávia ao afirmar que: “A verdadeira natureza de Domiciano originava-se na ira, e quanto mais obscura mais indomável, no entanto era suavizada pela moderação e a prudência de Agrícola, que não provocava violência ou exibição de liberdade, inúteis, a fama e a ruína⁵¹¹”. A *ira* era um comportamento inadequado a qualquer aristocrata, quanto mais ao imperador. Em *Vida de Agrícola*⁵¹² Tácito vai constantemente relacionar o comportamento impetuoso, irado – e indisciplinado - com a selvageria dos bárbaros. Em certo ponto, *ira* se opõe a *moderatio*, comportamento esperado de um romano. Na sequência do capítulo podemos perceber claramente o contraste entre um Domiciano de natureza colérica e um Agrícola de alma moderada⁵¹³. Nesse ponto, caber também destacar a moralidade pregada por

⁵⁰⁹ Tac. Agr. 41. *Crebro per eos dies apud Domitianum absens accusatus, absens absolutus est. Causa periculi non crimen ullum aut querela laesi cuiusquam, sed infensus virtutibus princeps et gloria viri ac pessimum inimicorum genus, laudantes.*

⁵¹⁰ Tac. Agr. 41, 5. *dum optimus quisque libertorum amore et fide, pessimi malignitate et livore primum deterioribus principem extimulabant.*

⁵¹¹ Tac. Agr. 42, 4. *Domitiani vero natura praeceps in iram, et quo obscurior, eo inrevocabilior, moderatione tamen prudentiaque Agricolae leniebatur, quia non contumacia neque inani iactatione libertatis famam fatumque provocabat.*

⁵¹² Cf: Tac. Agr. 16, 1; Agr. 20, 3; Agr. 37, 4; Agr. 38, 1;

⁵¹³ “Conhecendo os hábitos daqueles que admiram o ilícito, mesmo sob o poder de um mau *princeps* podem existir homens de valor, indulgência e modéstia, se a diligência e o vigor estiverem presentes. Consequentemente excedem do elogio, quanto a muitos daqueles que precipitados, e ainda sem nenhum benefício a República, se tornam famosos com uma morte ambiciosa”. Tac. Agr. 42, 5. *Sciant, quibus moris est illicita mirari, posse etiam sub malis principibus magnos viros esse, obsequiumque ac*

Tácito na qual bons aristocratas podem controlar – através de um bom comportamento - as ações desmedidas dos tiranos.

O comportamento furioso de Domiciano é conectado com a sua *crudelitas*, que é considerada por Tácito como pior que aquela, praticada por outro tirano, Nero. Como podemos ver claramente em *Agr.* 45, 2:

Nero pelo menos desviou os olhos quando impôs seus crimes, não contemplando-os: a principal das misérias compartilhadas sob Domiciano era ver e ser visto, com nossos suspiros sendo gravados, com tantos homens pálidos marcados com rubores e uma expressão feroz, pela qual se defendiam da vergonha⁵¹⁴.

Essa analogia entre Domiciano e Nero procurou evidentemente uma amplificação dos defeitos de Domiciano. A *crudelitas* dos *principes*, como já foi observado antes, se opunha a *pax* e a *securitas publica*, levando o império àquilo que Tácito chamaria de *miseram pacem* - paz miserável⁵¹⁵.

Plínio, o Jovem vai – em *Pan.* 48, 3 – destacar a crueldade de Domiciano como uma barreira, de terror e mortes entre o palácio do *princeps* e o senado:

(...) recentemente nos defendemos dos grandes terrores de uma besta-fera: como se aprisionada em uma caverna, lambeu o sangue dos que lhe eram mais próximos, e ainda proferiu o massacre dos mais brilhantes cidadãos. Seus portões eram guardados pelo horror e pelas ameaças, bem como pelo medo de ser admitido ou excluído⁵¹⁶.

Já em Plin. *Pan.* 52, o autor vai conectar a perversidade de Domiciano – *saevitia* – com o número de vítimas que ele exigia nos sacrifícios em seu nome. Em contraposição a isso, Plínio vai destacar a bondade de Trajano relacionando-a com sua *munificentia* e sua *moderatio* em relação ao Senado. De acordo com o epistológrafo, as

modestiam, si industria ac vigor adsint, eo laudis excedere, quo plerique per abrupta, sed in nullum rei publicae usum nisi ambitiosa morte inclaruerunt.

⁵¹⁴ Tac. *Agr.* 45, 2. *Nero tamen subtraxit oculos suos iussitque scelera, non spectavit: praecipua sub Domitiano miseriarum pars erat videre et aspici, cum suspiria nostra subscriberentur, cum denotandis tot hominum palloribus sufficeret saevus ille vultus et rubor, quo se contra pudorem muniebat.*

⁵¹⁵ Tac. *Ann.* III, 44, 3

⁵¹⁶ Plin. *Pan.* 48, 3-4. (...) *nuper immanissima bellua plurimo terrore munierat: quum velut quodam specu inclusa, nunc propinquorum sanguinem lamberet, nunc se ad clarissimorum civium strages caedesque proferret. Obversabantur foribus horror et mina, et par metus admissis et exclusis.*

doações do governo trajanino – *donatium* e *alimenta* – são realizadas para reparar a crueldade, “nem a ti o bem é feito para fugir do mal ou para que se torne impune. O amor é o pagamento para isso não o desejo de perdão⁵¹⁷”. Esse “amor”, emanado de Trajano, segundo Plínio é o que constrói a *concordia*⁵¹⁸ sob sua imagem de *Optimus Princeps*.

É justamente a aprovação e euforia envolta das ações de Trajano que vai ser mostrada em Plin. *Pan.* 20, 4. Nessa passagem o autor destaca o retorno desse *princeps* a Roma após a campanha na Germânia⁵¹⁹. O panegirista latino vai atribuir um caráter positivo à liderança trajanina sob o exército. Em comparação com Domiciano, que anos antes havia feito o mesmo trajeto, Plínio vai construir afirmar que o comportamento de Trajano manifestado através de sua *munificentia* – ou o que o autor vai chamar de *caritas patriae* - inspirava os soldados a agirem de forma bondosa, contagiando a população. Em contraposição, Plínio vai relatar sobre o progresso das tropas de Domiciano sob aquela mesma área:

Como fora diferente não muito tempo atrás, a marcha do outro *princeps*! Naquela travessia a população não estava presente, e a hospitalidade deu lugar às desapropriações, por todos os lados houve incêndios e tormentos, e sua violência [de Domiciano] caiu sobre todos, como se ele mesmo fosse um dos bárbaros dos quais fugiu⁵²⁰.

Nessa passagem, fica evidente que, para Plínio o comportamento do exército de Domiciano era coerente com a personalidade de seu comandante. A crueldade das tropas – e do imperator – é aqui ressaltada por uma analogia com um saque bárbaro. Essa postura é bastante coerente com o perfil “selvagem” e inconstante traçado sob Domiciano.

⁵¹⁷ Plin. *Pan.* 28, 1-2. *nec tibi bene faciendi fuit caussa, ut, quae male feceras, impune fecisses.*

⁵¹⁸ CIZEK (1983, p. 243) vai deixar claro que a *concordia ordine* é um elemento chave na ideologia trajanina.

⁵¹⁹ Ver mais sobre o retorno de Trajano a Roma em: BENNETT, 1997, pp. 149-51.

⁵²⁰ Plin. *Pan.* 20, 4. *Quam dissimilis nuper alterius principis transitus! si tamen transitus ille, non populatio fuit, cum abactus hospitem exerceret, omniaque dextra laevaue perusta et attrita, ut si vis aliqua, vel ipsi illi barbari, quos fugiebat inciderent.*

Como pudemos notar Tácito vai elencar uma série de vícios aos *principes*. Entretanto, tal como também é evidente na obra de Plínio, o Jovem, Domiciano é, em nossa concepção, o *exemplum* escolhido para ilustrar o pior dos governantes. A descrição da maior parte dos imperadores é circundada por grandes vícios, mas fica claro nas imagens construídas por esses autores, que era Domiciano quem reunia todos eles em uma versão amplificada. Em nossa concepção, a mensagem aqui é implícita, e direcionada ao imperador Trajano em tom de aviso: caso não queira ser um tirano, não aja dessa maneira.

Diante disso, a oposição entre as *imagines* de Domiciano e Trajano ainda vai ilustrar outra dicotomia que se definiu pela relação do imperador com a representação imagética. Tanto Plínio, o Jovem como Tácito ressaltam que a percepção da relação do Imperador com os deuses teria um impacto direto sobre as relações de poder entre o governante e o resto da sociedade. Enquanto o último imperador Flávio procurou, através de suas políticas públicas e sua representação oficial garantir sua posição se distanciar da esfera humana assumindo uma posição firmemente autocrática, e evitando qualquer concorrência ao poder imperial, e submetendo o senado à escravidão, Trajano assumiu uma aparência de paridade - *aequabilitas* – ressaltando sua posição como *princeps senatus*, honrando e dignificando as magistraturas, mantendo a hierarquia social e garantindo assim, o apoio da aristocracia senatorial. Nesse sentido o paradoxo entre a humanidade e a divindade é algo que permeia a construção da imagem do *Optimus Princeps*.

Simon Price vai destacar que o culto imperial era uma prática essencial para conectar todos os habitantes do Império diante de uma mesma rede de poder. Dentro desse contexto de dependência, o termo *diuus*, usado para nomear imperadores divinizados, não era, em seu significado, nitidamente diferenciado de *deus*. No entanto, á partir da consagração de César, por Augusto, *diuus* foi usado quase exclusivamente por membros divinizados da família imperial⁵²¹. Entretanto, os governantes só eram

⁵²¹ No *Panegírico*, como Daniel Scholwalter vai destacar, a palavra *diuus* também é referenciada, com uma conotação negativa, para falar das pretensões de divindade por parte de Domiciano. (SCHOWALTER, 1993, p. 62).

considerados divindades após as mortes sob a luz de um bom exercício do poder e a aprovação divina, marcada pelo acontecimento de algum augúrio⁵²².

A necessidade de vincular essa personalidade paradoxal do *princeps* à ideologia imperial faz ainda mais sentido se pensarmos em um império de proporções globais, como o romano, cuja extensão geográfica torna o número de pessoas que conhecem pessoalmente o imperador proporcionalmente bastante reduzido. Tentando propor uma solução a essa questão, Plínio, o Jovem vai deixar claro logo começo do elogio que faz a Trajano, que o imperador não era um deus, e sendo assim, não deveria nem ser tratado e nem esperar um tratamento divino:

Em nenhum lugar devemos agradá-lo seja como um deus ou uma divindade: não vamos falar de um tirano. mas de um cidadão; não de um *dominus*/senhor, mas de um pai. Ele é um de nós, e se considera assim, por isso sua nobreza se eleva; não se torna menos homem quando ele se lembra de que preside homens. Consequentemente reconheçamos nossa boa sorte, provando que lhe somos dignos pelo seu bom uso, ainda que habitualmente ponderemos até que ponto será indigno, se prestarmos deferência ao maior dos príncipes como escravos e não como cidadão que se alegram com a liberdade⁵²³.

⁵²⁴

Fica claro, logo na primeira frase, que a advertência contida nas palavras de Plínio não é direcionada apenas a Trajano, mas também ao Senado. Ele qualifica a bajulação dos senadores como a primeiro passo para a tirania⁵²⁵. Em seguida dá um grande destaque a *constantia* de Trajano. Ele sabe de sua condição humana, e por isso

⁵²² PRICE, 1984.

⁵²³ Pan. II, 3. *Nusquam ut deo, nusquam ut numini blandiamur: non enim de tyranno, sed de cive; non de domino, sed de parente loquimur. Unum ille se ex nobis, et hoc magis excellit atque eminent, quod unum ex nobis putat; nec minus hominem se, quam hominibus praeesse meminit. Intelligamus ergo bona nostra, dignosque nos illis usu probemus, atque identidem cogitemus, quam sit indignum, si maius principibus praestemus obsequium, qui servitute civium, quam qui libertate laetantur.*

⁵²⁴ Pan. II, 3. *Nusquam ut deo, nusquam ut numini blandiamur: non enim de tyranno, sed de cive; non de domino, sed de parente loquimur. Unum ille se ex nobis, et hoc magis excellit atque eminent, quod unum ex nobis putat; nec minus hominem se, quam hominibus praeesse meminit. Intelligamus ergo bona nostra, dignosque nos illis usu probemus, atque identidem cogitemus, quam sit indignum, si maius principibus praestemus obsequium, qui servitute civium, quam qui libertate laetantur.*

⁵²⁵ Plin. Pan. 3.

se coloca em igualdade como os demais, sem ensoberbar-se em relação a sua nova posição.

Tal como Aloys Winterling afirmou, as pretensões de divindade por parte dos imperadores vivos foram constantemente qualificadas pelas fontes senatoriais como loucura e megalomania⁵²⁶. Essa concepção parece se confirmar. Em *Pan.* 33.4, Plínio vai se referir a Domiciano como *demens*:

Ele era louco, cego para o verdadeiro significado de sua posição, que usava a arena para coletar provas de alta-traição, costumava se sentir menosprezado e desprezado quando falhávamos em prestar homenagens aos seus gladiadores, tomava qualquer crítica para si mesmo e via insultos à sua própria deidade e divindade; que considerou igual a dos deuses (...) ⁵²⁷.

Para Winterling essa posição era uma resposta recorrente dos senadores, à tentativa desses príncipes em consolidar sua posição através de uma política de isolamento e centralização do poder. Plínio ainda vai lamentar que durante o reinado de Domiciano, um grande número de animais que eram encaminhados para o sacrifício aos deuses, no Capitólio, foram desviados e sacrificados diante da estátua de Domiciano, no Fórum⁵²⁸. O panegirista também vai criticar outras tentativas de Domiciano ser adorado como um deus⁵²⁹ afirmando que: “Se há pouco tempo, a outro, fosse oferecido uma só [dessas honras], ele já teria a cabeça radiada, e um assento erigido, de ouro e marfim, em meio aos deuses, além de veneráveis altares e um grande número de vítimas” ⁵³⁰.

⁵²⁶ WINTERLING, 2012, p. 8.

⁵²⁷ Plin. *Pan.* 33,4. *Demens ille, verique honoris ignarus, qui crimina maiestatis in arena colligebat, ac se despici et contemni, nisi etiam gladiatores eius veneremur, sibi maledici in illis, suam divinitatem, suum numen violari, interpretabatur; quum se idem quod deos(...)*

⁵²⁸ “De fato, anteriormente numerosos rebanhos de vítimas marcharam na Via Capitolina, a maior parte era interrompida e forçada a mudar de direção na estrada: de forma que em honra à essa pavorosa estátua, desse cruel tirano [Domiciano], fluísse o sangue dessas vítimas, tanto como o sangue humano que ele mesmo derramava”. Plin. *Pan.* 52.7. *Ante quidem ingentes hostiarum greges per Capitolinum iter, magna sui parte velut intercepti, devertere via cogebantur: quum saevissimi domini atrocissima effigies tanto victimarum cruore coleretur, quantum ipse humani sanguinis profundebat.*

⁵²⁹ As pretensões de divindade por parte de Domiciano também são ratificadas por Suetônio e Dião Cássio, literatos que escreveram posteriormente ao seu governo. Cf. Sue. *Dom.*, 13, 2 Dio, *Hist Rom.*, LXVII, 4.

⁵³⁰ Plin. *Pan.* LII, 1. *Horum unum si praestitisset alius, illi iam dudum radiatum caput, et media inter deos sedes auro staret aut ebore, augustioribusque aris et grandioribus victimis invocaretur.*

Como pode ser visto, o contraste entre as políticas do *dominus* e do *princeps* assume uma linha tênue em que o sacrifício em nome do imperador, tendo em vista sua *salus*⁵³¹ e conseqüentemente a *bona fortuna* do império é visto como positivo, mas o mesmo sacrifício para louvar diretamente sua imagem era mal visto. Assim, o bom imperador era aquele que cuidava de seu povo, como um pai – *Pater Patriae* – e não como um deus. Daniel Scholwaller vai destacar que destino das estátuas de Domiciano é lembrado, não só para relatar uma punição ao tirano, mas também como lembrete a Trajano, do destino daqueles que procuram se igualar aos deuses⁵³². Apesar disso, durante algumas partes da obra, ficam evidentes alguns pontos de conflito na dissociação completa de Trajano com a imagem divina.

Tácito também vai realçar a *superbia* de alguns *principes* e a bajulação dos senadores como uma das causas mais sérias da tirania. Isso fica evidente em Tac. *Ann.* XV, 74, 4, quando o historiador vai narrar que foi proposto por Cerialis Anício, cônsul designado, que construísse um templo em homenagem ao deus Nero – *divo Nerone*. Anício vai justificar sua proposta por estar, supostamente, persuadido de que Nero havia determinado “que merecia a veneração dos homens tal como se estivesse acima dos mortais⁵³³”. Em seqüência, em uma rápida digressão, Tácito vai ironizar a proposta do cônsul afirmando que Nero negou esse pedido “para que não interpretassem como vaticínio de seu fim: pois honras divinas não são tidas pelo príncipe a menos que ele tenha deixado viver entre os homens⁵³⁴”.

Fica claro que para Tácito a *superbia*, a soberba, é um importante passo para que o *princeps* se converta em um *dominus*. As pretensões de divindade seguem no pensamento do tirano, quando ele mesmo, se coloca além da esfera mortal, acima dos seus pares – os senadores. No caso de Domiciano, a sua *superbia* é destacada em *Agr.*

⁵³¹ Segundo Andrew- Wallace Hadrill (1981), as imagens de *salus* abundam na cunhagem de Trajano. O *votum de salus* para os *principes* era feito anualmente no aniversário da adesão do imperador. Entretanto em situações excepcionais poderia ser feito em outros momentos. Plínio também expõe a ideia de que Trajano adicionou um novo pedido para a prece tradicional. Plínio (*Pan.* 67,6) relata que Trajano incluiu a condição de que esse voto só deveria ser atendido pelos deuses na medida em que ele fosse um bom *princeps*, capaz de preservar a segurança do Estado.

⁵³² SCHOWALTER, 1993, pp. 70-71.

⁵³³ *quod quidem ille decernebat tamquam mortale fastigium egresso et venerationem hominum merito.*

⁵³⁴ Tac. *Ann.* XV, 74. [*sed ipse prohibuit, ne interpretatione] quorundam ad omen [dolum] sui exitus verteretur: nam deum honor principi non ante habetur, quam agere inter homines desierit.*

43. Nesse trecho, ao lamentar a morte de Agrícola, Tácito afirma que o sogro havia deixado ao imperador seu testamento, e que esse, “tão cego e corrupto tinha o espírito pelas contínuas adulações que ia a ponto de desconhecer que o não faria herdeiro um bom pai, se ele não fosse um mal *princeps*⁵³⁵”. Nesse ponto fica evidente uma crítica não só a soberba de Domiciano, mas também a adulação da aristocracia, que permitia esse comportamento.

Concluimos assim que a construção retórica da imagem de Trajano e de seu governo se dá, em grande parte - através da degeneração da *persona* de Domiciano. Esse contraste se torna claro nas obras de Cornélio Tácito e Plínio Jovem, e tem, como objetivo, além de evidenciar a bondade do imperador em exercício, tentar delimitar seu poder - que, em âmbito constitucional, era praticamente ilimitado - através de fronteiras éticas e morais. Essas fronteiras - maleáveis, fluídas e dinâmicas⁵³⁶ - eram construídas sob diferentes perspectivas, tendo em vista a atuação política, social e cultural diversa de seus autores dentro do seu próprio contexto. Assim, o contraste entre os vícios e as virtudes dos *principes* obedece a um decoro baseado em *tòpos* mais ou menos previsíveis⁵³⁷, como a piedade com os deuses - *pietas* -, o respeito à ordem social - *fides* -, as virtudes militares - *virtus* -, a capacidade de governar com moderação e justiça - *moderatio* e *iustitia*. Entretanto, na prática, os limites a essas caracterizações são definidas - e ressignificadas - por diversas variáveis impostas pelo presente. Tendo isso em consideração, partimos nas linhas que se seguem a uma análise do retrato de Augusto nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem, tendo em vista outra extremidade na idealização de Trajano sob a égide do *Optimus Princeps*: a *aemulatio*.

3.3. Felicior Augustus, melior Traianus: Augusto, Trajano e a construção do Optimus Princeps.

⁵³⁵ Agr. 43. *Tam caeca et corrupta mens adsiduis adulationibus erat, ut nesciret a bono patre non scribi heredem nisi malum principem.*

⁵³⁶ Para mais sobre fronteiras físicas e metafísicas: Cf. GUARINELLO, 2010.

⁵³⁷ Tal como vai afirmar Aristóteles: A retórica “(...) não forma seus silogismos com base em quaisquer materiais fortuitos, tais como os devaneios dos loucos, mas a partir de materiais que necessitam ser discutidos racionalmente, ao passo que a Retórica baseia-se nos assuntos que já são assuntos regulares de debate (...)”. (Cf. Arist. *Rhet.* II. 1357a1. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, 2005).

Há poucos meses atrás, nos deparamos com uma matéria jornalística, datada do dia 27 de novembro de 2014, que visava informar sobre um congresso internacional de estudos clássicos – intitulado *XIV A.D. SAECVLVM AVGVSTVM: The Age of Augustus* - organizado em Portugal, homenageando o bimilenário da morte do imperador Augusto. Essa matéria, escrita por Catarina Moura, levava seguinte título, que nos chamou uma atenção especial: “Imperador Augusto é um camaleão com dois mil anos”⁵³⁸. A autora vai utilizar a analogia ao camaleão, para definir uma imagem ambígua, adaptável, construída sobre a *persona* de Otaviano Augusto, que se apresenta sob múltiplos retratos, sendo quase impossível de ser definida homoganeamente.

Á despeito de algumas generalizações parece-nos bastante pertinente essa comparação. Isso porque, mesmo que Augusto tivesse procurado estabelecer uma imagem inteiramente homogênea durante seu governo - algo que, a nosso ver, não aconteceu⁵³⁹ -, sua representação após sua divinização, se torna bastante maleável, sendo fundamental para legitimar ações distintas daqueles *principes* que o sucederam. Como Paulo Martins vai deixar claro, em seu livro *Imagem e Poder: Considerações sobre a representação de Otaviano Augusto*: “pouco importa a figura [representada], mas sim o que ela representa para o futuro do sistema que se instaura. Assim a divinização e a apoteose de Augusto servem não só ao Império Romano, como também ao Carolíngio ou ao Sacro Império no Medievo⁵⁴⁰”. Dessa maneira, as *imagines* augustanas, vão se colocar sob o principado romano em um conflito entre *res ficta* e *res historica*, se aproximando do primeiro grupo, principalmente sob a forma de *simulacrum*. A *res ficta*, no entanto, como Martins deixa claro, não vai ser uma simples abstração, ou imagem completamente inventada, mas sim, um retrato que vai ter aspectos de verossimilhança com a real personalidade de Augusto.

A ideia de *simulacrum* perpassa aqui os contornos assumidos pela *imago augusti*. Se durante seu governo Augusto procura similaridade – no sentido de símile,

⁵³⁸Disponível em: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/augusto-e-um-camaleao-com-dois-mil-anos-1671017>.

⁵³⁹ Tal como Paulo Martins vai deixar claro em sua obra: Cf. MARTINS, Paulo, 2011.

⁵⁴⁰ MARTINS, Paulo, 2011, p. 210.

como um conectivo-comparativo entre duas imagens⁵⁴¹ – com figuras divinas, tais como Apolo e Netuno, após sua morte, sua *persona* vai ultrapassar a esfera humana, sendo constantemente emulada pelas gerações posteriores, como o arquétipo do governante ideal, portadora de qualidades divinas. Seu nome, *Augustus*, vai ser adotado por todos os imperadores que o sucederam e através desse uso foi perdendo seu caráter denominativo e acabou tornando-se um título⁵⁴². Nesse sentido, a construção posterior da imagem de Augusto, idealizada, vai se aproximar da lenda da pintura de Zeuxis, contada por Platão⁵⁴³.

Assim, tendo em vista que a idealização do *princeps* nas fontes é construída a partir das indagações e adversidades de diferentes contextos e sob a ótica de diferentes grupos sociais, podemos assumir aqui que a *imago* augustana se torna múltipla, tais como são variáveis as personalidades dos onze *principes* exaltados entre 14 e 97, e suas relações com as mais diversas *ordines romani*. Diante desse contexto, se torna claro que os múltiplos retratos augustanos, não são, dessa maneira, idênticos, ou reproduções exatas do próprio Augusto. Mas são representações coerentes com os problemas e indagações que circundavam o ambiente em que foram produzidos. Como veremos na análise de fontes do principado de Trajano – Tácito e Plínio, o Jovem - a *imago* augustana vai se tornar, simbolicamente, um importante elemento elucidativo e

⁵⁴¹ Aristóteles vai qualificar o símile na Retórica através do exemplo: “Aquiles é como um leão”. Há uma diferença sutil aqui para a representação metafórica, que seria, de acordo com o filósofo grego: Aquiles é um leão (*Reth.* 1406b). Paulo Martins (2013, p. 168) vai afirmar que em um símile: “o sentido é transferido de lado a lado, continuamente, atribuindo características inerentes de um e outro termo, numa relação constante de predicação”. Ainda segundo os símiles, Martins (2013, p. 169) vai afirmar que ele age “simultaneamente, na elocução como *ornato* e na invenção como *argumentatio*, pois, não devem ser incompreensíveis a ponto de obscurecer tanto uma quanto outra, e devem servir como amplificação da imagem que se ilustra, apontando o discurso para o admirável, o sublime, o agradável, o florido”.

⁵⁴² De “Venerável, elevado, majestoso” (HORNBLLOWER & SPAWFORTH, 1996, p. 214), o nome dado em 27 a.C a Otaviano foi personificado e ressignificado, junto com uma carga simbólica que envolvia a imagem do primeiro imperador. As nomenclaturas assumidas pelos *principes* diziam muito sobre a sua personalidade e o perfil de governança que seus sucessores queriam seguir. Calígula vai incorporar o nome de seu pai, Germânico, muito popular diante das legiões, na sua titulação oficial. O mesmo vai acontecer com Otto, que vai sublinhar sua amizade com Nero aceitando o acréscimo de seu nome.

⁵⁴³ Segundo nos conta Cícero *De inv.* II, 1-3, Zêuxis, na pretensão de fazer um *simulacrum* de Helena de Tróia como Afrodite, pediu as cinco mais belas jovens de Crotona para que pudesse pintar aquilo que elas tinham de mais bonito. A soma da beleza das jovens e o isolamento de suas deficiências formavam o arquétipo do belo, personificado sob Helena/Afrodite. Nesse sentido, a amplificação das virtudes de Augusto, é consolidada tanto à partir de diversos valores caros aos romanos, quanto pela inserção de tradições orientais, que resultam no sombreamento de suas falhas que o tornam um arquétipo de governante e o elevam ao patamar divino – similarizando a Júpiter *Optimus Maximus* – após sua morte.

amplificativo para a construção da personalidade de outros *principes* dentro da literatura romana.

Entretanto, esses diferentes cenários, marcados pela multiplicidade, não impedem que as imagens de Augusto tenham elementos conectivos importantes, implicando na já citada similaridade. Esses elementos nos permitem entender como ações reais do primeiro imperador, interferiram na própria concepção de Principado e na forma pela qual os governantes posteriores e a aristocracia senatorial compreendiam a atuação política dos *principes*. Como já deixamos claro anteriormente, a literatura romana perpetua uma grande diversidade topológica, que obedece a um decoro determinado, responsável por criar lugares de memória mais ou menos comuns (*loci*). Esses *loci* são justamente o que permite que o retrato augustano seja constantemente emulado, mesmo em diferentes contextos políticos e sociais. Assim, a representação positiva do governo de Augusto vai perpassar sua própria gestão, dinastia e a própria duração do Império Romano, sendo reproduzida até os dias atuais.

Alguns acontecimentos ainda, contribuíram para a figuração de Augusto como um *exempla* na literatura política do século I d.C. O primeiro, e mais óbvio deles, foi a extensão do principado augustano. Esse governo foi o mais duradouro da história do Império Romano – 41 anos, se contarmos a partir de 27 a.C. A longevidade desse poder, segundo Werner Eck⁵⁴⁴, contribuiu não só para a consolidação de uma nova posição, a do *princeps*, - que ainda possuía um estatuto frágil juridicamente - como autoridade superior no cenário político romano, mas também para a fundamentação positiva da *imago augusti*. De acordo com o historiador alemão, a gestão de Augusto foi consolidada como modelo na filosofia política do Principado, mesmo quando “modificações naturais ocorreram com o passar do tempo⁵⁴⁵”. Eck ainda vai afirmar que “todos sucessores de Augusto citaram seu exemplo reivindicaram seu modelo, mesmo quando eles de fato agiam de uma forma muito diferente⁵⁴⁶”.

⁵⁴⁴ ECK, 2007, p. 163.

⁵⁴⁵ *Ibidem*, p. 162.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, *loc. cit.*

Ainda quanto à relação entre memória e tempo, cabe salientar que a dinastia dos Júlio-Cláudios, iniciada por Augusto, ainda iria perdurar por mais 54 anos após sua morte, nenhum outro *princeps*, no Alto Império teria um legado tão longo, salvo – justamente - Nerva/Trajano⁵⁴⁷, fundadores da dinastia Antonina. Durante aquele tempo houve uma grande proteção à memória augustana. O culto imperial, dedicado a Roma, foi ligado à reverência ao imperador e sua família⁵⁴⁸, concentrando-se, durante a dinastia Júlio-Cláudia, referencialmente sob a *imago augusti*. As *lex maiestas*, aplicadas de forma acentuada durante o principado de Tibério – herdeiro de Augusto - com toda certeza, contribuíram para proteger a imagem do primeiro imperador, de críticas posteriores à sua morte. As condenações daqueles que falavam contra a *familia caesaris* se iniciaram, como Tácito vai narrar, naquilo que fora considerado um sacrilégio à imagem do primeiro imperador⁵⁴⁹.

Outro fator, que contribuiu para a disseminação da *imago augusti* foi o evergetismo promovido por seu governo e a proeminência de diversos literatos durante esse tempo. O grande número de vestígios epigráficos e numismáticos dessa época ressaltam a progressiva centralização e personificação do Estado no governante, e a importância dada por este à sua representação imagética. Durante o principado augustano, destacaram-se alguns dos maiores poetas latinos conhecidos por nós – tais como Virgílio, Horácio, Ovídio, entre outros – e aquele que para muitos foi o maior dentre os historiadores romanos – Tito Lívio. A evidente função memorialística da literatura, onde os mais proeminentes literatos do principado construíram um retrato positivo do governo augustano, junto a pouca liberdade crítica envolvendo o primeiro imperador, que procedeu em mais de cinquenta anos após sua morte, acabaram se tornando mecanismos importantes para a veiculação das virtudes de Augusto, e o abrandamento de seus vícios, postura que iria perpetuar em governos posteriores.

⁵⁴⁷ Os Antoninos governaram Roma de 96 d.C a 196 d.C, exatos 96 anos, um ano a mais que os Júlio Cláudios, que ocuparam o principado de 27 a.C a 68 d.C. No entanto, a imagem de Nerva não foi tão explorada pela dinastia quanto a de Trajano, que vai assumir o Império somente à partir de 98 d.C.

⁵⁴⁸ Falar sobre a passagem do Valério Messala em Suetônio. E citar alguém do culto imperial.

⁵⁴⁹ “De forma alguma me incomodarei em retornar aos casos de Falânio e Rúbrio, modestos cavaleiros romanos, sob quem tiveram início os julgamentos por esse crime [lesa-majestade] (...) Tac. *Ann.* I, 73. *Haud pigebit referre in Falanio et Rubrio, modicis equitibus Romanis, praetemptata crimina, ut quibus initiis (...).*”

Diante dessa mesma lógica, a publicação e disseminação da *Res Gestae* - uma autobiografia política do primeiro imperador, distribuída por todo o Império - já durante o governo de Tibério - se mostrou também crucial para a fundamentação e sucessão do Principado. O relato augustano sobre seus feitos políticos e militares é um manual sem precedentes sobre os deveres do *princeps* e a extensão do seu poder. Além disso, fica evidente na obra, um esforço para fundamentar esse novo regime político – o Principado - que ainda era extremamente dependente da *persona* de Augusto. Jean Gagé destaca a intenção desse governante em perpetuar uma imagem ideal sua à posteridade⁵⁵⁰. Já Paul Zanker⁵⁵¹, estende a importância dessa obra e destaca que a *Res Gestae* se estabeleceu como um guia de comportamento sob o qual os *principes* seguintes foram julgados. Além disso, a biografia augustana solidificou as características que se tornariam basilares na conceituação dos governantes, durante todo o século I e II, tal como *virtus*, *iustitia*, *clementia*, *libertas*, *fides*, *pietas* e *concordia*, *fortuna*, *constantia*, *liberalitas*, *pax*, entre outras⁵⁵².

Independentemente das intenções de Augusto, parece-nos evidente que mesmo com o fim da dinastia dos Julio-Cláudios, sua *imago* ainda vai influenciar diretamente o pensamento político romano. A *imago augusti* vai se tornar, dentro de determinados limites, a uma representação simbólica do próprio principado. Parece coerente, nesse sentido, que o elogio a Augusto, bem como possíveis críticas, sejam diretamente relacionados com a essência do regime político vigente. Por exemplo, quando Vespasiano, vencedor das guerras civis de 69 d.C, assume o poder, ele recorre, em grande medida, a um vocabulário imagético semelhante àquele utilizado por Augusto,

⁵⁵⁰ GAGÉ, 1935, p. 34.

⁵⁵¹ ZANKER, 1989, pp. 285-288.

⁵⁵² Como vai afirmar Ronald Syme (1959, p. 430): “Tácito, não foi iludido pelo fim de uma guerra civil, que substituiu um imperador por outro e mudou os indivíduos, mas não o caráter, do governo. Os mesmos homens que haviam vencido as Guerras Civis agora controlava os destinos do novo Estado, mas diferentes *mores*, precisavam ser professados e inculcados, caso não fossem adotados. Não é suficiente a aquisição de poder e riqueza: o desejo dos homens é parecerem virtuosos e sentirem-se virtuosos”. Nesse sentido Syme vai caracterizar uma nova ideologia inaugurada sob o principado de Augusto através de uma identidade construída a partir de um forte apelo patriótico e a combinação de elementos culturais helenísticos e romanos. Essa perspectiva é retomada por Andrew Wallace-Hadrill em seu artigo *The Emperor and his Virtues*, que trata da representação das virtudes imperiais durante o século I. Para Wallace-Hadrill, a celebração do governo augustano é representada como um retorno à Idade do Ouro, na qual, atributos como fé, paz, honra e a virtude foram restaurados (WALLACE-HADRILL, 1981, p.309).

para consolidar sua posição. Parece unânime dentro da historiografia trabalhada⁵⁵³, que o fundador da dinastia Flávia vai procurar uma política de aproximação ideológica com o primeiro imperador romano, a ideia de *pax romana, res publica restituta* e a renovação do regime através de reformas morais foram a base do principado de Vespasiano, que adicionou um forte elemento militar ao seu discurso imagético.

É claro, que o fracasso da dinastia augustana, gerou prejuízos á sua memória, como veremos posteriormente. Gastón Boissier⁵⁵⁴ vai afirmar que na época de Trajano existia uma forte corrente política contrária aos imperadores Julio-Cláudios, mas ao mesmo tempo, favorável a Augusto. Petre Ceauescu parece concordar com essa posição e vai nos oferecer uma explicação razoável. Segundo o historiador romeno, conforme o tempo passava, o regime imperial foi consolidado. Depois de mais de oitenta anos da morte de Augusto, - e trinta do suicídio de Nero, o último de sua dinastia – “a relação direta do regime, com seu fundador deixou de ser, necessariamente, um aspecto fundamental da ideologia imperial. No entanto, uma ligação sentimental permaneceu e não havia nenhuma razão para destruí-la⁵⁵⁵”.

Assim nos parece evidente que, em 98 d.C, quando Trajano vai assumir o Império, o estatuto referencial da *imago* de Augusto como um bom *princeps*, esteja solidificado como um lugar-comum na literatura política do principado. Talvez por isso, se torne tão difícil - e indesejável - para Tácito ou Plínio assumirem críticas diretas ao primeiro imperador romano. O principado de Augusto, tal como o governo dos Antoninos, era um assunto que exigia uma abordagem diferente, certamente, menos pessimista, do que aquela, por exemplo, utilizada nos *Anais*.

Nessa obra, Tácito revela sua intenção de escrever um trabalho isolado, reservado somente ao governo augustano: “(...) mas esse [acontecimento], juntamente com outros eventos remanescentes daquela idade [de Augusto] eu contarei se, acabados [meus] muitos trabalhos, a [minha] vida se estenda suficientemente⁵⁵⁶”. Em outro momento, nas *Histórias*, Tácito também vai revelar seu desejo de escrever sobre os tempos felizes em que vivia: “Caso minha vida seja suficiente, reservarei minha velhice

⁵⁵³ Cf: Henderson, 1969, p.121; Jones and Milns. 1984. p. 36; Noreña, 2003, p.31.

⁵⁵⁴ BOISSIER, 1912, p. 84.

⁵⁵⁵ CEAUESCU, 1974, p. 184.

⁵⁵⁶ Tac. Ann. III, 24. *sed aliorum exitus simul cetera illius aetatis memorabo si effectis in quae tetendi plures ad curas vitam produxero.*

ao principado de Nerva e ao governo de Trajano, matéria segura e abundante, um raro tempo de felicidade no qual o desejo de sentir e o dizer são permitidos⁵⁵⁷”.

Infelizmente Tácito nunca teve o tempo que desejara. Uma obra - ou duas - abordando os governos de Augusto e Trajano, seria um acréscimo essencial para entendermos melhor a relação taciteana com o Principado e analisarmos a evolução desse regime durante o século I d.C. Se através desse trabalho, o autor iria apresentar, em planos diversos, um paralelo entre seu tempo e àquele nunca poderemos saber. No entanto, o desejo de trabalhar isoladamente com o essa temporalidade demonstra a importância de Augusto, ainda no contexto taciteano. As referências diretas a esse imperador nas obras de Tácito são abundantes⁵⁵⁸ e essenciais para compreendermos o retrato que esse autor pretende construir daquilo que seria o comportamento desejável ao *princeps*.

No caso de Plínio, o Jovem, as citações diretas a Augusto são escassas⁵⁵⁹. Entretanto, vamos ver diversas alusões que emulam as ações augustanas; tais como; o uso da *moderatio*, da *recusatio*, o estabelecimento da *pax* pela *concordia* e o amor e a *constantia* no trato com todos os cidadãos. O documentado respeito às leis criadas por esse *princeps*, na correspondência com o imperador⁵⁶⁰, ajuda a comprovar a importância da *imago augusti* no contexto de escrita pliniano. As várias referências de Plínio a

⁵⁵⁷ Tac. *His.* I,1,4. *quod si vita suppeditet, principatum divi Nervae et imperium Traiani, uberiorem securioremque materiam, senectuti seposui, rara temporum felicitate ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet.*

⁵⁵⁸ Durante a nossa pesquisa fizemos um levantamento sobre a quantidade de vezes em que o nome de Augusto é mencionado dentro do conjunto das obras taciteanas. Vimos que o primeiro imperador romano é citado durante uma vez na *Vida de Agrícola*, nove vezes no *Diálogo dos Oradores*, 19 vezes nas *Histórias* e 146 vezes nos *Anais*, totalizando 174 menções. Essas alusões a Augusto servem aos mais diversos objetivos. Podem ser uma forma tanto de comparar suas ações às de governantes posteriores, como uma maneira de recorrer à autoridade de seus atos e de sua linhagem para julgar os feitos dentro da *domus Caesaris*. Esse levantamento nos permitiu qualificar Augusto como um *exemplum*, dentro da obra taciteana.

⁵⁵⁹ Apenas duas citações diretas: *Pan.*, 11, 1; *Pan.*, 84, 5;

⁵⁶⁰ Em *Ep.* X, 84, 1 Trajano vai responder Plínio da seguinte maneira: “Aos habitantes de Nicéia, deve confirmar a reivindicação dos seus bons cidadãos, que, o Divino Augusto concedeu; deveis liberar os contratos de todas as pessoas que não fizeram testamento e também todas as negociações pertinentes a elas(...)”. *Nicaeensibus, qui intestatorum civium suorum concessam vindicationem bonorum a divo Augusto affirmant, debetis vacare contractis omnibus personis ad idem negotium pertinentibus(...)*. Já em outra carta *Ep.* X, 80, Trajano vai confirmar o respeito às leis de Augusto: “Quanto a sua interpretação, meu caríssimo Segundo, estou de acordo: Até agora, o edito do Divino Augusto modificou a lei Pompéia, no qual o magistrado só ira tomar posse caso não seja menor de vinte e dois anos (...)”. *Interpretationi tuae, mi Secunde carissime, idem existimo: hactenus edicto divi Augusti novatam esse legem Pompeiam, ut magistratum quidem capere possent ii, qui non minores duorum et viginti annorum essent(...)*

Trajano pelo nome de *Caesar Augustus* ou *Imperator Auguste*⁵⁶¹, no *Panegírico*, demonstram a importância simbólica do primeiro imperador ao regime. Nesse caso, mesmo se considerando tais nomeações como títulos honoríficos já estabelecidos, a remissão a Augusto é explícita. Segundo John Henderson⁵⁶² o próprio pronunciamento de uma *laudatio* ao *princeps* remetia simbolicamente à resignação de Augusto, após o término das Guerras Civis, quando este devolveu o poder ao Senado, recebendo em troca diversas honrarias. Esse discurso simbolizava a manutenção do pacto entre o Senado e Casa Imperial. Assim, se Domiciano figura nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem como o principal *exemplum* negativo, vamos notar que Otávio Augusto será aos olhos dos literatos trajaninos um paradigma a ser superado.

Isso pode ser afirmado, em larga medida, porque a imagem literária construída de ambos os imperadores vai se aproximar em diversos pontos, mas se distanciar em momentos chave, tendo em vista a *amplificatio* das virtudes de Trajano. Para Jean Béranger⁵⁶³, era natural que os literatos trajaninos procurassem por modelos de comportamento dentro do próprio Principado, já que os mais insígnis estadistas e líderes republicanos seriam possivelmente um parâmetro anacrônico - e possivelmente inapropriado -, tendo em vista da gestão do poder.

Diante disso, Augusto, como o primeiro e talvez o mais bem sucedido *princeps* até a época de Trajano, vai se tornar naturalmente uma referência quanto à idealização daquilo que Plínio vai chamar de *Optimus Princeps*. Isso fica claro devido utilização da tríade ideológica do principado augustano – paz, liberdade e concórdia –, tanto por Plínio, o Jovem, como por Tácito para elevar o governo trajanino. Entendemos que esses vão ser atributos evocados frequentemente, durante o século I d.C, sob momentos e governos distintos. Entretanto, acreditamos que sob Trajano esses elementos adquirem novos sentidos, que buscam a legitimação do exercício por esse *princeps*, mas também atestam para as novas necessidades que parte da aristocracia senatorial tinha em relação ao regime.

⁵⁶¹ Seis vezes – *Pan*, 4,3; *Pan*, 5,2; *Pan*, 57, 6; *Pan*, 64, 3; *Pan*, 88, 4 (2)- e duas vezes – *Pan*, 16,2; *Pan*, 56, 2 - , respectivamente.

⁵⁶² HENDERSON, 2011, p.148.

⁵⁶³ BÉRANGER, 1953, p. 101.

Já no primeiro próêmio dos *Anais*, observamos que Tácito irá delimitar temporalmente seu objeto. O historiador latino vai afirmar que deseja “tratar pouco das coisas de Augusto e somente de seu período final⁵⁶⁴”, seguindo, quase que imediatamente para a narrativa do governo de Tibério. A justificativa taciteana, para não incluir o governo augustano na obra é clara: “no tempo de Augusto não faltaram talentos ilustres⁵⁶⁵”. A perspectiva contrasta com as palavras que se seguem sobre os principados de Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Segundo Tácito, sob esses imperadores tudo que se escreveu “floresceu sob a mentira e o medo⁵⁶⁶”. Diante disso, fica claro para nós que, na opinião de Tácito, os grandes trabalhos literários só foram possíveis durante o governo augustano porque o *princeps* promoveu, em certa medida, a *libertas* através da manutenção da segurança pública. É uma designação implícita, mas, bastante semelhante àquela utilizada nos escritos taciteanos, para descrever, seu próprio contexto político⁵⁶⁷.

Essa ideia é ainda solidificada em *Dial.* 13, 1-2 e em *Ann.* IV. 32, 2. No primeiro trecho, Tácito, sob as palavras do personagem Curiácio Materno, vai destacar as grandes honras recebidas pelo poeta Virgílio durante o principado augustano: o povo levantou-se e o honrou, “quase como se ele fosse o próprio Augusto⁵⁶⁸”. Quanto ao segundo, tendo em vista a liberdade durante o governo de Augusto, Tácito vai afirmar que: “Tito Lívio, famoso por sua eloquência e credibilidade foi o primeiro a realizar tantos elogios a Cn. Pompeu que era chamado de “Pompeiano” por Augusto; e isso não obstruiu a amizade deles⁵⁶⁹”. Nesse ponto evidencia-se a *fides*⁵⁷⁰ augustana, que vai permitir o florescimento da *amicitia*, honrando devidamente seus amigos, a despeito daquilo que era dito ou pensado.

⁵⁶⁴ Tac. *Ann.* I, 1, 3. *mihi pauca de Augusto et extrema tradere.*

⁵⁶⁵ Tac. *Ann.* I, 1, 4. *temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia.*

⁵⁶⁶ Tac. *Ann.* I, 1, 4. *res florentibus ipsis ob metum falsae.*

⁵⁶⁷ Ver página 102, onde discutimos *Agr.* 3, 3, em que Tácito vai construir a ideia de liberdade Nerva-Trajanina perante a crueldade de Domiciano.

⁵⁶⁸ Tac. *Dial.* 13, 1-2. *veneratus est sic quasi Augustum.*

⁵⁶⁹ Tac. *Ann.* IV. 34.2. “*Titus Livius, eloquentiae ac fidei praeclarus in primis, Cn. Pompeium tantis laudibus tulit ut Pompeianum eum Augustus appellaret; neque id amicitiae eorum offecit*”

⁵⁷⁰ Para Juliana Bastos Marques (2007, p. 72) a *fides* se qualifica como “Toda manifestação de confiança, lealdade, boa-fé, amizade e de laços entre duas partes pode ser considerada *fides*, se uma das partes está acima da outra – é este o termo, por exemplo, que define, por exemplo, as relações entre patronos e clientes”.

Podemos perceber, nos fragmentos expostos, que Tácito destacou a existência de uma considerável liberdade de expressão durante o governo augustano, juntamente com certa capacidade do *princeps* em admitir e distribuir *honos* a outros cidadãos⁵⁷¹. Augusto, diferentemente de Domiciano, vai permitir o florescimento e o elogio da virtude, sem se preocupar com que essas palavras sejam interpretadas de maneira satírica, ou insidiosa, contra a dignidade imperial⁵⁷². Assim, fica claro que durante o principado augustano havia possibilidade de que a elite senatorial fosse honrada pelo *princeps*: como nos casos de Sulpício Quirino⁵⁷³ e Pisão *Pater*⁵⁷⁴. No entanto, Tácito vai evidenciar também que o favor do *princeps* se torna proporcional ao apoio político dessa aristocracia⁵⁷⁵. Ou seja, aqueles que apoiavam abertamente as decisões de Augusto, corriam o risco de se tornarem odiosos, sendo expostos como bajuladores, mas estavam mais susceptíveis a alcançarem altos cargos – através da *amicitia* do *princeps* – do que aqueles que agiam com autonomia e liberdade⁵⁷⁶. Assim, a *libertas* apesar de

⁵⁷¹ Tal conclusão ainda esbarra no relato de Suetônio, onde, em *Aug.* LIV, o biógrafo vai afirmar que nem por isso “a liberdade ou a franqueza constituíram motivo de desgraça para quem quer que fosse”. *Nec ideo libertas aut contumacia fraudi cuiquam fuit.*

⁵⁷² Segundo Tácito: “As cartas de Antonio e os discursos de Bruto continham duros insultos, ainda que falsos, a Augusto; os poemas de Bibáculo e Catulo reportavam os abusos da nomeação de César: mas tanto o Divino Júlio, como o Divino Augusto toleraram e ignoraram isso, *não é fácil dizer*, se foram maiores na moderação ou na sabedoria. Pois, por desprezar[as críticas], se elevaram: já que quando te enfureces reconheces o que vê”. *Tac. Ann.* IV, 34, 5. *Antonii epistulae Bruti contiones falsa quidem in Augustum probra set multa cum acerbitate habent; carmina Bibaculi et Catulli referta contumeliis Caesarum leguntur: sed ipse divus Iulius, ipse divus Augustus et tulere ista et reliquere, haud facile dixerim, moderatione magis an sapientia. namque spreta exolescunt: si irascere, adgnita videntur.*

⁵⁷³ “Sulpício Quirino não pertencia a antiga família patricia dos Sulpícios, e era natural do município de Lavínio: mas industrioso no exército e sagaz nas magistraturas alcançou o consulado sob o Divino Augusto”. *Tac. Ann.* III, 48, 1. *ub idem tempus ut mors Sulpicii Quirini publicis exequiis frequentaretur petivit a senatu. nihil ad veterem et patriciam Sulpiciorum familiam Quirinius pertinuit, ortus apud municipium Lanuvium: sed impiger militiae et acribus ministeriis consulatum sub divo Augusto(...)*

⁵⁷⁴ “[Cn. Pisão “Pater”] auxiliou o partido dos ressurgentes na África, durante as guerras civis contra César, depois seguiu Bruto e Cássio, em seguida foi-lhe permitido voltar [a Roma], sem pedir prêmio algum e se abstendo de qualquer honraria, até que fosse solicitado, voluntariamente, a aceitar o consulado concedido por Augusto”. *Tac. Ann.* II, 43,3. *qui civili bello resurgentis in Africa partis acerrimo ministerio adversus Caesarem iuvit, mox Brutum et Cassium secutus concessio reditu petitione honorum abstinuit, donec ultro ambiretur delatum ab Augusto consulatum accipere.*

⁵⁷⁵ Em *Ann.* III, 75 Tácito vai destacar o exemplo de Labião Antístio e Ateio Capito. O primeiro vinha de uma linhagem secundária e tinha habilidades intelectuais inferiores, mas mesmo assim conquistou magistraturas mais elevadas, graças ao favor do *princeps*, que recompensou-lhe por sua adulação. Já o segundo, descrito por Tácito como um amante da liberdade, não se elevou acima da pretura.

⁵⁷⁶ Nas *Res Gestae*, Augusto vai afirmar que recompensou largamente aqueles que o apoiaram nas guerras civis: “Houve então mais de setecentos senadores a combaterem sob minhas insígnias. Dentre esses, os que antes ou depois se tornaram cônsules, até o dia em que essas linhas foram escritas, somam oitenta e três; além desses, cerca de cento e setenta sacerdotes”. *R.G.*, XXV. *Qui sub signis meis tum militaverint*

presente no regime augustano, era dependente da *constantia* do *princeps*, e por vezes, tinha seu preço; a desvantagem política.

A *libertas*, como liberdade de expressão, também é uma marca, como já vimos anteriormente, atribuída ao governo trajanino. Plínio, o Jovem vai destacá-la em *Pan.* II, 2⁵⁷⁷. Tal como Tácito sobre Augusto, Plínio vai afirmar que sob Trajano não existia medo, portanto, a mentira e a bajulação não eram mais necessárias⁵⁷⁸. A livre expressão levou a uma mudança no caráter – e na sinceridade – do elogio. Isso só foi possível devido a uma mudança da relação do *princeps* com a aristocracia senatorial. Plínio foi participante ativo dos principados de Domiciano e Nerva, e certamente percebeu que a queda do filho de Vespasiano, em grande medida, ocorreu devido ao seu comportamento autoritário e ao progressivo isolamento em relação aos senadores. Deve ter notado ainda que o governante anterior Nerva, pai adotivo de Trajano, teve sua autoridade contestada, quando, em resposta ao caráter de Domiciano, agiu com uma postura excessivamente liberal, o que levou a *licentia*, e conseqüentemente, a uma contestação da sua autoridade⁵⁷⁹.

Diante desse cenário, é coerente que Plínio, o Jovem levasse em conta a necessidade, no *Panegírico*, em estabelecer uma caracterização harmônica à *imago traiani*: já no início do século II d.C, com a posição do *princeps* já consolidada no jogo político, não era indecoroso admitir a natureza superior do poder de Trajano. No entanto, é a maneira como esse governante utiliza esse poder - distribuindo *beneficiis*, honrando os deuses, respeitando as convenções sociais, e principalmente, agindo com paridade diante dos senadores - que o diferencia do seu antecessor quase imediato, Domiciano, e vai aproximá-lo de Augusto. Somamos isso à garantia da *pax* interna - sob

fuere senatores plures quam DCC, in iis qui vel antea vel postea consules facti sunt ad eum diem quo scripta sunt haec LXXXIII, sacerdotes circiter CLXX.

⁵⁷⁷ Cf. p. 109.

⁵⁷⁸ Tácito também vai afirmar isso em *Agr.* I, 1 e *Hist.* I, 1.

⁵⁷⁹ Plínio, o Jovem vai deixar o caráter conciliador do governo de Nerva evidente em: “A maior vergonha deste século, é a maior ofensa infligida a um Estado. O imperador, [Nerva] e pai do gênero humano, foi sitiado, preso e confinado: o poder do mais brando dos anciãos foi retirado; assim desse *princeps* foi removida a benção do principado, *de nada a ser obrigado*”. *Plin. Pan.* VI, 1. *Magnum quidem illud seculo dedecus, magnum reipublicae vulnus impressum est. Imperator, et parens generis humani, obsessus, captus, inclusus: ablata mitissimo seni servandorum hominum potestas; ereptumque principii illud in principatu beatissimum, quod nihil cogitur.*

a forma de *securitas* - do apoio dos exércitos, das províncias, a lealdade da guarda pretoriana e ao conseqüente controle das forças de oposição - *concordia*.

Esses elementos, também constituíram, parte importante da imagem que Tácito vai fazer de Augusto. Em *Dial*, 38, 4 - o historiador vai afirmar que o estabelecimento do governo de Augusto vai influenciar diretamente nas mudanças verificadas na oratória durante o século I d.C. Segundo Tácito, a elocução no principado augustano era influenciada pelo fato de que a “(...) longa tranquilidade da época, o continuado ócio do povo, a constante tranquilidade do Senado e, sobretudo, a disciplina do príncipe haviam apaziguado tanto a eloquência como todo o resto⁵⁸⁰”. Afinal, como diz Materno⁵⁸¹, no capítulo anterior: “Quem ignora que desfrutar da paz é melhor do que ser atormentado pela guerra?⁵⁸²” Nesse sentido *populi otium, senatus tranquillitas e principis disciplina*, aparecem como a consequência da paz e um retrato claro do Principado, onde as instituições repousavam sobre a disciplina do príncipe.

O ócio do povo tem uma conotação claramente pejorativa⁵⁸³, como já foi mencionado anteriormente. Com as guerras civis do século I a.C, a personificação do poder na figura dos generais e as disputas aristocráticas, a plebe urbana foi gradativamente perdendo espaço político, se tornando cada vez mais dependente das distribuições de trigo e das relações patronais para subsistência. Segundo Hammond as assembleias populares, continuaram a funcionar durante todo o governo augustano, mas se tornaram de fato ineficazes, já que a iniciativa legislativa emanava do *princeps* ou do Senado. Até mesmo os magistrados, especialmente os tribunos, perderam toda a independência de iniciativa que tinham conquistado sob República Tardia⁵⁸⁴. Com isso, houve um progressivo esvaziamento do papel do *populus* na gestão da *res publica*, que

⁵⁸⁰ *postquam longa temporum quies et continuum populi otium et assidua senatus tranquillitas et maxime principis disciplina ipsam quoque eloquentiam sicut omnia alia pacaverat.* Cf. Tac. *Dial.* 38, 4.

⁵⁸¹ Segundo Petre Ceausescu (1974, p. 187), na condição de aristocrata e poeta, Materno, vai na sua propensão pela vida tranquila e contemplativa, considerar o lazer (*otium*), tranquilidade (*tranquillitas*) e repouso (*quies*) indispensáveis a tal existência, realizável apenas pela “*maxima principis disciplina*”. Dessa forma, a *pax romana*, instituída por Augusto, que poderia ser benéfica do ponto de vista de Materno, pois os líderes políticos durante o período da República haviam se mostrado incapazes de por um fim a uma situação de conflito que se tornou intolerável.

⁵⁸² *Quis ignorat utilius ac melius esse frui pace quam bello vexari.* Tac. *Dial.* 37, 3.

⁵⁸³ Isso pode ser visto quando, Tácito, ao falar dos gauleses vai afirmar: “sabemos de fato, terem sido os gauleses famosos na guerra: mas veio logo, com o ócio, a indolência, perdendo-se o valor, ao mesmo tempo que a liberdade. Na seqüência, vai afirmar que Agrícola impôs aos Bretões o mesmo sossego e ócio (*Agr.* 21).

⁵⁸⁴ HAMMOND, 1963, pp. 96-97.

se tornara cada vez mais dependente da *munificencia* dos aristocratas, gerais e posteriormente dos *principes*. O momento final desse processo se deu quando, Tibério, logo após a morte de Augusto, coloca as *comitia centuriata*, sob poder do Senado⁵⁸⁵.

Devemos ainda destacar que Tácito não demonstra nenhuma forma de simpatia, ao narrar o louvor ao imperador pelo *populus*. Fábio Duarte Joly denomina tal pensamento como uma “racionalidade servil”⁵⁸⁶, expressa através do vulgo de escravos – e essa condição não escaparia a boa parte do *populus* - em que, não por amor, ou por medo, mas por pura adulação e servidão, acaba por se curvar perante todas as decisões do *princeps*. Tendo em vista a posição de Tácito como um aristocrata, sua visão sobre a plebe era no mínimo preconceituosa. Isso vai ficar claro, nas diversas vezes em que narra as reações do povo, que diante das ações dos governantes, quase sempre demonstrava um caráter sedicioso e volúvel⁵⁸⁷.

Segundo Anthony John Woodman⁵⁸⁸ a noção de *senatus tranquillitas* é ciceroniana e está diretamente relacionada com a questão da *securitas publica* e da *pax*, propiciada - e dependente - nesse caso, pela *disciplina* do *princeps*. Entretanto, Woodman também vai ressaltar que *tranquillitas* pode ser interpretada como alienação quanto aos assuntos de Estado, o que contribuiria para construção de um perfil servil da aristocracia. Nesse trecho especificamente, parece-nos que esses dois sentidos podem ser observados, pois de um lado, os cidadãos estavam *securi*, pois havia *concordia* - portanto *pax*. Entretanto por outro lado, a *disciplina* do *princeps*, responsável por intermediar os conflitos de poder, gerava a alienação da aristocracia senatorial e a mudança do objeto, do espaço e do estilo da *eloquentia*.

Tácito, sob as palavras de Materno, ainda vai admitir que o sentido de *eloquentia*, bem como de *libertas*, tal como eram compreendidos sob República, vão ser essencialmente degenerados no Principado⁵⁸⁹. Entretanto, torna-se claro no decorrer da

⁵⁸⁵ Ver página 24.

⁵⁸⁶ JOLY; 2004, p.71

⁵⁸⁷ Para mais informações sobre o *populus* em Tácito: Cf. ÁLVAREZ, 1995, pp. 533-549.

⁵⁸⁸ WOODMAN, 2014, p. 292.

⁵⁸⁹ Materno vai dizer: “Com efeito, não desejamos chegar à conclusão de serem os antigos mais eloquentes; o que para mim, sem dúvida está evidente, mas investigamos as causas disso(...)”. Tac. *Dial.* 27, 1. *Neque enim hoc colligi desideramus, disertiores esse antiquos, quod apud me quidem in confesso est (...)*. E prossegue “uma vez que falas sobre os antigos, usa da antiga liberdade, em relação à qual nos

obra que Materno não abriga nenhuma nostalgia quanto aos tempos antigos. Em seu discurso, ele vai afirmar que a grande eloquência, pupila da *licentia*, é como o povo insensato chama a liberdade⁵⁹⁰. Segundo Alan Gowing é evidente no *Diálogo dos Oradores* que não foi a *eloquentia* que diminuiu, mas simplesmente a situação política em Roma que se estabilizou até o ponto onde oradores combativos e não eram mais necessários em âmbito político. Numa sociedade em que um único indivíduo toma as decisões, onde *tranquillitas* e *concordia*, modelos de comportamento como Cícero e Catão se tornaram ultrapassados⁵⁹¹.

Nesse contexto, novos comportamentos – como a *moderatio* e a *constantia* – eram necessários, tanto para os aristocratas quanto para os *principes*. No caso de Tácito, como de Plínio essas virtudes são colocadas como essenciais para o desenvolvimento de uma relação positiva entre o Senado e a *domus Caesaris*. A relação com Augusto aqui pode ser vista claramente no uso por Trajano do ritual da *recusatio*. A *recusatio*, de acordo com Kirk Freudenburg⁵⁹² será, simbolicamente, uma prova de resignação e *constantia* do *princeps* ao Senado. Esse comportamento remetia diretamente a Augusto, quando em 27 a.C recusou qualquer “cargo concedido contrariamente ao costume dos antepassados⁵⁹³”. Entretanto, no decorrer do século I d.C a *recusatio* vai acabar assumindo um sentido ritualístico, sendo utilizada por todos os novos imperadores, para reforçar um pacto de governança entre o Senado e o *princeps*⁵⁹⁴.

A recusa a títulos, triunfos, magistraturas ou simplesmente elogios, também aparece relacionada como um valor estoico, que indicaria abnegação e afastamento dos

degeneramos ainda mais do que na eloquência. Tac. *Dial.* 27, 3. *cum de antiquis loquaris, utere antiqua libertate, a qua vel magis degeneravimus quam ab eloquentia.*

⁵⁹⁰ Cf. Tac. *Dia.* 40, 2.

⁵⁹¹ Se na oratória política esses personagens se tornaram ultrapassados, Materno é mais conivente em emula-los, no drama e na poesia. Aqui, há um diálogo indireto com Aristóteles. Em “Retórica”, o filósofo vai afirmar, quanto ao discurso deliberativo [oratória política] que: “(...) No que toca as coisas que existem ou existirão necessariamente, ou que não tenham a possibilidade de existir ou ocorrer, nada há para ser deliberado” (Cf. Arist. *Rhet.* IV. 1359a30. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, 2005). Nesse sentido não cabe a oratória da República deliberar sobre os problemas do Principado, já que o contexto passado não vai se repetir. Quanto ao discurso demonstrativo, no entanto, Aristóteles afirma que: “Para o discurso demonstrativo [como a poesia], o essencial é o presente, uma vez que se louva ou se censura em vista do estado de coisas presente, embora seja frequente o orador do discurso demonstrativo também evocar o passado e efetuar conjeturas a respeito do futuro”. (Cf. Arist. *Rhet.* III. 1358b1. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, 2005).

⁵⁹² FREUDENBURG, 2014, p.3.

⁵⁹³ R.G. VI. *magistratum contra morem maiorum delatum.*

⁵⁹⁴ Cf: BÉRANGER, 1953, p. 137; WALLACE-HADRILL, 1982, pp. 36-37.

prazeres mundanos – como a glória e a fama, por exemplo,⁵⁹⁵ –, como *moderatio*, tendo em vista o melhor funcionamento do Estado. Segundo Jean Béranger⁵⁹⁶, a *recusatio* não era somente um ritual de exaltação, mas também parte de um acordo estabelecido com os senadores, que o *princeps* não iria agir como um tirano. Já Stanley Hoffer⁵⁹⁷ vai destacar que o bom imperador gerava legitimidade demonstrando abnegação em aceitar títulos, poderes, e, se possível, a posição imperial em si.

Isso fica evidente na fala de Plínio, o Jovem a Trajano: “(...) recusavas assumir o poder imperial; o que era um sinal que irias usá-lo bem. Em seguida foste encorajado, não pelo poder, mas pela ruína de um Estado vacilante. Assim, resoluto, recebeu a dignidade imperial, nem que fosse para protegê-la⁵⁹⁸”. Nesse trecho, o panegirista deixa claro que quando essa recusa modesta age contra o melhor interesse do Estado, deve ser superada, nesse caso pela ação providencial dos deuses. Uma boa pessoa não recebe nenhum benefício, apenas perdas, quando não exerce o poder, assim ela só vai governar

⁵⁹⁵ A postura moderada - “estoica” - de Trajano vai ser destacada quando Plínio vai atestar sua atuação na Germania: “Fostes grandioso, ó Imperador Augusto, e assim permaneceu na costa do Danúbio, mesmo certo do teu triunfo; não precipitastes, mesmo diante de um inimigo que recusou a batalha por um longo tempo: mantivestes tanto sua fortitude quanto sua moderação. Pela primeira negou o confronto a um inimigo que o esperava e através da segunda recusou a sua própria vontade de agir”. Plin. *Pan.* 16, 2. *Magnum est, Imperator Auguste, magnum est stare in Danubii ripa, si transeas, certum triumphi; nec decertare cupere cum recusantibus: quorum alterum fortitudine, alterum moderatione efficitur. Nam ut ipse nolis pugnare, moderatio; fortitudo tua praestat, ut neque hostes tui velint.*

⁵⁹⁶ BÉRANGER, 1953, p. 137-159.

⁵⁹⁷ HOFFER, 2006, p. 73.

⁵⁹⁸ Plin. *Pan.* 5, 3. *Nec aliter a cunctis omne acceptum est. Nam ipse intelligere nolebas: recusabas enim imperare, recusabas; quod bene erat imperaturi. Igitur cogendus fuisti. Cogi porro non poteris, nisi periculo patriae, et nutatione reipublicae. Obstinatum enim tibi non suscipere imperium, nisi servandum fuisset.* Posturas semelhante podem ser vistas em : *Pan.* 21, 1; *Pan.* 56-62. Em outro trecho, Plínio vai deixar claro que devia haver moderação até na recusa: “Mas agora é o tempo, de conceder o consulado a ti mesmo, a fim de que em ti, essa magistratura se torne mais grandiosa e venerável. Pois caso a recusares frequentemente, sua ação terá uma interpretação incerta e duvidosa, dando a impressão de menosprezo. Obviamente que a razão da recusa é tua grandiosidade; mas não poderás persuadir ninguém, ao menos que desta vez não a recuses. No caso de arcos de triunfo, troféus, e estátuas, não há problemas em recusá-los, pois são tributos à sua modéstia(...)”. Plin. *Pan.* 51, 1. *Sed iam tempus est, te ipsi consulatui praestare, ut maiorem eum suscipiendo gerendoque augustiorem facias. Nam saepius recursare, ambiguam ac potius illam interpretationem habet, tanquam minorem putes. Tu quidem ut maximum recusasti; sed hoc persuadere nemini poteris, nisi aliquando et non recusa veris. Quum arcus, quum tropaea, quum statuas deprecariis: tribuenda est verecundiae tuae venia (...).* Assim o panegirista vai deixar clara sua admiração pela modéstia de Trajano, quando esse se abstém de presentes oferecidos em (ao) seu nome. Entretanto, quando trata do consulado, ele adverte o imperador sobre o perigo de ofender os seus pares; os senadores, desvalorizando essa magistratura.

tendo em vista sua obrigação com a sociedade, sua *fides*, sob a ameaça de ser governado por alguém pior⁵⁹⁹.

Outros dois pontos, correlacionados à postura despretensiosa de Trajano, e diretamente conectados à celebração da *imago* augustana são a *fortuna* e a *providentia*. Tanto Tácito como Plínio, o Jovem vão deixar claro que as circunstâncias adversas - como as guerras civis ou uma má paz - são punições divinas aos romanos. Ao mesmo tempo, fica evidente que o governo de Trajano é um presente desses mesmos deuses. A noção de queda fortuita⁶⁰⁰, na qual um cenário obscuro é necessário para ascender novos tempos de glória é algo presente tanto no panegírico pliniano, quanto nas *Histórias* taciteanas. Quanto a isso Plínio vai afirmar que: “da nossa grande e mortal infelicidade [referência ao governo de Domiciano], a prosperidade nasceu, e da má sorte veio a boa. Os deuses escondem seus desígnios para ambos os casos, e os assuntos do bem e do mal estão na maior parte das vezes ocultos e mascarados⁶⁰¹”.

O paralelo entre a Guerra Civil e a má paz de Domiciano é uma constante. Quando retornamos, assim, ao início do Livro I dos *Anais*, vemos Tácito fazer uma rápida contextualização da história política de Roma até o governo de Augusto. Segundo ele:

A cidade de Roma foi mantida, a princípio, pelos reis. Lúcio Bruto instituiu a liberdade e o consulado. Presumia-se que a ditadura era temporária; o poder decenviral ainda não ia além de dois anos; nem o direito consular dos tribunos militares foi forte para sempre. Nem Cina ou Sila tiveram um longo domínio. As forças de Pompeu e Crasso rapidamente passaram para César; e os exércitos de Antonio e Lépido para Augusto, o qual sob o nome de *princeps* aceitou o Império, quando já todos estavam cansados das discórdias civis⁶⁰².

⁵⁹⁹ HOFFER, 2006, p. 74

⁶⁰⁰ *Ibidem*, pp. 74-77.

⁶⁰¹ Plin. *Pan.* V. 6. Essa mesma perspectiva pode ser vista em Virgílio, no canto 99-100 da Eneida. Nesse trecho evidencia-se o paralelo do poeta augustano sobre a queda de Tróia com as guerras civis do século I d.C. Se Troia não tivesse caído, os refugiados não teriam viajado para a Itália e fundado Roma. Essa abordagem trata da queda de Tróia não como uma metáfora para a guerra, mas como uma metáfora para a queda eventual renascimento triunfal da civilização. O renascimento aqui é uma referência clara ao governo de Augusto após Ácio. (BRUCE, 2013).

⁶⁰² Tac. *Ann.* I, 1, 2. *et Pompei Crassique potentia cito in Caesarem, Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere, qui cuncta discordiis civilibus fessa nomine principis sub imperium accepit.*

Convém destacar dois pontos importantes nesse trecho. O primeiro deles é que a visão de Tácito é retrospectiva. Ou seja, escrevendo já no século II d.C, vai ter uma clara noção que Augusto, com o fim das guerras civis, não restituiu a República e sim, implantou um novo regime político. Essa vai ser, talvez, a principal ironia inserida por Tácito, quanto à *imago augusti*: a dissimulação, que visou à ascensão ao poder, momento em que as palavras e as ações se distinguiam. Entretanto nesse sentido, a *recusatio*, ou seja, a resistência do *princeps* em aceitar o poder monárquico, as dignidades extraordinárias, e sua conseqüente devolução dos poderes tomados ao senado e ao povo não passam de ações simbólicas, mas que ao mesmo tempo, no decorrer do século I d.C vão designar respeito e honra às instituições tradicionais da *res publica*. Diante desse panorama, a posição ambígua da imagem augustana fica clara, através de duas, diferentes, visões, novamente baseadas na dicotomia *dominatio/principatus*.

A primeira delas⁶⁰³ vai concordar que, apesar das críticas, Tácito concebe o regime de Augusto como uma mudança inevitável: para ele, o primeiro imperador não estabelece uma tirania - *dominatio*-, mas uma variante positiva da monarquia, o *principatus*. Diferentemente de todos aqueles que o precederam, Augusto vai aceitar o *imperium* - *cuncta imperium accepit*. Pois bem, para algo ser aceito por alguém, é implícito que, tal coisa deva-lhe ser oferecida. Já o domínio (*dominatio*) de Cina e Sila ou o poder (*potentia*⁶⁰⁴) de César, poderiam ser conquistados à força. Se analisarmos *cuncta* como parte do objeto direto *accepit*, concluiremos que esse trecho vai de encontro à própria ideologia imperial do tempo de Augusto, que buscava a legitimidade de seu poder pela concórdia, simbolizada pelo *consensus universorum*, entre *populus* e *senatus*⁶⁰⁵. A natureza desse consenso é mais obscura que sua justificativa, explicitada na seqüência das palavras de Tácito – “todos estavam cansados das discórdias civis” – a necessidade de uma *pax* duradoura.

⁶⁰³ László Havas , 1991, p. 2986.

⁶⁰⁴ Segundo Hebert Benario, *potentia* é uma palavra depreciativa, que avilta *Principatus*, pois indica o exercício de um poder que está acima das leis. (BENARIO, 1964, p.100).

⁶⁰⁵ Já em *R.G*, 34, Augusto vai afirmar que: “Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano”. *In consulatu sexto et septimo, postquam bella civilia extinxeram, per consensum universorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populique Romani arbitrium transtuli.*

No entanto, como Fábio Duarte Joly⁶⁰⁶, vai destacar *cuncta*, nesse trecho, não funciona apenas um complemento de *accepit*, mas também sujeito lógico de *fessa*. O historiador brasileiro vai apontar a clara ambivalência das palavras de Tácito. Pois, podemos supor que a frase afirma, na verdade, que Augusto aceitou, sob o poder concedido pelo *imperium*, todos aqueles cansados dos conflitos civis. Seguindo as preposições de Jean Béranger, Joly ainda vai evidenciar que *imperium* assume uma leitura dupla, no qual podemos ver o poder atribuído aos magistrados romanos, mas também a dominação exercida por um indivíduo⁶⁰⁷. Nesse sentido, o que Tácito faz aqui é uma contestação à legitimidade do poder de Otaviano, pois não lhe fora concedido, mas tomado, diante de uma aristocracia fragilizada pelas guerras civis.

Essa ambiguidade diante da postura de Otaviano, após o fim das guerras civis, vai refletir em seu *Totengericht*⁶⁰⁸, presente nos capítulos nove e dez dos *Anais*. Nesses dois capítulos - talvez os mais importantes para compreendermos a importância da imagem de Augusto em Tácito - a narrativa divide-se em dois pontos de vista principais: dos que avaliavam positivamente o governo augustano e daqueles que tinham uma apreciação negativa desse imperador. O primeiro grupo vai afirmar que “só por amor filial, e a bem da República que se achava oprimida, é que havia tomado parte nas guerras civis, e já quando por acomodação era absolutamente impossível prevenir ou moderar seus funestos efeitos⁶⁰⁹”. A essa afirmação vai seguir a legitimação do poder de Augusto, necessário para reconstruir uma pátria abalada pelas discórdias entre os “diferentes partidos⁶¹⁰”. Já o segundo grupo – dos opositores – vai afirmar que o amor filial e à pátria não era nada mais que “um pretexto; porque ambicioso de dominar tinha à força de dinheiro derramando a sedição entre os soldados veteranos⁶¹¹”, “corrompido as legiões do cônsul⁶¹²” e tomado despoticamente os exércitos senatoriais, bem como a dignidade consular.

⁶⁰⁶ JOLY; 2004, p. 116

⁶⁰⁷ BÉRANGER, 1977, p. 332; 334. IN: JOLY, 2004, p. 116.

⁶⁰⁸ Segundo Olivier Devilliers (2009, p. 320) o *Totengericht* é uma espécie de julgamento dos mortos.

⁶⁰⁹ Tac. Ann. I, 9, 3. *hi pietate erga parentem et necessitudine rei publicae, in qua nullus tunc legibus locus, ad arma civilia actum, quae neque parari possent neque haberi per bonas artes.*

⁶¹⁰ Tac. Ann. I, 9, 4. *discordantis patriae.*

⁶¹¹ Tac. Ann. I, 10, 2. *ceterum cupidine dominandi concitos per largitionem veteranos.*

⁶¹² Tac. Ann. I, 10, 2. *corruptas consulis legiones.*

Werner Eck⁶¹³ vai destacar que os diferentes grupos tratam, quase exclusivamente, do período do triunvirato. De acordo com o historiador alemão, durante esse tempo, Otaviano vai ser acusado de crueldade, duplicidade, e uma ânsia constante pelo poder. Essas acusações, tal como Ronald Syme vai afirmar⁶¹⁴, não eram infundadas. Prova disso é que em grande medida toda a literatura augustana está voltada para justificar os atos de Augusto, enquanto general - das guerras civis - e triúmviro⁶¹⁵. Mesmo a *Res Gestae*, vista nesse sentido se torna um exercício retórico muito semelhante àquele feito por Júlio César, na composição de seu relato sobre as Guerras Civis.

Autores como Javier Velaza e Francis Haverfield vão destacar um possível diálogo entre as passagens I. 9 e I. 10 dos *Anais* e a autobiografia de Augusto. Haverfield vai destacar que a *Res Gestae* devia ser o monumento epigráfico mais popular da Roma Imperial. Nesse sentido pareceria bastante improvável que Tácito não tenha visto sua versão original (fixada no Mausoléu de Augusto), nem utilizado dela para entender melhor a origem do principado. Tendo isso em conta, Velaza vai destacar que as passagens *Ann.* I.9 e *Ann.* I.10 são uma contestação direta de Tácito as *Res Gestae*, que vai dotar a imagem augustana de contornos negativos. A discussão da imagem de Augusto na obra de Tácito ganhou bastante força no decorrer do século XX, através das teorias de Hugo Willrich, Friedrich Klingner, Petre Ceausescu, Ronald Syme. David Shotter e mais recentemente Olivier Devillers⁶¹⁶.

⁶¹³ ECK, 2007, p. 4.

⁶¹⁴ SYME, 1939, pp. 461-475

⁶¹⁵ Para entender melhor sobre a tentativa de Augusto reprimir a memória de o triunvirato: Cf. RICH, 2012.

⁶¹⁶ A representação de Augusto na obra de Tácito foi tema de alguns – ainda que não muitos – trabalhos, enviados, principalmente, a partir das indagações de Hugo Willrich, em um artigo - *Augustus bei Tacitus* – publicado em 1927. Nesse texto Willrich vai expor um historiador hostil ao primeiro imperador. Ele ainda vai afirmar que há uma evolução da imagem de Augusto nas obras taciteanas. Para Willrich, Tácito expõe implicitamente a imagem de Augusto através de uma progressiva decepção nas esperanças colocadas sobre *libertas* do governo Trajano. Friedrich Klingner (1954) vai compartilhar a concepção negativa dada a imagem de Augusto e ainda acrescentar, que a crítica ao primeiro imperador funciona como metáfora para que o historiador demonstre sua insatisfação com o regime político vigente. Em uma resenha da obra de Klingner (1955), Jean Bèranger, vai relativizar a tese do autor alemão. Bèranger vai salientar que a visão negativa do governo de Augusto não implica necessariamente na condenação do regime imperial. Para ele quando Tácito, condenou os maus *principes*, procurando incentivar futuros imperadores a realizarem um bom governo. Ronald Syme (1958) e David Shotter (1967) parecem compartilhar parte dessa opinião. Segundo Syme, Tácito “pode parecer desproporcionado, injusto, malicioso”, no entanto o que ele faz “é narrar as origens não edificantes do sucesso resplandecente do

A diversidade de interpretações vai, em nossa concepção, refletir a própria natureza ambígua da autoridade de Augusto: um poder que fora tomado a partir da ação militar das guerras civis, ou que lhe fora oferecido, por um povo cansado desses conflitos? Talvez esses dois sentidos não sejam necessariamente excludentes. Tácito obriga o leitor a pensar mais profundamente sobre a essência do Principado. Ele vai deixar claro que o regime de Augusto apresenta uma ruptura com todo aquilo que o antecedeu. Com isso, vai contestar a ideia de um retorno à velha República, e destacar o caráter autocrático do poder augustano. Como Olivier Devillers⁶¹⁷ vai afirmar a liberdade, expressa na pluralidade de julgamentos indicados no *Totengericht*, certamente não desapareceu sob Augusto. Entretanto, vai ocorrer certamente uma mudança de postura, quando comparamos com o funeral de César por exemplo. Devillers vai destacar que após a morte de César, ainda se está discutindo quanto os méritos e deméritos do governo autocrático. Já no funeral de Augusto, o debate concentra-se apenas se este governante era bom ou ruim, já subtendendo-se a necessidade de tal regime⁶¹⁸. O historiador francês ainda ressalta que o tratamento que

Principado”. Para esse autor, as críticas a Augusto são um resultado da obsolescência dos valores republicanos e da necessidade da construção de um novo modelo, adaptado a uma nova realidade do poder, que viria a se consolidar durante o século II d.C (SYME, 1958, p. 431). Já Shotter vai fazer uma breve – mas significativa – análise de *Ann. I, 9* e *Ann. I, 10*. Ele destaca que o objetivo de Tácito não era estabelecer um julgamento de Augusto, mas ilustrar as diferentes ideais que circulavam em ocasião a sua morte. Essas proposições são parcialmente revisadas em 1974, com o artigo *L'image d'Auguste chez Tacite*, de Petre Ceausescu. Ceausescu vai incorporar a ideia inicial de Willrich – sob a negatividade da imagem augustana – com a de Kligner – que os ataques a memória de Augusto visam estabelecer críticas aos fundamentos políticos do principado. Para ele Augusto aparece nos *Anais* como o “fundador de um regime nefasto e de uma dinastia de triste memória” (CEAUSESCU, 1974, p. 191). Já Olivier Devillers vai à contramão dessas teorias, ao afirmar que Tácito se enquadra em uma tradição historiográfica do principado, que busca não uma crítica ao poder dos príncipes, mas uma conectividade com a atividade do poder imperial a personalidade dos governantes. Neste sentido, não parece - como defenderam Willrich, Klingner ou Ceausescu – que a representação de Augusto seja uma amostra da revolta de Tácito com o estabelecimento do Principado, nem nos traga algum desapontamento com a evolução do governo de Trajano. O que Tácito vai demonstrar, segundo Devillers, é simplesmente como o caráter pessoal do *princeps* influenciava no destino do seu governo.

⁶¹⁷ DEVILLERS, 2012, p. 213-215.

⁶¹⁸ De acordo com Hebert Benario (1964, p.99), Tácito - em *Ann. III.24.1* - reconheceu que não houve outra alternativa ao julgo de Augusto: a república com um *princeps* capaz ofereceu a única saída para o caos das guerras civis. Essa perspectiva, estabelece um diálogo direto com Ronald Syme (SYME, 1939, p. 332). Para Syme, o título de *princeps* e a designação de diversas magistraturas dadas a Augusto pelo senado não era só uma maneiras de agraciá-lo pelo fim das guerras civis. Segundo o historiador neozelandês o estado romano precisava de alguém que chefiasse uma série de reformas morais e sociais.

Tácito dá às magistraturas e honrarias republicanas, traduz a submissão do Estado à Augusto e ilustra perfeitamente o caráter ilusório da *res publica restituta*⁶¹⁹.

Esse tratamento, normalmente remetendo a uma notável dissimulação entre agir e pensar contrasta com a postura sincera de Trajano, reproduzida por Plínio. O panegirista vai construir essa imagem através da interpretação das expressões faciais do imperador: “Ele escuta nossas vozes derramando lágrimas que mostram todo seu pudor. Ele fala a nós por si mesmo, não só como um *princeps*⁶²⁰”. Essas expressões e sentimentos se opõem diretamente, àquelas construídas por Tácito para narrar as ações simuladas de Tibério, principalmente, mas também, por vezes, do próprio Augusto. Neste caso, a dissimulação todas as vezes acaba tendo em vista a manutenção do poder imperial e uma “falsa” impressão de autonomia política por parte do Senado.

É, justamente, devido à manipulação do poder diante da fragilidade das instituições, que para Plínio, fica evidente uma contestação aos *principes* – nesse caso, Augusto e Vespasiano – que legitimaram sua posição através das Guerras Civis. Em *Pan.* V,1, Plínio vai afirmar que: “É um final grandioso, que nem por guerras civis, nem por um Estado oprimido pelas armas, mas fostes criado pela paz, pela adoção e, por fim, pelo favor dos deuses que atenderam nossos pedidos⁶²¹”. A superioridade do poder de Trajano reside assim no fato que ele alcançou, sem a necessidade de um conflito armado, um resultado equivalente aos vencedores de conflitos civis⁶²²: a reconstrução do Estado após o domínio de Domiciano e a restauração da autoridade do seu pai adotivo, o imperador Nerva, ameaçado por forças de oposição. Essa conjuntura pode ser vista novamente, quando em *Ann.* I, 10, Tácito vai narrar sob as palavras dos opositores de Augusto que, uma paz vinda da Guerra, é uma paz sangrenta (*pax cruenta*).

⁶¹⁹ Devillers (2009, pp. 311-317) vai afirmar que prova da contestação de Tácito a um retorno à República está no uso de palavras, para qualificar o poder de Augusto, que indicam simulação ou aparência, como: *nomine principis* – *Ann.* I, 1; *posito triumviri nomine* – *Ann.* I, 2; *eadem magistratum uocabula* – *Ann.* I, 3, 7)

⁶²⁰ Plin. *Pan.*, II, 5. *Ad quas ille voces lacrymis etiam ac multo pudore suffunditur. Agnoscit enim sentitque, sibi, non principi, dici.*

⁶²¹ Plin. *Pan.* V, 1. *Talem esse oportuit, quem non bella civilia nec armis oppressa respublica, sed pax, et adoptio, et tandem exorata terris numina, dedissent.*

⁶²² Essa tentativa de equiparar a desordem civil na guerra e na *pax* pode ser vista implicitamente em *Ann.* III, 44 quando Tácito fala que má paz é pior que a guerra (*miseram pacem vel bello bene mutari*).

Dessa maneira, a natureza do poder de Trajano é exposta como a mais sólida possível, pois ele foi elevado ao principado em um momento de paz e lucidez, assumindo o poder baseando-se no consenso, divino e humano, não diante do desespero de uma Guerra Civil. Em contrapartida, aqueles que puseram fim aos conflitos civis, têm a legitimidade da sua posição colocada em dúvida, pois eles alcançaram o poder pela força das armas, empregadas diante da fragilidade daquele momento vivido pelo povo romano. Há uma inversão topológica - onde o vencedor das guerras civis – e também um de seus causadores⁶²³ - tem sua autoridade contestada, tendo em vista a *amplificatio* da *auctoritas* daquele que é objeto de louvor: Trajano.

É exatamente isso que vai afirmar Alexander Yakobson, em seu texto *The First Emperors: Image and Memory*⁶²⁴. Ele vai destacar que Plínio vai contra a tradição que considera aqueles vencedores das Guerras Civis como pacificadores. Yakobson defende justamente que o panegírico pliniano, visando elevar a adoção de Trajano, deixa implícito que o poder provindo da guerra era arbitrário e ilegítimo. Diante disso, podemos perceber que a natureza do poder do *princeps* se torna um ponto de discussão importante para a literatura trajanina. Além da crítica ao poder provindo dos conflitos civis, há uma forte rejeição a sucessão dinástica hereditária. Essa é uma perspectiva natural da época, tendo em vista que grande parte do fracasso das dinastias Júlio-Claudia e Flávia foi conectado às relações consanguíneas. Isso fica claro em *Pan.* 7, 4-5:

Assumistes essa autoridade somente após que ele (Nerva) pretendeu se livrar dela. Entre vós nenhum laço de parentesco ou adoção; vossas únicas ligações eram de excelência mútua, tornando-os dignos de serem escolhidos. Assim fostes adotado não como outros têm sido até aqui, a fim de agradar uma mulher; e nenhum padrasto fez de ti filho, mas aquele que foste teu *princeps*, e o divino Nerva tornou-se teu pai, da mesma maneira que era pai de todos nós. Esta é a única maneira apropriada de adotar um filho, caso o adotante seja um imperador; quando procuras transferir o poder do Senado e do povo de Roma, dos exércitos, províncias e aliados a um só sucessor, você olharia para os caprichos de uma mulher, ou não

⁶²³ Essa posição certamente vai de encontro com a parte da narrativa suetoniana em que o biógrafo afirma que Antonio acusava Otaviano de ser o principal impasse para o fim das guerras civis. Sue. *Aug.* XVIII.

⁶²⁴ YAKONBSON, 2014, pp. 299-300.

procuraria além dos limites de sua casa? Não, na verdade, você iria procurar dentre todos seus súditos e julgá-lo-ia diante do mais severo e querido dos deuses. Se ele está destinado a governar o povo, todos e cada um, ele deve ser escolhido dentre todos. A lei natural pode satisfazer-te quando não nomeia um soberano para tua família de escravos baratos, mas um *princeps* e imperador para os cidadãos de Roma⁶²⁵.

Na citação acima, Plínio, o Jovem vai ressaltar dois problemas em referência a dinastia Julio-Cláudia: a sucessão dentro de uma mesma *domus* e a influência política de indivíduos de status social inferior - como as mulheres, nesse caso. Plínio vai deixar claro que a natureza do poder de trajanino era mais legítima do que aquela herdada - ou usurpada - pelos outros *principes*. Isso porque o sucessor de Nerva havia sido adotado através do consenso⁶²⁶ entre todos os cidadãos e não só dentre os membros de uma *gens*.

Essa também vai ser uma crítica voraz de Tácito ao governo augustano. O problema da sucessão consanguínea vai ser tratado no Livro I das *Histórias*. O ataque à linha sucessória estabelecida pela dinastia Júlio-Cláudia pode ser vista claramente no diálogo do imperador Galba com Pisão Liciniano, no qual o *princeps* diz que “(...) Augusto procurou um sucessor em sua casa, eu na República, não que me faltem parentes ou parceiros de armas, mas eu mesmo não aceitei o Império por ambição, e a

⁶²⁵ Pli. Pan. 7, 4-5. *Suscepisti imperium, postquam alium suscepti poenitebat. Nulla adoptati cum eo, qui adoptabat, cognatio, nulla necessitudo, nisi quod uterque optimus erat, dignusque alter eligi, alter eligere. Itaque adoptatus es, non, ut prius alius atque alius, in uxoris gratiam. Adscivit enim te filium non vitricus, sed princeps, eodemque animo divus Nerva pater tuus factus est, quo erat omnium. Nec decet aliter filium adsumi, si adsumatur a principe. An Senatam Populumque Romanum, exercitus, provincias, socios transmissurus uni, successorem e sinu uxoris accipias? summaeque potestatis heredem tantum intra domum tuam quaeras? non per totam civitatem circumferas oculos? et hunc tibi proximum, hunc coniunctissimum existimes, quem diis simillimum inveneris? Imperaturus omnibus, eligi debet ex omnibus. Non enim servulis tuis dominum, ut possis esse contentus quasi necessario herede, sed principem civibus daturus es imperator.*

⁶²⁶ A ideia de *consensus universorum*, entre Senado, províncias e *populus* vai ser de certa forma, como já foi atestado na *Res Gestae*, como um dos principais fundamentos a ascensão de Otaviano. A diferença aqui, já atestada é que Trajano não precisou de uma guerra, segundo Plínio, para alcançá-lo. Gunnar Seelentag vai afirmar que o principado era baseado no consenso entre diferentes grupos sociais. Para ele a representação imperial era o resultado da comunicação entre o imperador e os grupos sociais capazes de atuar diretamente na reprodução da imagem desse *princeps*; senado, as legiões e a plebe urbana. Segundo Seelentag: “Se o *princeps* perdesse sua aceitação diante de algum desses grupos, seu governo poderia tornar-se precário: ele poderia até perder vida. O principal critério para a importância política dos grupos sociais nesse sistema de aceitação foi a capacidade e o desejo de pressionar o centro do poder”. (SEELENTAG, 2011, p. 77). Dessa maneira, os bons imperadores, eram aqueles que conseguiam estabelecer uma postura equilibrada na comunicação com esses estratos sociais.

prova de que fiz uma escolha refletida é que eu não te coloco à frente só de teus parentes, mas também dos meus⁶²⁷”. Sob as palavras de um personagem, Tácito estabelece uma crítica indireta a Augusto. Ao retirar o poder das mãos de uma só família, abre-se espaço para que os melhores cidadãos possam se destacar sob o olhar do *princeps*, permitindo que a *res publica* cresça em valor e dignidade. A louvável atitude de Galba, no entanto esbarra na sua escolha, já que Liciniano, apesar de ser um homem de grandes virtudes, não tinha o apoio necessário para governar. Essa foi uma política sucessória ineficaz perante a corrupção, inveja e mesquinharia da elite daquele tempo – tendo em vista que Oto, tido por Tácito como vicioso, acabou por tomar o poder antes que a posição de Liciniano tivesse sido solidificada como novo César.

A o paralelo – e a diferença - entre as escolhas de Pisão Liciniano por Galba, e de Trajano, por Nerva vão ficar claras em Pli. *Pan.* 8, 5-6:

Estou certo que a indicação de Nerva poderia ter sido uma tolice, caso fosse diferente. Não havia muito tempo, desde que havia tido uma adoção que não conseguiu sustentar uma rebelião, e que de fato, causou essa ocasião; vocês se esquecem disso? A escolha de Nerva poderia também ter insuflado sentimentos de raiva e acendido uma tocha de insurreição caso não tivesse caído sobre você. Pode-se duvidar que um imperador que havia perdido o respeito dos homens fosse capaz de conceder a alguém o poder imperial, a não ser se fosse pela personalidade daquele que o recebesse? Nesse momento então, tornastes filho e César; e em breve seria imperador, compartilhando os poderes de tribuno, e mantendo de imediato e simultaneamente todos os títulos que foram conferidos ao imperador ou àqueles filhos dos quais ele era pai⁶²⁸.

Plínio assume que não era somente o ato de adotar um sucessor dentre todos do Império - e não somente em uma mesma *domus* – que garantiria a segurança e a prosperidade dos cidadãos. O caráter do novo César era também essencial para a manutenção do

⁶²⁷ Tac. *Hist.* I, 15, 3. *sed Augustus in domo successorem quaesivit, ego in re publica, non quia propinquos aut socios belli non habeam, sed neque ipse imperium ambitione accepi, et iudicii mei documentum sit non meae tantum necessitudines, quas tibi postposui, sed et tuae.*

⁶²⁸ Pli. *Pan.* VIII, 5-6. *Non adoptionis opus istud fuit, sed adoptati: atque adeo temere fecerat Nerva, si adoptasset alium. Oblitine sumus, ut nuper post adoptionem non desierit seditio, sed coeperit? Irritamentum istud irarum et fax tumultus fuisset, nisi incidisset in te. An dubium est, ut dare posset imperium imperator, qui reverentiam amiserat, auctoritate eius effectum esse, cui dabatur? Simul filius, simul Caesar, mox Imperator, et consors Tribuniciae potestatis, et omnia pariter, et statim factus es: quae proxime parens verus tantum in alterum filium contulit.*

poder. A diferença aqui é evidenciada pelo resultado das ações em seus respectivos contextos, a adoção de Liciniano promoveu a inveja de Oto e uma nova Guerra Civil. Já a de Trajano garantiu a manutenção da posição de Nerva, evitando um possível conflito.

Como vimos, Tácito concentra grande parte das críticas do capítulo I. 10 dos *Anais* à legitimidade do poder augustano. Por outro lado, ele vai assumir uma posição visivelmente contrária à adoção de Tibério e a maneira como Augusto conduzia os assuntos privados em sua *familia*. Ao final desse capítulo, o historiador vai afirmar que “[Augusto] nem por apreço ou preocupação com o Estado aceitou Tibério como seu sucessor, mas porque percebendo a crueldade e a arrogância daquele homem, desejava, através da pior das comparações, para si mesmo, a glória⁶²⁹”. Esse cenário é construído em grande medida para amplificar a crítica à Tibério⁶³⁰, já predestinado a realizar um mau governo. No entanto também gera grandes prejuízos a imagem de Augusto, já que por invidia, opta por adotar alguém que lhe era claramente inferior⁶³¹.

A adoção de Tibério escancara outro problema do principado augustano: a influência malévola de Lívia. Segundo Tácito “enquanto Augusto conservava sua juventude, também sustentava sua autoridade, sua família, e a paz⁶³²”. Entretanto, vai caracterizar as bases do poder de Tibério legitimadas pelas ambições e intrigas de sua mãe e a adoção de um velho, e senil, Augusto⁶³³. Com isso, Tácito qualifica a *persona* de Augusto em três momentos distintos: juventude, acompanhada pela destemperança e ânsia de poder, maturidade, onde exerceu a sua autoridade plenamente, permitindo a

⁶²⁹ Tac. *Ann.* I, 10, 7. *ne Tiberium quidem caritate aut rei publicae cura successorem adscitum, sed quoniam adrogantiam saevitiamque eius introspexerit, comparatione deterrima sibi gloriam quaesivisse.*

⁶³⁰ A crítica à natureza da autoridade augustana e os momentos finais do seu governo, não ofuscam o reconhecimento reservado à execução do poder que lhe é derivado. Esse contraste é destacado na diferença entre Augusto e Tibério quanto ao trato com os senadores, movimento que serve também, para salientar a crítica ao governo tiberiano. Em *Agr.* 13, 3, o historiador vai destacar as decisões do primeiro como *consilium*, tal como um governante justo, que tem uma relação de igualdade com as demais entidades de poder, já as ações do segundo foram demarcadas pelo *praeceptum*, que estabelece um sentido de ordem, próprio dos tiranos. COWAN, 2009, p. 186.

⁶³¹ Ainda sobre o problema da sucessão, em outra digressão ao governo augustano, em *Ann.* I, 3,1, Tácito vai afirmar que Augusto, “para melhor dominar” nomeou o filho de sua irmã, Cláudio Marcelo, como edil e cônsul e distribuiu outras magistraturas importantes para diversos membros de sua família. Aqui, *dominationi*, vai aparecer conectada a centralização do poder em uma *domus*, uma prática natural das monarquias.

⁶³² Tac. *Ann.* I, 4, 3. *dum Augustus aetate validus seque et domum in pacem sustentavit.*

⁶³³ Tac. *Ann.* I, 7, 7.

liberdade e a segurança pública, e velhice, onde não consegue manter domínio do Império como em momentos anteriores, sendo controlado pelas intrigas de sua mulher, Lúvia Drusilla⁶³⁴.

Um trecho de Tácito resume a opinião desse autor quanto a condução da *domus augusta*: “O divino Augusto foi tão fortuito na gestão do principado, quanto infeliz na condução de sua própria casa”. A imagem de Trajano, desenhada por Plínio, o Jovem, vai nesse ponto, se sobrepôr àquela do primeiro imperador. Úlpia Marciana e Pompeia Plotina são tratadas em duas passagens do *Panegírico*⁶³⁵. Plínio vai afirmar que ambas são exemplos de *matrona* que contribuem para o sucesso do *princeps*. A imperatriz e a Marciana, segundo Plínio, demonstram *pietas*, pois respeitam seu papel social e não tentam usufruir da sua proximidade com o imperador, manipulando-o.

Para Paul Roche⁶³⁶ fica claro que qualquer louvor concedido a essas mulheres vai redundar em crédito a Trajano, já que a atuação das personagens femininas é subordinada ao imperador, e é a personalidade deste que controla e modera a influência da *domus privata* no ambiente público. Ao mesmo tempo em que Plínio orienta Trajano dos problemas que a atuação feminina na política imperial podem lhe causar, ele realiza um elogio ao controle do *princeps* sob a casa imperial, em contraste com a destemperança vista sob os Júlio-Cláudios, por exemplo. Segundo Roche, no entanto, a motivação para Plotina e Marciana exibirem tal personalidade é reduzida a emulação ou imitação do comportamento de Trajano. Para o historiador a demonstração da posição de subserviência das mulheres era importante, pois como Plínio vai afirmar: assim “elas não correm o risco de serem mais que súditas, pois é o que sempre foram⁶³⁷”.

Outra crítica destinada ao governo Augusto está no julgamento de sua filha e neta sob a acusação de adultério⁶³⁸. A narrativa desse evento é maximizada quando a

⁶³⁴ Em *Ann.* I, 3, 6, Tácito vai afirmar: “[Lúvia] ainda subjulgaria o velho Augusto de uma tal forma que ele exilaria seu único neto, Agripa Póstumo, na ilha de Planásia”. *nam senem Augustum devinxerat adeo, uti nepotem unicum Agrippam Postumum, in insulam Planasiam proiecerit*

⁶³⁵ Plí. *Pan.*LXXXIII e Plín. *Pan.* LXXXIV.

⁶³⁶ ROCHE, 2002, pp. 47-51.

⁶³⁷ *Pan.* 84.5. *Neque enim unquam periclitabuntur esse privatae, quae non desierunt.*

⁶³⁸ Segundo Olivier Devillers ((DEVILLERS 2009, pp. 309-310) Tácito faz um paralelo entre dois pólos, um público, que atua sobre o Estado, e outro, privado e familiar. A digressão sobre o julgamento de Júlia mostra como, sob o governo dos *principes* os dois pólos interagem e como o elemento privado determina

analisamos em conjunto ao legado jurídico augustano⁶³⁹, representado nas obras de Tácito e Plínio, o Jovem. Ambos os autores, assumem que as leis estabelecidas por Augusto, foram em grande medida responsáveis por diversos desastres e injustiças durante o século I. Segundo Tácito, a Lei *Papia Popaea*⁶⁴⁰, por exemplo, inibia os homens de bem e incentivava a bajulação e a corrupção através da delação. Os seus efeitos na sociedade romana são tão desastrosos que mesmo Tibério, apesar de seu respeito constante pelas memórias e decisões de seu padrasto, teve de ter medidas destinadas a remediar essa situação intolerável. Essa posição é repetida com as *lex maiestas*⁶⁴¹, onde a crítica não é direcionada diretamente a Augusto, já que as

a política pública, incluindo a maneira como eles se relacionam com a tradição. A crítica aqui consiste basicamente em como Augusto se apropria das leis, da máquina estatal, e manipula os *mores* para punir uma dissidência privada.

⁶³⁹ A primeira delas é quanto a reformulação da *lex maiestas*. Augusto cria, no entanto Tácito vai admitir uma ressalva, ele não vai aplica-las. A segunda é quanto a Lei *Papia Popaea*. Durante a narrativa, Tácito acaba por condenar também a legislação criada por Augusto, em especial a lei *Papia Popaea*. Segundo Tácito, a *Papia Popaea* inibia os homens de bem e incentivava a bajulação e a corrupção através da delação. Os efeitos dessa lei na sociedade romana são tão desastrosos que mesmo Tibério, apesar de seu respeito constante pelas memórias e decisões de seu pai, teve de ter medidas destinadas a remediar essa situação intolerável (Cf. *Tac. Ann.* III, 35, 1; *Tac. Ann.* III, 25, I.). Tal como as *lex maiestas*, tão odiosas a Plínio essa crítica não é direcionada diretamente a Augusto, já que as consequências dessa lei só foram aparecer com maior destaque nos Principados que o sucederam, mas estabelecem uma sensação

⁶⁴⁰ A Lei *Papia Pompéia* foi introduzida por Augusto em 9 d.C em anexo as *Lex Iulia de Maritandis Ordinibus* e *Lex Iulia de adulteriis coercendis* e teve o objetivo de encorajar e fortalecer o casamento . Além disso ela incluía punições contra o adultério e celibato, incentivando e fortalecendo o casamento e da taxa de natalidade. A principal crítica de Tácito a tal legislação foi que ela propiciou o surgimento dos delatores no cenário político romano.

⁶⁴¹ Tanto Tácito como Plínio vão culpar os delatores por grande parte da degeneração moral que Roma viveu durante o principado de Domiciano. Esse foi grande um problema na época, resolvido de forma contundente por Trajano. Como vai demonstrar Plínio: “Mas o que um magnífico espetáculo nos mostrou, ó César, pelo contraste com aquela cena de ódio! Nós vimos os informantes marcharem, como um bando de ladrões ou salteadores - eles tinham assombrado não estradas ou em lugares solitários, mas no templo e fórum. Ninguém estava protegido deles, nenhuma posição estava segura; ser um filho ou um pai não significava, igualmente, nada. Um grande mau era crescente parcialmente pela... parcialmente pela ganância. Então tu viraste sua atenção para isso, e a paz foi restaurada no fórum como tinha sido nos acampamentos do exército. Você cortou o aquilo que adoecia nossas mentes; sua providência severa garantiu que um estado fundado em leis não deve perecer por meio da arbitrariedade”. *Pli. Pan.* XXXIV, 2. *At tu, Caesar, quam pulchrum spectaculum pro illo nobis exsecrabili reddidisti! Vidimus delatorum iudicium, quasi grassatorum quasi latronum. Non solitudinem illi, non iter, sed templum, sed forum insederant: nulla iam testamenta secura, nullus status certus: non orbitas, non liberi proderant. Auxerat hoc malum principum avaritia. Advertisti oculos, atque ut ante castris, ita postea pacem foro reddidisti : excidisti intestinum malum: et provida severitate cavisti, ne fundata legibus civitas eversa legibus videretur.* Aqui, o principado vai claramente se distanciar da tirania pelo respeito às leis. Os delatores, nesse caso, eram homens que deturpavam a lei, usando em benefício próprio. Para Plínio, a execução desses homens era um favor que o imperador fazia em prol do Estado. Graças a essa ação foi possível o estabelecimento da *securitas* e da *libertas*.

consequências dessa lei só foram aparecer com maior destaque nos Principados que o sucederam, mas também assinala um legado ruim deixado por esse *princeps*.

A representação de Augusto vai esbarrar no próprio processo de consolidação do Principado, e indicar as novas necessidades de – pelo menos – uma parcela da elite senatorial, quanto ao comportamento do *princeps*. A reformulação do Principado levou, naturalmente, a mudança de paradigmas. Diante disso, torna-se natural o distanciamento progressivo do modelo augustano, que não era mais capaz de atender as necessidades do Império, e ao estabelecimento de um novo arquétipo de governante, construído sob a personalidade de Trajano. Isso vai ser explicitamente visto sob o *Panegírico*, através do título de *Optimus Princeps*. Plínio, o Jovem vai traçar um paralelo direto com a nomeação de Otaviano como *Augustus*.

Pois, pelo nome *Augusti* relembremos daquele que é o primeiro [*princeps*] consagrado, da mesma forma que o título de *Optimi* nunca voltará à memória dos homens sem que se lembrem de ti, todas vezes que nossos descendentes pensarem em chamar qualquer um de *Optimus*, sempre recordarão, e evocarão seus méritos⁶⁴².

O nome *Optimus*, vai resumir a esperança de Plínio que Trajano supere Augusto⁶⁴³. Pois enquanto a morte do primeiro imperador profetizou o início de um processo de decadência, já consolidado pelo tempo, a elevação de Trajano estabeleceu o começo de uma nova era de ouro, um futuro em aberto que se inicia⁶⁴⁴. Também, podemos perceber em *Vida de Agrícola*, ou nas *Histórias* essa mesma postura por parte de Tácito. No entanto os *Anais*, ao que nos parece fica evidente uma maior preocupação com a herança do governo trajanino e com a continuidade da prosperidade iniciada, já que o problema da sucessão ganha um destaque maior nessa obra.

⁶⁴² Pli. *Pan.* 88, 5. *Etenim, ut nomine AUGUSTI admonemur eius, cui primum dicatum est, ita haec OPTIMI appellatio nunquam memoriae hominum sine te recurret, quotiesque posteri nostri OPTIMUM aliquem vocare cogentur, toties recordabantur, quis meruerit vocari.*

⁶⁴³ “Então, significa menos ser imperador, César e Augusto, que [ser considerado] o melhor de todos que governaram e carregaram esses títulos. Pela mesma razão que o pai de todos os homens e deuses é honrado com o nome de *Optimus*, seguido de *Maximus*, teu elogio fica ainda mais claro, pois, a tua bondade não é menor que a grandeza”. Plin. *Pan.* 88. *Minus est enim, imperatorem et Caesarem et Augustum, quam omnibus imperatoribus et Caesaribus et Augustis esse meliorem. Ideoque ille parens hominum deorumque OPTIMI prius, deinde MAXIMI nomine colitur. Quo praeclarior laus tua, quem non minus constat optimum esse, quam maximum.*

⁶⁴⁴ Lembrando que Plínio compõe seu discurso em 100, apenas dois anos após a aclamação de Trajano.

Os retratos de Augusto e Trajano apresentam semelhanças indiscutíveis. Ambos são conhecidos pelo temperamento austero e moderado, pelo forte incentivo às artes literárias, pela *magnificentia* de suas construções, pela ampliação dos limites territoriais do Império e por garantirem um bom funcionamento do aparelho estatal. Nem Tácito, nem Plínio vão procurar estereotipar o governo de Augusto – através de uma visão homogênea de bom e/ou mal -, mas vão realizar um balanço desse governo, enumerando as coisas que para eles, através de um campo de experiência de quase um século, resultaram em vícios e virtudes. O maior destaque às coisas negativas é natural, tendo em vista, primeiramente, que tradição historiográfica do principado já vinha, repetidamente, enumerando as grandes realizações de Augusto. Em seguida se considerarmos a abordagens literárias de ambos os autores: enquanto Tácito propõe alcançar a virtude pela correção dos vícios, Plínio, devido ao caráter laudatório do *Panegírico*, centra suas atenções na representação de Trajano como o melhor entre todos os *principes*, estabelecendo com isso a idealização do governante ideal.

Tácito e Plínio, o Jovem, não vão utilizar a imagem de Augusto, para se apresentarem como opositores do Principado como regime político e nem para afirmarem suas esperanças em um retorno à antiga República. A *aemulatio* da *imago augusti* deixa claro que o poder do *princeps* era necessário. Mas também salienta que esse poder não pode (deve) ser exercido através da tirania. Ambos vão atacar as más ações dos *principes*, principalmente em relação ao Senado. As ações constroem o julgamento do príncipe. É o que acontece com Galba, que era um aristocrata bom, que tinha tudo para ser um bom *princeps*, mas não foi. Por quê? Por que tomou uma série de ações erradas. O movimento contrário acontece com Vespasiano, um aristocrata de má fama, que se torna um bom imperador. As críticas ao governo augustano, nesse sentido, procuram claramente contestar a imagem de Augusto como a idealização da “perfeição”, humanizando-o. Assim, ao estabelecerem mais críticas que elogios às ações desse imperador, tanto Tácito, como Plínio vão torná-lo um modelo superável por seus sucessores. Isso tendo em vista os objetivos desses autores: destacar a incompatibilidade do modelo de principado augustano, na sua época. Cabia a Trajano, nesse sentido, promover uma reforma ao regime de Augusto, aprimorando-o, e com isso superando o primeiro imperador, através da possibilidade de evitar os erros cometidos por seu antecessor.

3.4. Conclusão do Capítulo e Geral:

Como pudemos perceber, as obras de Tácito e Plínio, o Jovem procuraram, em larga medida, construir uma ruptura total entre os governos de Domiciano e Trajano. Em grande parte, esse posicionamento refletia o desejo, de parte da aristocracia senatorial, por uma postura diferente do imperador perante sua ordem social. Esse desejo foi, pelo menos nas relações sociais, atendido. Os senadores, individualmente, tiveram uma liberdade de participação na administração imperial e um acesso a dignidades magisteriais e honorárias públicas muito maiores do que na época de Domiciano⁶⁴⁵. Isso deu um novo sentido a *libertas*, que estava tanto nas possibilidades de aceitação ou de recusa quanto a cargos públicos⁶⁴⁶.

A mais clara demonstração de respeito de Trajano com a liberdade de expressão, no entanto, foi sua recusa em condenar qualquer senador através da *lex maiestas*. Uma medida importante que tomada por ele foi à remoção das denúncias anônimas, incentivadas no período de Domiciano e que permitiam que o *princeps* levasse em julgamento qualquer um que se opusesse a ele – independentemente da incidência ou não de um delito. A legislação trajanina também vai proibir a tortura de escravos, salvo em casos de homicídio e suspeitas de homicídio. Trajano foi responsável por eliminar a influência dos delatores, tão poderosos durante o século I d.C, da estrutura do poder. Isso, tendo em vista as fontes da época, foi o início de uma grande revolução moral na sociedade, já que estabilizou a hierarquia social e a aplicação da justiça, impedindo que homens de status inferiores se promovessem através da delação dos mais proeminentes e abastados cidadãos do Estado⁶⁴⁷.

A política de Trajano em relação ao Senado envolvia ainda um sistema baseado em recompensas, principalmente através de cargos públicos - cuja mais alta era o consulado. Sob o governo trajanino a aristocracia senatorial iria ver diversas reformas

⁶⁴⁵ BENNETT, 1996, p. 58.

⁶⁴⁶ Cf. Plí. *Pan.* 86.

⁶⁴⁷ Julian Benett vai destacar que: “Por estas medidas, Trajano efetivamente promulgou a pedra angular da justiça moderna na qual os réus deveriam ter um julgamento justo e não podem ser condenados em sua ausência, muitas vezes como resultado de acusações feitas por delatores. Era melhor que o crime de uma pessoa culpada ficasse impune do que uma pessoa inocente ser condenada em seu lugar”. (BENETT, 1996, p. 121).

na administração imperial. O principal resultado dessas era a possibilidade que o imperador abria aos aristocratas de lutarem por altos cargos políticos, através da restauração de diversas magistraturas e a criação de outras, totalmente novas. O consulado, praticamente inacessível durante o governo de Domiciano, se manifestava, como um prêmio, uma honraria, aos aristocratas mais proeminentes, sem, no entanto, ser uma fonte de *potestas* superior, tal como era na República⁶⁴⁸. Sob o governo de Trajano foi ainda fixada uma progressão política para a classe equestre, honrando esses homens com algumas das posições mais importantes dentro da *domus caesaris*, diminuindo assim a atuação de escravos e libertos.

Havia, ainda, no tempo de Domiciano, grande corrupção por conta dos magistrados. Nerva ainda instituiu o cargo de *praetor fiscalis*⁶⁴⁹, mantendo a frente dessa magistratura, no entanto, homens de reputação contestável. Trajano substituiu pouco a pouco esses homens por outros, de respeitabilidade comprovada. Para garantir a idoneidade do seu ato, a escolha desses homens foi feita através de sorteios. Plínio vai elogiar tal iniciativa⁶⁵⁰.

Vamos ver que, apesar da crítica consistente aos desejos de divindade por parte dos *principes*, Tácito e Plínio, o Jovem vão criar uma situação extremamente ambígua em suas obras. Por um lado o governante era um senador com poderes extraordinários, e por isso deveria tratar os demais senadores como iguais. Por outro ele tinha que demonstrar sua superioridade de uma forma próxima ao divino, para evitar possíveis adversários ao poder. Em nossa concepção, esse impasse é, em grande medida, resultado natural de uma situação que, apesar de apresentar uma evolução visível quanto ao início do século I d.C, ainda não estava bem resolvida, sobre qual era a posição do *princeps* e qual forma foi mais indicada de se referir a ele. No caso de Plínio essa situação fica mais clara, pois se por um lado, o panegirista evidencia o papel do imperador como uma espécie de mediador que intercede regularmente com os deuses,

⁶⁴⁸ JONES, 1972, pp. 849-853.

⁶⁴⁹ O *praetor fiscalis* era responsável pelo fisco imperial, o erário público. Cf. Plin. *Pan* 36, 3.

⁶⁵⁰ Cf. *Pan*.37.3-4.

em favor do povo, por outro, relata algumas situações em que Trajano concede, a si próprio, favores divinos⁶⁵¹.

O historiador Andrew Wallace-Hadrill, em seu artigo “*Civilis princeps: between the citizen and king*” vai destacar, se referindo ao pensamento aristotélico, que duas circunstâncias são as principais responsáveis pela rejeição a um monarca; o ódio e o desprezo⁶⁵². Essas circunstâncias eram responsáveis por gerar uma ambiguidade na relação do monarca com o divino, pois ao mesmo tempo em que ele deve se colocar além das fraquezas humanas ele deve conquistar o amor de seus súditos, agindo com humanidade. Nesse sentido, o culto imperial, se torna extremamente importante, pois era a celebração das virtudes do imperador e de sua família, uma confirmação do pacto social entre *princeps* e os cidadãos⁶⁵³.

Assim, imperadores considerados “maus” ou “loucos” foram importantes para a ampliação do culto imperial e para a solidificação da posição superior do imperador em âmbito provincial. Calígula, por exemplo, é um “divisor de águas” na relação entre o *princeps* e seus súditos. Sendo o primeiro governante que adotou uma postura de divindade, Calígula foi essencial para afastar a figura do imperador da esfera humana, dando-lhe uma aura superior. Wallace-Hadrill vai chamar isso de “temor semi-religioso”⁶⁵⁴. Essa postura por parte dos imperadores também é considerada por Aloys Winterling como essencial para a consolidação do poder autocrático do *princeps*.

Ententanto, o Principado – tal como o próprio Wallace-Hadrill irá falar - não era uma monarquia helenística. O Senado, constitucionalmente ainda se apresentava com fortes conexões com as tradições republicanas. Além disso, os senadores representavam o grupo de maior status social, econômico e intelectual, sem sombra de dúvidas, a elite

⁶⁵¹ Em *Ep.*10.96.5, por exemplo, Plínio vai relatar de oferendas a estátua do imperador. Segundo Daniel Schowalter uma analogia feita a condição divina de Trajano é o uso da palavra *precari*. Comumente utilizada para designar preces oferecidas aos deuses ela é usada em *Pan.* 79,6, para se referir a Trajano. Outra palavra utilizada no sentido de preces/pedidos ao imperador e aos deuses é *opto* - em *Pan.* 78.5 como *optandibus* (SCHOLWALTER, 1993, p. 56).

⁶⁵² WALLACE-HADRILL, 1982, p.41

⁶⁵³ Essa ideia também é presente em Geza Alföldy. Para esse historiador apenas uma fração ínfima da população, o senado, se preocupava com a legitimidade da posição do *princeps* (ALFÖDY, 1989, pp. 20-25).

⁶⁵⁴ WALLACE-HADRILL, 1982, p. 36.

do Império. Com tal posição, era natural que esses homens desejassem reconhecimento, o diálogo e, conseqüentemente a benevolência do governante, já que era sua proximidade com o próprio que garantiria o acesso aos favores imperiais e as magistraturas mais importantes.

Nesse sentido a postura adotada por Trajano é bastante feliz. O governo trajanino é marcado por uma reestruturação na relação com o Senado, como vai ser descrito nos comentários positivos de Tácito e Plínio. Entretanto estruturalmente, o processo de consolidação do poder autocrático do *princeps* vai ser continuamente fortalecido sob o governo trajanino. Essa hipótese, discutida por Kenneth Waters, se torna significativa para essa comunicação. Em seu artigo *Trajano, um continuador de Domiciano* (1969) Waters vai argumentar que, diferentemente daquilo que Tácito e Plínio, o Jovem procuraram evidenciar, o governo de Trajano não se afastou estruturalmente do de Domiciano. Segundo ele é incoerente pensar em retrocessos políticos, no âmbito da *libertas* entre os principados Júlio-Cláudios, Flávios e Antoninos, pois o processo autocrático iniciado por Augusto foi contínuo. Isso significa justamente que, de 27 a.C até 116 d.C a *res publica* romana se tornou cada vez mais restrita ao governo dos *principes* e contou com uma liberdade aristocrática cada vez mais dependente desse autocrata.

Waters ainda vai nos mostrar que em nenhum outro momento houve uma maior continuidade na esfera dos conselheiros imperiais e outros administradores proeminentes do que na transição de Domiciano - Nerva - Trajano. Sua análise, nesse ponto vai compartilhar as ideias de John Crook⁶⁵⁵, que evidencia pouquíssimos aristocratas que tiveram suas carreiras interrompidas, ou finalizadas com a mudança de dinastia. Crook destaca ainda, a existência de um grande número de pessoas que não eram comprovadamente *amici principis*, mas que mantiveram um alto cargo, senatorial ou equestre, entre os três governos⁶⁵⁶.

Como podemos observar nos *Anais* de Tácito, um novo tipo de governo tinha aparecido, combinando potências militares com comprometimento interno. Sob Trajano, as responsabilidades do imperador aumentavam ano após ano, com o surgimento de

⁶⁵⁵ CROOK, 1955.

⁶⁵⁶ *Ibidem*, p. 51.

novas províncias imperiais - após sinais de desordem administrativa por parte de senadores -, a criação de cargos senatoriais diretamente subordinados ao *princeps*- o que, de certa maneira, rebaixava a condição senatorial- e a maior atuação de Trajano nos tribunais - tendo em vista principalmente a fiscalização da atuação dos magistrados. As principais reclamações de provinciais, antes direcionadas ao Senado, agora iam diretamente para o gabinete do imperador, ignorando o Senado⁶⁵⁷. Segundo Eugen Cizek, mesmo se observarmos o principado de Nerva (e a *dominatio* de Domiciano) Trajano exercia uma posição muito mais centralizadora e poderosa sob o poder público. Para Cizek o novo governo foi o apogeu do sistema existente, marcando uma disjunção entre o que veio - antes – República e o que viria a seguir - Monarquia.

Em paralelo a deformação da imagem de Domiciano, a *imago* de Augusto é tratada de maneira bastante ambígua. Entendemos que as principais posturas ideológicas adotadas pelo primeiro imperador são adaptadas à realidade trajanina; seu comportamento austero em relação à bajulação, a *munificentia* pública e a grandiosidade das suas construções arquitetônicas, sua relação equilibrada com os senadores, o *populus* e as províncias, além da manutenção da ordem social e da *libertas*. No entanto tendo em vista a *amplificatio* da *imago* de Trajano, as bases do poder imperial augustano, a *pax* e a restauração da *res publica*, têm sua legitimidade repetidamente contestada, bem como sua posição como *paterfamilias*, na condução da *domus caesaris*. Esse caráter intrínseco de admiração e competição é uma característica da *aemulatio*.

Outro ponto importante foi a maneira cuidadosa pela qual Trajano tratou o consulado. Comportamento essencial para a consolidação da sua *civilitas* ao Senado. Domiciano, como muitos de seus antecessores, fez questão de manter repetidamente os *fasces*, e havia alienado opinião senatorial em fazê-lo. Trajano foi muito mais moderado nesse sentido. Como aristocrata ele já havia sido cônsul uma vez, dignidade repetida quando foi adotado como herdeiro de Nerva. Ele demonstrou sua constância e moderação exercendo essa magistratura somente mais quatro vezes durante os dezenove

⁶⁵⁷ Isso pode ser visto nas epístolas plinianas: *Ep.* 3,20,12; 4,22,1; 7,6,1.

anos do seu governo⁶⁵⁸. Essa postura é, em grande medida, compatível com a postura de recusa, demonstrada por Augusto, que era responsável por sublinhar a modéstia do imperador, bem como sua capacidade de conceder *honos*, e assim estabelecer uma relação equilibrada com os senadores. Essa posição moderada, adotada por ambos os imperadores, deve ser encarada como uma estratégia na condução do poder, e a despeito daquilo que é colocado por Plínio, o Jovem e Tácito, é incoerente pensar que o nível de sinceridade/dissimulação de Trajano era superior/inferior ao de Augusto.

Segundo Barbara Scardigli⁶⁵⁹, a *recusatio* em adotar - ao menos oficialmente - o título de *Optimus Princeps*, antes de 114, mostra que uma nomenclatura desse porte só faria sentido se fosse embasada por conquistas militares importantes. Isso faz bastante sentido quando notamos que a cunhagem de *Traiano Optimus Princeps* só vai aparecer após vitórias militares importantes, como na Dácia⁶⁶⁰ e na Pártia⁶⁶¹. Após 112, no entanto a legenda aparece relacionada a ações civis do imperador, como um superlativo de *vir bonus*, ilustrando suas virtudes morais. Essas moedas são emitidas tanto pelo Senado, como pelo imperador. As primeiras, ao que parece, são uma forma de agradecer Trajano pelo sucesso na gestão do Império. Já as segundas, surgem após a anexação da Armênia⁶⁶², região que havia sido motivo de diversos problemas durante todos os governos anteriores. Parece-nos bastante razoável pensar que Trajano só vai aceitar oficialmente esse título, após ter resolvido definitivamente um problema em que todos os seus antecessores, inclusive Augusto, falharam.

Quanto à figura do *paterfamilias*, a crítica de Tácito e Plínio, o Jovem a *domus augusta*, quanto à atuação política das mulheres na política imperial, e o consequente elogio família de Trajano, como moralmente irrepreensível, subserviente, casta e totalmente dedicada ao imperador deve ser relativizada. A divinização, de Marciana, irmã de Trajano de certa forma transcende qualquer decoro estabelecido anteriormente.

⁶⁵⁸ Em 100, pela demanda popular para estabelecer precedência consular; Em 101, em preparação para a Primeira Guerra Dácia; em 103, em comemoração desse conflito, e finalmente, em 112, para comemorar seu *quindecennium*.

⁶⁵⁹ SCARDIGLI, 1974.

⁶⁶⁰ Cf. Anexos, Imagem 4.

⁶⁶¹ Cf. Anexos, Imagem 2.

⁶⁶² Após a anexação da Armênia (114), Trajano vai finalmente anexar o título de *Optimus* na sua titulação oficial através de um decreto do Senado. Cf. Anexos, Imagem 6.

Principes haviam divinizado esposas, mães, mas nunca uma irmã - Agripina é divinizada sob Nero, não sob Calígula. Ao que indicam fontes posteriores, a imperatriz Plotina, ainda teve um papel fundamental na adoção de Adriano. Tal como vai afirmar Paul Roche, sob o governo trajanino a posição das mulheres da casa imperial foi intensamente exposta sob a sombra da autoridade do *princeps*. Entretanto é inconcebível que os membros da *família caesaris* não exercessem um poder real, aliado a uma enorme riqueza, status e influência⁶⁶³.

Iniciamos e concluimos nosso trabalho com uma passagem de Julian Bennet, essa última vai ilustrar nossa conclusão de forma primorosa:

Desde o início, em todos os detalhes o reinado de Trajano foi uma rejeição estudada e calculada das principais características do principado de Domiciano. Identificando-se com o exemplo dado por Augusto, do *princeps* como o guardião do poder, usando como instrumento, a moderação, e não superioridade⁶⁶⁴.

Ao que nos parece, o poder do *princeps*, sob o principado Trajano, permaneceu tão absoluto quanto em governos anteriores. Os abusos intencionais do poder desapareceram, mas não foram instituídas garantias objetivas contra novas recorrências. Julián Bennett vai deixar claro que os senadores continuaram a ter pouco poder como grupo político, apesar de que, individualmente, tiveram maior participação na administração imperial e maior acesso a dignidades magisteriais e honrarias públicas⁶⁶⁵. O controle e a promoção da aristocracia senatorial como acontecia sob Domiciano, ainda era dependente do elogio ou da censura do *princeps*, mas essa dependência vai ser gerida, ao que nos indicam as fontes, com maior moderação sob Trajano.

Quanto à disso, era natural que Tácito e Plínio, como membros do Senado, se apresentassem receptivos ao novo governo, que por sua vez procurou valorizar a comunicação com seu grupo social, ao contrário de principados anteriores, que os repreendiam com violência⁶⁶⁶. Nesse ponto, a dicotomia *principatus* e *dominatio*

⁶⁶³ ROCHE, 2002, p. 60.

⁶⁶⁴ BENNET, 1996, p. 58. Isso pode ser visto, de acordo com Gunnar Seelentag (2011, p. 76), nos elementos tipológicos de fisionomia das representações de Trajano, seu penteado, por exemplo, o distingue claramente do seu antecessor Domiciano e retorna para o retrato no modelo de Augusto.

⁶⁶⁵ BENNETT, p. 58.

⁶⁶⁶ WINTERLING, 2011, pp. 161-166.

apresenta-se como essencial para entendermos a idealização da imagem de Trajano. A *dominatio* de Domiciano – ilustrada na exposição posterior de sua imagem como *dominus et deus* - se impõe nas obras desse tempo como uma distorção cruel do *principatus*, personalizado sob *Traianus Optimus princeps*. A principal acusação que vêm à tona é que governo de um *dominus* impedia o florescimento da virtude e levava os cidadãos romanos à escravidão, caracterizada pela bajulação e o medo.

Se o acúmulo do poder nas mãos de um só indivíduo era necessário para a preservação da paz interna e externa, por sua própria natureza inviolável esse poder poderia ser, na prática, usado com excesso e impunidade levando as instituições políticas tradicionais ao caos. Do ponto de vista da *libertas*, a virtude do imperador era a única garantia de que sua *potestas* ilimitada não se tornaria uma *potentia* opressiva aos senadores. Assim, a imposição de parâmetros morais, presentes nas obras literárias, era essencial para que o governante suportasse a tentação do poder absoluto. Como nos mostram Plínio, o Jovem e Tácito, o caráter do *princeps* exercia influência direta sobre o comportamento das pessoas, e a presença de um governante vicioso tinha um efeito desmoralizante sobre toda a sociedade.

Concluimos que Plínio e Tácito tinham consciência que eliminar o poder autocrático além de indesejável, era praticamente impossível. Diante disso a única coisa que poderia se esperar era a atenuação desse poder pela elevação de *principes* virtuosos, que soubessem exercer sua função com *moderatio* (moderação), respeito às tradições e a hierarquia social. Essa esperança foi expressa claramente nas obras de Tácito e Plínio através do elogio ao *optimus princeps*. A aliança entre *principatus* e *libertas*, tão alardeada por Tácito, não foi algo consolidado por uma reforma constitucional, ou a alguma “revolução republicana”, mas por uma situação dependente da personalidade do imperador, que passou em tese, a ser mais moderado e cordial em suas relações com os senadores. Essa perspectiva evidenciou a importância cada vez maior à maneira pela qual o príncipe exercia sua função, mas também pela forma com que a aristocracia senatorial se comportava perante o poder do *princeps*. Assim, além de procurarem o elogio ao governo de Trajano, Tácito e Plínio, o Jovem utilizam de suas obras para ressaltar os aspectos nocivos da tirania e para condenar a ação de diversos aristocratas

que apresentavam um comportamento servil ou imprudente, ameaçando não só a própria segurança individual, mas a de todo Império.

4. Anexos.

4.1. Mapas:

MAPA 1: Império sob Trajano.



Fonte: Bennett, J. Trajan: *Optimus Princeps*. 1997. Fig. 1.

MAPAS 2 e 3: Império Romano no nascimento de Tácito.



Fonte: TALBERT, Richard. Atlas of Classical History. New York: Routledge, 1985, p.128.



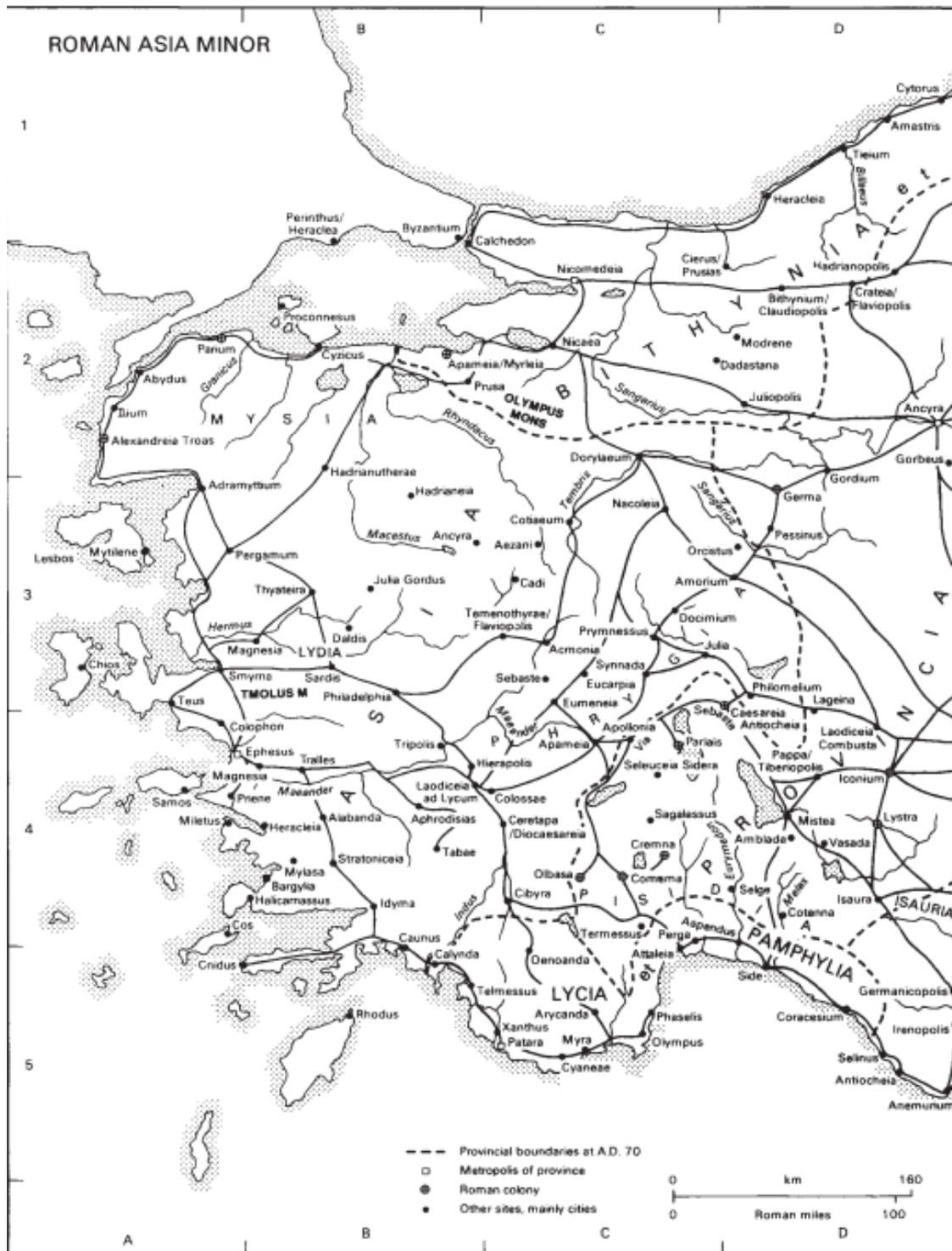
Fonte: TALBERT, Richard. Atlas of Classical History. New York: Routledge, 1985, p.129.

MAPA 4: Gália Bélgica.



Fonte: TALBERT, Richard. Atlas of Classical History. New York: Routledge, 1985, p. 138.

MAPA 5: Ásia Menor.



Fonte: TALBERT, Richard. Atlas of Classical History. New York: Routledge, 1985, p. 160.

MAPA 6: Bitínia-Ponto



Fonte: PLINY, The younger. Complete Letters. Translation by P.G. Walsh. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Mapa 7: Itália Romana na época de Plínio, o Jovem.



Fonte: BOWNAN, Alan; GARNSEY, Peter; ROTHBONE, Dominic (Ed.). The Cambridge ancient history: The High Empire, A.D. 70-192 . 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

4.2. Imagens.

IMAGEM 1:



Fonte: PACHER, Michael. *Jerome with lion, Agustine with child, Pope Gregory the Great with Emperor Trajan, and Ambrose with child*. Alte Pinakothek. Munich. Germany, 1483.

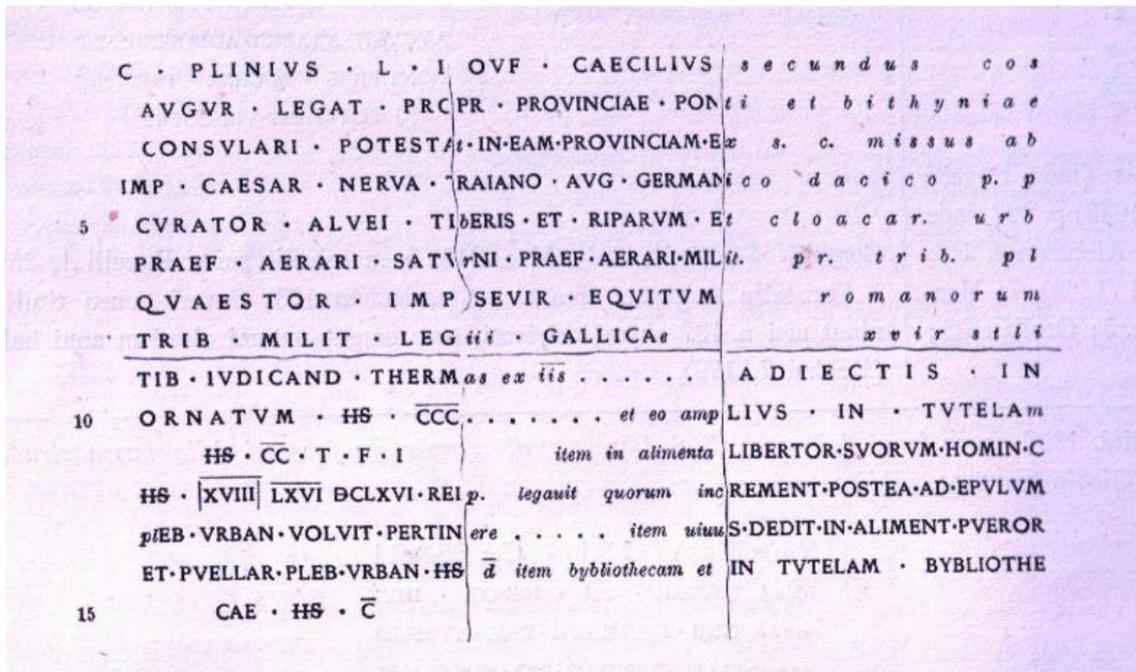
IMAGEM 2:



Fonte: (RIC 324).

Anverso: *IMP CAES NER TRAIAN OPTIM AVG GER DAC PARTHICO* (Imperator Caesar Nerua Traiano Optimus Augustus Germanicus Dacicus Particus). Reverso: *PM TR P COS VI PP SPQR* (Pontifex Maximus Tribunicia Potestas Consul VI PP Senatus Populusque Romani).

Imagem 3: Inscrição 1: CIL V. 5262



Inscrição encontrada na cidade de Como sobre o *cursus honorum* de por Plínio, o Jovem. (SHERWIN-WHITE, 1966, p. 732).

Imagem 4:



Fonte: RIC (2019).

Anverso: IMP AVGGER DAC PM TRAIANO TR P COS VPP (Imperator Augusto Germanico Dacicus Pontifex Maximus Traiano Tribunicia Potestas Consul VPP).
 Verso: SPQR Optimi Principi (Senatus Populusque Romani Optimi Principi).

Imagem 5:



Fonte: (RIC 292)

Anverso: *IMP AVGVSTVS GERMANICVS DACICVS PONTIFEX MAXIMVS TRAIANO TR P COS VI PP* (Imperator Augusto Germanico Dacicus Pontifex Maximus Traiano Tribunicia Potestas Consul VI PP) /
Verso: *SPQR OPTIMO PRINCIPI* (Senatus Populusque Romani Optimi Principi).

5. Referências Bibliográficas.

Fontes

[ANÔNIMO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Adriana Seabra & A. P. Celestino Faria. C. São Paulo: Hedra, 2005.

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Editora Atena. 1995.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*, v. 4. São Paulo: Loyola. 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*; tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. 238p.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1973.

ARISTÓTELES. *Política*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1997.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti*, in *A Vida e os Feitos do Divino Augusto/textos de Suetônio e Augusto*; Trad. Matheus Trevizam; Antonio Martinez de Rezende, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CICERO. *Cartas a Ático*. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

CÍCERO. *De Re Publica. De Legibus*. Cambridge/Londres, Harvard University Press, 2000. (The Loeb Classical Library).

CÍCERO. *El Orador*. Traducción, introducción y notas de E. Sanchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, S.A, 2001.

CICERO. *Epistulae ad Familiares*. *Cambridge Classical Texts and Commentaries*. London: Cambridge University Press, 2004

DIO CASSIUS. *Historiae Romanae*. Vols. VI, VII, VIII, IX. Trad. Earnest Cary. Cambridge/Londres, Harvard University Press, 2000. (The Loeb Classical Library).

EUTROPIUS. *Breviarium*. Liverpool: Liverpool University Press, 1993.

HERÓDOTO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

HISTORIA AUGUSTA. London: Loeb Classical Library, 1921.

IULIANUS. *The Caesars. Works of the Emperor Julian*. London: Loeb Classical Library., 1914.

JUVÉNAL. *Satires*. Texte ét. trad. par Pierre de Labriolle et François Villeneuve. Paris: Les Belles Lettres, 1957.

LÍVIO, Tito. *Historia de Roma desde su fundación*. Libros I-III. Introducción general de Angel Sierra. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Editorial Gredos, 1997, 1ª reimpressão. 1ª Edição 1990.

PETRÔNIO. *Satíricon*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PLÍNIO EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

PLINY THE ELDER. *Natural History: A Selection*. New York: Penguin Classics, 1991.

PLINY. *Letters*, Volume I: Books 1-7. MELMOTH, Willian, W.M.L. Hutchinson (eds.). Cambridge/Londres, Harvard University Press 1931 (Loeb Classical Library).

PLINY. *Letters*, Volume I: Books 1-7. MELMOTH, Willian, W.M.L. Hutchinson (eds.). Cambridge/Londres, Harvard University Press 1931 (Loeb Classical Library).

PLINY. *Panegyricus*. Traduzido por Betty Radice. Cambridge/Londres, Harvard University Press, 1996. (The Loeb Classical Library).

PLUTARCH, *Plutarch's Lives*. New York: Modern Library Classics, 2001.

POLYBIUS. *The Histories* ;trad. W.R. Patton, vol. 3. Havard University Press: Loeb Classical Library, 1979.

POLYBIUS. *The Histories* ;trad. W.R. Patton, vol. 3. Havard University Press: Loeb Classical Library, 1979.

POLYBIUS. *The Histories*. The Loeb Classical Library (in Ancient Greek, English, and Latin). London, 1922-1927.

QUINTILIANO. *Instituiciones Oratorias*. Trad: Ignacio Rodriguez y Pedro Sandier. Imprenta de Perlado Páz y Compañia.

RES GESTAE DIVI AUGUSTI. *ex monvmentis Ancyrano et Antiocheno Latinis Ancyrano et Apolloniensi Graecis*. Texte établi et commenté par Jean Gagé. Paris: Les Belles Lettres, 1935.

SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta*. Introd. E trad. Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes. 1990.

SENECA THE ELDER. *Declamations*, Volume I, *Controversiae*, Books 1-6. New York: Harvard University Press, 1974.

SÊNECA. *Consolação a minha mãe Hélvia, Da tranqüilidade da alma*, Trad. de Agostinho da Silva, São Paulo: Nova Cultural, 1998.

SENECA. *Moral Essays*, Vol. III: *De Beneficiis*. New York: Harvard University Press, 1935.

SÊNECA. *Tratado sobre a clemência*. Trad. Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

Suetônio. *Os Doze Césares*. Guarulhos/SP: Germape, 2003.

TACITI. *De Vita Agricolae*. Editado por R.M. Ogilvie e Sir Ian Richmond. Oxford: Oxford University Press, 1967.

TÁCITO. *Diálogo do Oradores*. Texto estabelecido e traduzido por Agostinho da Silva. Editora Horizonte, Lisboa, 1974.

TÁCITO. *Diálogo do Oradores*. Trad. Júlia Batista Castilho de Avellar, Antônio Martinez de Rezende. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2013.

TÁCITO. *Obras Menores*. Tradução de Agostinho da Silva. Lisboa: Horizonte, 1974.

TACITUS. *Agricola, Germania, Dialogus*. Cambridge/Londres, Harvard University Press, 1996. (The Loeb Classical Library).

TACITUS. *Agricola, Germania, Dialogus*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1996. (The Loeb Classical Library).

TACITUS. *Annals*. Book I. Texto estabelecido e traduzido por Miller, N.P. Londres: Bristol Classical Press, 1992.

TACITUS. *Annals*. Book I. Texto estabelecido e traduzido por Miller, N.P. Londres, Bristol Classical Press, 1992.

TACITUS. *Histories and Annals*. 4 vols. Texto estabelecido e traduzido por W. Heinemann. Londres: Harvard University Press, 1980. (The Loeb Classical Library).

TACITUS. *Histories and Annals*. 4 vols. Texto estabelecido e traduzido por W. Heinemann. Londres, Harvard University Press, 1980. (The Loeb Classical Library).

TACITUS. *Histories*, Book I. Editado por Cinthia Damon. Cambridge. Cambridge Greek and Latin Classics, 2003.

TACITUS. *Histories*, Book I. Editado por Cinthia Damon. Cambridge: Cambridge Greek and Latin Classics, 2003.

TACITUS. *The Annals*. Traduzido e estabelecido por A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

TACITUS. *The Annals*. Traduzido e estabelecido por A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad: Mário da Gama Kury. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1987.

VELEYO PATÉRCULO. *Historia Romana*. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

VICTOR, Aurelius. *De Caesaribus*. Liverpool: Liverpool University Press, 1994.

Livros e Capítulos de Livros

ACHCAR, Francisco. *Lírica e Lugar-Comum: Alguns temas de Horácio e sua presença em português*. São Paulo: EDUSP, 1992G.

ALFÖLDY, Géza. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ALTMAN, Janet. *Epistolarity: Approach to a form*. Ohio: Ohio University Press, 1982

- ancient rhetorical theory and practice. London: Ashgate Publishing Limited, 2009.
- ANDO, Clifford. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- ARENDT. A condição humana. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Forense Universitária/EDUSP, 1981.
- BARTHES, R. A retórica antiga. In: COHEN, J. et al. Pesquisa de retórica. Tradução de Leda P. M. Iruzum. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BELTRAMI, Pietro G. (20024), *La metrica italiana*. Bologna: Il Mulino, 1a ed. 1991.
- BENARIO, Hebert. *Tacitus and the Principate*. The Classical Journal, Vol. 60, No. 3, 1964, pp. 97-106.
- BENNETT, Julian. Trajan: *Optimus Princeps*. London: Routledge, 1997.
- BÉRANGER, J. *L'accession Du Auguste et l'idéologie Du 'privatus', in Principatus*, in: *Études de notions et d'histoire politiques dans l'antiquité Grecoromaine*. Geneva, 1973, pp. 243-58.
- BÉRANGER, Jean. *Recherches sur l'Aspect Idéologique du Principat*. Basel: Friedrich Reinhardt, 1953.
- BERNSTEIN. Review of Nicole Méthy, *Les Lettres de Pline le Jeune. Un représentation de l'homme*, 2007. Bryn Mawr Classical Review, 2008. Disponível em: <http://bmcr.brynmawr.edu/2008/2008-01-12.html>.
- BOISSIER, G. *Tácito*. São Paulo: Ed. Difusão S/A, 1934.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BOWNAN, Alan; GARNSEY, Peter; ROTHBONE, Dominic (Ed.). The Cambridge ancient history: The High Empire, A.D. 70-192. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BRANDÃO, José Luís Lopes. *Máscara dos Césares: Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010.

CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *História e Análises de Textos*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 375-399.

CHAMPLIN, Edward. *Nero*. Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press, 2003.

CHARLESWORTH, *The Virtues of a Roman Emperor: Propaganda and the Creation of Belief*. The British Academy Raleigh Lecture. Oxford, 1937

CIZEK, Eugen. *L'époque de Trajan: circonstances politiques et problèmes idéologiques*. Bucarest-Paris: Editura Stiintifica si Enciclopedica, 1983.

CIZEK, Eugen. *Mentalités et Institutions Politiques Romaines*. Paris: Fayard, 1990.

CROOK, John Anthony. *Consilium Principis: Imperial councils and counsellors from augustus to Diocletian*. Cambridge: Cambridge University Press: 1955.

DEVILLERS, Olivier. *L'art de la persuasion dans les Annales de Tacite*. Bruxelles, Éditions Latomus, 1994.

DEVILLERS, Olivier. *Permanence et transformations du modèle augustéen: le César de Tacite*. In: DEVILLERS, O & SION-JENKIS, K. *César sous Auguste*. Ausonius Éditions: Scripta Antiqua, v. 48. Bordeaux, 2012.

DEVILLERS, Olivier. *Sed aliorum, simul cetera illius aetatis, memorabo (Ann., III, 24, 2): Le ègne d'Auguste et le projet historiographique de Tacite*. In: MINEO, B. & HURLET, Frédéric. *Le Principat d' Auguste: Réalités et représentations du pouvoir Autour de la res publica restitute*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

ECK, Werner. *The Age of Augustus*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition. In: *The Cambridge Companion to the Age of Augustus* (Cambridge Companions to the Ancient World), ed. Karl Galinsky, Cambridge, MA; New York: Cambridge University Press, 2005, pp. 13–32.

FAVERSANI, Fábio. *As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana*. In: CARVALHO, Alexandre Galvão. *Interação social reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. (Org.). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003.

FAVERSANI, Fábio. *Estado e governo em Sêneca*. In: ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; ROSA, Claudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte. (Org.). *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj, 2009, v., p. 42-65.

FINLEY, Moses I.; *Política no Mundo Antigo*; Trad. De Gabinete Editorial de Edições 70; Lisboa: Ed. 70, 1997.

FITZGERALD, William. *The Letter's the thing (in Pliny, Book 7)*. In: MORELLO, Ruth; MORRISON, Andrew. D. (ed.). *Ancient letters: classical and late antique epistolography*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FITZGERALD, Willian. *Slavery and the Roman Literary Imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FLOWER, Harriet I. *Roman Republics*. Princeton University Press, 2011.

GELZER, Mathias. *The Roman Nobility*. ACLS History E-Book Project, 2001.

GIBBON, Edward. *The History of Decline and Fall of the Roman Empire*. London: Penguin, 1994.

GIBSON, Bruce. *Contemporary contexts*. In: ROCHE, Paul (ed.). *Pliny's praise: the Panegyricus in the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GRANT, Michael. *Introduction*. In: TACITUS. *The annals of Imperial Rome*. Baltimore; Maryland: Penguin Books, 1959, p. 7 – 26.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Tradução Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

GRIMAL, Primal. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1984.

GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

GUARINELLO, Norberto L.; JOLY, Fábio Duarte. *Ética e ambigüidade no Principado de Nero*. In: BENOIT, Hector; FUNARI, Pedro Paulo (orgs.). *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: IFCH-Unicamp/Fapesp, 2001, p. 133-152.

GUDEMAN, Alfred. *The Sources of the Germania of Tacitus*. In: Transactions and Proceedings of the American Philological Association, vol. 31. The John Hopkins University Press. 1990, pp. 93-111.

GUILLEMIN, Anne Marie. *Pline et la vie litteraire de son temps*, Paris, 1929.

HAYNES, Holly. *The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome*. Los Angeles: University of California Press, 2003.

HENDERSON, John. *Down the Pan: historical exemplarity in the Panegyricus*. In: ROCHE, Paul (ed.). *Pliny's praise: the Panegyricus in the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HOPKINS, Keith. *Divine emperors or the symbolic unity of the Roman empire*. In: *Conquerors and Slaves*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978

HOPKINS, Keith: *Death and Renewal*. (Sociological Studies in Roman History). Cambridge: Cambridge University Press, 1983

JOHNSON, William A. *Readers and Reading Culture in the High Roman Empire: a Study of Elite Communities. Classical culture and society*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2012.

JOHNSON. *Constructing Elite Reading Communities in the High Empire*. In: JOHNSON. W. A & PARKER, Holt N. (ed.), *Ancient Literacies: The culture of reading in Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

JOHNSON. *Tacitus and the contemporary scene*. In: *The Cambridge Companion of Tacitus*; org: WOODMAN, A. J. Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004.

KLEBERG, Tönnies. *Comercio librario y actividad editorial en el Mundo Antiguo*. En: CAVALLO, Guglielmo (Dir.). *Libros, editores y público en el Mundo Antiguo*. Alianza: Madrid, 1995.

LEVICK, Barbara. *The Government of the Roman Empire* - 2nd edition. London: Routledge, 2000.

LIEBESCHUETZ, Willian. *Religion*, in: *The Cambridge Ancient History*, v. XI, ed. Peter Garnsey, Alan Bowman e Dominic Rathbone, Cambridge: University of Cambridge Press, 2008, pp. 984-1007.

LINTOTT, Andrew. *The Cambridge Ancient History*, vol. IX. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge University Press, 1997

MARROU, Henri Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990.
FINLEY, M. I. *A Economia Antiga*. 2a ed. Porto: Afrontamento, 1986.

MARTIN, Ronald. *Tacitus*. University of California Press. Los Angeles, 1981.

MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto (44 a.C. - 14 d.C.)*. São Paulo: Editora EDUSP. 2011

MILLAR, Fergus. *The Roman Republic in Political Thought*. Hanover, NH: University Press of New England for Brandeis University Press, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: Edusc, 2004.

MOMMSEN, Theodor. *A History of Rome under the Emperors*. New York: Routledge, 1999.

NOBRE, Ricardo. *Intrigas palacianas nos Annales de Tácito: tentativas e processos de obtenção de poder no principado de Tibério*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.

NOREÑA, Carlos. *Self-fashioning in the Panegyricus*. In: ROCHE, Paul (ed.). *Pliny's praise: the Panegyricus in the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

O'GORMAN, Ellen. *Irony and misreading in the Annals of Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PELLING, Christopher. *Tacitus Personal Voice*. In: *The Cambridge Companion of Tacitus*; org: WOODMAN, A. J. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ROCHE, Paul. *Pliny's thanksgiving: an introduction to the Panegyricus*. In: ROCHE, Paul (ed.). *Pliny's praise: the Panegyricus in the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SAILOR, Dylan. *Writing and empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SALLER, Richard. *Patriarchy, Property and Death in the Roman Family* (Cambridge Studies in Population, Economy and Society in Past Time). Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SALLER, Richard. *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SALLER, Richard. *Status and Patronage*. In: BOWMAN, GARNSEY and RATHBONE, eds, 817-54, 2000.

Schowalter, Daniel N., and Steven J. Friesen, eds. *Urban Religion in Roman Corinth: Interdisciplinary Approaches*, 2004.

SHERWIN-WHITE, Adrian Nicolas. *The letters of Pliny: historical and social commentary*. Oxford: Oxford University Press, 1966

SYME, Ronald. *Tacitus*. 2 v. Oxford: Oxford University Press, 1939.

SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 331-249; p. 440-490.

TRAPP, Michael. *Greek and Latin Letters: An Anthology with Translation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

University Press, 1982.

WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990. (Leicester-Nottingham studies in Ancient History, 1).

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Metamorphosis*. In: *Augustan Rome*. Classical World Series. Bristol: Bristol Classical Press, 2005, pp. 10-25.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Mutatas Formas: The Augustan Transformation of Roman Knowledge*. In: GALINSKY, Paul. *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge University Press, 2007.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *The imperial court*. In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.), *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308.

WEBB, Ruth. *The Contexts of Ekphrasis*. In: *Ekphrasis, imagination and persuasion in ancient rhetorical theory and practice*. Ashgate Publishing Limited. London, 2009.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Primeira edição de 1978: *Tropics of discourse: essays in cultural criticism*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.)

WINTERLING, Aloys. *Caligula: A Biography*. University of California Press, 2011.

WINTERLING, Aloys. *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

WIRSZUBSKI, Charles. *Libertas as a political idea at Rome during the late Republic and early Principate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

WOODMAN, A. J. *The Cambridge Companion to Tacitus*. Edited by A. J. Woodman. New York: Cambridge University Press, 2009.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. Portland: Areopagitica Press, 1988.

WOODMAN, Anthony. *Latin Historians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

YAKOBSON, Alexander. *The First (Roman) Emperor: image and memory*", in Yuri Pines (ed.), *The Birth of Empire: The State of Qin revisited*, Studies in China, International and Area Studies, UC Berkeley (forthcoming), pp. 280-300.

ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*, trad. Shapiro, Alan. The Michigan University Press, 2008.

Artigos e Comunicações

ANTIQUEIRA, Moisés. *O Escudo da Virtude e a Ideologia do Principado Augustano*. Revista de História e Estudos Culturais, Volume 5, setembro de 2007.

BALMACEDA, Catalina. *Vitus Romana em el siglo I a.C.* Revista Gerión, 2007, 25, num. 1, pp.285-304.

BELCHIOR, Ygor Klain. "*Para nós o trabalho é restrito e sem glória (Anais IV, 32, 4): A mudança de rumo na narrativa taciteana dos Anais*". In: 4º Seminário Nacional de História da Historiografia, 2010, Mariana. Anais digital, 2010.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Uma análise dos estudos críticos sobre Tácito em Portugal no século XIX*. Politéia (UESB), v. 10, p. 187-202, 2011.

BIRLEY, Anthony. *The Life and Death of Cornelius Tacitus*. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, vol. 49, 2000.

BOWERSOCK, G. W. *The Roman Emperor as Russian Tsar: Tacitus and Pushkin*. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 143, No. 1, Papers Delivered at a Joint Meeting with the Royal Swedish Academy of Sciences. Stockholm, 24-26 May 1998 (Mar., 1999), pp. 130-147.

BOYER, Blanche B. *The Histories of Tacitus*. *Chicago Journals. Classical Philology* Vol. 44, No. 2. Apr., 1949, pp. 107-115.

BRUCE, David. *Virgil's "Aeneid": A Retelling in Prose*. Lulu Editions, Zaragoza, Spain, 2013.

CAMPBELL D.B. *The Consulship of Agricola*, ZPE, n°63, 1986, pp. 197-200.

CEAUSESCU, PETRE. *L'image d'Auguste chez Tacite*, *Klio*, 56:1 (1974) p.183.

CIZEK, Eugene. *La formation du principat d'Auguste*. *Latomus*, T. 57, Fasc. 1, 1998, pp. 72-95

COLLARES, Marco Antônio Correa. *A legitimidade do poder político de Otávio Augusto ao início do principado*. *Alétheia: Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo*, Volume 1, janeiro a julho de 2010.

CONNOLLY, Joy. *Fear and Freedom: a New Interpretation of Pliny's Panegyricus*; in: *Ordine e sovrastione nel mondo greco e romano: atti del convegno internazionale*, ed. Gianpaolo Urso. Pisa, 2009, pp. 259-278.

COVA, Pier. *Plinio il Giovane contro Plinio il Vecchio*. *Bolletino di Studi Latini*. Volume 31, 2001.

CROOK, John. *Consilium Principis. Imperial Councils and Counsellors from Augustus to Diocletian*. Cambridge: Cambridge University Press, 1955.

DIAS, Mamede Queiroz. *Cornélio Tácito e a alguns aspectos da autoridade historiográfica na Antiguidade Clássica*. Mariana: Cadernos de História (UFOP), v. 2, p. 56-70, 2012.

DIAS, Mamede Queiroz. *Um caminho taciteano entre os extremos: comportamento político aristocrático em Júlio Agrícola e Marco Lépidio*. Comunicação apresentada dia 22 de outubro de 2013 no V Colóquio Internacional do LEIR. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – ES.

EBBELER, Jennifer. *Caesar's letters and the ideology of literary history*. Helios, vl. 30, 2003, pp. 3–19.

EBBELER, Jennifer. *Letters*. The Oxford Handbook of Roman Studies. New York, 2010.

FAVERSANI, Fábio & JOLY, Fábio. *Tácito sua Vida de Agrícola, e a competição aristocrática no Alto Império Romano*. Mnemosine, vol. 4, n.1. 2013 BIRLEY, 2000

FAVERSANI, Fábio. *Ékphrasis e as fronteiras da descrição em Tácito*. II Colóquio "Visões da Antiguidade". FFLCH – USP. 27 de junho – 1 de julho de 2011.

FAVERSANI, Fábio. *Escrita da história e as histórias dos antigos*. Aula Magna ministrada no segundo semestre de 2010, para os alunos do curso de História da Unipampa, Campus de Jaguarão.

FAVERSANI, Fabio; JOLY, Fábio. *Tácito sua Vida de Agrícola, e a competição aristocrática no Alto Império Romano*. Revista Mnemosine, vol. 4, n.1. 2013.

GIUA, M. A. *Storiografia e regimi politici in Tacito, Annales IV, 32-33*. Athenaeum, n° 63. 1985 5-27.

GONÇALVES & DI MESQUITA. *Atividade Epistolar no Mundo Antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca*. Goiânia: **História Revista**/UFG, 2009.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A Idealização da Figura do Imperador Romano: O debate Agripa-Mecenas na Obra de Dion Cássio*. Klepsidra. São Paulo, v. 3, n. 14, p. 1-14, 2002/2003.

GOWING, Alan. *From the annalists to the Annales: Latin historiography before Tacitus*. In: *The Cambridge Companion of Tacitus*; org: WOODMAN, A. J. Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

GRIFFIN, Miriam. *Tacitus as an historian*. In: *The Cambridge Companion of Tacitus*; org. WOODMAN, A. J. Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

GRIFFIN, Miriam. *Pliny and Tacitus*. Scripta Classica Isralica, vol. 18, 1999.

GRIFFIN, Miriam. *The Younger Pliny's Debt to Moral Philosophy*. London: Harvard Studies in Classical Philology, Vol. 103 (2007), pp. 451-481, 2007

GUARINELLO, Norberto L. *Nero, o estoicismo e a historiografia romana*. Boletim do CPA. Campinas: IFCH-Unicamp, 1996, p. 53-61.

GUARINELLO, Norberto L. *Uma morfologia da História: as formas da História Antiga*. Politeia: História e Sociedade, v. 3, n. 1, 2003, p. 41-62.

GUARINELLO, Norberto. *Memória Coletiva e História Científica*. Conferência proferida no I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais, São João Del Rei, maio de 1993.

HAMMOND, Mason. *Pliny the Younger's Views on Government*. *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 49, 1938, pp. 115-140.

HAMMOND, Mason. *Res olim dissociabiles: Principatus ac Libertas: Liberty under the Early Roman Empire*. *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 67 (1963), pp. 93-113

HAVAS, László. *Éléments du biologisme dans la conception historique de Tacite*. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II, 33.4, p. 2949 - 2986, 1991.

HOFFER, Stanley. *Divine Comedy? Accession Propaganda in Pliny, "Epistles" 10.1-2 and the "Panegyric"*. The Journal of Roman Studies, Vol. 96, 2006, pp. 73-87.

JOLY, Fábio. D. *Ética, Retórica e Poética no Diálogo dos Oradores e a concepção de História em Tácito*. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 19-43, 2009.

JOLY, Fábio. *Tácito e o Império Romano*. Revista de História (USP), v. Esp., p. 69-78, 2010.

JONES, Brian. *Domitian's Attitude to the Senate*. The American Journal of Philology, Vol. 94, No. 1, 1973, pp. 79-91.

KLINGNER, Friedrich. *Beobachtungen Über Sprache und Stil des Tacitus am Anfang des 13. Annalenbuches*. Hermes, 83. Bd., H. 2 (1955), pp. 187-200.

LANGLANDS, Rebecca. *Roman Exempla and Situation Ethics: Valerius Maximus and Cicero de Officiis*. JRS 101 (2011), pp. 100–122, 2011.

LANGLANDS, Rebecca. *Roman Exempla and Situation Ethics: Valerius Maximus and Cicero de Officiis*. JRS 101 (2011), pp. 100–122, 2011.

MARQUES, Juliana Bastos. *Estruturas narrativas nos Anais de Tácito*. História da Historiografia, v. 5, p. 44-57, 2010.

MARQUES, Juliana Bastos. *Um ciclo dos costumes em Tácito? Anais III, 55*. Boletim do CPA - IFCH/Unicamp, Campinas/SP, v. 18, p. 55-66, 2004.

MARTINS, Paulo. *A brief history of Latin Literatures criticism*. São Paulo: Classica, v. 21, p. 189-204, 2008.

MOLIN, Michel. *Le "Panégyrique de Trajan": éloquence d'apparat ou programme politique néo-stoïcien?* Latomus, T. 48, Fasc. 4 (OCTOBRE-DECEMBRE 1989), pp. 785-797.

NOREÑA, Carlos. *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*. The John Hopkins University Press: American Journal of Philology, v. 128. 2007

PEREIRA, Virgínia Soares. *Plínio e a sombra tutelar de Cícero*. *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate, vol 8. 2006, pp. 79-104

PINEDA, Victoria. *La Tradición Del Exemplum em El Discurso Historiográfico y Político de La España Imperial*. *Revista de Literatura*. Salamanca, Espanha, 2010.

RADICE, Betty. *Pliny and the 'Panegyricus'*. *Greece & Rome*. Cambridge, v.15, n.2, 1968.

RICH, John. *Making the Emergency Permanent: auctoritas, potestas and the evolution of the principate of Augustus*. Roma: École française de Rome, 2012.

ROCHE, Paul. *The Public Image of Trajan's Family*. *Classical Philology*, Vol. 97, No. 1 (Jan., 2002), pp. 41-60

ROSS TAYLOR, Lily. *Seviri Equitum Romanorum and municipal Seviri: A Study in Pre-Military Training among the Romans*. *Journal of Roman Studies*, 14, pp 158-171, 1924.

SCARDIGLI, Barbara. *Da Traianus Optimus Princeps a Traianus Optimus Augustus*. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, No. 18 (1974), pp. 57-103.

SEELENTAG, Gunnar. *Imperial Representation and Reciprocation: The case of Trajan*. *The Classical Journal*, VOL. 107/ NO.1. October/November 2011.

SHOTTER, David. *The Debate on Augustus (Tacitus, "Annals" I 9-10)*. *Mnemosyne*, Fourth Series, Vol. 20, Fasc. 2, 1967, pp. 171-174.

SILVA, Filipe. *Memória, Principado e Adriano na Vita Divi Augusti de Suetônio*. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, nº 26, 2012.

SOARES, Caroline S. *O Gênero Epistolar na Antiguidade: a importância das Cartas de Cipriano para a História do Cristianismo Norte Africano (século III d.C.)*. *História e Cultura*, v. 2, p. 199-215, 2013.

SYME, Ronald. *Review of Durry, Pline le Jeune: Panegyrique de Trajan*. In: Ernst Badian, ed., *Roman Papers*. Oxford, 1979.

SYME, Ronald. *The Imperial Finances under Domitian, Nerva and Trajan*. The Journal of Roman Studies, v. 20., p. 55-70, 1930.

TOWNEND, G.B. *Cluvius Rufus in the Histories of Tacitus*. The American Journal of Philology Vol. 85. No. 4 The Johns Hopkins University Press. Oct., 1964, pp. 337-377.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Estoicismo e imperium: a virtus do homem político romano*. Acta scientiarum education, Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, v. 33, n. 2, p. 175-181, 2011.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Civilis Princeps: between citizen and king*. The Journal of Roman Studies, v. 72, p.32-48, 1982.

WHATLEY, Gordon. *The Uses of Hagiography: The Legend of Pope Gregory and the Emperor Trajan in the Middle Ages*. Viator 1S (1984), pp. 25-63.

WINTERLING, Aloys. *Loucura Imperial na Roma Antiga*. História vol.31 nº.1 Franca Jan./June 2012. Artigo originalmente publicado em *Jahrbuch des Historischen Kollegs*, 2007, pp. 115-139. Tradução de Fábio Duarte Joly. Revisão de Fábio Faversoni.

Dissertações e Teses.

AGUIAR, Mariana Alves de. *Etiam specie inanium validus: (Anais, XIII, 8, 3): A imagem de Agrícola e Corbulão na narrativa de Tácito*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013.

ANDRADE, Maria Cecília de. *A Germânia de Tácito: Tradução e Comentários*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2011.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. *Consilium muliebre ac deterius (Tac. Ann. XV, 54, 4): As personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero*. Dissertação (Mestrado em História), DH/ICHS/UFOP, 2011.

Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São

FAVERSANI, Fábio. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo, Tese (Doutorado em História

MANCINI, Willian, Vieira. *Imago Claudii: as representações de Sêneca, Tácito e Suetônio sobre o Imperador Cláudio e seu principado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de PósGraduação em História, 2012.

MARTINS, Paulo. *Pictura Loquens, Poesis Tacens. Limites da Representação*. Tese de Livre-Docência. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

Paulo, 2001.

SILVEIRA, Laura Ribeiro – *O retrato de Catilina em Salústio*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. 2003.

SOUZA, Daniel Aparecido de. *A representação do homem político no principado romano: uma leitura das cartas de Plínio, o Jovem (96 a 113 d.C)*, 165 f.: il. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

SOUZA, Dominique Monge. *Ações Judiciais de Plínio, o Jovem, no Tribunal dos Centrúviro e na Corte Senatorial (séculos I-II d.C)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2013.

STADLER, Thiago. *O Poder das Palavras na Idealização de um Princeps: Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em História. Curitiba, 2010.

TURNER, Abigail. *Inventing Trajan: The Construction of the Emperor’s Image in Book 10 of Pliny the Younger’s Letters*. Austin, USA: The University of Texas at Austin, May 2010.

URBAN, David. *The Use of Exempla from Cicero to Pliny the Younger*. University of Pennsylvania Scholarly Commons. Publicly Accessible Penn Dissertations. Paper 591, 2011.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana*. Tese de doutoramento. Depto. De História. FFLCH – USP. São Paulo, 2000.

Dicionários e Atlas

GLARE, P.G.W. *The Oxford Latin Dictionary*. Oxford University Press, USA, 1983.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HORNBLOWER, Simon. SPAWFORTH, Antony. *The Oxford Classical Dictionary*, 3^a Edition. Oxford University Press, Oxford, England, 1996.

TALBERT, Richard. *Atlas of Classical History*. New York: Routledge, 1985, p.128.

The Encyclopaedia Britannica: a dictionary of arts, sciences, literature and general information. 11.^a ed. New York, 1911.